

*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XXIII nº 1

jan. jun. 2020

issn 1519-3314



Diretoria (2019-2021)

Presidente: Alcides Goularti Filho (Unesc)

Vice-presidente: Bruno Aidar (Unifal-MG)

Primeiro-secretário: Fábio Alexandre dos Santos (Unifesp)

Segundo-secretário: Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal-MG)

Primeira-tesoureira: Talita Alves de Messias (Unisinos)

Segundo-tesoureiro: Michel Deliberari Marson (Unifal-MG)

Conselho de representantes

Região Centro-Oeste: Paulo Roberto Cimó de Queiroz (UFGD) e Déborah Oliveira Martins dos Reis (UnB)

Região Nordeste: Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE) e Idelma Aparecida Ferreira Novais; suplente: Leonardo Milanez de Lima Leandro (Univasf)

Região Norte: Danilo Araujo Fernandes (UFPA) e Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)

Região São Paulo: Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp) e Guilherme Grandi (USP); suplente: Janaína Fernanda Battahin (Unesp)

Região Sudeste: Mônica de Souza Martins (UFRRJ) e Daniel do Val Cosentino (UFOP); suplente: Leonardo Segura Moraes (UFU)

Região Sul: Liara Darabas Ronçani (UFRGS) e Fábio Faria de Moraes (CIASC); suplente: Gabriel Crozetta Mazon (Unesc)

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Luiz Carlos Soares (1997-1999), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando João Dalla Costa (2011-2013), Ângelo Alves Carrara (2013-2015), Alexandre Macchione Saes (2015-2017) e Luiz Fernando Saraiva (2017-2019).

História Econômica & História de Empresas

Equipe editorial

Guilherme Grandi (USP)

Ivan Colangelo Salomão (UFPR)

Milena Fernandes de Oliveira (Unicamp)

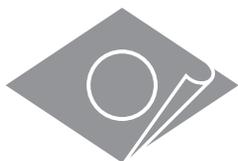
Thiago Fontelas Rosado Gambi (Unifal-MG)

Editoração eletrônica: Eva Maria

Revisão de texto: Jeferson Mello Rocha

E

*história
econômica
&
história
de empresas*



vol. XXIII nº 1

jan. jun. 2020

issn 1519-3314

www.hehe.org.br | hehe.abphe@gmail.com

História Econômica & História de Empresas / Associação Brasileira
de Pesquisadores em História Econômica – v.1
São Paulo: ABPHE, 1998-
Semestral
ISSN 1519-3314



*história
econômica
&
história
de empresas*

*vol. XXIII nº 1
jan. jun. 2020*

SUMÁRIO

- 7 **Frédéric Mauro e a escola dos *Annales*: da história econômica à “ciência econômica do passado”**
Roberto Pereira Silva
- 39 **O corporativismo econômico como doutrina e dispositivo: o sistema português em perspectiva comparada (1933-1974)**
Álvaro Garrido
- 63 **“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: brasileiros e produção pecuária no norte do Uruguai em meados do século XIX**
Carla Menegat
- 97 **Instituições e desenvolvimento econômico: o direcionamento da política econômica brasileira durante o Estado Novo a partir da abordagem institucionalista de Douglass North**
Claucir Roberto Schmidtke
- 133 **Economía y empresa a inicios de la República: los comerciantes extranjeros en Arequipa (1821-1854)**
Víctor Condori
- 165 **Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (1846-1855)**
Luiz Mateus da Silva Ferreira
- 197 **A crítica à teoria consagrada de Caio Prado Jr. atinge Octavio Brandão? Aparando as arestas para uma (re)interpretação das origens do marxismo brasileiro**
Filipe Leite Pinheiro
- 229 **Resenha bibliográfica**
CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. p. 546.
Luiz Fernando Saraiva

TABLE OF CONTENTS

- 7 “Frédéric Mauro and the *Annales*’ school: from the economic history to the economic science of the past”
Roberto Pereira Silva
- 39 The economic corporatism as doctrine and gimmick: the portuguese system in a comparative perspective (1933-1974)
Álvaro Garrido
- 63 “Transporting fortunes to populate a desert and uncultivated campaign”: brazilians and livestock production in northern Uruguay in the mid-19th century
Carla Menegat
- 97 Institutions and economic development: the direction of the brazilian economic policy during the New State from Douglass North’sinstitutionalist approach
Claucir Roberto Schmidtke
- 133 Economy and enterprise at the beginning of the Republic: foreign merchants in Arequipa (1821-1854)
Víctor Condori
- 165 German Businessman in the South of Brazil: the history of the *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (1846-1855)
Luíz Mateus da Silva Ferreira
- 197 Does the criticism of Caio Prado Jr.’s theory reach Octavio Brandão? Smoothing out rough edges for a (re)interpretation of the origins of Brazilian Marxism
Filipe Leite Pinheiro
- 229 Book review
CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. p. 546.
Luíz Fernando Saraiva

frédéric mauro e a escola dos *Annales*: da história econômica à “ciência econômica do passado”*

“frédéric mauro and the *Annales*’ school: from the economic history to the economic science of the past”

Roberto Pereira Silva**

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Frédéric Mauro (1921–2001), historiador econômico francês, é considerado um seguidor e difusor da Escola dos *Annales* no Brasil. O artigo examina sua concepção de história econômica, colocando-a em diálogo com a escola historiográfica francesa, sobretudo com Fernand Braudel. Para tanto, recuperamos a recepção crítica de sua tese de doutorado, *Le Portugal et l’Atlantique au XVIIe siècle: étude économique*, publicada em 1960. Em seguida, apresentamos sua concepção de história econômica, destacando o diálogo que propõe entre a História e a teoria econômica. Após discussão desses elementos, fazemos uma breve comparação entre sua concepção de história econômica e a de Fernand Braudel.

Palavras-chave: Frédéric Mauro. Fernand Braudel. História Econômica. Escola dos *Annales*. História intelectual.

ABSTRACT

Frédéric Mauro (1921–2001), French economic historian, is considered a follower and spreader of the *Annales* School in Brazil. The article examines Frédéric Mauro’s conception of economic history, placing it in dialogue with the French historiographical school, especially with Fernand Braudel. To this end, we analyse the critical reception of his doctoral thesis, *Le Portugal et l’Atlantique au XVIIe siècle: étude économique*, published in 1960. Then, we present his conception of Economic History, highlighting the dialogue he proposes between history and economic theory. After discussing these elements, we make a brief comparison between his conception of Economic History and that of Fernand Braudel.

Keywords: Frédéric Mauro. Fernand Braudel. Economic History. *Annales* School. Intellectual history.

* O presente artigo é parte de uma pesquisa de pós-doutorado realizado no Centre Roland Mousnier da Sorbonne Université entre junho de 2018 e junho de 2019 sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Laura de Mello e Souza, a quem agradeço pela acolhida e pelos debates em seu seminário.

Submissão: 01/05/2020; aprovação: 13/06/2020.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (PPGEconomia/UNIFAL-MG). E-mail: robertopereirasilva@outlook.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8194-5086>>.

Introdução

Frédéric Mauro pode ser considerado um dos mais importantes historiadores franceses que se dedicaram aos estudos sobre Brasil, Portugal e América Latina. Aluno de Fernand Braudel e de Ernest Labrousse, sua obra, fortemente marcada pela história econômica e social dessa segunda geração da Escola dos *Annales*, ajudou a fortalecer o interesse pela história econômica do continente latino-americano em seu país de origem.

Um de seus trabalhos mais importantes é sua tese de doutorado *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle: étude économique*, defendida em 1956 sob a orientação de Fernand Braudel e publicada em 1960 na prestigiosa coleção “*Ports, routes, trafics*” da editora da *École Pratique des Hautes Études*¹. Trata-se de um estudo sobre o comércio português no Atlântico, dividido em três partes. A primeira aborda aspectos náuticos essenciais para a configuração das trocas: as rotas, as técnicas de navegação, a duração das viagens e os tipos de embarcação, delimitando as condições geográficas do intercâmbio estabelecido por Portugal com sua colônia americana. A segunda parte, verdadeiro estudo econômico pioneiro sobre o comércio português no Atlântico, analisa em diferentes capítulos os principais produtos que atravessaram o oceano: madeiras, escravos, açúcar, produtos do mar, trigo e outros artigos como vinho, sal e azeite. Essa investigação compreende a maior parte da obra, onde são examinados, para cada mercadoria, suas condições de produção, transporte e os regimes de comércio de cada um deles. Cabe um destaque especial ao açúcar brasileiro, único produto abordado em dois capítulos, não somente pelo escrutínio da contabilidade do engenho, mas também pela importância desse artigo para a economia portuguesa. A última parte, por sua vez, enquadra essas atividades no movimento de conjunto do Império: moeda e sistema monetário, as conjunturas políticas, os tratados comerciais e as formas de monopólio tornam-se os pontos nodais para captar a evolução geral desse “sistema de capitalismo comercial da Idade Moderna” no século XVII.

¹ Em uma segunda edição, revista, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1983, Frédéric Mauro muda o título para *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle: 1570-1670. Étude Économique*. A inclusão do Brasil no título, segundo Vidal (2003), é um indicativo do crescente interesse do país em suas preocupações.

Os interesses de Frédéric Mauro, contudo, não ficarão restritos à história econômica de Portugal e suas possessões no Atlântico. Em inícios da década de 1960, já professor de História Moderna na Universidade de Toulouse, embarca para o México, a convite da Unesco, para criar um curso sobre história econômica da América Latina na Universidade de Nuevo León. A partir dessa experiência, seu interesse se estende também à América Espanhola, e datam desse período seus primeiros artigos sobre a economia mexicana. Sob o ponto de vista metodológico, essa abertura para a América Latina é acompanhada de uma aproximação às teorias do desenvolvimento econômico e à história quantitativa. Sobre esta última organizará, em 1971, o importante colóquio, financiado pelo *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Nos anos oitenta, Frédéric irá se dedicar ao estudo das experiências de industrialização no século XIX, às quais dará o nome de pré-industrialização.

Durante todo esse período, Frédéric Mauro publicará diversos livros e artigos sobre temas ligados a Portugal, ao Brasil e à América Latina, exercendo um papel relevante como professor visitante em instituições no continente. Em sua primeira estadia no Brasil, em 1953, ministrou cursos na Universidade de São Paulo, retornando ao país em diversas outras circunstâncias, como congressos, seminários, cursos de graduação e de pós-graduação. Além disso, foi uma figura central na organização de associações para o estudo da América Latina e do Brasil, tendo participado, inclusive, de encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), em 2003 e 2006.

Essa extensa trajetória intelectual e institucional merece ser objeto de estudos mais aprofundados. O presente trabalho dedica-se ao exame mais detido de sua concepção de História Econômica e do diálogo que ela estabelece com a Escola dos *Annales*. Nossa hipótese é que a trajetória intelectual de Frédéric Mauro sugere uma certa autonomia em relação às concepções dessa escola historiográfica, sobretudo se pensarmos no diálogo proposto entre história e ciências sociais. Assim, iremos, em um primeiro momento, revisitar como os intérpretes situaram sua obra, no que diz respeito à sua ligação com os *Annales* e à sua influência no Brasil. Em seguida, recuperamos a recepção, na França e no estrangeiro, de sua tese de doutorado, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle: étude économique*. Nesse momento, daremos especial atenção às críticas recebidas

de membros dos *Annales*, notadamente, Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Pierre Chaunu. Logo após, abordamos a concepção de história econômica de Frédéric Mauro, através dos textos que publicou durante a década de 1950 e inícios de 1960, enfatizando sua concepção do diálogo proposto entre história e teoria econômica. Finalmente, cruzamos os resultados de nossa análise com a concepção de história econômica proposta no mesmo período por Fernand Braudel, como forma de avaliar a independência de Frédéric Mauro.

Frédéric Mauro, historiador do mundo luso-brasileiro e latino-americano

Embora seja inegável a importância de Frédéric Mauro para a historiografia econômica brasileira, seu papel fundamental na criação de instituições de pesquisa e de cooperação internacional, seu esforço de formação e difusão de acervos bibliográficos e documentais sobre a América Latina e a ampla rede internacional de pesquisadores que interligou, na Europa e na América, sua produção e atuação ainda têm despertado pouca atenção nos universos intelectuais francês e brasileiro. Dispomos de um número relativamente pequeno de trabalhos sobre sua obra, a maioria dos quais lança um olhar panorâmico sobre suas contribuições para o estudo do Brasil e da América Latina.

A tese de doutorado de Guy Martinière, intitulada *Contribution à l'étude de l'économie rétrospective du Brésil: essai d'historiographie*, apresentada em 1973 e escrita sobre a orientação do próprio Frédéric Mauro, é pioneira no exame de sua obra. Destaca seu papel e o de Vitorino Magalhães Godinho como dois historiadores dos *Annales* que trouxeram inovações à historiografia econômica sobre o Brasil. Eles seriam responsáveis por— sob a influência de Fernand Braudel — “iluminar a parcela portuguesa dos problemas mundiais”, (Martinière, 1973, p. 71, tradução nossa). Para Martinière, ambos lançaram uma nova problemática sobre os estudos de História Moderna, a partir do contato da história com a geografia, sob inspiração braudeliana.

Isso é perceptível no debate sobre a existência do feudalismo em Portugal e no Brasil. Para eles, o Estado português nasce da junção de uma aristocracia agrária e dos comerciantes urbanos, que se unem pela

expansão ultramarina. Esse Império, cada vez mais mercantil, será para Frédéric Mauro um exemplo de capitalismo comercial. Sua intervenção no debate, contrariando as teses de que Portugal e o Brasil possuíram instituições feudais, destaca o papel dos mecanismos comerciais, das características mercantis do Império português, aproximando-se dos trabalhos de Antonio Sergio, Jaime Cortesão e Caio Prado Júnior.

Outro discípulo de Frédéric Mauro, Paul Vayssièrè (2002, p. 294), considera-o um “historiador do mundo ibérico” e sublinha a influência que exerceu sobre as novas gerações de pesquisadores dedicados à América Latina.

O autor aborda, sobretudo, os escritos metodológicos e sua concepção de história. Para ele, “Frédéric Mauro se apresentou como um ardente defensor do que podemos chamar de história dos *Annales*” (Vayssièrè, 2002, p. 295), defendendo a necessidade de um diálogo entre a história e as ciências sociais. Entre suas ideias mais importantes, afirma Vayssièrè, está a afirmação da inseparável relação entre passado e presente, aspecto central para os *Annales*, que desde os escritos de Marc Bloch e Lucien Febvre, ainda em finais dos anos 1920, já enfatizavam que o historiador, ao estudar o passado, deve responder aos problemas do presente. Questões contemporâneas, diga-se de passagem, por vezes formuladas pelos historiadores, mas também pelas ciências sociais.

Da interlocução entre as disciplinas surgirá uma concepção de história distante das narrativas e da ficção, e cuja cientificidade provém das ciências sociais. Para Mauro, a história tende a se tornar uma “ciência do abstrato”, uma “ciência social do passado”, elaborada a partir dos problemas do presente, adaptados ao passado (Vayssièrè, 2002, p. 296). Esse diálogo entre história e ciências sociais se cristalizará na história econômica. Esta nada mais é que uma ciência econômica do passado. Para Mauro, é essencial fazer uma história econômica que seja útil aos economistas; a aproximação com as ciências sociais, e com a economia em especial, é condição para a cientificidade da História, para o seu lugar entre as ciências. Essa posição será reforçada, nos anos de 1970, pelo engajamento cada vez maior de Frédéric Mauro na história quantitativa.

Assim, Paul Vayssièrè acentua o papel de difusor e de continuador da Escola dos *Annales*, sobretudo na defesa da relação entre passado e presente e no diálogo com as ciências sociais.

Para Laurent Vidal (2013, p. 319), Mauro seria o “primeiro historiador francês do Brasil”, e sublinha as circunstâncias que moldaram seu interesse pelo país. Entre elas, está o convívio e a influência de Fernand Braudel, cuja obra foi marcada pela experiência de ensino no Brasil. A influência do mestre da segunda geração dos *Annales* seria determinante na escolha do objeto de estudo e na abordagem ligada à história econômica e social. Segundo Vidal, “o Brasil é, então, para o estudante, uma metáfora do programa historiográfico dos *Annales* que tanto o seduz” (Vidal, 2013, p. 320).

O interesse pelo Brasil se faz em paralelo ao mergulho na história econômica. Laurent Vidal retoma a contribuição de Mauro no debate sobre o feudalismo no Brasil e na crítica à noção de ciclo econômico, tal como encontrada em autores como Roberto Simonsen. Além disso, retraza a crescente atenção à teoria econômica em suas análises. Citando Frédéric Mauro, destaca sua afirmação segundo a qual a história quantitativa deveria ser uma “verdadeira contabilidade nacional do passado” (Vidal, 2013, p. 322). Esse seu interesse por uma história centrada em amplas bases de dados nos permite captar, uma vez mais, o diálogo que pretende estabelecer entre a história e as ciências sociais. Para Vidal, portanto, a trajetória de Frédéric Mauro está intrinsecamente ligada a seus estudos sobre o Brasil e a história econômica.

Uma etapa importante dessa virada para a história quantitativa e de fortalecimento da presença da Escola dos *Annales* no Brasil foi a atuação de Frédéric Mauro na criação do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, nos anos 1970². Altiva Pilatti Balhana (1995) e Cecília Maria Westphalen (1995), fundadoras desse programa, destacaram o protagonismo de nosso autor na divulgação da mensagem da Escola dos *Annales* no Brasil. Para Balhana (1995, p. 48), Mauro e outros pesquisadores franceses contribuíram ativamente na formação dos estudos sobre a história demográfica do estado do Paraná. Já segundo Cecília Westphalen (1995, p. 55), a presença dos *Annales* no Brasil se deve à “influência diretamente exercida pela historiografia francesa a partir dos anos 50 pela ação docente e pela divulgação de teses acadêmicas de Fernand Braudel, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu, e outros”.

² Para o exame da formação deste programa de pós-graduação, consultar a tese de doutorado de Daniela Machado (2016).

Assim, percebe-se um forte consenso sobre a estreita relação de Frédéric Mauro com a Escola dos *Annales*, em especial com a figura de Fernand Braudel. Outro ponto inquestionável é a importância do historiador francês para a formação do campo do latino-americanismo, como menciona Paul Vayssière, ou do brasilianismo, como insistem Laurent Vidal, Anita Balhana e Cecília Westphalen.

Contudo, parece-nos necessário aprofundar a análise a respeito da relação entre Frédéric Mauro e a Escola dos *Annales* e, em particular, entre ele e Fernand Braudel, buscando precisar os parâmetros pelos quais sua obra se aproxima da corrente historiográfica francesa, sobretudo em termos metodológicos, com especial atenção à relação entre história e ciências sociais, ou teoria econômica, tal como proposta por Frédéric Mauro.

Antes, caberia nos perguntar: por que se preocupar com um ponto sobre o qual os autores examinados estão largamente de acordo? Primeiramente, porque nem Braudel nem Labrousse escreveram uma apresentação, um prefácio ou uma resenha sobre o trabalho de Frédéric Mauro, quando este foi publicado em 1960 na coleção “*Ports, routes, trafics*”, dirigida por Braudel e que era, então, a vitrine de seu novo projeto de pesquisa na VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*. Não foi este o caso para outros volumes que apareceram na mesma coleção.

Além disso, uma comparação entre a tese de Frédéric Mauro e *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* mostra uma forte ausência seja da longa duração, do tempo secular, seja do tempo curto, dos acontecimentos, a história política em seu sentido episódico, mas capaz de revelar as estruturas e as conjunturas subjacentes. Ademais, não há uma ligação entre a longa duração, o tempo conjuntural e os eventos, a chave para a tessitura do tempo histórico e da incorporação da geografia na obra de Fernand Braudel. A tese de Mauro, ao contrário, é uma tese sobre a conjuntura, sem a ossatura de uma história social ou de uma geografia histórica³.

³ Evidentemente, não queremos dizer que a influência de Braudel só seria constatada se algum orientando elaborasse uma tese exatamente igual à sua, o que, ademais, jamais foi feito. Contudo, o que gostaríamos de assinalar é que a própria escolha do tempo conjuntural, o mais próximo dos economistas, é já um indício de certas inclinações tanto de Frédéric Mauro quanto de Pierre Chaunu, como veremos mais adiante.

Finalmente, importantes trabalhos sobre a Escola dos *Annales*, como aqueles de Peter Burke (1992), François Dosse (2003), Hervé Couteau-Bégarie (1989) e André Burguière (2006), não tratam Frédéric Mauro como um historiador assimilado à escola. Como explicar esse silêncio?

Uma tese e seus leitores: a recepção de *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle: étude économique*

Com o objetivo de responder a essa indagação, abordaremos a seguir a recepção da tese de Frédéric Mauro na França e no estrangeiro. Esse procedimento nos pareceu indicado para melhor compreender quais questões preocupavam os historiadores e economistas franceses no início da década de 1960 e como outros meios intelectuais receberam o mesmo trabalho. Examinaremos, primeiramente, o único documento em que encontramos comentários, ainda que sumários, de Fernand Braudel e de Ernest Labrousse sobre *Le Portugal et l'Atlantique*. Trata-se da ata de defesa da tese, disponível nos *Archives Nationales*, em Paris. Redigida por Ernest Labrousse, que foi o presidente do júri de defesa, assim ele transcreve suas considerações de Fernand Braudel:

Sr. Braudel destaca, por sua vez, os méritos de uma pesquisa não só vasta, quanto nova. Mas a bibliografia às vezes cita fontes que não foram utilizadas. O que não a impede, aliás, de ser, aqui e ali, incompleta. O esforço de geografia histórica conduz a resultados muito irreais. Seria preciso situar mais firmemente a obra no século XVII e, no que se refere a essa preocupação central, retrazar a gênese do mundo português. Alguns mapas são “cegos”, sem costas: um mapa deve bastar a si mesmo. Sob o ponto de vista da história social, um esboço de história das cidades, sobretudo de Lisboa, falta a este trabalho monumental. (Rectorat de Paris, n. d, p. 3, tradução nossa)

Para Braudel, portanto, os problemas são, a um só tempo, pontuais e estruturais. Ele critica os resultados “irreais” da Geografia Histórica, pois ela está longe da organicidade que encontramos em *O Mediterrâneo*. Além disso, reprova aspectos da tese que se afastam de seu próprio trabalho. Seria preciso “situar a obra no século XVII”, ou seja, mostrar como as curvas econômicas estão ligadas à história política, social e cultural de

Portugal e da Europa. Ademais, é necessário “retraçar a gênese do mundo português” e finalmente inserir uma história das cidades. Essas observações ligam-se diretamente à reconstituição da longa duração, da formação secular dessa nação peninsular, cuja posição portuária teria contribuído de maneira decisiva na organização econômica dos portugueses. A crítica, portanto, é dirigida ao que faltava na tese de Frédéric Mauro em relação ao seu próprio projeto de pesquisa.

Por outro lado, a julgar pela descrição da ata, vemos que a discussão entre mestre e discípulo não tocou em questões teóricas referentes ao diálogo da história com a economia. Entretanto, podemos inferir que se as ressalvas apontaram certa ausência de história social, isso se deve ao caráter excessivamente econômico do trabalho.

Ernest Labrousse, por sua vez, reconhece o grande esforço de pesquisa de Frédéric Mauro e limita seus comentários à interpretação econômica apresentada. Sua principal desaprovação reside, contudo, no aspecto mais original do trabalho: a análise da economia açucareira. Segundo o arguidor, Mauro “insiste talvez exageradamente sobre a economia açucareira” (Rectorat de Paris, n. d., p. 3). É preciso ser cauteloso quanto a isso, pois “o poder do grande comércio de luxo frequentemente engana a História”. Ora,

[...] ao lado do açúcar, há o sal, o trigo, o vinho, todos os velhos produtos de base da economia portuguesa. Nada no trabalho de Mauro nos informa suficientemente sobre seus respectivos valores. Parece-nos, finalmente, questionável que a prosperidade do setor açucareiro tenha salvo da depressão todo o resto da economia. O autor mesmo conclui que somente uma zona social bem estreita absorve o lucro do açúcar. Além disso, os aspectos sociais do tema foram apenas sugeridos. (Rectorat de Paris, n. d., p. 3, tradução nossa)

Segundo Ernest Labrousse, os gêneros de abastecimento são mais importantes do que aqueles do comércio de luxo. Assim, critica a conclusão do candidato, segundo a qual o açúcar brasileiro teria sido capaz de sustentar a prosperidade da economia portuguesa no início do século XVII, reduzindo os efeitos da crise que tomava conta do conjunto da economia europeia.

Os problemas apontados por Ernest Labrousse estão ligados à interpretação dos dados e, também, à maneira pela qual Mauro relacionou a

economia portuguesa e a europeia. Podemos dizer, portanto, que embora reconheça méritos da pesquisa, ele reprova a interpretação econômica avançada pelo candidato.

Retenhamos, no entanto, desses comentários, a sugestão de Fernand Braudel para ampliar a história social no trabalho e a crítica acerba de Labrousse sobre a interpretação econômica proposta. Essas observações, parece-nos, indicam certo distanciamento dos dois historiadores diante das conclusões do trabalho de Frédéric Mauro e, talvez, de seus métodos de análise.

Passemos agora para a recepção da tese de doutorado, após sua publicação em 1960, no ambiente intelectual francês e no exterior. Encontramos nove resenhas: quatro de autores franceses e cinco de autores estrangeiros.

Vejamos, primeiramente, a resenha publicada em 1962 na *Revue Historique* por Albert Silbert, outro orientando de Fernand Braudel. Logo no início estabelece uma ligação entre a tese de Mauro e a de seu orientador. Em suas palavras: “um belo tema, incontestavelmente. Nós reconhecemos a marca deste cujo nome é evocado desde as primeiras linhas do prefácio, o autor de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*” (Silbert, 1962, p. 234, tradução nossa)⁴. Contudo, Silbert critica a utilização excessiva que Mauro faz da teoria econômica⁵ para explicar os fenômenos históricos e lamenta a falta de uma contextualização ou de uma ligação mais forte com a política. Assim como Labrousse, discorda da importância do açúcar brasileiro diante dos outros produtos do império português, bem como da conclusão de que a economia portuguesa não teria sido afetada pela crise econômica do século XVII europeu.

⁴ No prefácio de *Portugal e o Atlântico*, lemos: “toda a minha gratidão vai, em primeiro lugar, para o meu mestre Fernand Braudel, professor no *Collège de France*, que tomou a responsabilidade de me confiar este tema. Com a sua obra ‘Mediterranée’, ele tinha aberto um caminho. Esta obra fundamental esteve sempre presente no meu espírito, durante o período de investigação e de redação. Mas beneficiei também largamente da solicitude pessoal de seu autor. Sem ele, o meu trabalho teria sido irrealizável.” (Mauro, 1989, p. 17).

⁵ “De tão acostumado aos conceitos e métodos da ciência econômica (apreciamos, por exemplo, seu cuidado em determinar a partir de uma pesquisa contábil a taxa de lucros) ele visivelmente sofre por não poder utilizá-los como desejaria.” (Silbert, 1962, p. 234).

Jean Delumeau (1961), outro aluno de Fernand Braudel, resenhou o trabalho de Mauro para a *The Economic History Review*. Ao contrário de Silbert, considera que a importância do açúcar e seu papel para a robustez da economia portuguesa perante a crise europeia são as conclusões mais importantes da tese de doutorado.

Robert Besnier (1963), historiador do direito e do pensamento econômico, professor na Faculdade de Direito de Paris, por onde passaram Ernest Labrousse e o próprio Mauro, discute o livro na *Revue Économique*. O papel do açúcar para a economia portuguesa é visto como aspecto positivo e enseja a discussão das características do sistema econômico estudado por Mauro: “o movimento de baixa, tão claro na Europa no século XVII, dificilmente se deixa ver no Império português. O capitalismo comercial, fundado sobre a exploração colonial, é mais mercantilista que liberal, e acentua as tendências oligopolistas” (Besnier, 1963, p. 967). Ou seja, considera que a correlação entre produção de açúcar e prosperidade portuguesa faz parte do próprio funcionamento do capitalismo comercial, chamando a atenção para o caráter mercantilista da expansão lusitana. Nesse sentido, a resenha pode ser lida como uma resposta, ainda que indireta, à ausência de relações entre o econômico e o político, assinaladas por Ernest Labrousse e Albert Silbert. O próprio capitalismo comercial, cujo trabalho de Mauro pretende ser um estudo de caso, está cravejado dessa inter-relação entre política e economia.

Contudo, o principal comentário a respeito de *Portugal e o Atlântico* foi de Pierre Chaunu. De fato, trata-se da mais extensa resenha que a obra recebeu. Lembremos, ademais, que ambos escreveram seus trabalhos ao mesmo tempo, sob a direção de Fernand Braudel, tendo sido os principais depositários da “partilha do oceano” (Vidal, 2013, p. 319) que o mestre fez no final dos anos de 1940.

Interessante notar, desde o início, a maneira como Frédéric Mauro é apresentado:

Mauro é, antes de tudo, um historiador da economia: seu pensamento está voltado para as lições de uma ciência econômica em movimento – de uma ciência econômica do movimento, diríamos. Sua problemática é, no melhor sentido, uma problemática emprestada da economia política. É com os conceitos do economista que ele interroga os documentos. [...] Raramente um historiador dos séculos XVI e XVII foi tão longe na análise das

estruturas, na busca desta ligação profunda entre história e economia. Neste sentido, Frédéric Mauro atingiu plenamente um dos votos mais elevados de Fernand Braudel e Ernest Labrousse. (Chaunu, 1961, p. 1177-1178, tradução nossa)

Frédéric Mauro estaria situado no limite entre a História e a Economia, próximo aos partidários de Adam Smith. No entanto, curiosamente, Chaunu associa a interpretação econômica do livro às pesquisas de Ernest Labrousse e Fernand Braudel, estabelecendo a ligação do autor com a escola dos *Annales*: “o Atlântico de Mauro sai, naturalmente, de *O Mediterrâneo*. Frédéric quis assim”. Tanto mais que “os novos estudos sobre espaços e relações marítimas” são a continuação do projeto “aceito por uma geração” da obra de Fernand Braudel (Chaunu, 1961, p. 1178).

Sobre o conteúdo da tese, Chaunu sublinha a importância do Brasil, verdadeira fonte de riqueza não apenas do Império português no Atlântico, mas também do Atlântico holandês. Ao retomar a problemática da importância do açúcar e o descolamento da economia portuguesa em face da europeia, coloca-se contrário às críticas de Labrousse e Silbert. A originalidade do trabalho estaria justamente em demonstrar que Portugal teve um comportamento atípico no quadro da economia europeia do século XVII, em grande parte devido à importância da produção açucareira colonial.

No geral, portanto, os historiadores franceses receberam com ressalvas tanto a interpretação econômica quanto a forte ênfase na teoria econômica do trabalho de Frédéric Mauro. Pierre Chaunu ocupa uma posição especial, pois há uma proximidade forte entre as pesquisas de ambos. Ademais, grande parte da discussão suscitada pela tese recaiu sobre o peso do açúcar na conjuntura cíclica de Portugal e da Europa. Contudo, senos voltarmos para os recenseamentos publicados por pesquisadores de fora do Hexágono, veremos que a recepção do trabalho de Frédéric Mauro foi diversa.

Encontramos cinco resenhas publicadas por autores brasileiros, estadunidenses e ingleses. Com a exceção de José Roberto do Amaral Lapa (1963) – que, diga-se de passagem, estava sob a influência direta da Escola dos *Annales* – nenhum autor discutiu a suposta peculiaridade da economia portuguesa na conjuntura de crise europeia no início do século XVII. Ao contrário, destacaram a importância do Brasil e do açúcar brasileiro

para a economia portuguesa. Ou seja, não haveria contradição em um produto colonial estar no centro de um império marítimo, aliás, extremamente dependente de suas colônias como era o caso de Portugal no século XVII.

Alan K. Manchester, autor de *A preponderância inglesa no Brasil* (1933), apresenta o livro de Mauro no *The Journal of Modern History*, em 1961. O primeiro ponto destacado, a exemplo de Besnier, é de que se trata de “um estudo de caso ideal do capitalismo comercial” (Manchester, 1961, p. 433, tradução nossa). O autor assinala como a expansão do mercado europeu de açúcar e a posição de Portugal nesse comércio levaram a uma mudança de perspectivas para o Império português, que se reorienta do Oriente para o Atlântico. Outro ponto é a ampliação da competição entre os impérios ultramarinos – tema, aliás, das pesquisas de Manchester –, o que fez com que Portugal, unido à Espanha, fosse alvo de ataques pelos holandeses. Dessa forma, ao contrário de Labrousse e Silbert, a conjuntura econômica e política aparecem juntas na leitura feita pelo historiador inglês.

O historiador de Illinois, Charles Nowell, autor de *The great discoveries and the first colonial empire* (1954), apresenta o livro de Mauro na *The American Historical Review*. A terceira parte da tese lhe parece a mais importante, onde

[...] há uma estimativa da moeda e seu valor (uma das mais valiosas contribuições do autor, pois é sempre difícil para os historiadores lidar com os sistemas monetários de outra época), os riscos oferecidos pelos piratas, o *status* dos tratados internacionais no período, as relações entre os Estados, as regulamentações nos portos tratando de navios e marinheiros estrangeiros. (Nowell, 1961, p. 732, tradução nossa)

Ou seja, para o autor, as questões econômicas aparecem inseridas dentro de um quadro maior de restrições políticas.

Dauril Alden (1961, p. 280, tradução nossa) apresenta Mauro como “um aluno do distinto historiador francês, Fernand Braudel” e “um antigo colaborador de artigos para diversas publicações acadêmicas”. Destaca o papel-chave do Brasil no momento de declínio do Império português na Ásia e seu deslocamento para o Atlântico. Do Brasil vinha grande parte das rendas da coroa lusitana e ao Brasil se dirigia todo o

excedente de produtos e mercadorias de outras regiões, tornando-se, portanto, seu epicentro econômico. Um elemento importante das considerações de Auden é que, embora a economia do Império no Atlântico estivesse mais consolidada, nem por isso seria possível considerá-la inteiramente capitalista, pois, ainda nesse momento, “o essencial, não é obter lucros, mas viver” (Alden, 1961, p. 281).

Charles R. Boxer, já um eminente historiador do mundo português, faz uma breve resenha do livro de Mauro na *The English Historical Review*. Ele destaca, na segunda parte do trabalho, os dois capítulos sobre o açúcar. O papel preponderante do açúcar, entre todos os produtos do comércio português, faz com que Boxer chame atenção para a importância da colônia: “o papel desempenhado pela economia brasileira como *économie motrice* de Império português no Atlântico é bem sublinhado, assim como o caráter peculiar do capitalismo comercial português” (Boxer, 1962, p. 154). Trata-se de uma avaliação importante, pois coloca a centralidade econômica da colônia, que adquire certa autonomia perante as atividades agrícolas e manufatureiras do reino, destacando também a grande importância do comércio e do transporte dos produtos coloniais.

Em suma, ao contrário dos leitores franceses, para quem faltava dinâmica e articulação entre política e economia à obra, Boxer identifica esses elementos como a principal característica do livro. O historiador inglês não faz menção ao descompasso entre a crise europeia e a prosperidade prolongada de Portugal, sustentada pelo açúcar. Silêncio tanto mais importante, pois talvez indique como esse problema da conjuntura e dos ciclos econômicos fosse uma preocupação característica dos debates historiográficos franceses. Um indício sobre esse ponto é justamente o parágrafo final do texto, no qual Boxer desconsidera a alegada influência direta de Braudel sobre Mauro e associa o livro *Portugal e o Atlântico* não ao *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*, julgando-o “merecedor de um lugar ao longo do massivo *Sevilha e o Atlântico* de P[ierre] e H[uguette] Chaunu” (Boxer, 1962, p. 154). Ora, essa afirmação, original entre todas as resenhas, sem ignorar todos os aspectos positivos do livro, ressalta como as duas teses sobre o Atlântico, português e espanhol, distanciam-se do estudo global de Fernand Braudel, pois priorizam as relações econômicas e o tempo conjuntural.

Por fim, mas não menos importante, temos a resenha do historiador

brasileiro José Roberto do Amaral Lapa, publicada na *Revista de História* da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O autor apresenta o livro como um estudo sobre a “expansão colonial portuguesa, identificada no seu capitalismo comercial” (Lapa, 1963, p. 271). Trata-se de “um ambicioso esforço de compreensão histórico-econômico, que não invalidou as implicações de natureza geográfica e sociológica, além da abordagem que o autor chama de teorias econômicas do passado” (Lapa, 1963, p. 271). O historiador brasileiro também identifica a forte relação entre economia e política ou, em suas palavras, “os planos de comércio ordenados pela política” nos quais, segundo ele, “a posição estatal perante a economia colonial, na sua orientação, flutua muitas vezes entre o protecionismo e o simples intervencionismo” (Lapa, 1963, p. 271). Destaca, ainda, a familiaridade que os portugueses adquiriram com as rotas atlânticas e a “excepcional importância” do Brasil, como ponto de contato e comércio, embora lamente que o autor não tenha discutido “o sincronismo das viagens do Brasil com a Carreira da Índia”, para explorar o comércio “intercolonial”. De resto, aponta a comparação que Mauro faz entre os impérios português e espanhol, e a conclusão geral, segundo a qual “a economia portuguesa logrou uma solidez grande, através do Atlântico, no século XVII, em meio à estagnação de grande parte da Europa meridional” (Lapa, 1963, p. 271).

Esta resenha, a única que encontramos sobre a recepção da obra nos países efetivamente estudados por Mauro, mostra suas conexões com o Brasil e com a Universidade de São Paulo, já apontada por outros autores. Amaral Lapa repercutiu elementos apontados pelos resenhistas franceses, a saber, o descolamento da economia portuguesa do resto da Europa no século XVII, e ao contrário dos conterrâneos de Mauro, notou a imbricação entre economia e política no capitalismo comercial português.

Dessa forma, podemos identificar uma recepção mais favorável à obra de Frédéric Mauro no estrangeiro, enquanto que em seu próprio país a tese sofreu uma série de ressalvas e críticas de Fernand Braudel, Ernest Labrousse e de seu círculo de influência. Isso nos mostra certas disposições interpretativas que, de um lado, assinalam as diferenças entre a tese de Mauro e a segunda geração da Escola dos *Annales* e, de outro lado, uma recepção no estrangeiro que aprecia o trabalho sobre o Atlântico português, pois permite compreender e clarificar o conhecimento

e a interpretação do Império lusitano no século XVII. Nesse caso, o exame do papel do açúcar e da colônia americana é colocado em evidência como a grande contribuição de Frédéric Mauro.

Para finalizar esta seção e tentar compensar em alguma medida a ausência de um comentário mais amplo de Fernand Braudel sobre a obra de Frédéric Mauro, podemos, ao retomar a arguta afirmação de Charles Boxer que aproxima este último a Pierre Chaunu, examinar a resenha que Braudel dedicou a *Seville et l'Atlantique* para os *Annales*, como uma forma de considerarmos alguns aspectos comuns entre elas⁶.

De início, vejamos como ele avalia a reivindicação de que seu *Mediterrâneo* foi a fonte de inspiração para o trabalho de Chaunu:

[...] eu não creio que o Atlântico sevilhano que ele nos apresenta seja uma retomada ou um prolongamento de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, livro surgido dez anos mais cedo que o seu, em 1949. Primeiramente, este Atlântico não é captado em sua integralidade, mas em um certo espaço arbitrário, das Antilhas à embocadura de Guadalquivir, fato que o autor diz e rediz à saciedade: ele nos adverte que irá tratar, para retomar algumas de suas fórmulas: “o Atlântico mediano”, “o primeiro Atlântico fechado dos ibéricos”, “o Atlântico exclusivo de Sevilha”.

Outra diferença fundamental que igualmente vê Pierre Chaunu e que salta aos olhos: aquela que opõe o mais velho espaço marítimo jamais domado pelo homem – o Mediterrâneo –, todo um passado, um espaço então (no século XVI) no fim de sua grandeza [...] e um espaço (o Atlântico) de passado emprestado e apressadamente construído. (Braudel, 1963, p. 542-543, tradução nossa)

Há uma diferença, portanto, de abordagem do tempo e do espaço entre os dois livros. Ora, tempo e espaço são categorias fundamentais da obra de Braudel. Na tese de Pierre Chaunu, o espaço é demasiado estreito: uma rota, uma ligação, mas não um oceano em sua totalidade geográfica. Por outro lado, o Atlântico sevilhano (e certamente também o português) não possui a mesma densidade histórica.

⁶ Não podemos desdenhar a importância desta resenha. Ela ocupa doze páginas dos *Annales* e foi escolhida por Braudel para compor sua importante coletânea de textos teórico-metodológicos intitulada *Écrits sur l'Histoire*. Nesse livro, o texto aparece na seção “A história e as outras ciências do Homem”, talvez para ilustrar a ressalva de Fernand Braudel quanto ao diálogo estabelecido com a economia.

Outro ponto de divergência entre os dois é a noção de conjuntura e de estrutura:

Pierre Chaunu, também ele, deixou-se seduzir pela eficácia dialética do tempo longo e do tempo breve. Mas seu propósito, contudo, não é o meu: eu busquei em *O Mediterrâneo*, expor, bem ou mal, imaginar uma história global, indo das imobilidades aos movimentos mais vivos da vida dos homens. Pierre Chaunu não tem nem essa pretensão, nem esse desejo. Em sua obra, a descrição das imobilidades maiores (sua primeira parte), depois o recitativo conjuntural (a segunda parte) visam unicamente reconstituir uma certa realidade econômica, recortada de uma história global que ela atravessa, mas que a transborda por todas as partes. (Braudel, 1963, p. 543, tradução nossa)

Portanto, Braudel identifica uma ausência de sedimentação e de ligação entre os tempos históricos. O livro de Pierre Chaunu transita entre a conjuntura e a imobilidade oceânica que, no entanto, é pouco penetrada pelo homem. Em sua tese, a conjuntura é a temporalidade central, em detrimento das outras. Nesse sentido, a aproximação com a tese de Frédéric Mauro é válida, pois, embora seu trabalho abarque todo o século XVII, sua análise é feita a partir de ciclos decenais, ou no máximo de meio século. É justamente essa periodização que Braudel classificou de “recitativo da conjuntura”, em detrimento de sua própria concepção tripartite do tempo histórico. Por sua vez, o espaço oceânico, em ambos os trabalhos, foi retratado a partir da navegação portuguesa e hispânica, ambas de data recente, se comparadas ao Mediterrâneo.

Assim, a despeito de a maioria dos autores contemporâneos alinharem Mauro na Escola dos *Annales*, nota-se certas reticências por parte de seus principais representantes. Contudo, embora nosso percurso até o momento tenha ilustrado esse distanciamento, seria preciso compreendê-lo e explicá-lo.

As reservas que o trabalho de Mauro recebeu do círculo braudeliano talvez possam ser compreendidas se explorarmos a assertiva de Pierre Chaunu, para quem Frédéric Mauro é um historiador *da* economia. Ou seja, um historiador inspirado pelos conceitos da teoria econômica e que pretendeu interpretar o passado segundo essas categorias. É com essa hipótese que passamos, em seguida, a expor a concepção de Frédéric Mauro sobre a história econômica.

Frédéric Mauro: da história econômica à ciência econômica do passado

Sobre esse tema, é importante retomarmos as considerações de Martinière (1973), Vayssière (2002) e Vidal (2013) que apresentam Frédéric Mauro como um representante da Escola dos *Annales*. De fato, é precisamente essa filiação que podemos encontrar em seus primeiros trabalhos.

Sua estreia no campo da metodologia se dá na *Revista de História* da Universidade de São Paulo, em 1954, com o artigo “O historiador francês face às ciências sociais”, O título indica seu compromisso com as questões da corrente historiográfica francesa. Abordando a relação entre as disciplinas, Frédéric Mauro assinala o interesse dos historiadores pelas ciências sociais, um interesse cada vez maior, acompanhado de uma influência recíproca ao ponto que “é possível considerar a História como uma ciência social entre outras” (Mauro, 1954, p. 229). A única diferença entre elas é cronológica: “a História estuda o passado e as ciências sociais, o presente” (Mauro, 1954, p. 229). Segundo Mauro, o historiador deve utilizar os métodos e os conceitos das ciências sociais; “ele deve ser, à medida que se distancia do presente, economista, geógrafo, sociólogo” (Mauro, 1954, p. 229). Por outro lado, os cientistas sociais devem se nutrir do passado. De fato, continua, o grande progresso que as ciências sociais fizeram na primeira metade do século XX está ligado à importância atribuída à História.

Esse primeiro trabalho de Frédéric Mauro estabelece a necessidade do diálogo entre as disciplinas. Contudo, retenhamos sua afirmação de que a História é uma ciência social entre outras, cuja diferença reside apenas no período estudado: a primeira se ocupa do passado, as últimas, do presente.

No ano seguinte, outro artigo, também publicado no Brasil, mas dessa vez na *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre*, intitulado “*Science économique et Science historique*” reflete sobre a relação entre as disciplinas, mas já com algumas nuances em relação ao anterior. Não se trata das ciências sociais, mas tão somente da economia, e a história aparece em segundo lugar no título, ambas com o qualificativo de ciência. Mauro traça um panorama da evolução das duas disciplinas. Segundo ele, a economia tem início no século XVIII e é uma ciência abstrata. Somente a partir de Keynes e da crise de 1929 que essa carac-

terística começa a se transformar. O economista inglês teria sido o responsável pela introdução, com a macroeconomia, da importância do espaço, do território, da contabilidade nacional e, sobretudo, da incorporação da variável tempo. Com isso, a ciência econômica passa a se ocupar do tempo concreto, de uma “sucessão de desequilíbrios que formam a própria trama da economia” (Mauro, 1955, p. 85, tradução nossa).

Neste mesmo momento a História igualmente passou por mutações: “esta renovação da História foi feita na França pela revista dos *Annales*, na qual trabalharam Marc Bloch e Lucien Febvre e agora sua direção está a cargo de Fernand Braudel, que tanto fez para o desenvolvimento da ciência histórica no Brasil” (Mauro, 1955, p. 86, tradução nossa). A História mudou seus objetivos para se tornar uma história total, uma história global das sociedades. E acrescenta, retomando a ideia do texto anterior, “ela [a História] é a ‘ciência social’ do passado, como as ciências sociais são a história do presente” (Mauro, 1955, p. 86, tradução nossa). A disciplina modificou seus métodos ao abandonar os acontecimentos e a história política para estudar a economia, a geografia, a sociedade, a cultura. Como resultado, suas explicações também se transformaram. Trata-se, agora, não mais de “pesar a parte do fator econômico e a do fator político, mas de precisar o papel qualitativo dos diferentes fatores ainda que a concepção geral que tenhamos da causalidade social seja biológica, dialética, mecanicista ou psicológica” (Mauro, 1955, p. 87, tradução nossa).

É nesse conjunto de mudanças que Frédéric Mauro apresenta sua definição de história econômica: “ela deve ser a teoria, a sociologia e a geografia dos sistemas econômicos do passado – em suma, a ciência econômica do passado, como a ciência econômica – teoria, sociologia e geografia – é o conhecimento do presente. Ela deve fazer um esforço teórico, na medida em que ela é a ‘economia política’ do passado”. (Mauro, 1955, p. 87, tradução nossa).

Aqui, portanto, temos uma definição de história econômica. Partindo das definições de história e de economia, a diferença entre elas é que primeira estuda o passado, e a segunda, o presente – como, aliás, já indicado, em nível mais geral, no artigo da *Revista de História*. Para ambas, os métodos e os conceitos podem ser os mesmos e a única ressalva que nos impediria de considerar que a história econômica é uma aplicação dos conceitos econômicos ao passado é a preocupação que toma em

indicar que aquela é a “economia política”, e não a ciência econômica do passado.

Esses dois textos marcam a proximidade de Frédéric Mauro com Fernand Braudel e a Escola dos *Annales*, no período de redação de sua tese de doutorado. Seu papel de divulgador da revista no Brasil é confirmado pela citação direta que vimos acima. Entretanto, como sabemos, a definição de História como ciência não fazia parte do projeto historiográfico francês, nem mesmo a qualificação dela como uma ciência social. Assim, embora apresentando a escola francesa, a definição de história econômica é da própria lavra de Mauro. Assinalemos, ainda, que esta discussão metodológica é feita em revistas brasileiras, país sob influência historiográfica dos *Annales*, mas fora do círculo francês de publicações da escola, ou melhor, fora do ambiente que criticaria o economicismo de sua tese de doutorado⁷.

Passemos, agora, aos artigos escritos após a defesa de seu trabalho, em 1956. Examinemos, primeiro, o texto “Teoria econômica e história econômica”, publicado em 1958 nos *Cahiers de l’Institut de Science Économique Appliquée*. Aqui, sua preocupação específica é a relação entre teoria econômica e história econômica na perspectiva dos problemas colocados pelo estudo da História Moderna e, mais particularmente, de seu próprio objeto, o comércio português no Atlântico.

Mauro indaga-se sobre a possibilidade de construção de um modelo de funcionamento do capitalismo comercial na Época Moderna utilizando os conceitos da teoria econômica contemporânea. Dito de outro modo, discute os parâmetros de utilização da teoria econômica no passado. Em sua concepção, o historiador “está sempre colocado frente a um dilema: ou ele explica o passado em termos do presente e, com isso, trai o passado; ou ele explica-o nos termos do passado e, então, fica incompreensível aos homens do presente” (Mauro, [1958] 1972a, p. 3, tradução nossa).

Ora, é preciso considerar que a compreensão de um sistema econômico, ou mesmo de uma época, depende de um conjunto de conceitos:

⁷ Destaquemos, a título de exemplo, que até 1956, Mauro já havia publicado treze artigos em periódicos, alguns na própria revista dos *Annales*, versando sobre a economia das ilhas do atlântico, mas nenhum sobre aspectos metodológicos. Esse padrão de publicação de textos metodológicos em periódicos fora da França irá se manter na década de 1960. Ver a relação de suas publicações em Martinière (1995).

conjunturas, estruturas, sistemas, ritmos, permanências – que não se encontram jamais em estado puro, mas sempre interligados na temporalidade. Ou seja, é difícil estabelecer uma distinção entre dois sistemas econômicos, por exemplo, entre a economia medieval e o capitalismo comercial. Para fazer frente a essas dificuldades, Mauro se propõe a examinar um caso de história total, de uma história capaz de compreender uma totalidade, a saber, o *capitalismo comercial na Europa em seus diversos aspectos*: uma sociologia, uma geografia, uma etnologia, uma demografia econômica (Mauro [1958] 1972a, p. 12-13).

Nesse modelo, ele parte do princípio de que, mesmo que a Europa Moderna ainda possua traços do mundo medieval, “a economia é a mola dessa civilização, a causa de sua estrutura e de sua evolução” (Mauro, [1958] 1972a, p. 12). Dessa forma, não é possível, como pretendia Labrousse, afirmar que a reprodução social e o abastecimento são as atividades mais importantes dessa sociedade. O comércio e a circulação, estes sim são os grandes movimentos responsáveis pela dinâmica do mundo moderno. A partir dessa afirmação, Mauro constrói um modelo em três níveis, elaborados, notemos, segundo os conceitos da teoria econômica contemporânea. Ele apresenta uma macroeconomia estática, que estuda as “condições gerais de funcionamento em equilíbrio do sistema econômico como um todo”; uma microeconomia, ou seja, o estudo da “célula tipo ou das células tipo e os ramos de produção” e, finalmente, uma macroeconomia dinâmica preocupada com “as modificações e as flutuações que levam pouco a pouco à renovação ou à destruição do sistema” (Mauro, [1958] 1972a, p. 15). Esses três níveis de análise lhe permitem discutir os cuidados e as precauções necessárias para não conferir uma lógica essencialmente contemporânea ao mundo da Época Moderna.

Contudo, na segunda parte de seu artigo ele apresenta uma comparação entre as características do capitalismo comercial europeu com os países subdesenvolvidos no mundo contemporâneo. Em suas palavras, “vejamos se o aparelho conceitual do subdesenvolvimento pode se aplicar a este capitalismo comercial” (Mauro, [1958] 1972a, p. 12). Para ele, a comparação é possível, pois “os dois sistemas se assemelham: sob os pontos de vista geográfico e econômico” (Mauro, [1958] 1972a, p. 21); pela importância quantitativa da atividade agrícola; e pelo fato de que “o circuito monetário é relativamente restrito” (Mauro, [1958] 1972a,

p. 22). Dessa comparação, extrai também diferenças, chamando a atenção às características do capitalismo comercial que não se encontram nas economias subdesenvolvidas.

Destaquemos nessas proposições que, seja na elaboração do modelo de capitalismo comercial, seja na comparação com as economias subdesenvolvidas, seu artigo demonstra o esforço em colocar o conhecimento histórico a serviço da teoria econômica. Sua grande preocupação é discutir em que medida o passado pode ser explicado pelos conceitos da teoria econômica contemporânea. A conclusão não deixa dúvidas:

Se a história econômica é *determinada* pela ciência econômica e se esta muda a partir da necessidade dos especialistas, a história econômica será eternamente reconstruída, repensada, recriada. Mas, neste movimento, ela não faz mais que seguir o destino comum de toda ciência histórica. Nesta, como em todas as ciências humanas, nada há de definitivo. (Mauro, [1958] 1972a, p. 28, tradução e grifo nossos)

Aqui, ainda que reconheça as mudanças na história econômica, é a ciência econômica que as determina.

A questão da construção de modelos reaparece no artigo “Por um ‘modelo intercontinental’: a expansão europeia no ultramar entre 1500 e 1800”, publicado em 1961 na *The Economic Historical Review*. Nele, podemos ler: “já está longe o tempo em que a história era somente a ciência do excepcional. Para além dos eventos, da conjuntura, ela se esforça hoje em dia para identificar as estruturas, os conjuntos estruturais, as civilizações”. Para ele, “a reconstituição desses mecanismos permite a construção de modelos cada vez mais precisos com o progresso da pesquisa, em particular da pesquisa estatística e também com o progresso da ciência econômica em contato com a história” (Mauro, [1961] 1972b, p. 49, tradução nossa). Nessas passagens reencontramos a ideia de que o progresso da ciência econômica coloca questões teóricas à história, especificamente, uma demanda pela construção de modelos econômicos do passado. É a esta demanda, demanda da economia, ressaltemos, que Frédéric Mauro deseja responder.

Para tanto, ele elabora um modelo intercontinental da expansão marítima europeia entre 1500 e 1800. Europa, América, África e Ásia são consideradas como blocos “de onde entram e por onde saem certo número de produtos em quantidades determinadas” (Mauro, [1961]

1972b, p. 51, tradução nossa). Não se trata, portanto, de uma história nacional, mas de uma história de grandes conjuntos – global, diríamos hoje. Ele constrói um modelo, separando as grandes unidades continentais; os principais artigos comercializados: bens primários das zonas temperadas, bens primários das zonas tropicais, inclusive escravos, os bens secundários, os bens terciários, incluindo homens brancos. Em seguida, traça em grandes linhas, a exemplo de um modelo de fluxo de econômico, as trocas entre as regiões, os tipos de produtos e o resultado em termos de déficits e superávits. Finalmente, propõe um modelo para captar as variações temporais, a partir de equações lineares e não lineares, inspiradas nos modelos de Jan Tinbergen.

O que nos parece crucial nesse artigo é a própria decisão de estudar os três séculos do capitalismo comercial com um modelo matemático que, por mais elaborado que seja, dificilmente incorpora elementos de ordem política, tais como dominação, monopólios, guerras e tratados comerciais. Nesse caso, a necessidade imposta pela teoria econômica para a história foi respondida por Mauro com a incorporação da própria linguagem instrumental da ciência econômica. Nessa tentativa, vemos que sua concepção de história econômica aproxima-se muito mais da economia, aceitando e incorporando seus métodos e aplicando-os ao estudo do passado.

Essa concepção é desenvolvida em outro artigo, intitulado “História, ciência do abstrato”, publicado na *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* em 1962 e reimpresso no *Anuario de história económica* em Madri, em 1968. O título é uma provocação a Marc Bloch, que considerava a história uma “ciência do concreto”, “de carne e osso”, mostrando o paradoxo entre a ciência e a concretude irredutível da vida social.

Segundo Frédéric Mauro ([1962] 1972c, p. 29, tradução nossa), “toda ciência é, a um só tempo, concreta e abstrata. Ela vai do concreto ao abstrato, e vice-versa”. Em seu domínio, o historiador “tenta dar conta do passado em termos compreensivos aos homens do presente. Para isso, construindo as ciências sociais do passado, ele se vale das ciências sociais do presente. Ele faz a teoria do passado como estas fazem a teoria do presente” (Mauro, [1962] 1972c, p. 31, tradução nossa). Aqui, portanto, reencontramos a expressão “ciência social do passado”, não mais exigindo uma definição, como no texto de 1954, mas citada como se seu uso e sentido fossem consensuais.

Uma vez que a história não é nem ciência do concreto nem do abstrato, mas, simplesmente, ciência, ela necessita construir uma teoria. Dessa forma,

[...] para o *historiador economista* [vejamos que ele retoma a expressão com a qual Pierre Chaunu o definira, anos antes] a tarefa essencial deve ser a teoria econômica retrospectiva ou a teoria econômica do passado. As outras disciplinas econômicas, geografia, antropologia, sociologia, demografia, psicologia econômica do passado, não são mais que instrumentos permitindo melhor captar e esclarecer essa teoria. (Mauro, [1962] 1972c, p. 32, tradução e grifo nossos)

Ora, uma vez que a História está a serviço das ciências sociais, ela de ve, assim como estas, erigir teorias. Como fazê-lo? Eis o objetivo desse artigo. Segundo Frédéric Mauro, não se deve, como pretendia Earl J. Hamilton, “aplicar brutalmente ao passado a teoria econômica em seu estado atual” (Mauro, [1962] 1972c, p. 32, tradução nossa). Também não é apropriada a solução de Labrousse, segundo a qual “cada sistema econômico tem suas próprias leis” e sua concepção de que “os mecanismos econômicos são diferentes para cada sistema” (Mauro, [1962] 1972c, p. 34, tradução nossa).

Para Frédéric Mauro a resposta para a construção de teorias econômicas para o passado pode ser encontrada nas obras de Milton Friedman e de Oskar Lange. Os dois economistas, o primeiro, representante da Escola de Chicago, o outro, um dos teóricos do planejamento socialista, possuem um ponto em comum: para ambos, “existem mecanismos fundamentais que são onipresentes, quaisquer que sejam as estruturas” (Mauro, [1962] 1972c, p. 35, tradução nossa). A economia é uma ciência que estuda as relações entre certas variáveis como, por exemplo, a escassez e a maximização do excedente, além disso, “as leis econômicas possuem um caráter objetivo” (Mauro, [1962] 1972c, p. 36, tradução nossa). Ainda que os dois autores não tenham aplicado suas concepções ao estudo do passado, segundo Mauro, eles abriram “a porta para uma economia histórica generalizada”. A história econômica atual (1962) está orientada pela atitude de “buscar uma ciência econômica sempre geral, generalizada em relação à História. Além dos acontecimentos, das instituições, das estruturas, ela busca alcançar as *naturezas* econômicas,

ou melhor, a *natureza* econômica” (Mauro, [1962] 1972c, p. 37, tradução nossa). No presente, o historiador deve

[...] experimentar, ao contato com o passado, o caráter verdadeiramente fundamental, universal desses mecanismos. [...] A utilidade do historiador é mostrar em que um mecanismo específico ainda não é suficientemente geral ou, se quisermos ir mais longe, deve garantir a generalidade desse mecanismo. (Mauro, [1962] 1972c, p. 37, tradução nossa)

Ao final, Mauro conclui:

[...] a história econômica aparece como a ciência econômica retrospectiva de nossos economistas, se servindo dela e se erigindo sobre ela. Em consequência, o primeiro objetivo da história econômica é de ser útil aos economistas e a história econômica deve aparecer como uma disciplina senão diretamente, ao menos indiretamente operacional. (Mauro, [1962] 1972c, p. 38, tradução nossa)

Esse texto, de 1962, mostra o resultado da concepção de história econômica, ou melhor, de sua concepção de economia retrospectiva. Aqui, a política, o social – sem mencionar os eventos – perdem espaço no vocabulário de Frédéric Mauro. Para ele, o capitalismo comercial é um sistema fundado sobre o comércio de longa distância de produtos de luxo e de consumo, sobre o comércio de escravos e a exploração e circulação de metais preciosos. Não se trata da economia do Antigo Regime de Labrousse. É um sistema cada vez mais tocado pela racionalidade econômica. Fenômeno que está na origem do interesse de Frédéric Mauro pela contabilidade e pelos livros-razão, pelo comércio e as mercadorias que circulam pelo Atlântico. Nesse sentido, ele se colocava a serviço dos economistas, da ciência econômica, e a História, de ciência dos homens, do concreto, da totalidade, como gostaria Bloch, torna-se um laboratório de testes para a teoria econômica.

Notemos, ademais, que os artigos analisados foram publicados em revistas estrangeiras, enquanto Mauro escolhia os periódicos franceses para apresentar suas pesquisas empíricas e as inúmeras resenhas que escrevia para divulgar os trabalhos sobre Portugal, o Brasil e a América Latina a seus conterrâneos. Essa opção seria o resultado de uma escolha consciente de divulgar sua concepção sobre história econômica no exterior,

enquanto ela não seria aceita e partilhada em seu próprio país? Ou ela revelaria, ao contrário, a percepção de que, cada vez mais, Frédéric Mauro se afastava da concepção da história econômica e social que se difundia entre os historiadores dos *Annales* e que passava a predominar no ambiente dos historiadores?

Uma das maneiras de tentar responder a isso, ainda que de modo preliminar, seria discutir como, por exemplo, Fernand Braudel, cuja tese fora escolhida como modelo por Mauro, concebia o diálogo entre a história e a teoria econômica, ou melhor, qual seria sua concepção sobre a história econômica, ou sobre o diálogo da história com as ciências sociais neste nosso período em análise.

Ora, é possível dizer que desde o final dos anos 40, as energias de Fernand Braudel estavam depositadas na reconfiguração do diálogo entre as disciplinas, em um contexto de avanço das ciências sociais, em face dos problemas colocados pelo final da Segunda Guerra Mundial e a reconstrução europeia. Essa reorganização do contato das disciplinas mesclava-se com o desafio de erigir e consolidar a VI seção da *École Pratique des Hautes Études*, conforme analisado por Dosse (2003), Gemelli (1995) e Mazon (1988). Nesse momento, portanto, estava em jogo a continuidade e a institucionalização do projeto original da Escola dos *Annales* e a manutenção da História enquanto disciplina da totalidade, única capaz de fazer a síntese das novas disciplinas e explicar o conjunto da vida social⁸.

Uma forma de captar, concretamente, as injunções desse momento seria o artigo de Fernand Braudel, “Por uma história econômica”, publicado no primeiro número da *Revue Économique*, em 1950 e, portanto, dirigido aos economistas.

O convite ao diálogo proposto por Braudel, contudo, é consideravelmente diverso daquele sugerido por Frédéric Mauro. Ao contrário de seu aluno, pergunta-se qual é a contribuição que os economistas podem dar aos problemas históricos. Uma verdadeira revolução copernicana, pois os dois polos em debate mudam de chave, e agora é a economia que deve oferecer elementos para a compreensão do passado.

⁸ Para uma análise das questões referentes à federalização da História e as interações com as outras ciências sociais no pensamento de Braudel, ver também os trabalhos de Peter Burke (1992), André Burguière (2006) e Hervé Couteau-Bégarie (1989).

Para Braudel, a economia deve estar aberta à longa duração, tempo exclusivo dos historiadores; a *dismal science* deve ajudar os historiadores a pensar essas longas estruturas temporais. Seu propósito é ir além do tempo conjuntural, do movimento ondulante das curvas que se estendem por cinco, dez, ou cinquenta anos – o “recitativo do conjuntural”, ao qual se referiu na resenha sobre Pierre Chaunu –, para fazer frente à longa duração da história dos homens, esta história geográfica, social, econômica e política que ele esboçou em seu *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, no qual a economia foi uma ciência social entre outras, mobilizada em sua explicação.

Por outro lado, prossegue, a História trata não somente de continuidades, para as quais as teorias do equilíbrio dos economistas são relativamente apropriadas, mas ela aborda também as rupturas. E Braudel se pergunta: “e justamente, sobre essas descontinuidades estruturais, mesmo a título de hipóteses, os economistas não têm nada a dizer? *A nos dizer?*” (Braudel, [1950] 1984a, p. 132, tradução nossa).

Portanto, ao contrário de Frédéric Mauro, é a partir das questões particulares da história que a economia deve ser interrogada. O mesmo movimento se encontra em seu artigo seminal “A História e as ciências sociais: a longa duração”, publicado em 1958 nos *Annales*. Aqui, a diferença entre história e as ciências sociais não está assentada na distinção segundo a qual a primeira estuda o passado, e as outras, o presente. Ao contrário, a temporalidade, atributo exclusivo da história, é o elemento diferenciador e capaz de vivificar as ciências sociais. É a temporalidade, ou melhor, a longa duração que ele opõe à concepção de história econômica praticada por Frédéric Mauro e Pierre Chaunu:

A nova história econômica e social coloca no primeiro plano da sua investigação a oscilação cíclica e ela reflete sobre sua duração: ela é tomada por uma miragem e também pela realidade das elevações e quedas dos preços. Existe também, hoje, ao lado da narração (ou do recitativo tradicional) um recitativo da conjuntura que se debruça sobre o passado a partir de grandes parcelas: cerca de dez, vinte ou cinquenta anos.

Mais além desse segundo recitativo se situa uma história de fôlego ainda maior, de amplitude secular neste caso: a história da longa, e mesmo da longuíssima duração. (Braudel, [1958] 1984b, p. 44-45, tradução nossa)

É justamente essa história longa, categoria própria dos historiadores, que serve de parâmetro para o contato com as ciências sociais. Essas considerações de Fernand Braudel, examinadas brevemente, mostram a preocupação em preservar um papel autônomo para a História, uma especificidade que a colocaria como portadora irreduzível da totalidade das ciências humanas e sociais, sem capitular ao expansionismo das ciências sociais, seja a economia, no caso do primeiro texto, seja a sociologia e a antropologia, neste manifesto de 1958.

Considerações finais

Para Fernand Braudel, a defesa da história em face do avanço das ciências sociais era crucial. Resta saber se a confluência de uma abordagem cada vez mais próxima da economia por parte de Frédéric Mauro, no mesmo momento em que Braudel reexamina as possibilidades de diálogo com as ciências sociais, terá tido um peso decisivo na crescente independência de Frédéric Mauro em relação ao seu mestre. Contudo, se voltarmos às reticências dos historiadores que se debruçaram sobre a história da escola dos *Annales* em incorporá-lo como um de seus representantes, e mesmo se observarmos as críticas que sua tese de doutorado recebeu durante a defesa ou após sua publicação por seus conterrâneos, podemos ver que o viés mais econômico, ou economicista, apontado por seus críticos, foi sendo acentuado ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Uma das razões desse alijamento, bem levantada por Laurent Vidal (2013), pode residir no fato de que os historiadores dos *Annales* foram cada vez mais se restringindo ao estudo da história da França ou da Europa, enquanto temas ligados a outros continentes ou realidades foram sendo deixados de lado. Nesse sentido, basta compararmos a trajetória de Mauro com a de Pierre Chaunu, que abandona definitivamente o estudo do mundo hispano-americano ainda nos anos de 1970, dedicando-se à demografia, à história da religião e às mentalidades, porém na maior parte dos casos centrados agora no território francês.

Para concluir, cito um documento inédito que se encontra no acervo de Frédéric Mauro na Biblioteca de La Rochelle⁹. Intitulado “*Quelques*

⁹ Agradeço a Guy Martinière pela indicação da localização do acervo e a Séverine

souvenirs de Fernand Braudel”, o manuscrito datilografado não traz data ou outra indicação da ocasião em que foi lido ou publicado. Contudo, presumo que seja da década de 1980.

Frequentemente tive a impressão de não compartilhar o mesmo interesse às mesmas coisas que Braudel. Eu acreditava quem sabe em uma história mais científica ou mais técnica que aquela que ele concebia e jamais tive um amor imoderado pela história social. Mas, sobre as grandes linhas de seu método, acredito ter sido um de seus mais ardentes defensores. Os que não compartilhavam meu ponto de vista o admitiam, talvez porque eu não representasse inteiramente a mesma família intelectual e espiritual de Braudel e isso os impelia a se abrirem a ele. Ademais, a própria abertura de espírito de Braudel fez com que os *Annales ESC* não tenham aparecido sob a bandeira de uma “história de esquerda” ou “de direita”, mas que os problemas que elas colocavam fossem muito além desta dicotomia ideológico-política, ainda que muito forte na França. Em suma, os *Annales* acabaram ganhando a partida. (Mauro, n. d., p. 6. tradução nossa)

Finalizamos, portanto, com essa afirmação da independência intelectual de Frédéric Mauro diante do programa historiográfico dos *Annales*.

Referências

- ALDEN, Dauril. Review of : *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe Siècle (1570-1670): étude économique*. By Frédéric Mauro. *The Journal of Economic History*, v. 22, n. 2, p. 280-282, 1962.
- BALHANA, Altiva Pilatti. Frédéric Mauro e os cursos de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. In: MARTINIERE, Guy (Org.). *Le Portugal et l'Europe atlantique, le Brésil et l'Amérique latine: mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Diff. J. Touzot, p. 47-54, 1995.
- BESNIER, Robert. Note bibliographique de MAURO (FREDERIC) – *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670*. *Revue économique*, v. 14, n. 6, p. 967-968, 1963.
- BOXER, Charles R. Shot notice of : *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe Siècle, 1570-1670: étude économique*. *The English Historical Review*, v. 77, n. 302, p. 153-154, 1962.

Boulaire, bibliotecária chefe da Biblioteca Universitária de La Rochelle, pela acolhida e pelas condições de trabalho excepcionais que me proporcionou durante a consulta ao material de Frédéric Mauro.

- BRAUDEL, Fernand. Pour une histoire sérielle: Séville et l'Atlantique (1504-1650). *Annales. Economies, sociétés, civilisations*, 18^e année, n. 3, p. 541-553, 1963.
- BRAUDEL, Fernand. Pour une histoire économique. In: BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, p. 129-137, 1984a. (Original publicado em 1950)
- BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales: la longue durée. In: BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, p. 37-62, 1984b. (Original publicado em 1958)
- BURGUIÈRE, André. *L'École des Annales: une histoire intellectuelle*. Paris: Odile Jacob, 2006.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales: 1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CHAUNU, Pierre. Brésil et Atlantique au XVII^e Siècle (Charles Ralph Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*; Frédéric Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle (1570-1670): étude économique*). *Annales: economies, sociétés, civilisations*, 16^e année, n. 6, p. 1176-1207, 1961.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Le phénomène Nouvelle Histoire: grandeur et décadence de l'École des Annales*. Paris: Economica, 1989.
- DELUMEAU, Jean. Review of FRÉDÉRIC MAURO. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle (1570-1670)*. *The Economic History Review, New Series*, v. 14, n. 2, p. 358-359, 1961.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo, Bau-ru: Edusc, 2003.
- GEMELLI, Guiliana. *Fernand Braudel*. Paris: Editions Odile Jacobs, 1995.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Resenha de: MAURO (Frédéric)– *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670 (Étude économique)*. *Revista de História*, v. 26, n. 53, p. 271-272, 1963.
- MACHADO, Daiane Vaiz. *Por uma "ciência histórica": o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998*. São Paulo: ASSIS, UNESP, 2016 (Tese de Doutorado em História).
- MANCHESTER, Alan K. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle (1570-1670)* by Frédéric Mauro. *The Journal of Modern History*, v. 33, n. 4, p. 433-434, 1961.
- MARTINIÈRE, Guy. *Contribution à l'étude de l'économie rétrospective du Brésil: essai d'historiographie*. Paris: Université Paris Nanterre, 1973 (Thèse de 3^e cycle).
- MARTINIÈRE, Guy (Org.). *Le Portugal et l'Europe atlantique, le Brésil et l'Amérique latine: mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Diff. J. Touzot, 1995.
- MAURO, Frédéric. O historiador em face das ciências sociais. *Revista de História*, n. 17, p. 229-232, 1954.
- MAURO, Frédéric. Science économique et science historique. *Revista da Faculdade de Ciências Econômicas*, ano 2, n. 2, p. 83-88, 1955.
- MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle: étude économique*. Paris: SEVPEN, 1960.

- MAURO, Frédéric. Théorie économique et histoire économique. MAURO, Frédéric. *Des produits et des hommes: essais historiques latino-américains, XVI^e –XX^e siècles*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 3-28, 1972a. (Original publicado em 1958)
- MAURO, Frédéric. Pour un 'modèle intercontinental': l'expansion européenne outre-mer entre 1500-1800. In : MAURO, Frédéric. *Des produits et des hommes: essais historiques latino-américains, XVI^e –XX^e siècles*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 49-71, 1972b. (Original publicado em 1961)
- MAURO, Frédéric. L'histoire, science de l'abstrait. In : Mauro, Frédéric. *Des produits et des hommes: essais historiques latino-américains, XVI^e –XX^e siècles*. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 29-41, 1972c. (Original publicado em 1962)
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Tradução Manuela Barreto. 2^a. Edição: Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- MAURO, Frédéric. *Quelques souvenirs de Fernand Braudel*. Fonds Frédéric Mauro. Bibliothèque Interuniversitaire de La Rochelle. Cote: 1 MAU 71. (Artigo datilografado sem data)
- MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales: le rôle du mécénat américain: 1920-1960*. Paris : Cerf, 1988.
- NOWELL, Charles E. Review of: *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670): étude économique* by Frédéric Mauro. *The American Historical Review*, v. 66, n. 3, p. 731-732, 1961.
- RECTORAT DE PARIS. Faculté de Lettres de Paris. Acte de soutenance de thèse de Frédéric Mauro. Archives Nationales de France. AJ/16/7108.
- SILBERT, Albert. Compte-rendu de Frédéric Mauro. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle, 1570-1670: étude économique*. *Revue Historique*, t. 227, fasc. 1, p. 234-236, 1962.
- VAYSSIÈRE, Paul. Frédéric Mauro, historien des Annales. *Caravelle*, n. 78, p. 293-304, 2002.
- VIDAL, Laurent. Frédéric Mauro, historien du Brésil. In : MARTINIÈRE, Guy; MONTEIRO, Éric. *Les échanges culturels internationaux*. France, Brésil, Canada-Québec. Paris: Les Indes Savantes, p. 319-329, 2013.
- VIDAL, Laurent. L'itinéraire d'un historien de l'Amérique Latine. Entretien avec Frédéric Mauro. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 28/29, p. 101-108, 1998.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Frédéric Mauro e a história quantitativa do Brasil. In: MARTINIÈRE, Guy (Org.). *Le Portugal et l'Europe atlantique, le Brésil et l'Amérique latine: mélanges offerts à Frédéric Mauro*. Lisboa ; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Diff. J. Touzot, p. 55-61, 1995.

o corporativismo económico como doutrina e dispositivo: o sistema português em perspectiva comparada (1933-1974)*

the economic corporatism as doctrine and gimmick: the portuguese system in a comparative perspective (1933-1974)

Álvaro Garrido**

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

RESUMO

Este artigo incide no conceito e nas práticas institucionais de corporativismo económico no ambiente histórico dos fascismos europeus e no contexto específico do Estado Novo português. Partindo da constatação de que o conceito de corporativismo económico se encontra sub-representado na historiografia, analisa-se em que medida as organizações corporativas da economia mostraram características comuns a outros movimentos de regeneração institucional do capitalismo no período entre as duas guerras mundiais. Fazendo uma síntese comparativa dos regimes do fascismo italiano, do nazismo alemão, da França de Vichy e da Espanha de Franco, identificam-se as características institucionais e as singularidades desses modelos de corporativismo económico. Dada a sua relevância internacional na vaga internacional de sistemas de corporativismo de Estado, e considerando a longevidade das suas instituições, tomamos como estudo de caso a organização corporativa da economia vinculada ao Estado Novo português. A lógica política e instrumental do sistema de governo da economia que persistiu em Portugal entre 1933 e 1974

ABSTRACT

This article focuses on the concept and institutional practices of economic corporatism on the historic ambience of the European fascisms and in the specific context of the Portuguese New State. Starting from the evidence that the concept of economic corporatism is under-represented in historiography, we debate to what extent the corporatist organizations have shown common features comparing to other movements engaged in the institutional regeneration of the capitalist system during the interwar period. Making a comparative synthesis of the regimes of Italian fascism, German Nazism, France of Vichy and Spain of Franco, we identify the institutional features and singularities of those models of economic corporatism. Given its international relevance in the international wave of state corporatism, and considering the longevity of its institutions, we take as case-study the corporatist organization for economy connected with the Portuguese New State. The politic and instrumental logic of the economic guidance system that lasted in Portugal between 1933 and 1974, allows to

* Submissão: 16/02/2019; aprovação: 13/11/2019.

** Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. *E-mail*: agarrido@fe.uc.pt. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5424-8923>>.

permite revisitado as potencialidades e limitações do conceito de corporativismo económico enquanto categoria de análise histórica.

Palavras-chave: Corporativismo. Economia. Instituições. Fascismos. Portugal.

revisit the potentials and limitations and constraints of the concept of economic corporatism as a tool of historic analysis.

Keywords: Corporatism. Economy. Institutions. Fascisms. Portugal.

Corporativismo, corporativismos

Nos seus diversos tempos e modalidades, o corporativismo consiste numa ideia funcional. Estamos perante uma doutrina destinada a assegurar a ordem social num determinado espaço (Estado-Nação ou empresa) e a promover a conciliação entre os interesses individuais associados a uma profissão ou actividade económica e um determinado interesse colectivo cuja garantia é confiada ao poder político ou a instâncias que o representam.

Entre as duas guerras mundiais, a crise do Estado liberal e a erosão institucional do próprio capitalismo – de certa forma, a crise do mercado – estimularam uma intensa e variada reflexão sobre as relações entre a economia, a sociedade e a política. A solução corporativa oferecia respostas político-institucionais para a superação do Estado liberal e para uma transformação compulsiva da economia de mercado e das instituições do capitalismo concorrencial herdadas do século XIX (Berend, 2006, p. 18-31).

No seu voluntarismo doutrinário, em geral os corporativistas prometiam novas formas de governo da economia e pretendiam garantir a disciplina das relações de trabalho ou o fim do sindicalismo livre. No contexto autoritário e totalitário dos fascismos europeus e sul-americanos do primeiro pós-guerra e dos anos trinta, esses propósitos traduziram-se, fundamentalmente, num intervencionismo económico sem precedentes, imposto segundo lógicas de autarcia e protecção comercial, e na liquidação do sindicalismo revolucionário. Nas mais diversas experiências nacionais (Pinto, 2017; Pasetti, 2016, p. 103-189), o corporativismo apresentou-se como solução para uma questão central da política moderna: o problema da conciliação entre a diversidade dos interesses económicos e sociais e a construção da unidade política do Estado, fosse ele autoritário ou totalitário.

Os corporativistas insistiram em declarar que a Grande Guerra e a crise de 1929 não eram fenómenos contingentes, mas depressões cíclicas que abriram uma grande fractura na economia liberal, como que revelando a deficiência orgânica do sistema capitalista e a sua propensão para gerar instabilidade. À competição e anarquia da produção e repartição de riqueza em que caíra o liberalismo, o corporativismo opunha a solidariedade de todos os elementos da vida económica, obrigando-os a exercer a sua actividade com espírito de paz social. Debaixo desta dogmática composta por diversos afluentes doutrinários e ideologias geralmente contra-revolucionárias, escondiam-se finalidades instrumentais convergentes com a lógica política dos regimes autoritários, em geral, e dos fascismos-regime, em particular.

De acordo com a definição de Philippe Schmitter, o corporativismo designa um sistema de representação de interesses cujas instituições se organizam num número limitado de categorias funcionalmente distintas e hierarquizadas, compulsórias e não concorrenciais, às quais o Estado concede o monopólio da representação em contrapartida de colaboração no exercício do controlo social e político (Schmitter, 1979, p. 7-52).

Esta definição clássica de *corporativismo social* permite uma distinção vincada em relação ao *corporativismo político*. Este último conceito é definido pelo mesmo autor como

[...] um sistema de representação política, baseado numa visão orgânica-estatista da sociedade, em que as suas unidades “orgânicas” (família, poderes locais, associações e organizações profissionais e instituições de interesses) substituem o modelo eleitoral, centrado no indivíduo e na representação e legitimidade parlamentares, tornando-se o principal ou complementar órgão legislativo ou consultivo do governo. (Schmitter, 1979, p. 87)

Menos estabelecido e dependente da formulação dos próprios doutrinadores é o conceito de *corporativismo económico*, cujo traço mais comum às anteriores categorias teóricas reside no organicismo e na oposição do *homo corporativus*, movido pelo interesse nacional e por valores supostamente comuns, ao *homo economicus*, protótipo do capitalismo liberal (Bastien; Cardoso, 2007, p. 120-127). Segundo esta argumentação elíptica, a reabilitação do corporativismo seria uma etapa necessária e imperativa do processo histórico que exigia uma nova ética da actividade econó-

mica, fundada na regulação estatal da concorrência, na economia dirigida e na institucionalização autoritária dos interesses. Políticas comerciais protecionistas e práticas de comércio de Estado destinadas a apoiar políticas sectoriais de autarcia haviam de completar este aparato. Os principais axiomas da economia política do corporativismo – uma superação frágil da síntese neoclássica, conjugada com diversos pressupostos da escola histórica alemã – residia nos princípios da “utilidade colectiva” e do “interesse nacional”, uma dogmática fácil de acomodar à demagogia dos fascismos (Garrido, 2018b, p. 34-51).

Em qualquer dessas formas de corporativismo, trata-se de definições ou categorias analíticas que podem não resistir à prova histórica e que consentiram uma evidente plasticidade. Na prática, a ideia corporativa inspirou a criação de aparelhos institucionais de administração económica fortemente controlados pelos Estados autoritários e confiados às suas oligarquias burocráticas.

Corporativismo e economia dirigida internacional

No plano económico, num contexto institucional precipitado pela crise da economia liberal dos anos vinte e trinta, o corporativismo participou da procura transversal de sistemas de coordenação do mercado interno e de limitação da concorrência. O controlo dos preços dos bens alimentares e de matérias-primas ligadas a programas de autarcia foi um elemento transversal aos corporativismos históricos vinculados a regimes autoritários e totalitários (Brito, 1989, p. 91-109).

Na Europa dos anos trinta, e não apenas no continente europeu, o liberalismo conhecia a sua primeira crise institucional sulcada pela “grande depressão”. Essa instabilidade contagiou a própria “ciência económica”, abalando os fundamentos da síntese neoclássica, que conheceram a partir de então uma clara contestação, ainda que pouco consequente a curto prazo.

Nessa época de grandes tensões e de súbita construção de regimes autoritários e totalitários em diversos países, as ideias corporativistas conheciam o seu segundo fôlego histórico. O corporativismo renascia das cinzas após um longo curso de apagamento, obviamente associado à natureza anticorporativa do Estado liberal, que em nome da liberdade

do trabalho e das leis do mercado proibira as corporações, abrindo caminho ao sindicalismo de classe e a um vigoroso mutualismo laboral (Garrido, 2016a, p. 24-57; Viscardi, 2010, p. 23-39). Posteriormente, os Estados que se disseram corporativos proibiram os sindicatos livres e reprimiram as associações de socorros mútuos para resgatar as corporações (embora outra sorte de corporações), num exaltado regresso a um passado orgânico, feito de harmonias sociais, à imagem de um corpo. Ainda que evidenciem as contradições históricas do corporativismo, estes ciclos e contraciclos não deixam de provar a resiliência histórica das ideias corporativistas e a adaptabilidade das suas instituições.

Durante os anos vinte e particularmente nos primeiros anos da década de trinta, a ideia de uma “economia dirigida internacional”, assente na Corporação como entidade semiautónoma capaz de substituir as bases institucionais do sistema capitalista liberal, foi muito difundida. Essa ambição de erguer um corporativismo económico transnacional – uma espécie de “internacional corporativista” – surgiu com especial vigor argumentativo nas obras de Giuseppe De Michelis (1935) e de Mihail Manoilescu (1934), entre outros destacados autores corporativistas. Nos diversos países que conheceram regimes de tipo fascista, a economia dirigida que se declarou corporativa instituiu modelos administrativos de regulação económica estatal ou uma economia dirigida por meio de instituições públicas e semipúblicas de direito corporativo. Esta contradição angular – obviamente deliberada, de forma a oferecer agilidade ao sistema – acompanhou o corporativismo económico em todos os casos em que ele marcou a natureza dos regimes corporativistas e fez parte das suas lógicas de poder sobre a sociedade (Gagliardi, 2010, p. 116-125).

No plano jurídico e das técnicas de governo da economia, o corporativismo trouxe um renovado fôlego a um novo tipo de intervencionismo económico do Estado, ou numa linguagem de Direito público, à “administração reguladora indirecta” (Moreira, 1997, p. 104-105). Os regimes corporativistas atribuíram às instituições corporativas poderes de regulação económica, mas fizeram-no no âmbito do Estado ou por meio das organizações corporativas, usando-as como poder de mediação. Essas instituições típicas de um modelo de “corporativismo de Estado” surgiram primeiramente com o fascismo, em Itália, a partir de 1923, e em Espanha, com a ditadura de Primo de Rivera, no mesmo ano.

Na prática, os aparelhos burocráticos do corporativismo vieram pôr em ordem uma realidade económica já formada, cujos interesses se agitaram por diversas razões e em medida variável, em regra por dentro das associações de interesses criadas no âmbito da ordem liberal.

Uma breve comparação das soluções institucionais encontradas nos principais regimes corporativistas e uma resenha do confronto que a burocracia económica autoritária trouxe às relações entre o público e o privado talvez facilite a análise deste fenómeno transversal a diversas economias e sociedades do período entre as duas guerras.

Como intervir na economia? Experiências nacionais comparadas

Na convulsiva Itália de 1918 e 1919, surgiram de par os institutos nacionais de segurança social e solidariedade e os primeiros organismos de administração da economia. Volvidas as pretensões socialistas do “primeiro fascismo”, que chegou a reclamar a nacionalização das empresas monopolistas e a participação dos trabalhadores nas decisões e benefícios das empresas, até 1926, pelo menos, o Partido Nacional Fascista abraçou o liberalismo económico com entusiasmo.

No começo do movimento fascista, em 1919, os capitalistas e industriais não foram dos mais animados com a ideia dos camisas-negras, nem sequer se mostraram muito generosos no financiamento aos militantes fascistas. Em outubro de 1922, já foram os dirigentes das organizações patronais (a *Cofindustria*, a Confederação Agrícola e a Associação Bancária) a exigir a entrega do governo a Mussolini, na expectativa de serem recompensados, em especial se o fascismo banisse os sindicatos de trabalhadores socialistas, como efectivamente aconteceu. Em 1925, a poderosa *Cofindustria* obteve do regime fascista o direito de representação de todos os patrões, passando a fazer parte dos organismos fascistas, mas sem se diluir no sistema corporativo. No ano seguinte, no contexto da legislação sindical elaborada por Alfredo Rocco, que completou a subordinação do trabalho e do capital ao Estado fascista, as confederações patronais adquiriram poderes inéditos de controlo político e administrativo sobre os dirigentes e funcionários das associações industriais de pequena escala ou de natureza provincial (Gagliardi, 2010, p. 39-40).

No campo da economia, as batalhas pela “produção nacional” e por uma certa *autarcia* – conceito muito ambíguo e praticado segundo diversos entendimentos, mesmo dentro do mesmo regime – abriram caminho a um dirigismo económico crescente, sobretudo depois da substituição, em 1928, do ministro das Finanças Giuseppe Volpi, um homem de negócios de crença liberal, por Antonio Mosconi, um intervencionista feroz. Entretanto, a corporativização forçada das organizações de patrões e trabalhadores conduzida ao abrigo da Carta del Lavoro (1927) instituiu uma sindicalização assimétrica que perdurou até 1945. Nem nas empresas nem nas organizações profissionais havia qualquer representação conjunta de trabalhadores e patrões (Gagliardi, 2010, p. 39-43).

Tal como sucedeu noutros países, inclusive em democracias liberais, também em Itália a crise mundial apressou o dirigismo económico. O maior impulso institucional a essa economia dirigida de base corporativa residiu na criação do Conselho Nacional das Corporações, em março de 1930. O papel do Conselho implicou a coordenação das relações económicas entre as várias categorias de produtores, a regulação das relações entre patrões e assalariados e a acção assistencial dos sindicatos profissionais. Ainda que formalmente consultivo, na prática o Conselho assumiu diversos poderes normativos e de intervenção no comércio de Estado e nas relações económicas entre as instituições sindicais fascistas.

A organização da economia transalpina foi a partir de então ainda mais estatista e menos corporativa do que se fazia crer: assentou na criação de dezenas de cartéis e consórcios públicos de obediência oficiosa ao Partido Nacional Fascista. A lógica de organização desses cartéis de Estado foi sectorial, em regra por produtos, como sucedeu no caso português, que, em boa medida, seguiu a experiência italiana nestes aspectos institucionais (Garrido, 2018a, p. 124-141). Os Entes Nacionais do Arroz (1931), cuja campanha de fomento, dirigida pelo próprio Mussolini, inspirou uma tímida “campanha do arroz” em Portugal, os Entes da Celulose e do Papel (1935) e o da Beterraba Sacarina (1937) são exemplos da transversalidade dos sectores económicos abrangidos pela cartelização fascista.

Abrindo caminho a formas de corporativismo de Estado, o desespero da crise capitalista iniciada em 1929 fechou a economia italiana ao exterior. Precipitaram-se alianças de interesse entre o regime fascista e a grande indústria no sentido de a proteger da crise internacional e de

estimular os industriais a colaborar em programas de fomento que podiam contar com um mercado interno protegido pelas pautas alfandegárias e, não tarde, estimulado pela guerra. Foi esse o papel do *Instituto per la Ricostruzione Industriale* (IRI), que, a partir de 1931, criou e geriu uma série de *holdings* de Estado em sectores tão decisivos como o aço, a construção naval e os transportes marítimos. Além disso, o IRI promoveu concentrações, fusões e consórcios de empresas (Zamagni, 2003, p. 298-300).

Na Alemanha, a Constituição da República de Weimar (1919-1933), a primeira constituição europeia a definir um ordenamento económico, ficara aquém das intenções de promover a auto-administração da economia. A administração autónoma de sectores industriais importantes e a representação paritária de patrões e trabalhadores nessas instituições foram presas fáceis para o estatismo totalitário nazi. Nos mais diversos domínios, incluindo as organizações interprofissionais de segurança social herdadas de Bismarck e nas câmaras económicas e profissionais, a tradição alemã de auto-administração foi destruída em 1933 (Moreira, 1997, p. 211-212). A nova política económica, conduzida pelo presidente do banco central alemão Hjalmar Schacht, ministro da Economia a partir de julho de 1934 e Plenipotenciário-Geral da Economia de Guerra a partir do ano seguinte, implicou um dirigismo económico estrito que não decorria apenas das circunstâncias gravosas da crise internacional, mas de ideias próprias.

Logo em 1933, todas as corporações públicas vindas do Império ou da República são abolidas. Nesse mesmo ano, o Estado nazi impõe a cartelização de numerosos sectores económicos através da lei dos cartéis obrigatórios e segundo uma lógica de economia dirigida totalitária. Tal como sucedeu na França de Vichy a partir de 1941, na Alemanha as corporações (nominalmente consideradas) foram a fórmula de organização da agricultura. A mais saliente foi a “corporação nacional da lavoura”, um organismo de Estado que agrupou produtores, industriais e comerciantes registados no negócio de produtos essenciais ao abastecimento alimentar.

A solução corporativa foi partilhada quer pelos adeptos da autarquia económica, quer pela corrente de reformistas económicos do Partido Nazi, que, nas eleições de julho de 1932, haviam subscrito o Programa de Emergência Económica do NSDAP, no qual já se apontava para uma

economia militarizada de defesa (*Wehrwirtschaft*), orientada para relançar a produção industrial e a procura interna – a guerra e o império continental (Noakes; Pridham, 1997, p. 262–264). Entre 1933 e 1939, além da destruição dos sindicatos operários e da implementação de uma “política económica de defesa” capaz de contribuir para a solução dos problemas do desemprego e da crise agrícola, os esforços do Partido Nazi centram-se na cooptação e mobilização das grandes empresas e elites de negócio para os programas de defesa e agressão.

Dominadas por líderes do Partido único, as *Reich Guilds* organizaram localmente cada ramo do comércio de produtos artesanais e alcançaram níveis intermédios de organização nas câmaras de comércio distritais, instituições de aparência corporativa. Assemelhavam-se aos grémios concelhios de distribuição e comércio criados em Portugal em 1939 (Garrido, 2010, p. 164–172). O enquadramento estatal das grandes empresas industriais, comerciais e de serviços, em especial da “indústria pesada”, foi de natureza vertical, mas conheceu resistências por parte de alguns sectores de exportação.

A sedução de alguns sectores do Partido Nazi pelo corporativismo italiano não teve acolhimento na “Lei de preparação para a construção orgânica da economia alemã”, promulgada em novembro de 1934. Este diploma instituiu um amplo esquema de controlo político e institucional da economia do *Reich*, assente em cartéis de Estado dominados pelo Partido Nazi, cuja finalidade era alcançar uma hegemonia sobre todas as direitas e assegurar o controlo estatal da produção. As empresas foram organizadas regionalmente, em “distritos económicos”, e no âmbito nacional, por grandes sectores ou cartéis colocados na dependência do Ministério da Economia: indústria, artesanato, comércio, bancos, seguros, energia e turismo.

Os sete cartéis coroaram o grande edifício da economia dirigida nazi. Num ambiente proteccionista fortemente institucionalizado pelo Estado totalitário, as empresas integradas executavam os programas públicos de aumento da produção e substituição de importações e participavam no programa de “nazificação” da sociedade. A tarefa nacional das empresas e patrões foi facilitada pela eliminação prévia dos velhos sindicatos operários que, zelosamente, as SA ajudaram a transformar em sindicatos nazis. Encimados por um Conselho Nacional do Trabalho e da Economia, os cartéis obrigatórios (*Reich groups*) tinham funções oficiais de

organização da produção e de disciplina do mercado, mas não intervinham nas relações de trabalho e salários, tal como sucedia no sistema corporativo italiano e português.

Em Espanha, as primeiras experiências de corporativismo económico de Estado surgiram, como se disse, com a ditadura protofascista de Primo de Rivera (1923-1930). A partir de 1923 foram criados diversos consórcios de empresas, alguns dos quais obrigatórios, em sectores económicos e profissionais como o arroz e o pão (padarias), o carvão e os minérios de ferro e de chumbo. Esses cartéis de Estado tinham funções oficiais de regulação, disciplina, fiscalização e fomento proteccionista das respectivas actividades económicas. A maioria dessas organizações manteve-se durante a II República espanhola (1931-1936), mas contando com a participação associativa dos interessados. Algumas dessas instituições económicas foram cooptadas ou dimensionadas pelo regime franquista. Novamente debaixo de uma retórica corporativista (Taboas, 2011, p. 11-24).

Após a Guerra Civil, a ditadura franquista (1939-1976) impôs o regresso a várias formas de economia dirigida e fez uso da ideologia corporativa para reprimir a luta de classes e o “sindicalismo vermelho”. A associação sindical e patronal foi proibida, ao passo que as câmaras de comércio e indústria e as organizações profissionais persistiram fora da organização corporativa.

Em geral, a organização económica e profissional espanhola foi oficialmente submetida a uma sindicalização vertical e assimétrica de patrões e operários. Embora semelhantes às congéneres italiana e portuguesa, as instituições corporativas espanholas acabariam por ser adaptadas, e não extintas, ao abrigo da Constituição democrática de 1978. A autarcia, entendida como prática instituída de nacionalismo económico que implicava uma industrialização assente nas prioridades de defesa nacional e a intervenção do Estado sobre os preços, câmbios e salários, foi o eixo da política económica do franquismo até finais dos anos cinquenta.

Na indústria, o *nuevo Estado* assumiu um papel dirigista ainda durante a fase da *autarquía*, mas serviu-se do Instituto Nacional de Industria (INI), criado em 1941, como instrumento fundamental da industrialização do país. A mobilização industrial para fins de defesa começou durante a Guerra Civil, seguindo uma lógica totalitária, mas modernizadora. Actuando como uma “holding de Estado”, o INI criou grandes

empresas nos sectores da energia, transportes e metalurgia, foi proprietário de numerosas indústrias e dirigiu investimentos públicos e privados até 1963, data em que o seu director político, o engenheiro naval Juan António Suanzes, rompeu com Franco e deixou o Instituto (Comín; Hernández, 2002 p. 23-46).

Na agricultura, as semelhanças do sistema corporativo franquista com o modelo português de economia agrária corporativista foram muito mais nítidas. Em Espanha foi crucial o papel político do Servicio Nacional del Trigo, criado em 1937, em plena Guerra Civil e debaixo de grandes proclamações contra o capitalismo liberal, que o nacionalismo franquista prometia submeter aos interesses nacionais. Tratava-se de um organismo de coordenação económica destinado a proteger a grande produção cerealífera e a intervir no mercado interno. O *Servicio* actuou como principal instrumento de intervenção do Estado no sector agrário e como instituição de defesa dos grandes proprietários andaluzes e estremenhos. Instituída em 1939, a política nacionalista de colonização de terras completou o quadro instrumental do corporativismo agrário espanhol. Tal como na Itália fascista e no Portugal salazarista, o controlo estatal das relações laborais por meio do sindicalismo vertical e tendo por base o *Fuero del Trabajo* (1938) foi prioritário e comum às diversas fases do franquismo.

Um pouco diferente é o caso do corporativismo francês do chamado regime de Vichy, que conheceu uma duração limitada e coincidente com a ocupação alemã. Em França, o corporativismo mostrou uma particular efervescência ideológica durante toda a década de trinta, em plena agonia da III República. Nesse período, exprimiram-se no espaço político gaulês importantes doutrinadores franceses da “ciência corporativa”, que foi aplicada às organizações profissionais e a alguns sectores da actividade económica seguindo de perto a experiência portuguesa, como de resto admitiram diversos autores franceses (Kaplan; Minard, 2004, p. 5-31).

Embora tenha imitado algum discurso italiano e mantido o culto pelo sociologismo católico antimoderno de Albert de Mun e de René de La Tour du Pin, durante esses anos o corporativismo francês construiu a sua própria doutrina e aproximou-se do fascismo. Autores como Maurice Bouvier-Ajam e Gaétan Pirou (Pirou, 1934), ambos professores de Direito em Paris, juntamente com o economista católico François

Perroux, traduzido em Portugal (Perroux, 1936), ocuparam-se não apenas da “questão operária” e da corporação em si mesma, mas também das organizações patronais e do conceito de “empresa corporativa”.

Como demonstram os estudos de Pierre Rosanvallon, em França a tradição de governo institucional da economia e das profissões era muito anterior ao corporativismo de Vichy, remontando ao período napoleónico (Rosanvallon, 1990, p. 22-24). Alguns organismos oficiais de administração económica surgiram mesmo por iniciativa do governo da Frente Popular, em 1936, a exemplo do *Office National Interprofessionnel du Blé*. Este organismo, que o regime corporativista de Vichy manteve e adaptou, reunia representantes dos produtores de cereais, dos padeiros e moageiros, dos consumidores e da própria administração central. À semelhança da portuguesa Federação Nacional dos Produtores de Trigo, o *Office du Blé* detinha o monopólio da importação (e neste caso da exportação), fixava preços, intervinha no mercado de cereais actuando sobre a oferta e a procura, geria e licenciava os contingentes de vendas.

Entre 1940 e 1944, o governo corporativista do marechal Pétain procedeu ao enquadramento oficial da “economia nacional” e das profissões numa base corporativista que também se traduziu em organismos estatais. Os mais numerosos e actantes foram os Comitês de Organização Profissional. Criados em agosto de 1940 pelo ministro da Produção Industrial e do Trabalho, René Belin, eram organismos obrigatórios ou sindicatos públicos de empresas semelhantes aos grémios obrigatórios do sistema português, no qual Pétain se inspirou. O governo colaboracionista atribuiu aos Comitês funções reguladoras da concorrência, bem como de intervenção e disciplina sobre os trabalhadores e patrões do sector. Cada organismo tinha um comissário do governo. Os Comitês de Organização foram os principais instrumentos da economia dirigida de Vichy; em alguns sectores, serviram o programa de “arianização” (Le Bot, 2007, p. 141-144).

Em 1940 nasceram também as primeiras corporações agrícolas de natureza sindical e de âmbito municipal. Eram agrupadas em uniões de base regional e, por fim, numa federação nacional. Tal como as ordens profissionais erigidas durante o regime de Vichy, seguindo uma tradição anterior o “corporativismo nacional” criou câmaras de ofícios, de comércio e indústria. No sector agrícola, a herança interprofissional e estatista de Vichy, hostil a qualquer lógica de autogoverno, abriu caminho

a uma panóplia de organismos de coordenação económica que acabariam por persistir e multiplicar-se, constituindo hoje, em França, bons auxiliares da implementação da política agrícola comum da União Europeia (Moreira, 1997, p. 218-220).

A grande crise e o problema da sobrevivência do capitalismo

As ideias de “capitalismo organizado” (a grande empresa coordenada burocraticamente) e de “economia dirigida” (as instituições de administração directa ou indirecta do Estado) colheram no estatismo conjuntural da Grande Guerra um decisivo impulso. Mas é certo que encontraram no tumulto financeiro dos anos vinte e na grande crise de 1929 um terreno favorável de afirmação, quer nos domínios da teoria económica, quer no campo prático da política dos Estados.

A entrega de responsabilidades de disciplina e regulação económica a associações sectoriais de empresas e organizações de interesses principiou em vários países durante e após a I Guerra Mundial, mesmo à margem de qualquer ideologia corporativista, como sucedeu na Alemanha. Numa coabitação sancionada pelas próprias Constituições, a administração económica dos Estados passou a coabitar com uma administração corporativa da economia e das profissões. Este modelo institucional teve especial acolhimento nos países em que o Estado liberal mostrou uma dificuldade crescente em integrar os interesses na esfera política, entrincheirando-se na defesa dos aparelhos de Estado, dos parlamentos e das oligarquias partidárias. Foi a grande e lenta erosão do sistema liberal.

Entre as duas guerras mundiais, no clima de problemas e incertezas que Keynes resumiu em *As consequências económicas da paz* (Keynes, 1919), diversos académicos de renome, dirigentes políticos e a própria opinião pública questionaram a visão clássica do Estado liberal e ensaiaram alternativas ao modelo económico do liberalismo. O debate essencial residia na velha questão do futuro do capitalismo. Problema que, durante e após a I Guerra Mundial, não só regressou ao debate académico como habitou a discussão popular.

Tal como Schumpeter explicou em 1946, o problema da sobrevi-

vência do capitalismo fora levantado, em primeiro lugar, por Marx e por outros socialistas e, de seguida, pela escola histórica alemã (Schumpeter, 1996, p. 188). Muito antes disso, e antes do colapso de 1929 surpreender os próprios economistas, já o próprio Schumpeter debatera a instabilidade do capitalismo, concluindo que o sistema capitalista, embora economicamente estável, esgotara as possibilidades de se aperfeiçoar enquanto sistema social, sendo previsível que se autodestruísse ou mesmo que se transformasse numa espécie de socialismo (Schumpeter, 1996, p. 42-66)¹. Hipótese teórica que, no combate de ideologias que marcou as décadas de vinte e de trinta, serviria a alguns corporativistas para agitar o fantasma comunista.

A questão prática que assolava o sistema capitalista desde que ele se começara a transformar por efeito imanente – por contradição destrutiva das suas próprias dinâmicas – e por efeito exógeno da I Guerra Mundial e das suas sequelas económicas e sociais foi a da “sobrevivência institucional do capitalismo”. Essa problemática ocupou muito os autores corporativistas, não tanto no campo da teoria pura, mas no plano instrumental (Spirito, 1933; Pirou, 1934). Não por acaso, a solução corporativa seria instituída de forma pragmática e aplicada prioritariamente nos sectores económicos onde se denunciaram problemas de concorrência destrutiva e rendas decrescentes.

A “crise do sistema” ou a “crise *no sistema*” – Keynes exprimiu e celebriizou a segunda interpretação – foi uma expressão muito presente na literatura económica do tempo. Seja do lado liberal reformista, seja entre os partidários da “terceira via” corporativa que tiveram a pretensão de erigir uma ciência económica nova.

Partindo do princípio comum de que seria necessário salvar o sistema capitalista de si próprio e da sua manifesta incapacidade para garantir o equilíbrio das forças económicas nacionais e internacionais num contexto de economia de mercado, os teóricos da “economia corporativa” defenderam um sistema capitalista organizado e coordenado pelo próprio Estado. Visto que o mercado deixara de cumprir a sua função reguladora do sistema económico e social e que a concorrência deixara de actuar como factor natural de equilíbrio entre a oferta e a procura,

¹ As páginas indicadas correspondem ao artigo que Schumpeter publicou em 1928 no *Economic Journal*, que precisamente intitulou “A instabilidade do capitalismo”.

seria necessário criar uma instituição reguladora intermédia para realizar o “bem-estar colectivo”, noção que na lógica do corporativismo autoritário dessa época implicava um “Estado forte” e garantir a “ordem social”. A organização corporativa da economia seria um instrumento desse programa político de superação do sistema liberal.

O próprio Keynes, em *The end of laissez-faire* (Keynes, 1926) e noutros textos em que reflectiu acerca da natureza instável do capitalismo e sobre a crise que se instalara no sistema, exprimiu posições pragmáticas a favor de uma certa intervenção do Estado e de soluções institucionais de coordenação que alguns autores têm abusivamente identificado com o corporativismo. Fiel à ideia liberal de demarcação da economia do Estado, Keynes escreveu nesse opúsculo:

Creio que em muitos casos o tamanho ideal da unidade de controlo e organização da economia se situa algures entre o indivíduo e o Estado moderno. Entendo por isso que o progresso reside na criação e reconhecimento de organismos semipúblicos dentro do Estado. Proponho assim um regresso às concepções medievais das autonomias separadas. (Keynes, 1926, p. 41)

A economia política dos corporativismos fascistas

Do ponto de vista doutrinário, a adaptação de certos autores da “economia corporativa” italiana, em especial de Ugo Spirito, serviu para exprimir uma crítica à economia neoclássica conotada com o liberalismo e com a noção abstracta do *homo economicus* na intenção de legitimar o intervencionismo do Estado (Brito, 1989, p. 33-37).

Aos princípios neoclássicos de equilíbrio espontâneo do mercado e de livre concorrência opunha-se uma economia política pretensamente nova, assente no critério de caso governamental e na organização corporativa enquanto recurso da “economia dirigida”. Economistas de relevo como Rodolfo Benini, Alberto De Stefani e Luigi Amoroso procuraram conjugar o abandono do modelo walrasiano de “concorrência perfeita” (do economista francês Léon Walras) e o individualismo metodológico dos neoclássicos, abrindo caminho a uma teoria da disciplina e da intervenção estatal sobre a actividade económica, a relação salarial e os preços.

Laborando em argumentos dogmáticos, amiúde mais doutrinários do que teóricos, a maioria dos corporativistas, a exemplo dos italianos Spirito, Arias, Rocco, Bottai e De Michelis, bem como o romeno Manoilescu, que procurou elaborar uma teoria geral do corporativismo (Manoilescu, 1934, p. 11-18), recriminaram a falta de ligação do Estado liberal à vida social das nações e denunciaram o carácter inorgânico das instituições liberais.

Munidos desta crítica, os corporativistas afirmaram a impossibilidade de uma reorganização do sistema económico capaz de repor o equilíbrio do comércio internacional e a disciplina do “capital” e do “trabalho”. Fizeram-no de acordo com uma concepção corporativista de equilíbrio económico e social, teoria de fundo moral que supunha a acção coordenadora de um Estado autoritário e que, na maioria dos autores, exprimia uma legitimação da fórmula italiana do “fascismo corporativista” (Manoilescu, 1934, p. 145-172).

Os teóricos mais comprometidos com a aliança política entre a “economia corporativa” e o fascismo chegaram a afirmar que todos os fenómenos económicos são estaduais. Ugo Spirito declarou o “Estado corporativo” e a “economia corporativa” (a tal “economia nova”) realidades históricas indissociáveis, “frutos imprescindíveis do espírito moderno”. Segundo o professor de Direito e Filosofia da Universidade de Roma, cuja obra principal foi traduzida em Portugal, a “economia corporativa” resolvia o problema social e político da antinomia entre o Estado e o indivíduo por ser um meio de “concretização orgânica cada vez maior da vida estadual da Nação” (Spirito, 1934, p. 59). Spirito criticava com insistência o princípio neoclássico do “individualismo utilitarista” e colocava em seu lugar a noção de “máximo bem-estar social”, axioma que casou bem com o ideário orgânico-nacional do corporativismo autoritário.

Segundo este e outros economistas do corporativismo, ao imergir o Estado no indivíduo a “economia corporativa” daria um contributo inestimável para a eliminação da natureza transcendente do próprio Estado. Esse distanciamento e abstracção teriam condenado o Estado liberal a romper os seus elos com a vida económica e social, criando um vazio de representação que o corporativismo moderno deveria preencher.

De forma linear, esta argumentação doutrinária sobre a *imanência* do Estado na esfera privada (o indivíduo) e colectiva (a vida social) confluía

numa exaltação da “economia corporativa” enquanto sistema económico inclusivo. Sugeria-se que a “economia nova”, de par com a organização corporativa que a havia de instituir – que já a instituíra no fascismo italiano –, seriam pilares do Estado totalitário. Por sua vez, o fascismo-regime seria a expressão política natural de uma ciência económica nova, capaz de conjugar as autarcias nacionais com a estabilidade do sistema capitalista.

Segundo Gaétan Piron, professor de Direito em Paris, na Europa de entre as guerras coabitavam duas correntes corporativistas: i) o corporativismo “puro” e “autónomo”, cujo sistema se organizaria sem ingerência do Estado e por iniciativa dos grupos sociais interessados; ii) o corporativismo como aparelho económico subordinado ao poder político, ou seja, estreitamente controlado pelo Estado (Piron, 1937, p. 8-13).

Entre os anos vinte e trinta, especialmente em França, as ideias corporativistas também se alimentaram da nebulosa neossocialista que compreendia pensadores como o francês Marcel Déat e o belga Henri de Man, bem como o movimento de extrema-direita francesa da “Ordem Nova”, que denunciou com insistência a ruptura moral entre capital e trabalho que se instalara nas democracias industriais e nas próprias economias e sociedades periféricas (Dard, 2011 p. 67-87).

As experiências em curso nos diversos países europeus que se declaravam corporativistas iam colocando em evidência a supremacia desta segunda via, um realismo social e económico fortemente instituído e dirigista. Na prática, esses sistemas de corporativismo de Estado implicaram um compromisso da ideologia corporativa com a *praxis* política dos regimes autoritários e totalitários. Numa perspectiva mais revolucionária ou mais reaccionária, o corporativismo instituído revelou-se secular e burocrático, acabando por limitar os ideais corporativos de raiz cristã, de acento social e solidarista.

O caso português: a organização corporativa do Estado Novo

Embora matizada pelo pragmatismo do chefe do governo Oliveira Salazar e pela cautela com que o ditador português se procurou demarcar da natureza totalitária e pagã do fascismo de Mussolini, a perspectiva

*imane*nte da “economia corporativa” e a dialéctica entre Estado e indivíduo foram os princípios que a doutrina corporativa portuguesa mais adoptou para proclamar uma “economia nova”.

Nas suas pretensões regeneradoras do sistema capitalista-liberal, a teoria económica corporativa chegou a pugnar por um *homo corporativus*, uma nova condição da natureza humana capaz de garantir uma ordem económica e social fundada na comunhão entre o indivíduo e o Estado. Este último argumento doutrinal não só permitiu reafirmar a supremacia do conceito de “economia nacional” – colhido na velha escola histórica alemã de Economia Política, em especial na obra de Friedrich List (Hodgson, 2001, p. 56-64) –, como serviu para declarar a ordem corporativa a única fórmula político-institucional do “bem-estar colectivo”.

Os corporativistas mais moderados colocaram, porém, o assento na organização corporativa como entidade semiautónoma dos poderes públicos. Consideraram que esse aparelho institucional deveria ser dotado de prerrogativas próprias de regulação económica a exercer através das Corporações. Foi nesse sentido que Manóiesco se referiu ao corporativismo como um “capitalismo de organização” (Manóiesco, 1934, p. 11-13). Essa expressão era muito comum na literatura económica da época, nomeadamente na obra de Schumpeter, que em 1928 a usou para distinguir a natureza institucional do capitalismo do século XX do capitalismo concorrencial oitocentista que, em rigor, fora o suporte do Estado liberal.

Apesar das diferenças dos aparelhos institucionais que a economia dirigida de base corporativa conheceu nos diversos países em que existiu, a regulação corporativa da economia teve como elemento comum, precisamente, a disciplina da concorrência. O controlo dos preços, a direcção política e administrativa da actividade económica e da iniciativa empresarial, o condicionamento proteccionista das importações e exportações e as práticas de comércio de Estado foram expressões contundentes dessa aversão à concorrência. Na experiência corporativa portuguesa, quer enquanto sistema económico-social quer enquanto organização assente em cartéis económicos instituídos, encontram-se muitos exemplos dessas práticas de inibição da concorrência (Garrido, 2018b, p. 99-132).

Mais do que uma ideologia de legitimação destinada a preencher o vazio da indecisa ditadura militar de 1926-1933, o corporativismo por-

tuguês cedo mostrou o que era e ao que vinha: um dispositivo de consolidação do regime autoritário, um expediente de liquidação do sindicalismo de classe, associativo e anarquista, um recurso de dominação e arbitragem de interesses, um instrumento de arrumação da “economia nacional”.

Neste intervencionismo dirigista sobressaíram os organismos de coordenação económica, elementos de administração indirecta do Estado que, embora anunciados como provisórios e nessa medida “pré-corporativos”, acabaram por ter uma vida mais longa do que os próprios organismos corporativos. Esse foi um dos desvios mais controversos do sistema corporativo português, sempre discutido e jamais reparado, nem mesmo durante o marcelismo (1968-1974). Corporativista convicto, Marcello Caetano acabaria por criar diversos organismos de coordenação económica, conjugando a abertura aos mercados externos europeus com o reforço do intervencionismo vertical em diversos sectores da economia.

A organização corporativa portuguesa acabou por ser apenas um modo residual de regulação, um instrumento auxiliar da coordenação económica estatal. Dito de outro modo, conclui-se que o Estado Novo criou uma economia nacional que declarou corporativa, mas na verdade instituiu uma vasta rede de instituições que evidenciaram lógicas e práticas de direcção económica de natureza estatal.

Segundo a sua utopia doutrinária, o corporativismo português deveria edificar um sistema de autoadministração da economia composto por organismos profissionais dotados de poderes públicos. A realidade ficou muito longe desse modelo ideal.

O roteiro documental vertido no Quadro 1 identifica um total de 2449 instituições corporativas criadas pelo Estado Novo. Se muitas foram transformadas, fundidas ou extintas até 1974, quando ocorreu a Revolução de Abril ainda existiam cerca de 2300 organismos, o que diz bem da perenidade da organização corporativa e da sua penetração social. A expressão numérica das pequenas Casas do Povo neste imenso conjunto (cerca de 50% do total) não dispensa atenção ao peso dos demais organismos – em especial dos que dependiam directamente do Ministério da Economia – no edifício corporativo que o Estado autoritário ergueu. Fora desta pirâmide distorcida, acomodaram-se os organismos de coordenação económica, as mais decisivas instituições da economia dirigida do regime de Salazar e Caetano.

Quadro 1 – Instituições do corporativismo português (1933-1974)	
ORGANIZAÇÃO PRÉ-CORPORATIVA-ESTATAL	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES
Organismos de Coordenação Económica	24
ORGANIZAÇÃO CORPORATIVA	
Organismos primários (capital):	
Grémios obrigatórios	143
Grémios facultativos do comércio e indústria	307
Grémios da lavoura	236
Organismos primários (trabalho):	
Sindicatos nacionais	423
Casas do Povo	1161
Casas dos Pescadores	31
Organismos intermédios:	
Federações e Uniões de Grémios	92
Federações e Uniões de Sindicatos	32
Organismos superiores:	
Corporações	11
Número total de instituições	2449
Número total de instituições	2449

Fonte: *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (1933-1974).

Este mapa geral impressiona pelo número e diversidade dos organismos. Mas há que notar o flagrante contraste entre as realidades institucionais da organização corporativa e a pirâmide desenhada pelos doutrinadores que, idealmente, seria coroadada pelas Corporações e teria na base os organismos corporativos primários do “capital” e do “trabalho”. As instituições corporativistas (incluindo nesta designação aberta os próprios organismos de coordenação económica) assumiram basicamente funções económicas (de intervenção, direcção e regulação) e funções profissionais (representação sindical ou outra e previdência social).

A funcionalidade política dos organismos foi transversal a toda a organização corporativa. A natureza autoritária e oligárquica dos organismos corporativos e de coordenação económica expressou-se de maneira fáctica, através dos seus dirigentes e das relações de dependência que os agentes económicos e sociais mantinham com o sistema político

do regime. Essa lógica política revelou-se também nos dispositivos antidemocráticos que condicionavam a representatividade das instituições corporativas: homologação governamental dos dirigentes, aprovação superior dos estatutos e existência de delegados do governo nos grêmios obrigatórios e federações.

A organização corporativa da economia, cuja base assentou numa organização dualista composta por sindicatos de trabalhadores e patrões, dispensava às Corporações uma função de representação conjunta e harmoniosa de ambos os polos sociais. Manuel de Lucena salientou que “o acento tónico da organização corporativa portuguesa está na economia, que bate e de longe todos os outros sectores organizados” (Lucena, 1976, p. 162). Se o corporativismo português começou por ser social, na verdade a sua institucionalização incidiu sobretudo na vida económica.

Centenas de instituições da organização corporativa, seguramente as mais decisivas para a longevidade do regime, ficaram na dependência do Ministério do Comércio e Indústria, depois da Economia, ou seja, actuaram rente ao governo. Porém, a parte mais numerosa da organização, aquela que foi constituída por organismos de representação profissional e previdência, em especial pelos sindicatos e Casas do Povo, dependia do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (de 1933 a 1950) e do Ministério das Corporações (de 1950 em diante). Por vontade de Salazar, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência funcionou sempre na dependência directa da Presidência do Conselho de Ministros assegurando a fiscalização do aparelho corporativo numa lógica de conciliação administrativa e repressiva do “capital” e do “trabalho”.

Portugal conheceu uma organização económica estatal de sugestões corporativas que ficou muito aquém do anunciado “Estado Corporativo”. Construção inacabada e imperfeita, este último serviu para reprimir conflitos sociais de natureza classista e para prevenir o confronto aberto dos interesses. Em rigor, o “Estado de ordem” português, semiliberal na economia e antiliberal na política, achou nas ideias e instituições corporativas um expediente para se erguer e durar.

Eclética e pragmática, a “economia corporativa portuguesa” mostrou-se uma composição frágil de referências colhidas em correntes diversas do pensamento económico. Tratou-se de uma síntese com escassa autonomia teórica em relação ao modelo neoclássico que servira a ordem económica liberal, cujas noções de “concorrência perfeita”, “equilíbrio

espontâneo dos mercados” e “bem-estar individual” os corporativistas criticaram com veemência de forma a justificar o intervencionismo dirigido do Estado.

Em Portugal e noutros países, a ideologia económica corporativa permaneceu presa a um discurso doutrinário construído em torno do dogma do “interesse nacional”, a tradução política da noção de “utilidade social colectiva”, axioma central no pensamento económico dos corporativistas (Brito, 1989, p. 37-39). O nacionalismo autoritário de base corporativa deveria opor-se ao internacionalismo operário e socialista. A justa harmonia dos interesses só podia ser obtida no plano nacional – isto é, dentro da ordem e do equilíbrio nacional – e nunca por meio de organizações internacionais de operários ou trabalhadores.

Podemos assim concluir que o Estado Novo português criou e impôs uma *ordem económica corporativa* assente numa lógica funcional e instrumental. Numa expressão elucidativa do sentido pragmático com que a ideia corporativa serviu o projecto de reconstrução do Estado (a edificação do “Estado Novo”), Salazar sugeriu em 1933 que uma das tarefas da “República corporativa” seria a de amarrar os interesses ao Estado para reconstituir a autoridade pública.

Referências

- BASTIEN, Carlos; CARDOSO, José Luís. From *homo economicus* to *homo corporativus*: a neglected critique of neoclassical economics. *The Journal of Socio-Economics*, n. 36, p. 120-127, 2007.
- BEREND, Ivan. *An economic history of twentieth-century Europe: economic regimes from laissez-faire to globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BRITO, José Maria Brandão de. *A industrialização portuguesa do pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- COMÍN, Francisco; HERNÁNDEZ, Mauro; LLOPIS, Enrique (eds.). *Historia Económica de España, siglos X-XX*. Barcelona: Crítica, 2002.
- DARD, Olivier. *Le corporatisme dans l'aire francophone*, dir. Olivier Dard, Bern: Peter Lang, 2011.
- GAGLIARDI, Alessio. *Il corporativismo fascista*. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- GARRIDO, Álvaro. *Cooperação e solidariedade: uma história da economia social*. Lisboa: Tinta da China, 2016a.
- GARRIDO, Álvaro. *O corporativismo na história e nas ciências sociais: uma reflexão*

- crítica partindo do caso português. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 2, p. 387-408, maio-ago. 2016b.
- GARRIDO, Álvaro. *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas & Debates, 2010.
- GARRIDO, Álvaro. A institucionalização do social no Estado Novo português: previdência corporativa e seguros sociais voluntários. *Estudos Históricos*, v. 31, n. 64, p. 197-218, maio-ago. de 2018a.
- GARRIDO, Álvaro. *Queremos uma economia nova! Estado Novo e corporativismo*. Porto Alegre: Edipucrs, 2018b.
- HODGSON, Geoffrey. *How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001.
- KAPLAN, Steven; MINARD, Philippe (Org.). *La France, malade du corporatisme? XVIII^e-XX^e siècles*. Paris: Éditions Belin, 2004.
- KEYNES, John Maynard. *The economic consequences of peace*. Londres: Macmillan, 1919.
- KEYNES, John Maynard. *The end of laissez-faire*. Londres: Hogarth Press, 1926.
- LE BOT, Florent. *La fabrique réactionnaire: antisémitisme, spoliations et corporatisme dans le cuir (1930-1950)*. Paris: Sciences Po Les Presses, 2007.
- LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976.
- MANOILESCO, Mihail. *Le siècle du corporatisme: doctrine du corporatisme intégral et pur*. Paris: Félix Alcan, 1934.
- MICHELIS, Giuseppe de. *La corporation dans le monde: économie dirigée internationale*. Paris: Les Éditions Denoel et Steele, 1935.
- MOREIRA, Vital. *Auto-regulação profissional e administração pública*. Porto: Livraria Almedina, 1997.
- NOAKES, Jeremy; PRIDHAM, Geoffrey (Org.). *Nazism, 1919-1945*, v. 2. Exeter: University of Exeter Press, 1997.
- PASETTI, Matteo. *L'Europa corporative: una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*. Bolonha: Bononia University Press, 2016.
- PERROUX, François. *Lições de economia política*. Coimbra: Coimbra Editora, 1936.
- PINTO, António Costa (Org.). *Corporatism and fascism: the corporatist wave in Europe*. Londres: Routledge, 2017.
- PIROU, Gaétan. Corporatisme. *Revue d'Économie Politique*, p. 1329-1366, 1937.
- PIROU, Gaétan. *La crise du capitalisme*. Paris: Receuil, 1934.
- ROSANVALLON, Pierre. *L'État en France de 1789 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- SCHMITTER, Philippe. Still the century of corporatism? In: SCHMITTER, Philippe; LEHMBRUCH, Gerhard (Org.). *Trends towards corporatist intermediation: contemporary political sociology*, v. 1. London: Sage Publications, p. 7-52, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph. *Ensaios: empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

- SPIRITO, Ugo. *Princípios fundamentais de economia corporativa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1934.
- TABOAS, Daniel Lanero. *Historia dun ermo asociativo: labregos, sindicatos verticais e políticas agrarias en Galicia baixo o franquismo*. Madrid: Eurodicion, 2011.
- VISCARDI, Cláudia. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Mundos do trabalho*, v. 2, n. 4, p. 23-39, ago.-dez. 2010.
- ZAMAGNI, Vera. *The economic history of Italy, 1860-1990*. Londres: Oxford University Press, 2003.

“transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”: brasileiros e produção pecuária no norte do uruguai em meados do século XIX*

“transporting fortunes to populate a desert and uncultivated campaign”: brazilians and livestock production in northern uruguay in the mid-19th century

Carla Menegat**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Gravataí, Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO

Em 1850 o governo imperial brasileiro, através de suas autoridades militares na fronteira da Província do Rio Grande do Sul com o Estado Oriental do Uruguai, listou 1.353 propriedades pertencentes a brasileiros no país vizinho. A produção dessa lista, seguiu-se a intervenção militar conhecida como Campanha contra Oribe e Rosas, que levaria ao fim da Guerra Grande no Uruguai em 1851 e à assinatura de uma série de cinco tratados entre os dois países que privilegiariam os pecuaristas brasileiros estabelecidos na campanha norte oriental. Observando essa lista como parte de uma relação entre produtores de gado brasileiros residentes no Uruguai, autoridades daquele país e do Império, o objetivo da pesquisa a ser apresentada foi discutir o impacto da presença desses pecuaristas no país vizinho, em termos da constituição de redes de comércio e produção.

Palavras-chave: Rio de La Plata. Pecuária. Brasil Império.

ABSTRACT

In 1850 the Brazilian imperial government, through its military authorities on the border of the Province of Rio Grande do Sul with the Eastern State of Uruguay, listed 1.353 properties owned by Brazilians in the neighboring country. The production of this list was followed by the military intervention known as the Campaign against Oribe and Rosas, which would lead to the end of the *Guerra Grande* in Uruguay in 1851 and the signing of a series of five treaties between the two countries that would favor Brazilian cattle ranchers established in north countryside. Observing this list as part of a relationship between Brazilian cattle producers resident in Uruguay, authorities of that country and Brazil, the objective of the research to be presented was to discuss the impact of the presence of these ranchers in the neighboring country, in terms of the constitution of networks of trade and production.

Keywords: Rio de La Plata. Livestock. Imperial Brazil.

* Submissão: 19/01/2019; aprovação: 15/11/2019.

** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. *E-mail:* carlamenegat@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7602-6416>>.

Em 1853 o alcaide da Villa de Melo enviou nota ao Ministério de Governo uruguaio manifestando a impossibilidade de eleger as autoridades departamentais de Aceguá devido à ausência de cidadãos orientais naquele *partido*. A situação era agravada pela negativa dos brasileiros que ali viviam de serem arrolados nos padrões e censos do Estado Oriental (Borucki; Chagas; Stalla, 2004, p. 162). Ao se manterem alheios às estatísticas e registros daquele Estado, os brasileiros acreditavam poder manter-se como se estivessem no território do Império. As implicações desse tipo de prática impactaram a relação que esses súditos imperiais estabeleceram com o Estado Imperial em meados do século XIX.

A ocupação da metade norte da atual República Oriental do Uruguai por luso-brasileiros remonta ao fim do período colonial e marca a própria conformação da espacialidade da região. A fonte mais utilizada pela historiografia (Souza; Prado, 2004) para estudar os proprietários brasileiros estabelecidos no Uruguai tem sido o *Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros* (RRNE), do ano de 1850. No anexo A do relatório constam quinze listas, distribuídas em documentos e envios diferentes e produzidas pelos Comandos Militares da Fronteira com a relação dos brasileiros e suas propriedades e extensões no país vizinho. Juntar essas listas, tão distintas na sua configuração, para realizar uma análise que busque entender o conjunto dos estancieiros exige cuidados. Para tanto, optei por confrontar e completar os dados da lista com outro conjunto documental que reflete a situação do patrimônio dos brasileiros no Estado Oriental: os inventários *post-mortem*¹. O objetivo foi, a partir de vestígios produzidos em contextos distintos, observar a forma como esses sujeitos ocuparam esse território, estabelecendo um quadro no qual seja possível visualizar como suas atividades produtivas se organizavam.

O contexto de produção dos inventários *post-mortem* implica o desejo dos herdeiros, de seus responsáveis ou de seus credores, de recorrerem de alguma forma ao Estado imperial no sentido de ele garantir o justo

¹ Sobre a amostra de inventários *post-mortem* que contribuem com a análise realizada aqui, preciso também realizar algumas considerações. Foram consultados 1.042 processos das Comarcas de Piratini – que incluía a vila de Jaguarão – Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento e Alegrete, no período entre 1835 e 1870, depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Desses processos, 12%, ou seja, 126 apresentavam propriedades no Estado Oriental, e foram estes que analisei.

reconhecimento da posse e propriedade desses bens. Essa característica se torna especialmente importante ao avaliarmos que os bens não se encontram no território do Império e, portanto, respondem a outras leis. As informações constantes de um inventário têm um sentido de ordenação legal que as diferencia das listas de proprietários, fruto de uma tentativa de estatística estatal improvisada. Os dados dos inventários têm a força do reconhecimento do Estado sobre o patrimônio material dos indivíduos que tomam parte nos processos, enquanto a natureza das listas era política, ao reconhecerem um volume de patrimônios em território estrangeiro. Ambos são manifestações diferentes da presença do Estado imperial na fronteira meridional. Os contextos de produção desses diferentes documentos permitem o acesso a informações de pontos de vista distintos.

As listas do RRNE foram produzidas por comandantes de fronteira, a pedido do presidente da província, segundo informações coletadas entre contatos locais. Diferentes indivíduos compilaram os dados dos documentos apresentados; ao menos cinco oficiais enviaram listas, contendo no total, 1.353 propriedades listadas e 1.198 nomes de súditos do Império. Essa diversidade de relatores parece ser fonte de alguns problemas de sobreposições, duplicações e imprecisões em torno de dados e nomes.

Provavelmente, esses problemas também estivessem ligados ao alcance do conhecimento que esses homens tinham sobre os brasileiros no Estado Oriental. O período de produção das listas foi reduzido em relação ao tamanho da tarefa e as informações não foram colhidas a partir de uma verificação *in loco*, como num censo, ou *padrón*, ou listagem de fogos. De fato, se observarmos o caráter do método, poderíamos defini-lo pelo “rumor”: as listas são fruto de informação indireta, manipulada sem condições práticas de verificabilidade. De qualquer forma, sua legitimidade não fica comprometida por sua imprecisão

O RRNE impresso apresentado pelo ministro e secretário de Estado Paulino Soares de Souza na terceira sessão da oitava legislatura da Assembleia Geral Legislativa, tinha no seu Anexo A, intitulado “Negócios do Rio da Prata”, uma série de notas de discussão. Nas suas primeiras quarenta páginas e nas vinte finais, estão impressos documentos diplomáticos que dão conta da comunicação com a República Argentina, especialmente através do Ministro Thomaz Guido e com as autoridades

uruguaias, incluindo Dom Manuel Oribe, sobre os procedimentos do Barão do Jacuí na República Oriental; todavia, tais dados não compõem o corpo principal das preocupações deste trabalho.

As relações de brasileiros que têm propriedades no Uruguai complementam essa discussão diplomática, como um adendo de comprovação, dado que uma das acusações realizada por Thomaz Guido era a de que as reclamações sobre as violências sofridas pelos brasileiros são vagas e sem precisão, não apresentando provas dos fatos que permitiriam a Oribe processar, julgar e condenar criminosos. As listas foram compiladas pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, encontrando-se entre as páginas 41 e 73, divididas em dois envios ao Ministério dos Negócios do Estrangeiro.

As mais completas dessas listas, as que se referem às propriedades localizadas na região ao sul do Quaraí, produzidas pelo Comandante das Fronteiras do Quaraí e Missões, carregam informações importantes, como a localização dentro da região, indicada por limites naturais e pelos lindeiros e sua situação de posse; as listas que tratam das propriedades nas regiões da fronteira do Chuí e da fronteira de Jaguarão e Bagé e a de Tacuarembó trazem dados como a localização da propriedade e em posse de quem se encontrava; as demais, divididas por regiões, apresentam apenas o nome do proprietário e o tamanho da propriedade, às vezes declarando se estava embargada ou não e se estava em processo de partilha de herança. Muitas propriedades dessa lista têm o tamanho ignorado. Essas diferenças impedem que se observem os dados de forma homogênea e se possam estabelecer grandes comparações entre as propriedades. Ainda assim, essa configuração das listas merece algumas considerações.

O espaço e sua divisão: uma percepção de projeto político

As listas de 1850 foram produzidas usando limites que muitas vezes dividiam departamentos uruguaios em áreas menores do que estes tinham contemporaneamente. O curioso é que essas divisões coincidem em certa medida com a atual configuração departamental do norte do Uruguai², mostrando que a conexão dos homens com o espaço tem raízes

² As regiões descritas na lista correspondem aos atuais departamentos: Rocha – Fron-

em processos históricos, e, em parte por isso, optei por respeitar essa divisão ao apontar a distribuição dessas propriedades pelo Estado Oriental.

A própria divisão departamental uruguaia tem como importante componente o período de ocupação luso-brasileira durante a Cisplatina, especialmente quando pensamos nos territórios ao norte. Cerro Largo foi um dos três departamentos criados por Carlos Federico Lecor, o Barão de Laguna, chefe em armas e governante brasileiro na Cisplatina. A região, considerada desabitada por Artigas menos de uma década antes, foi largamente ocupada por brasileiros interessados pela criação de gado (Arocena, 2011, p. 55-56).

A participação direta de Dom Frutuoso Rivera no processo de conformação do departamento de Durazno esclarece como esse processo se deu durante o período da Cisplatina. Até 1822 o território entre os rios Yí e Negro fazia parte da jurisdição do departamento de San José. Parte das povoações que datavam do período em que portugueses e espanhóis disputavam o território da Colônia de Sacramento, San José era administrado por famílias há muito ali estabelecidas e que eram profundamente antipáticas à anexação ao território brasileiro. Rivera, que nesse período estava servindo ao Império do Brasil como comandante da campanha, envolveu-se pessoalmente na fundação da Vila de San Pedro de Durazno. A intenção de Dom Fructo era reduzir a jurisdição de San José e abrir um espaço político para seus aliados (Arocena, 2011, p. 57).

Durazno compôs uma nova frente de ocupação da campanha, ao sul. Alguns brasileiros que participavam das forças comandadas pelo General Lecor receberam de Rivera grandes extensões de terras nas proximidades do Rio Negro, em direção ao departamento de Cerro Largo. Outras grandes áreas foram concedidas a homens que acompanhavam as tropas do próprio Rivera, beneficiando o grupo que era conhecido como *Club del Barón* e que pode ser considerado o precursor do partido *colorado* (Rilla, 2004). A possibilidade de conceder terras, tão característica dos

teira do Chuí e São Miguel; Rivera – Fronteira do Jaguarão e ao norte do Rio Negro, Fronteira de Bagé; Tacuarembó – Tacuarembó; Artigas – Norte do Arapehy e ao Sul do Quaraí; Salto – Ao sul do Arapehy-Grande e ao norte da Coxilha do Haedo e Salto; Cerro Largo e Treinta y Tres – Cerro Largo; Durazno; Maldonado e Lavalleja – Maldonado; San Jose; Colonia; Montevideo e Canelones – Montevideú; Paysandú – Paysandú e Rio Negro; Soriano – Soriano e Mercedes.

comandantes militares portugueses, foi amplamente usada por Dom Fructo na construção de seu cabedal político e social enquanto serviu aos portugueses e depois aos brasileiros, para depois se voltar contra o próprio Império, quando da adesão ao grupo dos *Treinta y três orientales*.

No mesmo período do início da década de 1820 formaram-se os povoados de Rincón de Tía Ana – que depois se tornaria Tacuarembó – e Salto. Resultado do incremento da população indígena através da migração resultante das disputas entre o General Artigas e Francisco Ramírez, a ocupação do centro do Estado Oriental foi bastante tardia. A necessidade de incorporar esses povoados – especialmente Salto, tão próximo do território das Províncias Unidas – levou à criação de novos departamentos no Norte.

A criação de postos de autoridade política não respondia apenas à necessidade de firmar a posse dos portugueses e depois dos brasileiros sobre o território. As rivalidades políticas e a possibilidade de reivindicação do território pelas Províncias Unidas exigiam a criação de espaços para gratificação dos homens fiéis à Coroa. Avançar em direção do interior da Cisplatina era a forma como os luso-brasileiros pensavam garantir condições de prosperar. Mas no caso das duas povoações citadas, fixar homens confiáveis era um contrabalanço da sempre instável população indígena. Em muitos momentos, tribos nômades como os charruas, tornavam-se os piores inimigos dos pecuaristas, assaltando os rebanhos (Klein, 2007). Ocupar o território era também uma tentativa de ordenar a campanha, tanto mais que essa onda de migração indígena se encontrava com uma das mais importantes frentes de avanço da pecuária desde o Rio Grande do Sul, marcada pela criação de posições militares ao sul do Quarái.

Quando finda a segunda campanha pela independência uruguaia, em 1828, o governo provisório de Lavalleja ratifica a existência de nove departamentos: Montevideú, Maldonado, Soriano, Guadalupe (Canelones), San José, Colonia, Cerro Largo, Durazno e Paysandú. Ao fazê-lo, também afirma a presença estatal com maior força ao sul do rio Negro, dado que todo o norte era formado por duas dessas unidades administrativas. O Estado Oriental do Uruguai só iria se preocupar com a organização administrativa do território norte quase uma década depois, permitindo com essa postura que a região permanecesse com vínculos mais próximos com a província brasileira do Rio Grande do Sul e

mesmo com a Argentina do que com a capital Montevideú. De fato, é possível aventar que nos primeiros anos do Uruguai independente, muitos pontos do território eram mais bem conhecidos por autoridades brasileiras que tinham servido na Cisplatina do que pelas orientais.

As exceções a essa paralisia sobre o território ao norte do rio Negro foram a fundação de San Servando, a campanha de pacificação iniciada por Rivera em 1831 e a criação de San Fructuoso de Tacuarembó em 1832 (Michoelsson, 1990, p. 50). As tropas da campanha foram compostas pelos guarani-missioneiros que haviam migrado do território argentino e iniciado a colônia de Bella Unión no ponto mais extremo do noroeste do Estado Oriental (Favre, 1996, p. 323). A campanha visava diminuir a presença de bandos de desordeiros e ladrões de gado e principalmente fixar famílias no vasto território. Mas, de fato, essa campanha significou o extermínio dos grupos nômades de charruas que ainda subsistiam na campanha oriental, no episódio conhecido como a *Matanza del Salsipuedes*³.

Os anos 1830 no Estado Oriental contaram ainda com outro movimento institucional que acabou por consolidar a propriedade da terra de muitos brasileiros, não sem antes estabelecer pontos de conflito. Um grande processo de regularização fundiária foi iniciado e basicamente seu ponto nevrálgico tratava da questão do reconhecimento ou não da propriedade das terras confiscadas e repassadas a aliados de Artigas durante o período revolucionário, além do reconhecimento da propriedade sobre uma miríade de posseiros. A questão era complexa, dado que estava marcada também por uma série de reclames realizados por proprietários coloniais ou brasileiros que haviam recebido as terras das coroas espanhola ou portuguesa e de fato nunca tinham conseguido ocupar essas terras, ou ao menos, não completamente. A questão ainda passava pelas terras públicas ocupadas por muitos indivíduos sem autorização, baseados no princípio de que, se o ocupante possuía gado na terra, tinha o direito de ocupá-la; por sua vez, muitos líderes orientais, entendiam que a compra, pelos posseiros, dessas terras públicas representaria a solução para as rendas estatais deficitárias.

³ Esse episódio marca a chacina ordenada pelo presidente Rivera da maioria das lideranças indígenas e de seus povos, numa emboscada armada quando estes estavam reunidos próximos ao Arroio Salsipuedes para reafirmar sua amizade com a autoridade presidencial uruguaia.

Durante os dois primeiros anos da década de 1830, Rivera e Lavalleja usaram dessas disputas para fazer amigos e inimigos, favorecendo quando possível os aliados, imputando a culpa ao adversário sobre as perdas, enquanto os desalojamentos massivos e as exigências de aquisição da terra pública ocupada levaram a agitação à campanha. A prática da *Cámara de Justicia* era aplicar uma política de defesa irrestrita da propriedade colonial e brasileira, o que favorecia em muito os estancieros na fronteira norte. Em 1832, a situação estava beirando a revolta, largamente incentivada por Lavalleja e seus partidários. O Estado começa uma política de intermediação entre os proprietários e os posseiros, fazendo com que os segundos comprassem as terras dos primeiros. Caso os proprietários não concordassem com o preço negociado, o Estado desapropriava as terras pagando valores largamente vantajosos aos proprietários e colocava as terras à venda para outros posseiros com melhores recursos. Esse processo implicou o desalojamento de um número considerável de posseiros, que passaram a se amontoar nas terras públicas ao redor dos povoados – protegidas desse processo – e garantiu a formação de propriedades maiores (Bertino; Millot, 1991, p.133-134).

A partir de 1834, com o país às voltas com mais uma disputa eleitoral que virtualmente poderia se transformar em revolta armada e com as dívidas públicas tornando impraticável sustentar a defesa do governo, estabelece-se a exigência da aquisição das terras públicas por parte de seus ocupantes, aumentando o efeito de concentração fundiária.

El proceso de reversión y enajenación y transacciones se hizo por intermedio de Comisarios y produjo el definitivo dislocamiento de las relaciones solidarias entre los poseedores, iniciadas por Lecor: los poseedores no escapaban a la ley de concentración. Todo dependía de la capacidad económica porque el campo se poseía con ganado y se defendía con peones, agregados y esclavos y de las relaciones que se pudiera tener con los caudillos o con el centro de poder montevidiano. Al norte, los brasileños ocupaban la tierra de muchos donatarios y emigrados desaparecidos. [...] La política de Obes condenó al desalojo o sometió a la mayoría de los pequeños donatarios y poseedores. Consolidó a grandes e medianos poseedores sobre todo vinculados al grupo ministerial y a Rivera y en general a los que tenían recursos, con las mejores tierras. (Bertino; Millot, 1991, p. 136)

Foi nesse período, que coincidiu com a eclosão da Revolução Farroupilha, que muitos brasileiros compraram grandes extensões de terra no Estado Oriental, especialmente nas regiões recentemente pacificadas na margem norte do rio Negro, dado confirmado pelas declarações em inventários, pela documentação diplomática e por anotações na versão manuscrita do RRNE. As terras eram baratas – segundo Barrán (1990), durante a Guerra Grande o preço da terra caiu a um terço de seu valor anterior, custando \$0,60 o hectare – e a produtividade da pecuária alta, provavelmente compensando a distância do mercado comprador.

Assim, a concentração de grandes propriedades de terras de brasileiros nos departamentos de Tacuarembó, Salto e Paysandú esteve diretamente ligada ao desalojamento dos posseiros pequenos e daqueles que não tinham recursos para manter grupos armados para defender suas terras, nem contavam com recursos políticos para acionar em Montevideu. Os *colorados* financiaram sua manutenção no executivo oriental favorecendo a consolidação da ocupação do Norte pelos estancieros rio-grandenses.

Um espaço em três gerações: Cerro Largo e sua ocupação num período alongado

O departamento de Cerro Largo, mais próximo ao litoral, teve uma conformação distinta, ou melhor, conformações distintas. Conformações porque o que correspondia ao departamento de Cerro Largo durante a Guerra Grande, ao menos no que toca às propriedades dos brasileiros, eram três regiões com diferenças de ocupação. As porções norte e leste, que é boa parte do atual departamento de Cerro Largo, tinham uma concentração de propriedades menores, ligadas a uma ocupação mais antiga, paralela àquela que ocupou os campos entre a lagoa Mirim e o oceano Atlântico. No centro e no oeste, onde hoje é a maior parte do departamento de Treinta y Tres, o tamanho das propriedades era maior. Essas duas áreas tinham alta concentração de brasileiros. Naporção mais ao sul, nas margens do rio Cebollati, que corresponde hoje ao norte de Lavalleja – que reuniu Minas e essa região – a ocupação era maior de nacionais, que descendiam de ocupantes do período do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A proporção da ocupação brasileira nessa última zona, no entanto, não deve ser subestimada. Como apontam Borucki, Chagas e Stalla, as cifras sobre a ocupação brasileira podem ser enganosas. Em Minas, em 1855 – já reunindo o sul do antigo departamento de Cerro Largo ao antigo departamento de mesmo nome –, os brasileiros consistiam em 7% da população, mas esses dados precisam ser observados de forma localizada geograficamente. Ao sul, os brasileiros não chegavam a 1% da população; no centro, a 7,3%; e no norte, a 17,3% (Barrios Pintos, 2000). Contudo, esses não me parecem os dados mais expressivos, e sim os de que, no norte de Minas, os brasileiros constituíam-se em donos de 34% das estâncias, de 42% do gado de rodeio e de 92% dos bovinos alçados (Borucki; Chagas; Stalla, 2004, p. 163).

As propriedades listadas em Cerro Largo – com este nome no rol do RRNE – contavam com a predominância da porção de menor tamanho de terras. Esse índice estava diretamente ligado ao fato de que as propriedades daquela região parecem ter sido atingidas com maior intensidade por processos de partilha sucessivas. Corroborando esse dado, o número de inventários que tratam de propriedades nessa região é maior, correspondendo a 84% do conjunto analisado. Ainda, 34,78% dos inventários analisados tinham como forma de aquisição da propriedade declarada como sendo através de herança, e a esmagadora maioria se localizava em Cerro Largo. Correspondendo a uma ocupação mais antiga e, ao mesmo tempo, mais adensada, a região não apenas encontrou um índice de partilhas grande, como a dificuldade de realizar a reconcentração da propriedade nesses casos, e dificuldades para realizar a expansão das propriedades por simples ocupação de terras devolutas. Possivelmente o fato de ser uma região com proximidade do mercado consumidor do gado tenha influenciado nesse adensamento, não verificado nas áreas mais afastadas da fronteira, que exigiam maior investimento.

A maioria dos 483 proprietários estava estabelecida na porção mais a leste e ao norte do departamento de Cerro Largo. Essa área de ocupação antiga correspondia àquela que permitia acesso à lagoa Mirim, facilitando o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. Essa porção, assim como o atual departamento de Rocha, então a porção norte de Maldonado, e o norte de Minas, hoje Lavalleja, contrastavam com a ocupação de açorianos e descendentes de espanhóis do período do Vice-Reinado. Os descendentes dos colonos que fundaram as po-

voações ao sul tinham seus negócios concentrados na agricultura e nas pequenas criações, enquanto o modelo expandido pelos lusitanos desde o norte era o da pecuária extensiva (Diaz de Guerra, 1988). Essas diferenças contribuía significativamente para o estabelecimento de uma economia voltada para o mercado rio-grandense, ainda que tivesse produtores de menor porte que aqueles que se estabeleceram posteriormente no território em direção ao centro do Estado Oriental.

Essa presença tão pesada de brasileiros se refletia na dificuldade política e militar dos orientais em controlar a região: era através de Cerro Largo que Lavalleja acessava o Rio Grande do Sul no início dos anos 1830, buscando apoio em seus aliados brasileiros; da mesma forma que procedeu Rivera na década seguinte. Em 1831, Rivera ordena a fundação de San Servando, depois Vila Artigas e atual Rio Branco, como uma guarda de fronteira, numa tentativa de instituir um posto de aduana na região. Ao contrário de suas iniciativas na campanha da margem norte do rio Negro, San Servando foi erguida sob uma área densamente povoada, como uma presença estatal que buscava garantir a soberania do território. Lembrando da reclamação do alcaide da Vila de Melo citada no início deste texto, a presença dos brasileiros na região era tão forte que praticamente excluía a existência de orientais em alguns *partidos* – como eram chamados os distritos administrativos – da fronteira. A desconfiança num ponto onde a fronteira era tão indefinida era justificável.

Foi o governo *blanco* de Oribe, já avançada a Guerra Grande, que realmente tentou implementar uma política que timidamente apontaria para a *orientalização* do território ao norte do rio Negro. A ocupação por nacionais das regiões com maciça presença de brasileiros era imprescindível para a derrota dos *colorados*, tanto militar quanto politicamente. Nos dizer de Lucia Sala de Touron e Rosa Alonso Eloy, a campanha *se blanqueó* (Touron; Eloy, 1986). Os bens dos inimigos, muitas vezes brasileiros, foram vendidos e distribuídos para partidários do *Gobierno del Cerrito*. A divisão de Paysandú em três departamentos – Paysandú, Salto e Tacuarembó, em 1837, assim como a criação do departamento de Minas –, contando parte de Cerro Largo e Maldonado, as tentativas de diminuir a área das jurisdições do norte uruguaio e criar aparelhos administrativos que implicassem a presença direta de mais agentes do Estado, eram coerentes com a concepção de nação que os *blancos* defenderiam dali para frente. Essa concepção incluía a necessidade do monopólio do controle

legal do território, diminuindo a influência que os brasileiros tinham sobre este (Arocena, 2011, p. 64).

Orientalizar a República: um território ocupado por “estrangeiros”.

A afirmação generalizada por muitos historiadores (Souza, Prado, 2004), retirada de *El Mensaje del Poder Ejecutivo al Poder Legislativo*, de que os brasileiros ocupariam com predominância 30% do território oriental em 1857 (Bertino; Millot, 1991, p. 128) é de difícil comprovação, embora pareça ser corroborada por outras fontes contemporâneas (Zabiela, 2002, p. 23–25). Segundo o RRNE, em 1850, pertenceriam a brasileiros, apenas na fronteira do Chuí 342 léguas, e na de Bagé, 331 léguas, indicando de fato um acréscimo da presença brasileira. Se tomarmos a declaração de um deputado oriental em abril de 1862, que denunciava possuírem os brasileiros perto de quatro mil léguas, quase o equivalente à metade do território da República, o índice de 30% para 1857 parece plausível, muito embora siga sendo uma suposição. A inexistência do tamanho de muitas propriedades no RRNE, além da apontada imprecisão e a divergência na forma do registro dos dados, não permite que se realize essa averiguação.

Apesar da inexistência de dados censitários confiáveis para os anos anteriores e imediatamente posteriores, que poderiam dar conta com precisão da presença de brasileiros no norte do território do país vizinho, esse parece ser um consenso largamente estabelecido pela historiografia de ambos os países. O primeiro censo estatístico geral realizado no Estado Oriental data do ano seguinte ao fim da Guerra Grande, em 1852. Muito embora os dados desse censo sejam bastante incompletos, não permitindo diferenciar brasileiros de outros estrangeiros, possibilitam algumas aproximações.

Observado o percentual de estrangeiros nos departamentos de Paysandú, Salto, Tacuarembó e Cerro Largo, que é o mesmo, 40,36%, é possível supor que esse contingente fosse formado predominantemente por brasileiros. Excluindo Montevideu, que por sua situação portuária e pelo caráter internacional de seu corpo de comerciantes possuía muitos imigrantes de nacionalidades diversas, os números dos demais departamentos,

raramente chegando a ultrapassar 15%, indicam que a presença dos brasileiros nos departamentos fronteiriços era responsável pelos altos índices de estrangeiros.

Tabela 1 – Censo geral uruguaio de 1852: habitantes nacionais e estrangeiros por departamento

DEPARTAMENTO	HABITANTES	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	SEM CLASSIFICAÇÃO	% ESTRANGEIROS
Montevidéu	33.994	18.590	15.404	-	45,31
Canelones	17.817	14.400	3.417	-	19,18
San José	13.114	11.738	1.376	-	10,49
Colonia	7.971	6.442	1.529	-	19,18
Durazno	5.591	4.873	754	-	13,48
Maldonado	9.733	8.421	1.312	-	13,48
Soriano	9.031	7.757	1.274	6.462	14,10
Paysandú	6.247	2.726	2.521	1.000	40,36
Salto	7.364	4.392	2.972	-	40,36
Tacuarembó	6.567	3.917	2.650	-	40,36
Cerro Largo	6.541	3.847	2.604	-	40,36
Minas	8.089	6.998	1.091	-	13,48
Total	13.1969	9.4085	36.884	6.462	27,90

Fonte: adaptado de Bertino e Millot (1991, p. 130).

Se tomarmos como fidedigno o depoimento de Dom Diego Lamas, comandante-geral em Salto em 1848, de que estava cercado de estancieiros brasileiros e com eles não podia contar (Magariños de Mello, 1948, p. 342), ou o do ministro do Exterior oriental em 1852, que afirma que em Tacuarembó os brasileiros eram em maior número que os nacionais, podemos estimar que os números de estrangeiros nesses departamentos, assim como outros do norte, como Cerro Largo, Paysandú (Winn, 1997, p. 68-69) e mesmo em parte de Maldonado, correspondessem majoritariamente a brasileiros. Segundo Magdalena Bertino e Júlio Millot (1991, p. 128), a partir de 1851 a presença de brasileiros nos departamentos de fronteira se acentua. No censo de 1860, onde estão faltando os dados de Paysandú e Maldonado, os brasileiros seriam 19.106, estimando-se conservadoramente que chegassem a 21.700

com os que viviam nos dois departamentos, o que por baixo resultaria em 10% da população nacional. Não eram os 40 mil brasileiros declarados pelo general Antônio de Souza Netto (Barrán; Nahum, 1967) três anos depois, ao argumentar pela intervenção militar brasileira a favor de Venâncio Flores, mas ainda assim, mostrava-se um número impactante, especialmente se observada a concentração dessa população brasileira na faixa da fronteira norte.

O problema da desproporção entre o número de orientais e de brasileiros era antigo. Na década de 1830 não era incomum encontrar brasileiros exercendo funções administrativas e de justiça no Estado Oriental (Zabiela, 2002, p. 26). Analisando o censo de 1852, segundo Bertino e Millot (1991, p. 130), observa-se que em algumas seções judiciais dos atuais departamentos de Artigas e Rivera os brasileiros representavam o dobro, às vezes o triplo, dos habitantes orientais. Na região entre os rios Arapehy e Quaraí, todas as propriedades pertenciam a brasileiros. Mais uma vez, o governo oriental respondeu à questão criando novas municipalidades, buscando estender a presença estatal e garantir o controle do território. Criam-se Cuareim (posteriormente renomeada como Artigas), Treinta y Tres, Santa Rosa del Cuareim, Arredondo e Rio Branco, todas próximas da fronteira. Esse movimento se mostra bastante condizente com aquele da fixação da propriedade da terra.

Até o fim da Guerra Grande, a posse e mesmo a propriedade da terra no Estado Oriental não eram completamente seguras. Como apontei anteriormente, o processo de regularização fundiária iniciado nos anos 1830 desacomodou um número grande de pequenos posseiros e de proprietários menores que não tinham título válido. Essa pode ter sido a motivação para muitos brasileiros inventariarem em comarcas do Império seus bens existentes no Estado Oriental. Como aponta Joseph Younger, ao pesquisar disputas judiciais no espaço platino, buscar a legitimidade de tribunais e cartórios em um ou outro país foi procedimento bastante utilizado para garantir a propriedade (Younger, 2008). Tanto pela insegurança reinante em períodos de conflito, quanto em momentos de paz, esse expediente podia ser empregado.

A viúva Eugênia Chagas de Oliveira foi um dos inventariantes que fez solicitação nesse sentido. Seu falecido marido possuía uma estância de $3 \frac{3}{4}$ de sorte de estância no Cerro de Carpintería, no então departamento de Tacuarembó, a pouquíssima distância de Aceguá, um campo

em Acharate, em Cerro Largo, além de um campo em Piratini. Ao abrir o inventário, em 1859, em Bagé, a viúva solicitou que os bens no Estado Oriental fossem levantados pelas autoridades locais, mas que “por ser de justiça”, o juiz autorizasse que a partilha fosse realizada no Brasil. O juiz autoriza desde que as autoridades orientais permitam. O pedido foi enviado à Junta de Carpintería, que se pronuncia aceitando a situação desde que a viúva pague todas as taxas pela transmissão da terra, respondendo por si e por seus filhos menores. Depois de dois anos, Eugênia Chagas de Oliveira consegue fazer a partilha no Brasil. Ainda que tenha respeitado os trâmites burocráticos, a desconfiança da viúva em relação à justiça oriental fica clara, demonstrando que não considerava que a partilha naquele país tivesse o mesmo reconhecimento que se realizada no Império.

No início dos anos 1850 e mais ainda nos anos anteriores, nas décadas de 1840 e 1830, os inventários trarão bens partilhados no Brasil sem nenhum registro de comunicação com as autoridades orientais. Muitas vezes, o expediente remeterá realmente à total desconsideração da soberania do Estado Oriental (Benton, 2001). No caso das terras, essa postura pode estar bastante ligada à certeza de que a posse era a melhor garantia da propriedade, expediente que acompanhou a expansão lusitana na região. De toda forma, é possível observar que os herdeiros não costumam ignorar a existência de uma mudança de legislação e instituições, eles buscam manejar essas diferenças a seu favor, observando possibilidades nas brechas. Em todos os inventários verificou-se que os herdeiros recebiam sempre uma quantidade equivalente de bens no Brasil e no Uruguai, não acontecendo nenhum caso em que as heranças fossem localizadas exclusivamente em um outro país. De certa forma, os envolvidos reconheciam que existia uma diferença entre os bens possuídos de um lado a outro da fronteira.

Uma possibilidade pelo uso desse artifício era a de garantir o reconhecimento de bens em um país, diante da impossibilidade de reconhecimento no outro, semelhante aos casos analisados por Joseph Younger e Lauren Benton. Esse é o caso do legado de Flora Gertrudes Maciel de Faria. Flora era tia-avó de Eliseu Antunes Maciel – pai do futuro Barão de São Luís – e do tenente-coronel Aníbal Antunes Maciel – pai do futuro Barão de Três Cerros, dois de seus herdeiros. Tendo falecido em novembro de 1852 e com inventário aberto no ano seguinte, Flora possuía, entre

outros bens, uma estância em Tacuarembó, nas proximidades do Arroio Hospital que contava com nada menos que 19 léguas.

Contudo, o dado mais interessante na partilha dos seus bens não se encontra na divisão das terras e ou do gado. Na propriedade do Hospital viviam dois escravos, um de nome Serafim, de 36 anos, e outro chamado Manoel, de 48 anos, ambos crioulos e campeiros. Esses dois escravos, que pelas leis orientais seriam livres, foram partilhados. Manoel foi dado por conta da legítima de Eliseu Antunes Maciel e permaneceu em sua propriedade em Paysandú, em escravidão ilegal, provavelmente considerada legítima por ser avalizada por um processo estabelecido no Império. Esse não foi um caso isolado: nos inventários analisados foram encontradas dezesseis ocorrências nos anos entre 1848 e 1862, de escravos vivendo em propriedades no Estado Oriental e sendo partilhados em inventários no Império, ou seja, todas claramente transgredindo a abolição da escravidão no Estado Oriental.

Ainda assim, terras são o bem mais inventariado. Apenas sete inventários não apresentavam nenhum tipo de propriedade fundiária. Três desses inventários apresentavam propriedades de casas em áreas urbanas e quatro eram casos de arrendatários que declaravam rebanhos. Nos demais inventários, propriedade de campos e estâncias predominam, indicando em parte o movimento do crescente mercado de terras e as preocupações em assegurar sua propriedade em todos os meios legais possíveis, num contexto de valorização. No fim dos anos 1850, num momento de suspensão de conflitos, da quase inexistência de terras públicas com bons pastos para ocupar e um novo impulso com os investimentos de estrangeiros, especialmente ingleses, na criação de ovinos, o mercado de terras se encontrava bastante aquecido. O valor da terra havia passado da média de \$0,6 em 1852-1856 a \$2,09 em 1857-1861 (Barrán; Nahum, 1967, p. 29), num momento em que a suspensão das denúncias fixava a posse como propriedade.

Ainda que os maiores aumentos se concentrassem nas áreas de comportamento menos arcaico, onde estrangeiros compravam terras para a criação de ovinos (Bertino; Millot, 1991, p. 147), essa fixidez da propriedade, acompanhada da valorização da terra, levou a um processo que definitivamente garantiu aos brasileiros no norte não apenas segurança em relação à propriedade, mas a manutenção da concentração fundiária e seu gradativo aumento. Ao analisar algumas trajetórias, posteriormente

pretendo exemplificar melhor essa relação, entendendo o que Bertino e Millot (1991) chamaram de comportamento arcaico. Por enquanto, basta apontar que essa concentração fundiária aumentava o poder dos estancieiros brasileiros, na medida em que implicava estabelecimentos cada vez maiores e num número proporcionalmente maior de agregados e peões empregados que dependiam deles para obter seu sustento – seja através de seu próprio trabalho, seja pela permissão para criar gado em terras desses grandes proprietários –, dada a diminuição drástica da possibilidade de acessar a terra por meio da posse ou da compra.

Parece importante verificar semelhanças nesse movimento de aumento do valor das terras no outro lado da fronteira, especialmente se considerado que o período coincide com a aplicação da Lei de Terras no Brasil. Datada de 1850 e regulamentada em 1854, a lei instituiu a aquisição através da compra como única forma legal de acessar a posse da terra no Império, não teve uma aplicação uniforme e muito menos imediata em todos os pontos do Império. No que compete à fronteira meridional, alguns estudos fornecem informações que se assemelham muito aos que observamos em relação às propriedades de brasileiros e à questão fundiária em geral no Estado Oriental (Garcia, 2005).

Outro fator importante estava localizado no Tratado de Limites assinado em 1852, que definiria a linha divisória da fronteira. O reconhecimento do território entre os rios Quaraí e Arapehy como território oriental, ao mesmo tempo que o Império detinha a integridade das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, levou a uma definição dos parâmetros legais sobre a ocupação, posse e propriedade das terras dessas áreas. Muito embora os efeitos dessas transformações possam ser observados ao longo da segunda metade do século XIX, os sinais da chegada dessas mudanças estavam presentes nas décadas anteriores e seus contemporâneos ofereceram resistência a essas mudanças.

Do total das propriedades, quase metade, 47,1%, estava localizada ao norte do rio Negro. Se somada a proporção de estabelecimentos em Cerro Largo, 35,6% das propriedades, podemos afirmar que essa distribuição aponta para a concentração das propriedades de súditos imperiais no norte e no litoral atlântico, com um total de 82,7% dos proprietários listados.

Esses dados, sem sombra de dúvida, demonstram que as grandes concessões de terras no primeiro quartel do século XIX, realizadas junto da

expansão militar luso-brasileira, acabaram por permitir a fixação de um modelo de propriedade no norte oriental, o do latifúndio que, como apontado anteriormente, parece ter sido aprofundado pela política dos governos orientais nos anos 1830.

O mercado como regente da propriedade: gado e escravos

Na virada da década de 1840 para a de 1850, alguns dos indícios das dificuldades causadas pela diminuição das possibilidades de compra já podiam ser localizados no RRNE. É importante atentar ao dado de que esta era uma lista de criadores de gado com estabelecimentos no Estado Oriental e não necessariamente de proprietários de estâncias. Nem todas as propriedades declaradas são dos cidadãos brasileiros que as ocupam. Existiam arrendatários, inclusive de grandes propriedades, como o caso da estância do Tacumbú, arrendada ao Barão do Jacuí pelo coronel Olivério José Ortiz, que contava com 18 léguas de extensão, além de outros possuidores.

Entre agregados, arrendatários e posseiros que se declaram em terras pertencentes ao Estado Oriental, temos 117 indivíduos declarados, totalizando 8,64% do total, um índice bem abaixo do verificado no Rio Grande do Sul do mesmo período. Esses cidadãos foram listados como possuidores de propriedades no país vizinho, mas deixava-se claro que esta propriedade não era a das terras que ocupavam, mas do gado. Se retirarmos os indivíduos que se declaram agregados e, portanto, provavelmente mantinham suas propriedades – possivelmente pequena quantidade de gado – nas terras dos seus patrões, restam-nos 76 cidadãos que se declararam arrendatários privados ou ocupando campos de propriedade pública, alguns deles pagando taxas – e, portanto, em virtual condição de se tornarem proprietários –, o que leva ao percentual significativo de 5,61%.

É importante questionar o que faria com que esses cidadãos fossem incluídos nessa lista, formulada para, antes de tudo, enumerar os prejuízos de brasileiros no Estado Oriental, geralmente ligados à tomada de propriedades. Creio ser esse um indício de que os maiores prejuízos não fossem aqueles sofridos pelos brasileiros que viviam no Estado Oriental, mas os

que a interrupção das atividades desses produtores causava aos que participavam do circuito comercial em que ela estava inserida. Essa percepção me parece claramente reforçada pelo número de propriedades listadas que não se encontravam em poder do proprietário, que totalizam 190.

A grande maioria dessas propriedades, 186, encontra-se nas listas com dados mais completos e ficava localizada nas fronteiras do Chuí, de Jaguarão, em Tacuarembó e na região do rio Arapehy. Graças aos dados mais completos de algumas delas pode-se compreender melhor o impacto que a Guerra Grande vinha causando na produção pecuária desses estancieiros. Dos 190 estabelecimentos nessa condição, apenas 47% foram listados como simplesmente embargados. Os demais estabelecimentos tinham sido abandonados em algum momento pelos proprietários, alguns sofrendo embargo posterior, outros quedando apenas sem quem os administrassem.

As condições que implicavam o abandono das estâncias eram determinadas, *grosso modo*, pela impossibilidade de que cumprissem suas atividades produtivas. O caso dos dois filhos de Olivério José Ortiz, Olivério Filho e Gaspar, que criavam gado como agregados na estância do Tacumbú, pode ser muito esclarecedor. Em 1848, o Barão do Jacuí arrendou a propriedade com todos os gados de seu proprietário. Essa situação está descrita no RRNE, logo acima da descrição das propriedades dos filhos de Olivério. Possivelmente os gados dos filhos fossem vendidos conjuntamente com o do pai, separando-se apenas o valor correspondente, prática bastante comum. A necessidade de listar Olivério Filho e Gaspar residia no fato de que a impossibilidade de tirar seus gados do campo embargado prejudicava a condução de seus negócios. Não apenas por lhes causar prejuízo imediato, com o gado perdido —essa também era uma grande preocupação, dado que a quantidade de gado alegada pelo Barão na Tacumbú chegava à cifra expressiva de 40 mil cabeças. O prejuízo dos irmãos Ortiz, caso a situação se prolongasse, residiria na incapacidade de manter seus compradores.

A possibilidade de que a escassez de matéria prima desarticulasse o mercado de gado era real. Muitos charqueadores de Pelotas se viam em sérias dificuldades depois de uma sequência de duas décadas ruinosas (Vargas, 2013), marcadas pela derrota da Cisplatina, a eclosão da Revolução Farroupilha e a continuidade da Guerra Grande no Estado Oriental (Bell, 1998).

A propriedade de Olivério José Ortiz se encontrava numa das listas com maior detalhamento, aquelas que tratavam das regiões ao sul e ao norte do rio Arapehy e que tiveram listas com detalhes que incluíam nomes de capatazes e agregados. Essa era uma das porções do território uruguaio reivindicadas como brasileira pelos sul-rio-grandenses, inclusive porque a totalidade das terras privadas lhes pertencia. Além disso, essa foi uma das regiões particularmente envolvidas no episódio das *califórnia*s e, portanto, alvo tanto das investidas dos grupos armados brasileiros quanto das tropas do comandante *blanco* Dom Diego Eugênio Lamas. A necessidade dessa lista ser particularmente detalhada se encontrava no fato político de que era uma região em disputa, ao menos na perspectiva dos estancieiros daquela fronteira.

O conteúdo de algumas das listas parece ter sofrido influência de outros documentos. A presença de refugiados da Guerra Grande em terras pertencentes ao Estado imperial – os chamados “Rincões Nacionais”, denominação comum em vários pontos da fronteira para as terras da União reservadas para o cuidado dos cavalos das tropas militares – foi um dado que se reproduziu em quase todos os municípios sul-rio-grandenses do limite com o Estado Oriental, situação confirmada pelas listas existentes nas correspondências das câmaras municipais ao presidente da província.

A lista de refugiados de Jaguarão foi produzida no final da década de 1840 e trazia não apenas os nomes dos chefes de família como os números de filhos, agregados, escravos, animais e, principalmente, de que viviam. Todos os proprietários brasileiros ali listados – e não todos arrolados, dado que existiam refugiados orientais – aparecem nas diferentes listagens de 1850 e curiosamente mesmo nas listas com poucas informações, a grande maioria das propriedades desses refugiados aparece com a informação do embargo pelas tropas *blancas* ou do abandono causado pela violência.

O casal Comba Barbosa de Alencastro e Jerônimo Batista Alencastro, inventariados em 1852, eram parte desses refugiados instalados no rincão nacional de Jaguarão, dos quais temos muitos dados. No processo, além da propriedade de Catallán, que no RRNE aparece embargada pelo comandante *blanco* Dom Diego Lamas, constam ainda 45 escravos e a chácara de Jaguarão. A propriedade de Catallán tinha sido abandonada pela viúva após o assassinato de Jerônimo Batista Alencastro, num caso

que permanece pouco esclarecido na documentação. De toda forma, a inexistência de outras propriedades – a chácara do rincão nacional foi uma concessão para refugiados, portanto acessada depois do abandono de Catallán –, que não a estância no Estado Oriental, indica que os 45 escravos do casal estivessem naquele estabelecimento. As notícias sobre o recrutamento forçado de escravos de brasileiros e as reclamações diplomáticas que indicam que o assassinato de Alencastro teve o envolvimento de autoridades orientais, podem apontar que a vítima demonstrou resistência ao recrutamento de seus cativos.

A presença de um número tão expressivo de escravos implica a percepção sobre como os brasileiros estabelecidos no Estado Oriental administravam suas estâncias. O caso dos Alencastro exige algumas considerações necessárias. A primeira delas se refere àquilo que estudos mais recentes têm afirmado (Osório, 2007), o reconhecimento do trabalho escravo nas estâncias como importante para a lida com o gado e não apenas em atividades secundárias, como supunham trabalhos mais antigos.

Quando a viúva Comba Alencastro foi arrolada como refugiada em Jaguarão, em 1848, ocupava uma chácara de 10 quadros com benfeitorias junto a um de seus filhos e 25 escravos, dizendo que vivia da agricultura. Creio que a diferença no número apresentado no inventário quatro anos depois se deva possivelmente a uma distribuição dos demais cativos entre os herdeiros que não acompanhavam a mãe naquele estabelecimento. Esse expediente, em que os herdeiros mantinham em seu poder bens que pertenciam aos pais, como em empréstimo, funcionava como um adiamento de herança, bastante comum naquele contexto (Farinatti, 2010).

Ao se retirar do Estado Oriental com esse número de escravos, Comba protegeu seu patrimônio mais valioso: escravos podiam ser vendidos facilmente ou alugados, especialmente se fossem trabalhadores especializados. Ainda, permitiu que seus filhos tivessem formas de acessar facilmente esse patrimônio, permitindo assim que ele fosse capitalizável. A terra, esse era o bem mais instável e, ao mesmo tempo, indisponível como capital, mesmo que fosse uma propriedade de médio porte como aquela de Catallán. Infelizmente, como o inventário não foi concluído, não foi possível avaliar qual o percentual que esses escravos representavam sobre o montante dos bens, mas tendo a concordar com a historiografia que aponta que, nesse período, a escravaria podia compor a maior porção do patrimônio (Bell, 1998).

Fronteira política e fronteira agrária: dois territórios distintos

Outro ponto a considerar sobre as propriedades de produção pecuária – e aqui excluo propositalmente as propriedades de charqueadas abandonadas nas proximidades de Montevidéu – que sofreram embargo ou foram abandonadas se refere à sua localização. Essas propriedades se encontram nas áreas de maior concentração de brasileiros. Nenhuma propriedade das listagens dos departamentos mais ao sul constava como fora do poder de seu dono. Esse me parece um indicativo importante de que as ações dos *blancos* objetivavam um confronto com os brasileiros de forma sistemática nas regiões em que eles eram maioria. Tratava-se de estabelecer o monopólio da ordem e da legalidade, não permitindo a existência de outro entendimento que não o do projeto de Estado Oriental defendido pelos partidários de Oribe.

O topo deste grupo com propriedades embargadas indiscutivelmente está entre aqueles proprietários que tem mais de 20 léguas de terras. Nas listas existem 44 propriedades com estas dimensões, pertencentes a 42 proprietários. Se acrescentarmos a estes os proprietários que, tendo mais de uma propriedade, somavam essa extensão de terras, o número sobe para 46 proprietários. Dentre esses, ao menos 11 proprietários, ou seja, 24%, declararam que suas terras haviam sido tomadas pelos *blancos*, quase um quarto dos maiores proprietários com terras no Estado Oriental do Uruguai. Se considerarmos que o índice geral de embargos fica em 14%, podemos considerar que esse grupo foi atingido de forma mais contundente. Os embargos, contudo, concentram-se no norte, enquanto os abandonos têm maior expressão no sul, região com menor presença de brasileiros.

De toda forma, a presença menor dos brasileiros ao sul indica também que os investimentos dos grandes líderes orientais se direcionavam para aquele espaço. Concordo com Bertino e Millot (1991, p. 125) quando afirmam que o acesso à terra esteve ligado às relações mantidas com o centro de poder em Montevidéu, mas acredito que essa condição estava combinada a outra. Nas áreas com maior concentração de brasileiros, suas práticas orientavam o mercado para uma racionalidade distinta, aquilo que Bertino e Millot denominaram rapidamente de um “comportamento arcaico”. As grandes disputas estabelecidas entre as autoridades

blancos e os brasileiros a partir da Guerra Grande são produto do encontro de duas fronteiras agrárias em fechamento: a que era empurrada desde o sul pelos grandes estancieiros orientais e as diferentes frentes empurradas pelos brasileiros desde a fronteira norte. A escassez de terras para serem distribuídas implicava uma alteração do jogo político, levando a uma reorientação do próprio projeto político, o que, no caso dos *blancos*, refletia-se em embargos e confiscos.

Mesmo que não disponhamos de dados para caracterizar o mercado de terras nas áreas ocupadas por brasileiros – especialmente porque cobrir todo esse território exigiria uma pesquisa de muito maior fôlego –, algumas considerações são cabíveis. Em pesquisa anterior me deparei com dados sobre a venda de propriedades de criação de gado no Estado Oriental realizadas por charqueadores brasileiros (Menegat, 2009). Naquele momento, minha atenção estava concentrada em entender as redes sociais que permitiram que um sujeito proveniente da distante província de Minas Gerais se estabelecesse como charqueador e se tornasse um dos principais líderes da Revolução Farroupilha. Para isso, percorri todos os laços que aquele indivíduo criou; especialmente, persegui a rede familiar de sua esposa, oriunda de uma grande família, com pai e tios charqueadores e outros tios e primos criadores de gado.

Os Rodrigues Barcellos eram uma família de descendentes de açorianos que migraram para Rio Grande logo antes da tomada dessa vila pelo governador espanhol do Rio da Prata, Pedro Cevallos, em 1863. A fuga de Rio Grande levou a família a se instalar nos campos de Viamão, até a retomada daquela vila, quando gradualmente os filhos de Antonio Rodrigues Barcellos e Rosa Perpétua de Lima voltaram seus investimentos para o sul, alguns se estabelecendo nas proximidades de Rio Grande, onde se fundaria alguns anos depois a Vila de São Francisco de Paula, a futura Pelotas, outros se dirigindo para a campanha, alguns conseguindo fazer ambos.

José Rodrigues Barcellos, que se tornaria uma das maiores fortunas entre os charqueadores da primeira geração, serviu no comando da fronteira de Jaguarão até chegar ao posto de major, nos anos da conquista da Cisplatina. Depois, fixou-se em Pelotas, onde possuiu um estabelecimento de charqueada e atuou no comércio atlântico. Naqueles anos, fora descrito como um “dos maiores proprietários da fronteira do Rio Grande” e de boa conduta quando no comando dos oficiais militares (Vargas,

2013, p. 458). Seu irmão, Luiz Rodrigues Barcellos, possuía uma grande propriedade em Bagé e outra na porção norte de Cerro Largo, com 10 léguas. Outro irmão, Bernardino, da mesma forma possuía uma propriedade, da qual se ignorava a dimensão, no mesmo departamento. Essa propriedade era administrada por um dos filhos de Bernardino, Joaquim, que desde essa propriedade comprava gado de diferentes produtores não apenas para alimentar a charqueada do pai, mas também para o do cunhado, Domingos José de Almeida.

Os laços entre os irmãos eram fortes, como diferentes documentos atestam. No inventário de Dona Ana Bernarda da Cunha, esposa de José Rodrigues Barcellos, o principal credor era outro irmão, Cipriano Rodrigues Barcellos. Cipriano foi descrito pelo visitador Dom José da Silva Coutinho, em 1815, como um dos mais ricos da então pequena freguesia de São Francisco de Paula. Assim como José, Cipriano foi um dos mais ricos charqueadores da primeira geração em Pelotas. Tão rico, que estabeleceu seus negócios também no Estado Oriental, primeiro com uma propriedade de criação na Costa do Jaguarão e depois com uma charqueada em Maldonado. Mas sua riqueza não permaneceu investida nessas propriedades. Nos últimos anos de vida, Cipriano se tornou um capitalista, vivendo principalmente de rendas.

No ano de 1845, o Comendador Cipriano Rodrigues Barcellos e sua esposa Rita Bernarda da Silva compareceram ao 2º Tabelionato de Notas para vender a estância situada na margem uruguiaia do Jaguarão. Os compradores eram os irmãos Joaquim e Florêncio Correa Mirapalheta. Assim como o comendador e seus irmãos, os Correa Mirapalheta descendiam de famílias açorianas que se instalaram em Rio Grande ainda no século XVIII. Assim como os Rodrigues Barcellos, eles haviam estendido suas atividades econômicas além da fronteira nas primeiras décadas do século XIX. Além disso, membros de ambas as famílias tinham contraído matrimônio nas décadas anteriores. Cipriano vendia sua propriedade para velhos conhecidos.

Caso semelhante se deu com a compra de um campo no Estado Oriental pelos filhos de José Pedro Rodrigues, no ano de 1857. O campo foi vendido pelo comendador Domingos Faustino Correa a uma sociedade formada por netos do comendador José Rodrigues Barcellos. Para entender sua relação com os Rodrigues Barcellos, tenho de remeter ao fato de que ele participava, de forma bastante pronunciada, de uma rede fa-

miliar que concentrava boa parte dos negócios na porção norte do então departamento de Maldonado, hoje Rocha. Nas décadas anteriores a esse negócio, especialmente nos anos 1830, o grande centro das compras de gado dos irmãos Barcellos parece ter se localizado nessa região. Ali também Cipriano teria participado do comércio ilegal de escravos, nos anos 1830, bem como montado uma charqueada durante a Revolução Farroupilha (Monquemat, 2010, p. 151).

Apesar de tímidos, esses são indícios de que esse mercado estava orientado para venda dentro de um círculo de relações, excluindo especialmente a comercialização da terra com orientais. Em realidade, todos os inventários que têm indicação da compra de campos no Estado Oriental – não são muitos, sete no total – indicam que a venda foi realizada por brasileiros, bem como os arrendamentos indicados nos processos. Outros oito inventários indicam que terras do inventariado estavam arrendadas por outros brasileiros. Se for possível supor que havia uma similaridade no funcionamento do mercado de gado com o do mercado de terras, a possibilidade de que este fosse bastante refratário a negócios com orientais aumenta.

O mercado de gado tem uma dinâmica mais fácil de rastrear nos inventários, por meio das contas correntes e das dívidas ativas e passivas. 61,9% dos inventários apresentam alguma indicação sobre a venda ou compra de gado. A grande maioria dos inventariados tinha dinheiro a receber pela venda de uma ou duas safras anteriores e nos permite verificar dois padrões de venda. O primeiro era constituído por um comerciante que comprava o gado. Esse padrão era mais comum nas áreas mais próximas da fronteira, onde o acesso às casas de comércio me pareceu ser regular. Em algumas situações, os criadores eram devedores desses comerciantes, indicando que nem sempre o gado necessariamente era pago em dinheiro, mas entrava numa conta corrente. Assim, fora da safra os estancieros se abasteciam dos gêneros necessários no comércio e o acerto de contas era realizado na safra. Esse modelo foi particularmente empregado por criadores menores, ou ao menos pelos que tinham quantias menores para receber nos inventários, e não estava ligado apenas ao abastecimento das charqueadas brasileiras, mas ao consumo de gado da população em geral.

Outra forma de organizar o comércio de gado era aquela em que um estancieiro intermediava a venda de outros criadores. Nessa modalidade,

as tropas eram formadas na safra e enviadas ao destino por um pecuarista que vivia no Estado Oriental, ou administrando terras de outrem ou que tinha bons contatos nos mercados consumidores. O inventário de João Simões Lopes, aberto em 1853, traz indícios interessantes de como esse mercado se organizava. O pai do futuro Visconde da Graça era um charqueador de grandes proporções (Vargas, 2013, p. 313), engajado no comércio atlântico (Berute, 2011, p. 91-92) e criador com grandes propriedades no Brasil e no Estado Oriental. Em seu inventário suas dívidas passivas foram classificadas entre “recebíveis, difíceis de receber e dadas como perdidas”, um indicativo do volume movimentado em sua atividade mercantil. Porém, nas dívidas ativas, muitos valores eram destinados a nomes que identifiquei no RRNE, com propriedades numa região acessível desde as propriedades de Simões Lopes.

Ao inventariar os bens que possuía com suas duas esposas falecidas, Maria Faustina Furtado e Cipriana Gonçalves, o major Diogo Félix Feijó indicava uma série de dívidas do segundo casal com Rafael de Souza Netto. Sobrinho do general Antônio de Souza Netto, um dos líderes farroupilhas, Rafael era casado com Bárbara Leonor Gonçalves da Silva, sobrinha de Bento Gonçalves – o principal líder dos farrapos – e era proprietário de uma grande estância próxima a Bagé. Aliás, entre os vizinhos de Rafael estavam parentes de outros líderes farroupilhas, como outros Gonçalves da Silva e Silveira Brum, e também de muitos charqueadores, como os Azevedo e Souza e os Rodrigues Barcellos, além do dito major Feijó e seus filhos. Rafael de Souza Netto, assim como seu tio mais ao sul, provavelmente arregimentava tropas de gado, comprando de seus vizinhos, que eram levadas às charqueadas de Pelotas.

A dívida do segundo casal possivelmente era resultado de algum adiantamento por tropas que não puderam ser entregues nos anos finais da Revolução Farroupilha, indicando que as relações que mediavam as compras eram ditadas também pela perspectiva de contar com o suporte do comprador em momentos difíceis, numa rede de crédito que amarrava o criador àqueles que mediavam a comercialização das tropas (Bell, 1998). O mercado de gado parecia ser guiado por outras normas que não apenas a da oferta e procura. Jonas Vargas (2013, p. 299), ao analisar o grupo de charqueadores de Pelotas, encontrou outros exemplos dessa prática.

Compreender que a lógica desse mercado era marcada pelas boas conexões com os mercados consumidores e pelas relações de confiança

estabelecidas e alimentadas ao longo dos anos não exclui o fato de que eram os proprietários maiores que organizavam esse padrão de comércio de gado na campanha. Entender os tamanhos das propriedades e o impacto que isso tinha sobre a produção pode ser esclarecedor. Do total de 1.353 propriedades listadas no RRNE, 974 apresentavam dimensões registradas, distribuídas segundo a Tabela 2. Como se pode perceber, o maior número de propriedades ficava na faixa de menor dimensão, o que não quer dizer que fossem pequenas propriedades.

Tabela 2 – Número de propriedades segundo as listas do RRNE

REGIÃO	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTUAL
Fronteira do Chuí e São Miguel	36	2,6%
Fronteira do Jaguarão e ao norte do rio Negro, fronteira de Bagé	154	11,3%
Tacuarembó	87	6,4%
Norte do Arapehy e ao sul de Quarái	161	11,8%
Ao Sul do Arapehy e ao norte da coxilha do Haedo	78	5,7%
Cerro Largo	483	35,6%
Durazno	33	2,4%
Maldonado	39	2,8%
San José	79	5,8%
Colonia	15	1,1%
Montevideú	8	0,5%
Salto	124	9,1%
Paysandú	39	2,8%
Soriano e Mercedes	17	1,2%
Total	1.353	100%

Podemos, ainda, tentar uma aproximação pela ocupação dos campos por rebanhos. A média de criação das propriedades em que a dimensão e a quantidade de gado foram declaradas nos inventários é de 1.000 cabeças por légua. Pouco mais de 1% (14) das propriedades tinha menos de uma légua de campo – equivalente a 4.356 hectares de área – o suficiente para criar ao menos 500 cabeças, o suficiente para sustentar uma família (Gelman, 1998, p. 85). Em 1856 foi produzida uma lista dos *hacendados*

mais importantes de Cerro Largo e o cálculo aproximado do número de gado que cada um possuía. Dos 127 listados, 105 eram brasileiros, a grande maioria com rebanhos de mil a três mil bovinos (Zabiela, 2002, p. 146). Quando os dados dessa listagem foram cruzados com o RRNE, foi possível encontrar a dimensão de 46 propriedades. Analisando a média de ocupação a partir desses dois documentos, ela fica bem abaixo da apresentada nos inventários, com 343,54 animais por légua. Esse dado fica abaixo também das estimativas que o viajante francês Nicolau Dreys fez para as estâncias do Rio Grande do Sul. Segundo Dreys, “calcula-se que nas estâncias cada légua quadrada [4.356 hectares] pode receber e criar de 1.500 a 2.000 cabeças de gado” (Dreys, 1990, p. 66).

Muitos poderiam ser os fatores que influenciavam numa baixa da produtividade: dificuldade de encontrar trabalhadores para as lidas do campo, dificuldades para a retomada do crescimento dos rebanhos após a guerra, o crescimento progressivo de outras criações – especialmente a de ovinos (Winn, 1998, p. 78) –, epizootias e ataques de cães selvagens. De fato, na campanha rio-grandense, somente na década de 1860 apresentaram-se sinais de recuperação dos rebanhos, depois de quinze anos de paz e de uma diminuição das calamidades naturais (Bell, 1998, p. 80), não sendo improvável que o mesmo se verificasse na campanha oriental. Ainda assim, arrisco a opinar que possivelmente alguns proprietários tenham alegado rebanhos de menores dimensões por desconfiarem do responsável pela elaboração da lista, o comandante Dionísio Coronel, *blanco*, que durante a Guerra Grande foi frequentemente alvo de reclamações dos brasileiros estabelecidos em Cerro Largo. Porém, o fato de Coronel ter listado produtores com mais de mil cabeças de gado como os mais notáveis daquele departamento por si só constitui um importante corte para percebermos qual era o tamanho dos rebanhos que garantiam notoriedade social a seus proprietários.

Dos 46 estabelecimentos com dimensão identificada, 38 ficavam na faixa abaixo das cinco léguas, indicando que essa dimensão de propriedade era suficiente para classificar um produtor dentro de um grupo de elite. Ainda que essas sejam as posses menores dentro do RRNE, possuir entre uma e cinco léguas era o suficiente para garantir uma condição econômica favorecida, em que não apenas o rebanho tivesse condições de se reproduzir a ponto de garantir o exclusivismo da atividade.

Tabela 3 – Propriedades segundo dimensões registradas no RRNE

DIMENSÕES	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PERCENTUAL
Até 5 léguas (até 21.780 ha)*	689	50,88%
Entre 6 e 9 léguas (de 26.136 a 39.204 ha)	144	10,63%
Entre 10 e 19 léguas (de 43.560 a 82.764 ha)	97	7,16%
Acima de 20 léguas (acima de 87.120 ha)	44	3,24%
Ignoradas	380	28,6%
Total	1.354	100%

* A conversão de medidas do período do Império, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pretende uma légua como correspondente a 6.600 m² ou 4.356 hectares.

De toda forma, o fato de 21,03% das propriedades listadas no RRNE – correspondendo a 29,26% das propriedades com dimensão apontada – terem capacidade de criar mais de cinco mil cabeças de gado é um dado que indica que essas não eram propriedades voltadas a subsistência, mas empreendimentos de médio e grande porte. Possivelmente esse número fosse maior se considerarmos que quase um terço das propriedades não tinha extensão declarada, e por outros documentos é possível averiguar que muitas delas tinham mais de 10 léguas.

Se observarmos esses dados matizados por região, veremos que, em relação às propriedades de menor tamanho a distribuição, eles se mantêm, apresentando pequenas alterações, porém em relação às propriedades de maior porte, a sua concentração na região de Tacuarembó parece ser bastante significativa, chegando a quase metade (47,7%). Essa região ocupada maciçamente pelos brasileiros corresponde àquela área de ocupação indígena pacificada nos anos 1830 e que foi objeto de concessões dadas por Rivera e, depois, alvo da regularização fundiária por meio das denúncias de ocupação de terras públicas. Sua posição geográfica adjacente à fronteira seca do Upamarotim (a faixa de terras de mais de cem quilômetros entre o Brasil e o Uruguai próximo a Bagé, recortada por pequenos arroios e cerros), combinada à presença de tribos indígenas nômades e hostis, como os charruas, retardou a ocupação daquela área.

Tacuarembó apresentava uma baixíssima densidade populacional, o que aumentava o impacto da presença dos brasileiros. Segundo o censo geral de 1852, Tacuarembó contava com 6.567 almas, das quais 40,36%

eram estrangeiras, como indicado na Tabela 1, sendo a esmagadora maioria de brasileiros. Antes disso, o único dado populacional que se tinha da região dava conta da existência de 500 habitantes em San Fructuoso – Ciudad de Tacuarembó, em 1837, ano da criação do departamento. Nas décadas de 1830 e 1840, segundo o estudo de Raquel Pollero (1990, p. 221-222), a população brasileira nesse departamento correspondia a 69,4% e 59,7%, respectivamente. Mesmo que os números tenham caído conforme avançava o século, em 1860 os brasileiros eram donos de 50% dos bovinos de Tacuarembó (Zubillaga, 1977, p. 51).

A própria expansão da fronteira agrária no Rio Grande do Sul também acabou por ditar o ritmo da ocupação daquela região, que foi feita a partir de Jaguarão e Bagé. Essa era uma região entre as duas frentes mais antigas de ocupação do norte uruguaio pelos luso-brasileiros que correspondem às ocupações militares das primeiras décadas do século XIX (Borucki; Chagas; Stalla, 2004, p. 161). Ao contrário da frente de expansão no litoral, que ocupou Maldonado e depois Cerro Largo, acessível através do rio Jaguarão e da lagoa Mirim – além de ser parte do caminho para Montevidéu, tanto por terra quanto pela Atlântico –, ou da outra frente a oeste, aquela que ocupou o território entre o Arapehy e o Quaraí, junto à fronteira com a Argentina e acompanhou o fluxo do rio Uruguay, a ocupação de Tacuarembó não obedeceu a nenhum caminho fluvial próximo.

A essa combinação de fatores se juntaram outros. Nos anos 1830, com as dificuldades encontradas pelos charqueadores do Rio Grande do Sul e depois com a eclosão da Revolução Farroupilha – ela mesma relacionada diretamente a essas dificuldades –, alguns empresários do ramo buscaram se estabelecer nas proximidades de Montevidéu, levando parte do mercado de gado dos produtores rio-grandenses a se direcionar nesse sentido também. A possibilidade de aquisição de terras com títulos seguros e o menor preço da terra nas proximidades do rio Negro – inclusive na margem sul, no departamento de Durazno – atraiu investimentos altos. Das 33 propriedades de brasileiros listadas entre os rios Yí e Negro, ao sul deste último, doze têm mais de 20 léguas, representando mais de um terço de todas as estâncias de brasileiros da região e igualmente quase um terço das propriedades de grande porte do RRNE.

O verão de 1842-1843 foi marcado por uma grande seca na campanha oriental, que praticamente dizimou os rebanhos em grandes áreas

da campanha. A reação do *Gobierno del Cerrito* foi proibir as *faenas*, ou seja, a marcação, venda e abate de gado em todo o território controlado pelo seu exército. Ainda, na província do Rio Grande do Sul, no ano anterior, uma grande peste tinha dizimado parte importante da produção bovina. Nos arredores de Montevideu e em San José, os charqueadores rio-grandenses que tinham migrado seus negócios para o país vizinho, em busca de condições mais vantajosas fecharam seus estabelecimentos por conta da abolição da escravidão (que lhes retirou a mão de obra e parte do patrimônio), além da escassez de matéria prima.

E com isso, o mercado para os estancieros brasileiros, que produziam num sistema baseado na mão de obra cativa e no extensivismo que exigia imensas propriedades monocultoras, voltaria a ter seu ponto de atração nas charqueadas de Pelotas, ou ao menos era o que pretendiam os charqueadores daquela cidade. Estava marcado o impasse que impediria que esses homens que viviam no norte se identificassem com as políticas pensadas para a República Oriental do Uruguai pelos sujeitos que buscavam ocupar os postos desde Montevideu.

Referências

- AITA, Edsiana Belgrado. *Entre a lagoa e o mar: propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar (1858-1888)*. Porto Alegre: UFRGS, 2014 (Dissertação de Mestrado em História).
- AROCENA, Fernando. *Regionalización cultural del Uruguay*. Montevideu: UDELAR/ Dirección Nacional de Cultura, 2011.
- BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *História rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- BARRIOS PINTOS, Aníbal. *Historia de los pueblos orientales*. Montevideu: Academia Nacional de Letras, 2000.
- BELL, Stephen. *Campanha gaúcha: a brazilian ranching system (1850-1920)*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BENTON, Lauren. The laws of this country: foreigners and the legal construction of sovereignty in Uruguay, 1830-1875. *Law and History Review*, v. 19, n. 3, p. 479-511, 2001.
- BERTINO, Magdalena; MILLOT, Julio. *Historia económica del Uruguay*. Tomo I: Desde los orígenes hasta 1860. Montevideu: Fundação de Cultura Universitária, 1991.

- BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011 (Tese de Doutorado em História).
- BORUCKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo: un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya (1835-1855)*. Montevideo: Pulmón Ediciones, 2004.
- CHASTEEN, J. C. Backgrounds of the civil war: the process of land tenure in Brazil's southern borderland (1801-1893). *Hispanic American Historical Review*, v. 71, n. 4, 1991.
- DIAZ DE GUERRA, María A. *História de Maldonado*. Tomo I. Maldonado: Ed. Intendencia Municipal, 1988.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Introdução e notas de Augusto Meyer. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. (Original publicado em 1839)
- FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- FAVRE, Oscar Padrón. *Ocaso de un pueblo indio*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1996.
- GARCIA, Graciela. *O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, 2005 (Dissertação de Mestrado em História).
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros*. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial de los Libros del Riel, 1998.
- GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Org.). *Caudillismos rioplatenses*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- KLEIN, Fernando. El destino de los indígenas del Uruguay. *Nómadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas*, v. 15, n. 1, 2007.
- MAGARIÑOS DE MELLO, Mateo J. *El gobierno del cerrito: colección de documentos oficiales emanados de los poderes del gobierno presidido por el brigadier general D. Manuel Oribe, 1843-1851. Poder ejecutivo, Tomo 1*. Montevideo: Imprenta El Siglo Ilustrado, 1948.
- MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX)*. Porto Alegre: UFRGS, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).
- MICHOELSSON, Omar E. *Operativo San Fructuoso*. Tacuarembó: 1990.
- MONQUELAT, A. F. *Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010.
- NAHUM, Benjamin. *História Rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

- POLLERO, Raquel. Estudio de la población de Tacuarembó en base a datos histórico-demográficos. VII Encuentro Nacional y V Regional de Historia, *Anales...*, n. 2, p. 221-222, Montevideo, out. 1990.
- PETRISSANS, Ricardo; FREIRÍA, Gonçalo. *Extranjerización de las tierras nacionales*. Montevideo: Proyeccion, 1987.
- RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*, Franca, v. 23, n. 1-2, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742004000200009>>. Acesso em: 11 maio 2020.
- SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- TOURON, Lucía Sala de; ELOY, Rosa Alonso. *El Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental. 1986.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Tese de Doutorado em História).
- WINN, Peter. *Inglaterra y Tierra Púrpura*. Tomo I. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 1997.
- YOUNGER, Joseph. Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata. *Revista Aedos*, v. 1, n. 1, p. 290-311, 2008.
- ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os tratados de 1851 de comércio e navegação, de extradição e de limites*. Porto Alegre: UFRGS, 2002 (Dissertação de Mestrado em História).
- ZUBILLAGA, Carlos. Algunos antecedentes sobre acondicionamiento territorial em Uruguay (1611-1911). *Cuadernodel CLAEH*, Montevideo, n. 4, p. 37-61, 1977.

instituições e desenvolvimento econômico: o direcionamento da política econômica brasileira durante o estado novo a partir da abordagem institucionalista de douglass north*

institutions and economic development: the direction of the brazilian economic policy during the new state from douglass north's institutionalist approach

Claucir Roberto Schmidtke**

Departamento de Economia, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, Brasil

RESUMO

O objetivo do artigo é averiguar o sentido da política econômica do governo Vargas, realizada durante o Estado Novo, diante da conjuntura internacional restritiva acarretada pela Segunda Guerra Mundial. Para tanto, foram analisados, dentre outros, discursos do presidente Getúlio Vargas e do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, e o Balanço Geral da União, de modo a comparar suas intenções com os resultados obtidos. O texto indica que ocorreram mudanças no ambiente institucional voltadas a contribuir para o uso ponderado de determinados instrumentos de política econômica, marcado por limitações instituídas pelo estabelecimento de regras formais. Além disso, foram criadas instituições formais com o intuito de promover cooperação para oportunizar condições financeiras favoráveis para a melhora da economia nacional no pós-guerra.

Palavras-chave: História econômica. Economia brasileira. Economia de guerra. Instituições formais. Política econômica.

ABSTRACT

the purpose of the article is to determine the direction of the Vargas government's economic policy during the New State, within the context of the restrictive international situation caused by the Second World War. In order to do so, we analyzed speeches by president Getúlio Vargas and the minister of Finance, Artur de Souza Costa, among others, and the Federal Government Balance Sheet, in order to compare their intentions with the results obtained. The findings indicate that there were changes in the institutional environment aimed at contributing to the weighted use of certain economic policy instruments, marked by limitations imposed by the establishment of formal rules. In addition, formal institutions were created with the purpose of promoting cooperation to provide favorable financial conditions for the improvement of the national economy in the post-war period.

Keywords: Economic history. Brazilian economy. War economy. Formal institutions. Economic policy.

* Submissão: 31/03/2019; aprovação: 21/02/2020.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro. E-mail: claucir_roberto@hotmail.com.

Introdução

O texto a seguir analisa a política econômica brasileira realizada durante o Estado Novo, período em que Getúlio Vargas presidiu o país de forma ditatorial. Vargas governou o Brasil em duas oportunidades: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. No que tange ao primeiro ínterim, os 15 anos em que permaneceu no poder foram marcados por períodos distintos: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945).

Em relação ao terceiro período, na noite de 10 de novembro de 1937, Vargas oficializou o advento de um novo regime governamental. Por meio do seu discurso de posse, realizado no Palácio do Catete e divulgado a todo o país, a continuidade do governo, por tempo indeterminado, foi anunciada e justificada¹, sem grandes pormenores, por meio da exposição de uma série de prováveis externalidades nocivas à nação que poderiam surgir em decorrência da conturbada conjuntura política que havia se formado².

A política econômica realizada durante o Estado Novo foi marcada, entre outros aspectos, pela crise provocada pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, com repercussões que refletiram o direcionamento econômico nos anos iniciais do regime, como a decisão de suspensão do pagamento da dívida externa e a deflagração da Segunda Guerra Mundial, que influenciou tanto direta quanto indiretamente na política econômica nacional, tendo em vista a participação das Forças Armadas do Brasil no conflito e o aumento da escassez internacional de recursos.

Quanto aos efeitos perversos provocados pela depressão econômica mundial da década de 1930, os mecanismos de defesa da economia brasileira provocaram resultados positivos, se comparados, em especial, à situação de outros países, como os Estados Unidos.

¹ A Constituição de 1934 indicava a realização de eleições diretas para a Presidência da República para o ano de 1938. Também determinava que o candidato eleito, de forma indireta, em 1934, não poderia participar do pleito.

² Suas palavras iniciais foram as seguintes: “O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional” (Vargas, 1937a, p. 19).

Assim sendo, Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, chegou a caracterizar a política de queima do café, principal produto de exportação brasileiro, como uma medida que viria a ser caracterizada como keynesiana. Ele lembrou que a obra de John Maynard Keynes, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, foi publicada, pela primeira vez, em 1936. Por outro lado, a política de proteção do preço do café, marcada pela queima de elevada quantidade do produto, adotada pelo Governo Provisório de Vargas, ocorreu no início da década de 1930³.

Nos primeiros anos do Estado Novo, a economia brasileira demonstrou uma breve recuperação perante a crise internacional, impulsionada, em especial, pela evolução do mercado interno, o que significou, de acordo com Celso Furtado, uma mudança do centro dinâmico da economia. Em Furtado (2007), é possível observar que, entre 1929 e 1937, a economia cresceu a 2,3% ao ano, o que representou uma considerável queda em relação ao íterim 1920-1929, que havia sido de 4,5%. De 1937 a 1947, o percentual subiu para 2,9%.

A busca pela minimização dos efeitos perversos do conflito mundial, na economia brasileira, acarretou mudanças no ambiente institucional por meio da criação de regras formais que possibilitaram um direcionamento mais claro do uso de determinados instrumentos de política econômica, com o intuito de impedir os excessos tidos como “normais” em períodos de guerra.

Em vista disso, o objetivo residiu em averiguar o sentido da política econômica do governo Vargas (1937-1945) diante da conjuntura internacional restritiva acarretada pela Segunda Guerra Mundial. Em especial, identificar possíveis instituições formais que direcionaram a política econômica brasileira diante dos efeitos indiretos provenientes do ambiente internacional de guerra e verificar alguns dos reflexos nas políticas fiscal, monetária e cambial.

³ Especificamente, em Furtado (2007, p. 271), foi comparada a redução da renda entre o Brasil e os Estados Unidos, durante os anos de maiores efeitos da depressão de 1930. Enquanto no primeiro houve redução entre 25% e 30%, no segundo, a queda chegou a ultrapassar 50%. Essa diferença ocorreu pelo fato de que “[...] nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que tivesse de destruir parte da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes.”.

Foi realizada uma pesquisa do tipo qualitativa/quantitativa, de modo a possibilitar percepções quanto aos objetivos da política econômica e a constatação dos resultados gerados pelas políticas fiscal, monetária e cambial. Logo, em termos de procedimentos metodológicos, o aspecto qualitativo da pesquisa foi marcado pela análise de discursos proferidos por Getúlio Vargas e de Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda, realizados entre 1937 e 1945. Por outro lado, a etapa quantitativa foi caracterizada, entre outros pontos, pela investigação do Balanço Geral da União, de modo a verificar alguns dos resultados obtidos pela política econômica. Além disso, no referido documento, foi possível observar aspectos de legislação, isto é, regras formais que direcionaram a política econômica e, conseqüentemente, procuraram reduzir a incerteza dos agentes, marcada pelo cenário de guerra mundial.

Além dessa introdução e da conclusão, o artigo foi dividido em três partes. A importância das instituições para o processo de desenvolvimento econômico norteia a segunda seção. Seu pilar reside em algumas contribuições de Douglass North, como a afirmativa de que as instituições “[...] estruturam incentivos de intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. A mudança institucional molda a maneira pela qual as sociedades evoluem no decorrer do tempo e por isso é a chave para a compreensão da mudança histórica”⁴ (North, 2018, p. 13). Na terceira seção, são destacadas as instituições formais identificadas, que foram criadas, em especial, para coordenar a política econômica de modo a minimizar os efeitos da crise internacional. Em seguida, na quarta seção, são apresentados tanto intenções, observadas nos discursos, quanto os resultados da política econômica.

⁴ Ainda, em termos de justificativa, North “[...] procura demonstrar como o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica, de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições” (Gala, 2003, p. 89). Além disso, North colocou as instituições “[...] no centro do processo de desenvolvimento ou evolução da sociedade [...]” (Conceição, 2001, p. 32).

1. Desenvolvimento e evolução institucional: a busca pela compreensão da dinâmica econômica em Douglass North

A vida em sociedade sem a presença de normas é improvável. A natureza proporciona diversos exemplos contidos nas mais variadas formas de vidas, em que a divisão de tarefas estabelece a organização e, conseqüentemente, o crescimento de determinada população.

Diferentemente dos outros animais, o ser humano é caracterizado por certa capacitação que o possibilita romper e/ou alterar determinado padrão de vida “idealizado” pela natureza e, ademais, formatar o seu ambiente de sobrevivência. Isso significa que ele possui condições de viver de forma distinta das regras “impostas” por ela.

A história mostra o resultado dessa diferenciação. No entanto, essa capacidade não é homogênea entre os próprios seres humanos, tendo em vista as diversidades que caracterizaram a evolução de seus diferentes grupos de população. De mais a mais, entender e minimizar essas heterogeneidades, em determinado momento, passou a consistir em desafio que obriga a realização de constantes ações que põem à prova a capacidade humana.

O significado do termo *indivíduo* possibilita um ponto de partida para o esclarecimento das razões para os diferentes níveis de vida entre os grupos de população. Como cada ser humano possui características físicas e intelectuais distintas, a diversidade de suas ações reflete a necessidade de norteamento que minimize a consolidação de escolhas negativas à individualidade e à coletividade. Surgem as regras informais e formais.

As restrições formais “[...] abrangem regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contratos” (North, 2018, p. 86). Por outro lado, entre as restrições informais “[...] figurarão padrões de reputação, normas de conduta amplamente aceitas (efetivas na medida em que a conduta das outras partes seja prontamente observável) e convenções decorrentes de interações repetidas.” (North, 2018, p. 111). Logo, a distinção entre elas “[...] é uma diferença de grau. Imagine-se um *continuum* que vá de tabus, costumes e tradições em um extremo a constituições consignadas no outro.” (North, 2018, p. 85).

North une essas conceituações de regras, e suas características de aplicação, por meio de um único termo: instituições, que “[...] são as regras

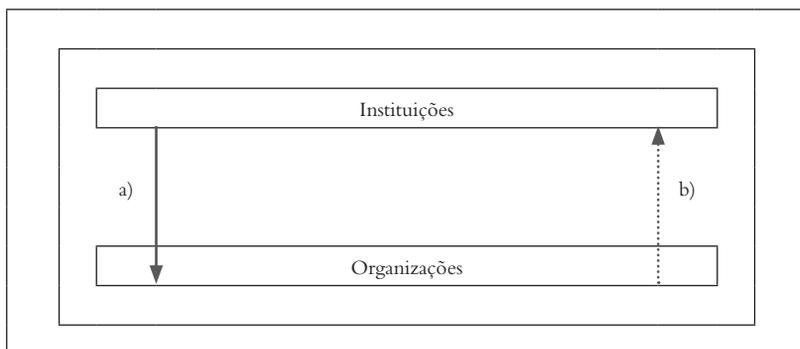
do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana.” (North, 2018, p. 13). Assim, North traz a ideia de que o ambiente institucional é menos dilatado do destacado pelos autores idealizadores do chamado “velho” institucionalismo⁵.

No ambiente de interação humana, portanto, as instituições possuem função direcionadora e/ou de inserir limites. Mas em relação a quem? Às organizações. North define essas da seguinte maneira:

As organizações são compostas por grupos de indivíduos, ligados por um objetivo em comum, para atingir certos objetivos. Organizações incluem órgãos políticos (por exemplo, os partidos políticos, o Senado, a Câmara de Vereadores, órgãos reguladores), organismos econômicos (por exemplo, empresas, sindicatos, agricultura familiar, cooperativas), entidades sociais (por exemplo, associações, igrejas, clubes, esportes) e organismos educacionais (por exemplo, escolas, universidades, centros de formação profissional). (North, 1994, p. 361, tradução nossa)

De mais a mais, o ambiente econômico é formado por organizações, as quais agem de acordo com os direcionamentos e limites “impostos” pelas instituições. É como um jogo, tendo em vista que os participantes atuam de acordo com as regras estabelecidas. Por meio da Figura 1, esse comportamento é sintetizado.

Figura 1 – Interação característica do jogo econômico



Fonte: Elaborado pelo autor com base em North (1994).

⁵ Thorstein Veblen, John Commons e Wesley Mitchel.

No momento *a*, as instituições influenciam o comportamento e, portanto, o resultado das organizações. Em *b*, a flecha pontilhada representa a situação em que as organizações procuram exercer influência na mudança de determinadas regras. Quando o processo de mudança institucional ocorre por meio da influência organizacional, essa ação sucede de uma oportunidade notada por seus dirigentes, como, por exemplo, uma inovação tecnológica que, por conseguinte, tende a resultar numa alteração de preços relativos.

O termo que resume a importância das instituições consiste em eficiência, tanto no campo econômico quanto no político. North (1994) destacou que no primeiro há relevante dificuldade, tendo em vista os empecilhos provenientes dos altos custos de transação. No segundo, entendeu que a eficiência é impossível, resultado da presença constante da incerteza, pois:

O que se troca (entre eleitores e legisladores em uma democracia) são promessas de votos. O eleitor tem pouco incentivo para se informar, porque a probabilidade de que seu voto importe é infinitesimal; além disso, a complexidade dos problemas produz uma incerteza genuína. O cumprimento de acordos políticos está cercado de dificuldades. A competição é muito menos eficaz do que em mercados econômicos. (North, 1994, p. 361, tradução nossa)

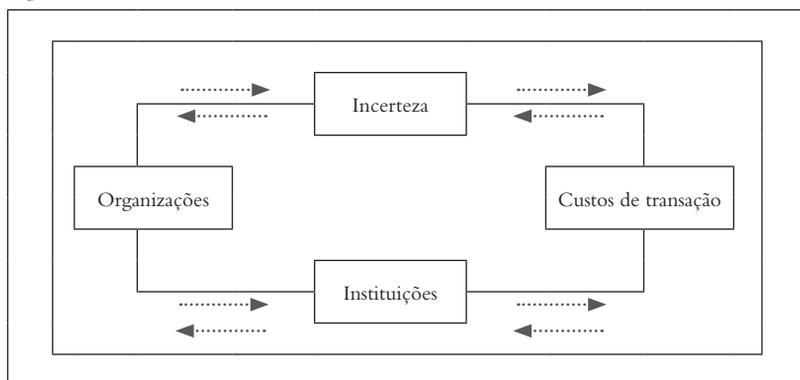
A incerteza é um fenômeno que repercute de forma a afetar o comportamento dos agentes no sentido da prevenção. No campo econômico, a possibilidade constante de interações ineficientes, entendidas como as que uma das partes realiza por ações que resultam em benefícios próprios e, conseqüentemente, que produzem prejuízos à outra, traz à tona a importância da utilização de instrumentos que minimizem os efeitos perversos de tais comportamentos, conceituados como oportunistas. Estes surgem como produto da obtenção de determinado nível de informação que não é conhecido (ou compartilhado) por todas as partes envolvidas na transação.

Além do mais, como os prejuízos e/ou os gastos com mecanismos de proteção ao oportunismo são entendidos como custos, o conjunto de dispêndios financeiros dos agentes (ou firmas) possui maior quantidade de elementos do que aqueles que representam somente os desembolsos

com os processos produtivos. A transação também absorve recursos e, portanto, repercute no resultado final da empresa.

Diante disso, na Figura 2 são acrescentados “atores” ao fenômeno destacado na Figura 1, e, portanto, mostra-se que o ambiente econômico possui maior complexidade. Os itens destacados, incerteza⁶, custos de transação⁷, instituições e organizações, permitem a percepção de que a interação entre eles não possui um único ponto de partida. Sendo assim, ela pode ser explicada, por exemplo, a partir da constatação de incerteza.

Figura 2 – Modelo de North



Fonte: Elaborado pelo autor com base em North (1994), North (2006) e Gala (2003).

A incerteza faz com que os agentes desembolsem recursos para a prevenção de atos oportunistas de seus parceiros transacionais, mais especificamente a “confeção” de contratos, que serão mais eficientes quanto maior for a capacidade de prevenção de possíveis atos oportunistas, que resultarão em cláusulas contratuais, bem como instituições que possibilitem sustentação legal. Estas, portanto, direcionarão e/ou limitarão

⁶ “[...] as incertezas surgem em consequência da complexidade dos problemas a serem solucionados e do software de solução de problemas (para empregar uma analogia computacional) que o indivíduo possui. [...] as incertezas decorrem da incompletude das informações a respeito da conduta dos outros indivíduos no processo de interação humana. As limitações de cômputo do indivíduo são determinadas pela capacidade mental de processar, organizar e utilizar as informações.” (North, 2018, p. 50).

⁷ Segundo North (2018, p. 54), são exemplos de custos de transação: “[...] os custos associados a operações bancárias, seguros, finanças, venda por atacado e comércio varejista ou a serviços profissionais de advogados, contadores etc.”

as ações das organizações ou, mais especificamente, como explica North: elas “estabelecem os limites criados pelo homem para estruturar sua própria interação” (North, 1994, p. 360, tradução nossa).

A incerteza, portanto, gera efeitos perversos, de sorte que a ineficiência resultante é combatida por meio de instituições, que são produto da capacidade de prevenção dos agentes, cuja “[...] capacidade mental de processar informações é limitada [...]” (North, 2018, p. 51). Surge uma característica não destacada até o momento: o ser humano possui limitações cognitivas voltadas à capacidade de acumular, processar e transmitir informações, ou seja, ele possui racionalidade limitada. Se o ser humano não é dotado da plena capacidade de prever, como consegue estabelecer tais mecanismos de prevenção? Por meio do aprendizado obtido pelo passar do tempo.

Entre os pilares que dão sustentação à teoria econômica tradicional, está abarcado o pressuposto da racionalidade ilimitada dos agentes, cujo significado reside na suposição de que existe perfeita informação entre os indivíduos integrantes de uma transação. Mas se essa caracterização é verdadeira, qual o motivo de existirem gastos com mecanismos de proteção transacional (ou contratos)? Simples: os agentes tendem a ter incerteza quanto ao comportamento dos seus parceiros transacionais, o que gera a necessidade de obtenção e/ou realização de instrumentos que minimizem os possíveis efeitos perversos da consolidação de tal fenômeno.

Ademais, se a incerteza é um fenômeno comportamental intenso, o significado imediato consiste no fato de que existem limitações cognitivas que impedem o ser humano de absorver e/ou processar todas as informações que marcam seu ambiente de atuação. Logo, a capacidade de prever e, conseqüentemente, de não sofrer efeitos negativos resultantes de situações inesperadas, não é algo que ocorre de forma líquida e certa.

A frequência⁸ das interações pode contribuir para a minimização das relações transacionais que resultam em efeitos ineficientes, provenientes de atos oportunistas. Mas qual o motivo de ela proporcionar essa vantagem? A resposta pode residir no fato de que a frequência tende a possibilitar certo nível de conhecimento suficiente para que haja um padrão de confiança que dispense a utilização de instrumentos formais de pro-

⁸ Este tema é detalhado em Williamson (2012).

teção transacional, isto é, a segurança passa a ser proporcionada pela credibilidade (ou reputação) dos agentes. Assim, é possível interpretar que a repetição das relações transacionais conduz seus executores a obter certa experiência capaz de estreitar o laço de confiabilidade comportamental entre eles, o que é produto da aprendizagem.

Em termos mais amplos, North (1994, p. 364) explicou a aprendizagem como um processo proveniente da experiência, especialmente, como função: i) da “maneira em que uma determinada estrutura de crença filtra as informações derivadas das experiências”; e ii) de “diferentes experiências que confrontam os indivíduos e as sociedades em momentos diferentes” (North, 1994, p. 364, tradução nossa).

Assim, o aprendizado é resultado da experiência, sendo que esta estabelece os mecanismos de filtragem informacional e, ao mesmo tempo, é formatada pelo passar do tempo. O decorrer do tempo possibilita ao ser humano diminuir os efeitos perversos, provenientes de sua racionalidade limitada, por meio do aprendizado proporcionado pela experiência⁹. Com isso, automaticamente, propicia informações que podem direcionar determinadas decisões à maximização do bem-estar social. Surge, à vista disso, a importância da análise do desempenho econômico ao longo do tempo como um mecanismo de redução de medidas ineficientes à busca do estado social ótimo.

North explicou que a evolução institucional ocorre de forma lenta, de geração a geração, e que não há garantias de que o crescimento econômico surge como reflexo dela. No entanto discorreu que a experiência e a aprendizagem tornam as sociedades cada vez mais diferenciadas, resultado da especialização e divisão do trabalho. De acordo com sua argumentação:

A razão é que, ao aumentar a complexidade do ambiente, à medida que os homens tornaram-se mais interdependentes, eram necessárias instituições mais complexas para obter os ganhos potenciais do comércio. Esta evolução exige que a sociedade desenvolva instituições que permitam ao anônimo, troca impessoal ao longo do tempo e do espaço. Na medida em que a cultura e as experiências locais tinham produzido diversas instituições e sistemas de crenças em relação aos ganhos de tal cooperação, variou a pro-

⁹ Isso é resultado da unicidade característica que distingue o ser humano dos demais animais.

babilidade de se criarem instituições necessárias para obter ganhos dos contratos comerciais mais complexos. (North, 1994, p. 363, tradução nossa)

Em vista disso, a importância do tempo consiste em pilar que sustenta a constante evolução da matriz institucional, pois, como explicou North (1994), por meio da aprendizagem coletiva, produto das experiências e saberes atuais, bem como da experiência acumulativa de gerações passadas que se encontram incorporadas à cultura, ocorre a transmissão do conhecimento acumulado e, conseqüentemente, a formatação constante do ambiente econômico (e/ou jurídico) voltada aos ganhos provenientes das relações impessoais de comércio. O passado, portanto, influencia o presente e o futuro.

Sendo assim, o aspecto histórico não pode ser desconsiderado (ou minimizado) no processo de desenvolvimento, pois é através da compreensão do passado econômico e social e do entendimento da desigual evolução que se poderá explicar o motivo de as economias permanecerem em percursos de crescimento ou estagnação, responsabilidade que a análise institucional, segundo North (1994), deve assumir.

Por conseguinte, o marco analítico para a compreensão das mudanças econômicas deve ocorrer por meios das regras formais, informais e concernentes características de aplicação: propiciará o conhecimento da forma do comportamento econômico, dos sistemas de governo que o modelam, definem e fazem valer as regras econômicas e, por fim, a eficiência adaptativa, chave do crescimento de longo prazo.

Destarte, na próxima seção serão evidenciadas algumas mudanças de regras formais que procuraram reduzir a incerteza e direcionar a política econômica brasileira durante o Estado Novo, de modo a minimizar possíveis efeitos negativos provenientes do conflito mundial e, conseqüentemente, constituir um ambiente econômico nacional favorável à promoção do desenvolvimento econômico.

2. A proteção da economia nacional em face da Segunda Guerra Mundial: a coordenação por meio da criação de instituições formais

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, e a participação das Forças

Armadas do Brasil nesse conflito, acarretou a criação de medidas de proteção da economia brasileira, tanto voltadas aos reflexos da conjuntura internacional restritiva quanto para financiar o envio de tropas à Europa, situação observada nos discursos analisados de Souza Costa.

Essas providências foram marcadas pela criação de instituições formais, cujo intuito parece ter consistido em conduzir a política econômica rumo à minimização de indecisões causadas pelo segundo levante mundial, situação que vem ao encontro do que foi explicado em North (2018), isto é, de que as instituições influenciam o desempenho econômico e reduzem a incerteza. O Quadro 1 constitui uma relação dos decretos citados pelo ministro e outros diretamente relacionados.

O Decreto-lei nº 4.789, de 5 outubro de 1942, foi tema do discurso proferido pelo Ministro da Fazenda na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), encontro realizado um dia após a referida publicação. Por meio dessa instituição, o governo estipulou a obrigatoriedade de a população financiar diretamente a participação do Brasil no conflito mundial, por meio da obtenção pública ou compulsória das chamadas “Obrigações de Guerra”, que consistiram em títulos da dívida pública, de resgate ao portador. O referido decreto autorizou o ministro da Fazenda a emitir o valor máximo de três milhões de contos de réis. O rendimento desses títulos foi de 6% ao ano, pagáveis semestralmente. Foi estipulado que o resgate das Obrigações de Guerra, programado para data posterior ao futuro acordo de paz, seria preferível aos dos demais títulos da dívida pública.

Não houve distinção quanto à nacionalidade dos contribuintes espontâneos. Qualquer pessoa que estivesse dentro (ou fora) do país poderia obter as Obrigações de Guerra. Por outro lado, a subscrição compulsória, termos mencionados no referido decreto, passou a ser cobrada de todo cidadão possuidor de qualquer natureza de renda.

A partir de janeiro de 1943, os contribuintes do imposto de renda passaram a colaborar para o financiamento da guerra com o mesmo valor recolhido para pagamento do referido tributo. Aos trabalhadores, em geral, foi estipulada a absorção de 3% de suas remunerações em “Obrigações de Guerra”. De certa forma, o Decreto-lei nº 4.789, de 5 outubro de 1942, estabeleceu que o financiamento das despesas da participação do país no conflito mundial não ficaria restrito à parcela da população mais bem remunerada, mas também aos trabalhadores de faixas inferiores de renda.

Quadro 1 – Instituições formais brasileiras de caráter econômico criadas em decorrência da Segunda Guerra Mundial, observadas nos discursos de Souza Costa

INSTITUIÇÃO FORMAL	EMENTA
Decreto-lei nº 4.789, de 5 outubro de 1942.	Autoriza a emissão de Obrigações de Guerra e dá outras providências.
Decreto-lei nº 4.790, de 5 de outubro de 1942.	Autoriza a emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942.	Institui o cruzeiro como unidade brasileira, e dá outras providências.
Decreto-lei nº 4792, de 5 de outubro de 1942.	Restringe a faculdade emissora do Tesouro e amplia as atribuições da Carteira de Redesconto.
Decreto-lei nº. 4.807, de 7 de outubro de 1942.	Cria a Comissão de Defesa Econômica, e dá outras providências.
Decreto-lei nº 5.159, de 31 de dezembro de 1942.	Modifica o decreto-lei nº 4.789, de 5 de outubro de 1942.
Decreto-lei nº 5.180, de 11 de janeiro de 1943.	Suspende, no mês de janeiro deste ano, a cobrança da multa de mora a que se refere o parágrafo 3º do artigo 5º, do decreto-lei nº 4789, de 5 de outubro de 1942.
Decreto-lei nº 5.475, de 11 de maio de 1943.	Regula a colocação das Obrigações de Guerra, e dá outras providências.
Decreto-lei nº 5.789, de 2 de setembro de 1943.	Autoriza a emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 6.139, de 28 de dezembro de 1943.	Autoriza a emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 6.224, de 24 de janeiro de 1944.	Institui o imposto sobre lucros extraordinários e dá outras providências.
Decreto-lei nº 6.225, de 24 de janeiro de 1944.	Institui os Certificados de Equipamentos e os Depósitos de Garantia.
Decreto-lei nº 6.455, de 29 de abril de 1944.	Dispõe sobre subscrição e venda de Obrigações de Guerra, e dá outras providências.
Decreto-lei nº 6.516, de 22 de maio de 1944.	Eleva o limite de emissão de Obrigações de Guerra autorizada pelo decreto-lei nº 4.789, de 5 de outubro de 1942.
Decreto-lei nº 6.559, de 6 de junho de 1944.	Autoriza emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 6.667, de 10 de julho de 1944.	Autoriza emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 6.834, de 28 de agosto de 1944.	Autoriza emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 7.112, de 4 de dezembro de 1944.	Autoriza emissão de Letras do Tesouro.
Decreto-lei nº 7.113, de 4 de dezembro de 1944.	Eleva o limite da emissão de Obrigações de Guerra autorizada pelo decreto-lei nº 4789, de 5 de outubro de 1942.
Decreto-lei nº 8.067, de 10 de outubro de 1945.	Concede isenção do imposto do selo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O texto da instituição que estipulou as “Obrigações de Guerra” sugeria que os contribuintes do imposto de renda, além de adquirir os títulos no valor referente ao tributo, também teriam descontado em folha de pagamento os 3%. O Decreto-lei nº 5.159, de 31 de dezembro de 1942, fez a correção e estabeleceu que esses trabalhadores seriam isentados desse desconto em folha, desde que comprovassem o pagamento do referido imposto.

Os detentores de renda inferior a Cr\$ 250,00 também foram liberados dessa contribuição compulsória, o que representou um recuo, por parte do governo, em relação à afirmação dada pelo ministro de que:

Tomando-se por base o ordenado mínimo que o operário recebe, que é o de trezentos mil réis, o desconto que sofrerá será de nove mil réis, correspondente a um dia de trabalho no mês. Esse operário, conseqüentemente, contribuiria com um dia de trabalho para o esforço de guerra. Evidentemente, se isso viesse causar grande perturbação, não o seria, de certo, pelo desconto de três por cento, mas talvez, porque o salário fosse miserável. Nesse caso, o que se devia fazer, era a revisão do salário, e nunca estabelecer-se a isenção de um ônus que, de certo modo, é quase um direito que a cada um cabe de concorrer para a defesa do país. (Costa, 1942, p. 14)

Em discurso referente ao lançamento das Obrigações de Guerra, Souza Costa mencionou que os recursos provindos desses títulos demorariam certo tempo. Por outro lado, as despesas de guerra eram imediatas, o que gerou a necessidade da criação de um mecanismo que possibilitasse arrecadação de forma emergente.

A solução foi antecipar as receitas das Obrigações de Guerra por meio de Letras do Tesouro, de modo que o período para o respectivo resgate era de 180 dias, e seria pago pelo governo com os recursos obtidos por meio daquelas. Segundo o ministro, “[...] uma vez que existe uma renda positivamente assegurada, como a do empréstimo a ser compulsoriamente subscrito, o Governo pode, sem dúvida, emitir Letras do Tesouro, ao prazo máximo de 180 dias, como antecipações dessa receita” (Costa, 1942, p. 21).

Sendo assim, foram expedidos sete decretos que autorizaram a emissão de Letras do Tesouro para antecipação de recursos. Seis possibilitaram a captação máxima de Cr\$ 1 bilhão. No Decreto-lei nº 7.112, de 4 de dezembro de 1944, essa importância foi elevada para Cr\$ 2 bilhões.

A terceira instituição apresentada no Quadro 1 diz respeito à mudança da moeda nacional. Por meio do Decreto-lei nº 4.791, de 5 de outubro de 1942, foi estipulado o cruzeiro como nova unidade monetária do país. De acordo com os discursos de Souza Costa, a justificativa para a alteração residiu na importância de simplificação, especialmente, no que diz respeito à divisão decimal, para a absorção dos recursos por meio das Obrigações de Guerra. Assim, mil réis passaram a valer, a partir de 1º de novembro de 1942, um cruzeiro. Além disso, foi estabelecida a base centesimal (centavos), tendo em vista que a moeda herdada do período colonial possuía base milesimal (réis). Segundo o ministro da Fazenda, já existia:

[...] de há muito, no Brasil, a idéia de se modificar a denominação e sistema do nosso dinheiro, substituindo-se o “Mil Réis” pelo “Cruzeiro”. Em 1926, foi mesmo promulgada uma lei que instituía o Cruzeiro como unidade nacional da moeda.

A circunstância, entretanto, de substituir o meio circulante, exclusivamente para se estabelecer uma medida de incontestável simplificação e colocá-la em harmonia com o da maioria das outras nações, não parecia, só por si, razão bastante para se fazer a modificação. (Costa, 1942, p. 21)

O Decreto-lei nº 4792, de 5 de outubro de 1942, tornou obrigatório que o total de papel-moeda em circulação tivesse 25% de lastro em ouro. Estipulou que os empréstimos feitos pela Carteira de Redescontos do Banco do Brasil aos bancos fossem garantidos por Letras do Tesouro, cujo vencimento não ultrapassasse 180 dias. De modo geral, o decreto estabeleceu restrições à emissão de papel-moeda e buscou esclarecer que o governo retiraria gradativamente de circulação o excedente (em relação ao lastro estipulado). Assim, as emissões só ocorreriam se respeitassem a seguinte situação:

Art. 2º A partir da vigência desta lei, tanto as emissões oriundas do desconto como as decorrentes dos empréstimos a bancos, mediante as condições de que trata o art. 2º da lei de nº 449, de 14 de junho de 1937 e o art. 4º do decreto, nº 21.499 de 9 de 1932 serão garantidas pelas disponibilidades do Governo, em ouro e cambiais, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento). (Brasil, 1942b, p. 1)

Em exposição que Souza Costa fez na ABI, em 6 de outubro de 1942, mencionou a criação da Comissão de Defesa Econômica (CDE) e a caracterizou com um plano de emergência do governo. De acordo com o ministro, ela ocorreu por conta de um acordo internacional:

Em Washington, realizou-se, há pouco tempo, uma reunião para tratar dos meios e processos tendentes a defender a economia dos países aliados contra a ação dos súditos das nações inimigas. Resolveram os representantes dos diversos Bancos Centrais, que ali se encontravam, fossem criadas Juntas de Defesa Econômica, com o objetivo de controlar a ação dos súditos de países inimigos.

A Comissão terá como objetivo, exatamente, uniformizar a nomeação de representantes, liquidantes e interventores nas empresas que o Governo julgue de ação prejudicial à economia do país. (Costa, 1942, p. 29)

O estabelecimento da CDE se deu por meio do Decreto-lei nº 4.807, de 7 de outubro de 1942. Entre as atribuições estipuladas, ela deveria “[...] determinar, conforme os casos, a fiscalização, administração, liquidação ou desapropriação de bens e direitos de pessoas naturais ou jurídicas, compreendidas no decreto-lei n. 4.166, de 11 de março de 1942.” (Brasil, 1942c, p. 1). Este diz respeito à retaliação do governo brasileiro contra atos de agressão realizados pela Alemanha e seus aliados no conflito mundial, que consistiu na cobrança de indenização dos imigrantes desses países¹⁰.

Nos discursos de Souza Costa, foi verificado que o governo não pretendia utilizar mecanismos tributários para o financiamento da guerra. Entretanto, para a absorção do excesso de papel-moeda em circulação, provocado, segundo ele, pelo desequilíbrio superavitário da balança comercial brasileira, esse instrumento foi empregado por meio do Decreto-lei nº 6.224, de 24 de janeiro de 1944, que instituiu o imposto sobre lucros extraordinários.

¹⁰ De acordo com o art. 1º do referido decreto, “os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália” (Brasil, 1942a, p. 1).

Como o próprio nome sugere, esse tributo consistia em instrumento para absorver recursos junto às empresas (pessoas jurídicas). De acordo com o respectivo decreto, seria considerado extraordinário o excesso de lucro observado a partir da média de dois anos, entre 1936 e 1940, acrescido de 50%. Os anos para a efetuação do cálculo ficavam à escolha da empresa. Além disso, no caso de as empresas terem realizados investimentos a partir de 1941, seria considerado 25% do valor para ser acrescido ao cálculo do lucro básico. Em adição, quanto à incidência, foram estipuladas as seguintes faixas de cobrança: a) 20% sobre o lucro que exceder até 100% do lucro básico; b) 30% sobre a parte que exceder entre 100% e 200%; c) 40% sobre o valor que ultrapassar o lucro básico entre 200% e 300%; d) 50% sobre o que exceder 300%.

Apesar de o decreto tratar da criação de um imposto, o que sugere um objetivo governamental de arrecadação, a referida instituição possibilitou às empresas a não incidência das respectivas faixas no caso de optarem por utilizar o dobro de seus lucros extraordinários na aquisição de certificados de equipamentos e depósitos de garantias, instituídos por meio do Decreto-lei nº 6.225, de 24 de janeiro de 1944.

Os certificados de equipamentos significavam reservas financeiras para a aquisição de equipamentos e utensílios para o melhoramento produtivo das empresas. Rendiam juros de 3% ao ano. Como os bens de produção eram obtidos, especialmente, por meio de importações, o mecanismo foi configurado como uma espécie de proteção da indústria nacional diante das incertezas, provenientes do final do conflito. Assim, o decreto estabeleceu que o resgate se daria por meio de moeda estrangeira e em momento oportuno para a compra desses bens no exterior.

Além do Certificado de Equipamento, a referida instituição trouxe em seu corpo a criação dos Depósitos de Garantia. Esses também teriam rendimento anual de 3% e, caso as condições do conflito mundial fossem favoráveis, seriam liberados a partir de 1º de janeiro de 1946. O decreto não trouxe normas de escolha entre os certificados e os depósitos, o que sugere que ficou a critério das empresas optarem entre um e outro e, portanto, sem precisarem pagar o imposto sobre lucros extraordinários. Entretanto os portadores dos certificados de equipamentos teriam prioridade na importação de bens de produção.

Sendo assim, o Decreto-lei nº 6.225, de 24 de janeiro de 1944, ao possibilitar que as empresas não “perdessem” recursos por meio do pa-

gamento do imposto sobre lucros extraordinários, mas reservassem divisas para futuros investimentos, sugeriu que a intenção do governo esteve voltada a combinar a necessidade de reduzir papel-moeda em circulação com a formação de um ambiente financeiro favorável à intensificação da industrialização nacional após o término da Segunda Guerra Mundial.

A interação entre as instituições, que formalizaram a cobrança do imposto sobre lucros extraordinários e estabeleceram os certificados de equipamentos e os depósitos de garantias, demonstra uma preocupação do governo Vargas com o desenvolvimento da indústria no país. Esse sentimento resultou na busca pela redução da incerteza por meio da criação de um ambiente institucional, como observado em North (2018, 1994), voltado à formação de reservas financeiras, por parte das empresas, para um melhoramento futuro do setor industrial. As pessoas jurídicas que possuíam lucros acima de um determinado limite calculado deveriam escolher uma entre duas opções:

- a) pagavam o imposto e, conseqüentemente, perdiam esses recursos;
- b) adquiriam os certificados, ou realizavam os depósitos de garantia, numa quantia que representasse o dobro do valor do imposto, e, quando fosse possível importar, resgatariam esses recursos com a correção anual de 3%.

Havia uma saída, portanto, para o não pagamento do imposto sobre lucros extraordinários – “[...] que desagradou, sobretudo, a burguesia industrial, marcando o início da deterioração do apoio dessa classe, que até então era um dos principais sustentáculos do Estado Novo.” (Corsi, 2008, p. 80) – e demonstrava intenção governamental de promoção do crescimento da indústria no país.

Nos discursos analisados apareceram menções que demonstraram intenção governamental de impulsionar o setor industrial no Brasil. Com relação a Vargas, em 1937, na virada de ano, fez a seguinte explanação, referindo-se à marcha para o Oeste:

E lá teremos de ir buscar – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e, ao seu

início, queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços. (Vargas, 1937b, p. 124)

Assim, Vargas demonstrou a intenção de o governo promover a industrialização do país, de modo que a marcha para o Oeste era importante para o plano devido à expectativa de obtenção de matérias-primas. No ano seguinte, Vargas (1938) comentou que o desenvolvimento da grande indústria siderúrgica era importante para a economia nacional e para a defesa militar do país.

Em discurso realizado em 1940, destacou que o crescimento da indústria nacional também era dependente de um sacrifício da população, representado pelo ato de poupar, o que, conseqüentemente, edificaria uma nação forte (Vargas, 1940b). Naquele ano, em outra oportunidade, afirmou que o governo se dedicava tanto a proteger e estimular a produção de bens exportáveis quanto a criar novas atividades industriais, de modo a aproveitar a abundância de matéria-prima e, assim, promover a integração nacional (Vargas, 1940a). Em adição, em solenidade de comemoração à obra de 10 anos de governo, Vargas situou as mudanças do ambiente produtivo nacional e destacou que o Brasil não era mais um país exclusivamente produtor de matérias-primas. A produção manufatureira também já ocorria, acarretada pela ação do governo. Afirmou que:

Já atingimos o grau de adiantamento suficiente nas indústrias de transformação, e, por felicidade, vimos o nosso esforço coroado de êxito, no preparo das bases de uma etapa superior do seu desenvolvimento.

O Estado Novo venceu os arraigados preconceitos que vigoraram, em matéria econômica, durante cinquenta anos e que nos chumbavam à situação de país semi-colonial, votado, fatalmente, a vender produtos da terra e comprar manufaturas.

O petróleo, que se proclamava inexistente em território nacional, jorrou nos poços de Lobato, e, graças à persistência do Governo, dará, em breve, uma boa quota do consumo atual. (Vargas, 1940a, p. 180)

No ano de 1943, Vargas especificou que “[...] os grandes empreendimentos ultimados ou em execução e as iniciativas industriais do Governo não deixam dúvidas quanto ao nosso empenho em atender aos imperativos da segurança nacional e à satisfação dos compromissos internacionais.” (Vargas, 1943, p. 165).

O ministro da Fazenda também deixou transparecer a intenção governamental de industrialização do país. Em Costa (1941), tratou o reaparelhamento do parque industrial e a produção agropecuária como importantes para frear a perda de valor da moeda nacional. Ele evidenciou que isso se tratava de uma transformação estrutural da economia nacional e, conseqüentemente, o governo estava atento, de modo que o sucesso dependia de esforços contínuos e orientados.

Em discurso de 1943, Souza Costa novamente comentou acerca de industrialização e do empenho do governo Vargas em promover a instalação da grande indústria siderúrgica. Destacou que sem o desenvolvimento da siderurgia, não haveria industrialização no país, pois aquela era a espinha dorsal dessa. Além disso, demonstraria a capacidade da nação em aproveitar a riqueza do seu subsolo (Costa, 1943).

Além da relevância dada ao desenvolvimento da indústria siderúrgica, a preocupação do governo Vargas também atingia a indústria como um todo. Durante o conflito mundial, a escassez de importações e o excesso de exportações possibilitaram um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor secundário. No entanto, a percepção do governo de que o elevado nível de recursos obtido pelas empresas, propiciado pela conjuntura econômica de exceção, ampliava a atividade de especulação financeira e, conseqüentemente, a taxa de inflação, resultou na criação de mecanismos que combinaram a absorção desses recursos e, portanto, a tentativa de diminuição do nível de preços, com a preparação de condições financeiras propícias para futuras importações de bens de produção, ao fim do conflito mundial.

Os discursos dos principais representantes da política econômica do governo Vargas, durante o Estado Novo, demonstram intencionalidade de desenvolvimento da industrialização nacional. Algumas instituições formais demonstradas no Quadro 1, especificamente os Decretos-leis nº 6.224 e 6.225, de 24 de janeiro de 1944, contribuem para essa percepção.

Como explicado em North (1994), a análise das regras formais, entre outras, possibilita a compreensão das mudanças econômicas por meio do conhecimento da forma do comportamento econômico. Assim, a mudança econômica, representada, no caso em análise, pela diminuição do nível geral de preços e a continuidade da transformação da estrutura produtiva do país, após o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreria pela decisão de as empresas acumularem reservas para, quando possível,

importar os bens de produção necessários. O comportamento empresarial de direcionar os recursos para aumentar, somente no futuro, a capacidade produtiva, e não para a especulação no presente, que parecia ser mais atrativo, só pode ser compreendido, portanto, pelo direcionamento das referidas regras formais, voltado ao desenvolvimento econômico.

Em vista disso, cabe um parêntesis acerca da ideia de intencionalidade do governo Vargas em promover a industrialização na década de 1930, destacada, por exemplo, em Fonseca (2003). Tal percepção parece ser reforçada, pois os discursos não sinalizam uma convicção governamental de que o desenvolvimento econômico do país era refém da proteção das exportações agrícolas, e, portanto, vai de encontro à interpretação de Celso Furtado, que entendia que o incentivo governamental ocorreu de forma não consciente e como reflexo da política de proteção do café.

Caso a não intencionalidade do governo Vargas em promover a industrialização fosse passível de confirmação, situação que é defendida por Celso Furtado, seria possível afirmar que houve uma mudança ideológica do governo durante o Estado Novo, especialmente a partir de 1940, fato que parece não ter ocorrido, tendo em vista, dentre outras observações, a mensagem de final de ano do presidente de República, pronunciada em 1937, que destacou a importância da marcha para o Oeste como fundamental para o desenvolvimento da industrialização nacional e a criação de instituições formais voltadas a possibilitar uma interação entre a defesa econômica do país, diante do conflito mundial, e o incentivo ao melhoramento da indústria nacional.

3. Os resultados da política econômica: o comportamento de alguns indicadores macroeconômicos

No que diz respeito à política econômica realizada durante o regime ditatorial de Vargas, foram investigados discursos do chefe do Executivo e do ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, o que possibilitou observar intenções dos principais *policymakers* do Estado Novo e justificativas para determinados resultados.

Em seus discursos, Getúlio procurava revelar que o governo norteava a ação de dinamização da capacidade produtiva do país com base numa política financeira austera, pois, de acordo com sua expressão, era incon-

cebível o sucesso de um conjunto de medidas econômicas sem lastro financeiro, ou seja, a responsabilidade nas finanças públicas parece ser vista como condição fundamental para a eficiência da política econômica. De acordo com ele, “[...] em matéria de proteção à economia nacional, não é possível chegar-se a resultados sadios e permanentes sem que o Estado obedeça a uma orientação financeira que não redunde em anular os benefícios que se tem em vista atingir.” (Vargas, 1940a, p. 174). Em vista disso, é apresentada, na Tabela 1, a evolução das receitas e despesas reais públicas do Brasil durante o Estado Novo.

Tabela 1 – Finanças públicas do Brasil, 1937-1945 (valores deflacionados por meio do deflator implícito do PIB (base: 1936 = 100))

ANO	VALORES EXECUTADOS (EM CR.\$ 1.000)			ÍNDICE (1938 = 100)*		
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado
1937	3.163.610	3.786.270	-622.660	92	90	82
1938	3.436.366	4.194.242	-757.876	100	100	100
1939	3.294.090	3.762.468	-468.379	96	90	62
1940	3.283.643	3.766.189	-482.546	96	90	64
1941	2.986.005	3.572.112	-586.107	87	85	77
1942	2.778.984	3.649.799	-870.815	81	87	115
1943	2.963.750	3.236.763	-273.013	86	77	36
1944	3.324.941	3.363.065	-38.125	97	80	5
1945	3.476.735	3.868.639	-391.904	101	92	52

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE (1940) e em Brasil (1938, 1940, 1941, 1942d, 1944, 1945, 1946a).

* 1938 foi considerado base devido ao fato de ter marcado o primeiro ano de exercício no governo Vargas durante o Estado Novo.

É possível observar a ocorrência de *deficit* durante todo o período, entretanto, com a predominância de diminuições anuais, em relação ao ano base. Nessa conjuntura, em comparação a 1938, somente em 1942 ocorreu elevação do saldo negativo.

O íterim foi caracterizado por três diminuições reais do *deficit* (1939, 1943 e 1944). Por outro lado, o aumento anual, que ocorreu nos demais anos, chegou ao clímax em 1945; contudo, o valor absoluto representou 52% do saldo negativo, ocorrido em 1938. Logo, os saldos anuais deflacionados não demonstram movimento crescente de deterioração das finanças, o que vem ao encontro das intenções demonstradas por Vargas.

No que tange à receita, chama atenção a diminuição que ocorreu

entre 1939 e 1942. Nesse período, o valor correspondeu a 81% da arrecadação de 1938. Em 1945, a receita obtida foi 1% superior aos ganhos do ano base. Sendo assim, apesar de um período de queda, o início e o final do regime foram marcados por aumentos reais na receita.

O comportamento das despesas também demonstrou diversidade. A conjuntura de gastos parece ter sido caracterizada por certa moderação, pois, somente nos dois últimos anos do regime, houve movimento contínuo de aumento dos gastos. Os demais foram marcados por uma alternância, entre aumento e diminuição, das despesas deflacionadas. Todavia, apesar da maior variação percentual anual ter ocorrido em 1945, o valor gasto representou 92% do montante despendido no ano base.

Mesmo nos anos em que as Forças Armadas participaram no conflito mundial, as finanças apresentaram *deficit* menor que em 1938, com exceção do ano de 1942. Acerca dos valores relacionados, duas medidas tomadas pelo governo justificam o comportamento das finanças, demonstrado na Tabela 1. Os recursos destinados a financiar a atuação do Brasil no conflito foram obtidos por meio da emissão de títulos, como já mencionado. Além disso, a demonstração dos valores relacionados à economia de guerra foi organizada num balanço à parte. Na Tabela 2, os respectivos valores são apresentados.

Tabela 2 – Resultado financeiro anual da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (Cr\$)

EXERCÍCIO	RECEITA* (OBRIGAÇÕES DE GUERRA)	DESPESAS* (MINISTÉRIOS)**	SALDO*
1942	120.283.271,32	3.284.56.939,49	-208.173.667,79
1943	727.794.534,36	1.007.665.071,23	-279.870.536,87
1944	557.227.351,86	902.307.054,57	-345.079.702,72
1945	607.926.265,50	795.168.168,77	-187.241.903,26

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Brasil (1946b, p. 38-39).

* Valores deflacionados por meio do deflator implícito do PIB (1936 = 100).

** Aeronáutica, Fazenda, Guerra, Marinha, Relações Exteriores e Viação e Obras Públicas.

A arrecadação proveniente das “Obrigações de Guerra” não foi suficiente para financiar o total das despesas surgidas com a atuação do Brasil no conflito mundial. O somatório dos quatro anos resultou num *deficit* real próximo a Cr\$ 1 bilhão.

No ano de 1944, houve o principal saldo negativo; entretanto, a “insuficiência” de recursos observada em 1942, se acrescentada ao re-

sultado final da execução orçamentária daquele ano, evidencia o maior *deficit* fiscal do período do Estado Novo.

O exercício de 1942 foi caracterizado pelo fato de as finanças públicas apresentarem a mais relevante insuficiência de recursos adiante das despesas. A forma como é tratado o desequilíbrio negativo das contas pode acentuar o estado ruim da conjuntura econômica. A emissão de títulos pode ser um caminho menos perigoso rumo à minimização do *deficit*. A Tabela 3 mostra como isso ocorreu.

A emissão líquida positiva de títulos significa uma retirada de poder de compra do mercado, isto é, reflete uma contribuição contracionista. Esse mecanismo de financiamento foi bastante mencionado nos discursos de Souza Costa como escolha do governo. Nos anos em destaque, somente em dois houve a combinação entre *deficit* e emissão negativa de títulos, o que sugere que o reflexo expansionista do excessivo nível de despesas públicas tenha sido intensificado. Nos anos de 1941 e 1942, portanto, o *deficit* público sofreu contribuição expansionista das emissões líquidas de títulos do governo em volume monetário de Cr\$ 241 milhões e de Cr\$ 870 milhões, respectivamente.

Tabela 3 – Contribuição da emissão de títulos para a liquidez da economia e a evolução da dívida pública da União durante o governo Vargas (1937-1945, valores nominais)

ANO	LIQUIDEZ DA ECONOMIA			EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DA UNIÃO ÍNDICE (BASE: 1937 = 100)*	
	Resultado fiscal* (1)	Emissão líquida de títulos** (2)	Contribuição expansionista (-) ou contracionista (+) (1) + (2)	Dívida interna	Dívida externa
1937	-	-	-	100	100
1938	-	-	-	113	-
1939	-540	833	+293	136	100
1940	-593	1.131	+538	166	99
1941	-794	-241	-1.035	159	96
1942	-1.699	-870	-2.569	141	93
1943	-1.015	28	-987	156	91
1944	-849	4	-845	181	-
1945	-1.475	171	-1.304	211	76

Fonte: * Elaborado pelo autor com base em IBGE (1940) e Brasil (1938, 1940, 1941, 1942d, 1944, 1945, 1946a). ** Malan et al. (1977, p. 219).

Todavia, nos demais anos, a intensidade de lançamento de títulos do

governo no mercado foi superior à absorção. Somente em 1939 e 1940 a contribuição foi contracionista, pois o valor das emissões líquidas foi superior ao *deficit*. Por fim, entre 1943 e 1945, o *deficit* não teve seu efeito expansionista anulado, mas reduzido.

Além da influência da emissão de títulos na liquidez economia, a Tabela 3 destaca a evolução da dívida pública da União, tanto interna quanto externa. Souza Costa demonstrou em seus discursos que, após as fontes tributárias, o empréstimo interno era o principal meio de obtenção de recursos públicos. Além de proporcionar a verificação do comportamento geral desse endividamento, demonstra como o governo federal atuou em face dos constantes *deficit* fiscais.

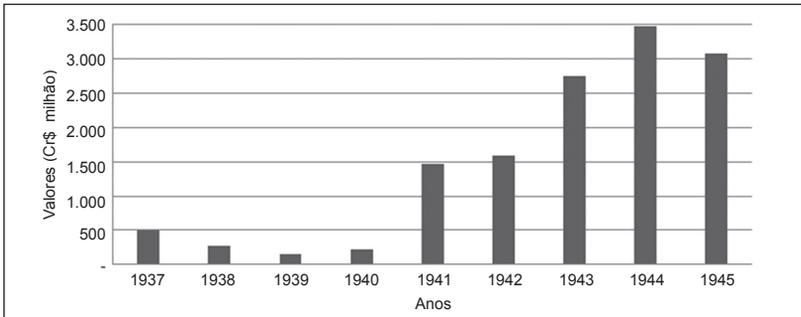
De modo geral, a dívida pública aumentou no período, impulsionada pelos compromissos internos. No que concerne à dívida externa, no mesmo dia do estabelecimento do Estado Novo, Vargas suspendeu os pagamentos e justificou que a conjuntura econômica internacional restritiva gerava a necessidade de o governo tomar tal decisão. Em adição, evidenciou que assim que houvesse uma melhora das condições econômicas do país, os pagamentos seriam retomados, o que aconteceu de fato.

Os dados disponíveis demonstram que não houve empréstimos externos significativos durante o Estado Novo. O índice de 1945 evidencia que, durante o regime, a dívida externa sofreu redução de 24%. Ao destacar a necessidade de suspensão do acerto da dívida externa, Getúlio Vargas demonstrou preocupação voltada à credibilidade da política econômica, uma vez que, além de evidenciar a vontade de retomar o pagamento em pouco tempo, pareceu revelar que considerava importante a intencionalidade de honrar tais compromissos.

Além da preocupação com a diminuição do desequilíbrio fiscal, os discursos verificados demonstraram que o governo Vargas não pretendia realizar emissão de moeda para fins de pagamentos de suas dívidas, mesmo com o cenário de conflito mundial, intenção que parece ter sido corroborada por meio de instituições formais, dentre outras, pelos Decretos-leis nº 4.789 e 4.792, de 5 de outubro de 1942, já mencionados. O Gráfico 1 demonstra a evolução dos valores acrescidos à oferta monetária por meio da emissão líquida de papel-moeda.

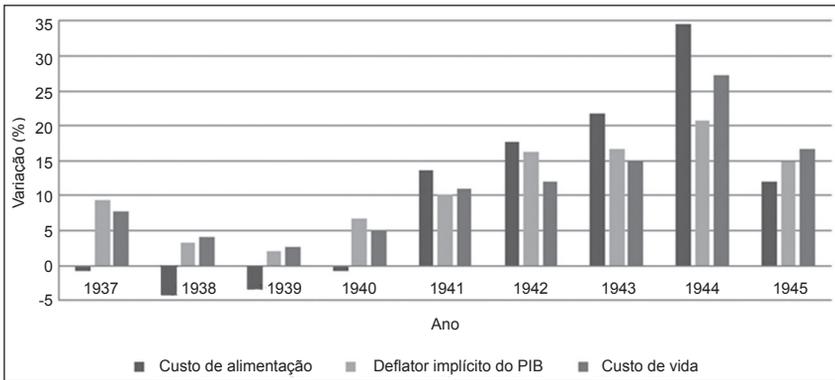
A maior variação percentual da emissão líquida de papel-moeda ocorreu em 1941, aumento próximo a 580%. Todavia esse acréscimo líquido acentuado não foi característico do regime. Nos primeiros 24 meses do

Gráfico 1 – Emissão líquida de papel-moeda pelo Tesouro Nacional, no período de 1937 a 1945 (valores nominais em Cr\$)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1942d, 1946a).

Gráfico 2 – Evolução dos índices de custo de alimentação, deflator implícito do PIB e custo de vida (1937-1945)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (1947, p. 25), IBGE (1990, p. 177), Ónody (1960, p. 118).

regime, a emissão líquida diminuiu, em média, 45%, produto da redução da ejeção de moeda combinada com o avanço do resgate. Em 1940, a emissão líquida voltou a ser positiva, com taxas crescentes e decrescentes, até 1944, quando houve aumento anual de 26,88%.

O último ano do Estado Novo, foi caracterizado pelo retorno da diminuição da emissão líquida de papel-moeda. Em relação a 1944, o acréscimo mais que duplicou. Por sua vez, a intensificação do resgate, muitas vezes superior à emissão, resultou na variação negativa da emissão líquida em 11,73%.

Dentre os possíveis efeitos desse aumento da oferta de moeda na economia, por meio do Gráfico 2 são apresentados o comportamento de três índices relacionados ao nível de preços, isto é, o custo de alimentação, o deflator implícito do PIB e o custo de vida.

Durante o Estado Novo, o nível de preços representado pelo deflator implícito do PIB apresentou comportamento anual idêntico ao do custo de vida, mas com intensidades distintas. Dessa maneira, o regime foi marcado pela diminuição da inflação em 1938 e 1939. De 1940 a 1944, a taxa de inflação aumentou constantemente, mas de forma mais sensível em relação ao comportamento dos índices anteriores, principalmente o do custo com alimentação. Por exemplo, em 1942 e 1943, o Gráfico 2 mostrou uma diferença quase que imperceptível da taxa de inflação, representada pelo deflator.

No ano de 1945, a variação positiva do deflator diminuiu, assim como nos demais índices, no entanto, numa intensidade menor. Logo, o início do regime do Estado Novo (1938 e 1939) foi caracterizado por um período de desinflação. Durante cinco anos, o aumento do nível de preços foi constante e marcou o período como inflacionário. Em 1945, o governo Vargas chegou ao fim com uma queda da taxa de inflação.

Nos gráficos 1 e 2 é possível observar que as variações do deflator implícito do PIB acompanharam, em mesmo sentido, o aumento da oferta monetária. De acordo com os discursos analisados de Souza Costa, a justificativa para o aumento da emissão de papel-moeda residia no fato de as exportações brasileiras terem valorizado por conta da escassez de produção ocorrida no resto do mundo.

O argumento do governo para o aumento no nível geral de preços esteve relacionado à estratégia de acumular reservas. Souza Costa já havia comentado em outros discursos que a emissão de papel-moeda ocorria de modo a acompanhar, de maneira equilibrada, o aumento da circulação. Esse aumento ocorria como reflexo da intensidade de recursos obtidos com as exportações de preços “supervalorizados” e da dinamização do mercado interno. Assim, a inflação era um sacrifício passageiro que resultaria, em momento oportuno, no aumento da economia real. Segundo ele:

As reservas em ouro e divisas de que dispomos – em valor quase igual ao do papel-moeda em circulação, os acordos felizes que realizamos e, em razão dos quais a dívida externa se acha substancialmente reduzida, e, mais

do que isso, a situação de nosso crédito externo que se afirma na elevação da cotação de nossos títulos em tôdas as Bolsas do mundo, asseguram-nos os recursos e a possibilidade de crédito para a execução dos nossos programas de renovação de material de transportes e reequipamento industrial.

Ésse é o programa que estamos executando. Os nossos objetivos nunca se reduziram a assegurar vida barata no momento. (Costa, 1945, p. 24)

Em vista disso, outras fontes consultadas apresentaram um contexto analítico, voltado à inflação, mais dilatado em 1944. Sem especificar, a causa do aumento do nível geral de preços também foi atribuída à conjuntura internacional de guerra, como pode ser observado na seguinte afirmação:

O fato é que, restringidas as nossas importações, o dinheiro, forçado a circular internamente, procurou e encontrou vasto campo de aplicação; mas uma aplicação sem finalidades reprodutivas, pois não foram novas indústrias nem novas casas de comércio que se criaram, nem a agricultura ou a pecuária que se expandiram, mas sobretudo negócios mais fáceis e menos arriscados, como a compra e construção de terrenos e imóveis que, antes de atenderem às prementes necessidades das classes mais numerosas, se destinam ao conforto e ao luxo das mais abastadas. Criou-se, à sombra desta prosperidade superficial, uma plethora de bancos e outros estabelecimentos de crédito, coordenando e intervindo em todos estes mesmos negócios, estáticos, de mera aplicação. (Lucros..., 1944, p. 6)

A restrição compulsória às importações gerou desequilíbrios comerciais superavitários, intensificados pelo aumento do preço de produtos nacionais, obtido por meio de acordos realizados, por exemplo, entre o Brasil e os Estados Unidos, que não foram direcionados plenamente para o aumento da capacidade produtiva interna, mas substancial parcela para aplicação sem fins reprodutivos, como imóveis de luxo.

De modo geral, os reflexos da política econômica realizada durante o Estado Novo, influenciada pela crise da década de 1930 e pelo conflito mundial, consistiram, entre outros aspectos, em aumento do PIB na maior parte do período, certa estabilidade da taxa de câmbio e predominância de *superavit* na balança comercial e no balanço de pagamentos. Na Tabela 4, esses indicadores são especificados.

Por meio da verificação do índice do produto real, é possível perceber

que, entre 1939 e 1945, o PIB real aumentou 21,8% e ocorreram duas quedas, em 1940 e 1942. A variação percentual demonstrou que, no início do regime, ele aumentou a taxas decrescentes até 1939 e diminuiu em 1940. No ano seguinte, voltou a crescer (4,9%) e novamente diminuiu em 1942. Nos anos de 1943 e 1944, ocorreram as maiores variações do produto real, 8,5% e 7,6%, respectivamente. Em 1945, o aumento foi de 3,2% e finalizou o período com uma continuidade de três anos de elevação do PIB através de taxas decrescentes.

Tabela 4 – Comportamento de alguns indicadores macroeconômicos durante o Estado Novo (1937-1945)

ANO	PIB*		TAXA DE CÂMBIO LIVRE (Cr\$/US\$)**	BALANÇA COMERCIAL***		BALANÇO DE PAGAMENTOS*
	Índice de produto real (Base: 1939 = 100)	Variação (%)		Toneladas	Cr\$ 1.000	
1937	93,4	4,6	16,1	-1.803.535	-222.491	0
1938	97,6	4,5	17,6	-979.300	-98.680	75,1
1939	100	2,5	19,2	-605.604	+631.887	-0,8
1940	99,0	-1,0	19,8	-1.099.217	-3.611	4,4
1941	103,9	4,9	19,7	-513.781	+1.211.229	60,3
1942	101,1	-2,7	19,6	-351.599	+2.806.835	149,6
1943	109,7	8,5	19,6	-606.886	+2.566.828	252,8
1944	118,0	7,6	19,5	-1.170.292	+2.729.362	157,4
1945	121,8	3,2	19,5	-1.303.875	+3.450.424	61,7

Fonte: Haddad (1975, p. 7)*, Bacen (1971)**, IBGE (1949) citados por Malan et al. (1977, p. 20), Brasil (1949, p. 9)*** e IBGE (1990)*.¹

¹ Com relação à taxa de câmbio, a fonte destacou que, até abril de 1939, só havia no país um mercado de câmbio; a partir de então, vigoraram os mercados “oficial” e “livre” e “livre especial”. Em junho de 1946, voltou a existir apenas um mercado, através do qual se conduzem todas as operações comerciais e financeiras com o exterior. No período em que existiu mais de um mercado, a tabela consigna apenas os dados referentes ao mercado “livre”. A taxa de câmbio livre era destinada às importações, exceto pelo menos algumas importações governamentais (taxa oficial) e alguns produtos especiais.

No que diz respeito à taxa de câmbio (livre), é possível observar desvalorização da moeda nacional, entre 1937 e 1940. A partir de 1941, de modo geral, o cruzeiro se manteve estável frente ao dólar, apesar de terem ocorrido sensíveis variações que representaram valorização.

O resultado das transações brasileiras de mercadorias no mercado internacional é apresentado de maneira real e nominal. Em termos reais, o resultado da balança comercial foi deficitário em todo o período. Por outro lado, os valores nominais foram favoráveis às exportações.

O *deficit* caracterizou o resultado da balança comercial em três anos: 1937, 1938 e 1940. No entanto os dois primeiros foram marcados por um movimento de diminuição, que resultou em *superavit* no ano de 1939. Logo, para um país que enfrentava a depressão no início da década, esse resultado pode ser considerado positivo.

Possivelmente, a política de liberação do preço do café tenha contribuído de forma decisiva, tendo em vista o aumento da quantidade exportada do produto, que foi destacado por Souza Costa, ao informar que as “[...] exportações em 1939 atingiram a 16.645.093 sacas, de sorte que o biênio 1938/1939 com o total de 33.848.515 sacas marcou o ‘record’ de nossas exportações em tôda a história do café brasileiro.” (Costa, 1945a, p. 6).

O maior *superavit* ocorreu em 1945, ano em que as vendas ultrapassaram as compras em cerca de Cr\$ 3,5 bilhões. Em 1943, as importações tiveram aumento de 31%, o que representou o principal acréscimo nominal anual do período. Com as exportações, o mesmo ocorreu em 1941, quando a variação positiva foi de 35,6%.

No que tange ao desempenho dos preços praticados nas transações brasileiras no comércio internacional, uma breve comparação dos dados da Tabela 4 (balança comercial) indica que pareceu existir uma notável diferença entre os preços das exportações e os das importações.

Quanto ao balanço de pagamentos, o período foi caracterizado pela supremacia de resultados positivos. O auge do *superavit* ocorreu em 1943, possibilitado, principalmente, pelo terceiro melhor saldo das transações correntes e pela entrada líquida de capitais. O balanço de pagamentos do Brasil foi marcado por um movimento de aumento do *superavit*, que ocorreu entre 1940 e 1943. Em 1944 e 1945, o resultado positivo passou a apresentar descendência, influenciado pela saída líquida de capitais nos dois anos e, principalmente, pelo elevado valor dos erros e omissões, que foi fundamental para a brusca queda do *superavit* em 1945, que se situou em torno de 61%.

Entre outros reflexos econômicos da Segunda Guerra Mundial, o desequilíbrio na balança comercial favorável às exportações contribuiu para o aumento das reservas internacionais, situação destacada em Costa (1945), a qual faz parte do ambiente de justificativas para o resultado positivo das relações com o resto do mundo, observado na Tabela 4. Sendo assim, a evolução das reservas totais, tanto em ouro metálico quanto em divisas, é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Reservas totais: ouro e divisas – 1939-1945 (US\$ milhões)

ANOS	OURO				DIVISAS (\$)				TOTAL (\$)			
	Kg ¹	Índice	\$	Índice	B ₁	Índice	B ₂	Índice	B ₁	Índice	B ₂	Índice
1937	28.120	100*	31,6	100*		-		-		-		-
1938	28.813	102	32,4	103		-		-		-		-
1939	35.120	125	39,5	125	45,6	100*	50,1	100*	85,1	100*	89,6	100*
1940	45.025	160	50,7	160	15,0	33	17,1	34	65,7	77	67,8	76
1941	62.013	221	69,8	221	47,6	104	53,9	108	117,4	138	123,7	138
1942	102.043	363	114,8	363	138,1	303	155,8	311	252,9	297	270,6	302
1943	225.659	802	254,0	804	233,1	511	276,7	552	487,1	572	530,7	592
1944	292.529	1.040	329,2	1.042	284,6	624	304,2	607	613,8	721	633,4	707
1945	314.600	1.119	354,1	1.121	293,4	643	329,4	657	647,5	761	683,5	763

Fonte: Elaborador pelo autor com base em: Banco do Brasil (1939-1945) citado por Malan et al. (1977, p. 184); várias fontes citadas por Malan et al (1977, p. 475)¹.

Notas: B1: Taxa de câmbio livre; B2: Taxa de câmbio oficial; * Base.

Os dados disponíveis referentes às divisas e, conseqüentemente, ao total das reservas, iniciam em 1939. É possível observar que a situação de acúmulo de reservas vem ao encontro das mensagens expostas pelo ministro. Entre 1937 e 1945, o aumento do estoque de ouro metálico foi de aproximadamente 1.020%. Além disso, chama atenção a variação positiva que ocorreu no ano de 1943, cerca de 120%, em relação a 1942.

A modificação do estoque de divisas apresentou comportamento similar. Com exceção de 1940, o restante do período foi marcado por aumentos substanciais, o que resultou num acréscimo superior a 540% nas reservas em dólar, entre 1939 e 1945.

A maior variação monetária foi em 1943, ano em que houve aumento de US\$ 95 milhões (câmbio livre) e US\$ 120 milhões (câmbio oficial). Além disso, a soma entre as reservas em ouro e divisas aumentou cerca de 660% entre 1939 e 1945. Apesar da variação positiva, próxima a 30%, do estoque em ouro em 1940, esse resultado não foi suficiente para impedir a diminuição das reservas totais naquele ano. Isso posto, algumas considerações acerca do “diálogo” entre essa conjuntura econômica e o estabelecimento de instituições, voltadas a promover o desenvolvimento da economia nacional, serão destacadas a seguir.

Conclusão

A busca por evidências que possibilitassem observar o sentido da política econômica realizada durante o Estado Novo resultou na percepção de um direcionamento voltado ao equilíbrio fiscal e monetário, ou seja, proximidade com os atributos ortodoxos de política econômica.

A interação entre as instituições formais elaboradas, os discursos e o comportamento dos indicadores analisados, indica que os resultados obtidos pela política econômica foram ao encontro das pretensões do governo Vargas, que eram, entre outras, redução do *deficit* fiscal, restrições à emissão de papel-moeda, de modo a não impulsionar a elevação do nível de preços a níveis hiperinflacionários, e a elevação das reservas internacionais.

Com relação aos aspectos fiscais, a inclusão das Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial não resultou, de modo geral, em redirecionamento de parte da arrecadação tributária, ou emissão de papel-moeda, para seu financiamento. A inserção do Brasil no conflito mundial acarretou a criação de um ambiente excepcional de absorção de recursos que foi composto, especialmente, pelas denominadas “Obrigações de Guerra” e “Letras do Tesouro”. As primeiras foram caracterizadas como fonte de arrecadação e as segundas como de financiamento, de modo que o pagamento destas se daria com os recursos daquelas.

As causas da inflação, ocorrida nos últimos anos do período, estiveram relacionadas ao desequilíbrio da balança comercial, que gerava a necessidade de aumento do papel-moeda em circulação. De modo geral, o elevado nível de emissões, que era necessário para possibilitar as exportações, não era absorvido pelas importações, o que impulsionava a circulação monetária e elevava o nível de preços.

A solução vista pelo governo foi a criação de mecanismos para a retirada do excesso de lucros, tanto por meio de impostos quanto por meio de certificados voltados ao acúmulo de recursos para serem utilizados no melhoramento da capacidade produtiva, após o conflito mundial. Assim, a elevação da incerteza quanto à conjuntura econômica no pós-guerra resultou na criação de instituições formais voltadas a possibilitar melhores condições financeiras para a retomada do crescimento industrial e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico do país, o que vem ao encontro do papel das instituições, observado em North (1994), que

surgem como reflexo do comportamento de prevenção dos agentes diante das incertezas do ambiente.

Por meio do estabelecimento de instituições formais, portanto, houve coordenação de ações voltadas a promover o desenvolvimento econômico do país, tanto para o período do conflito quanto para após o término dele. De modo geral, apesar da conjuntura internacional restritiva, o levante mundial contribuiu, em alguns aspectos, para a política econômica conseguir atingir resultados positivos, como o aumento do PIB real, o predomínio de *superavit* na balança comercial e no balanço de pagamentos, e, de mais a mais, ajuda a explicar o desempenho de crescimento econômico nacional no período, evidenciado em Furtado (2007).

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). *O capital estrangeiro no Brasil: legislação*. Rio de Janeiro, 1971.
- BRASIL DO BRASIL. *Relatório*. Rio de Janeiro, 1939-1952.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Central da República. *Balanço geral da União – 1937*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000353/balger1937uni/balger1937uni.pdf>>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Central da República. *Balanço geral do exercício de 1939*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000353/balger1940uni/balger1940uni.pdf>>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Central da República. *Balanço geral do exercício de 1940*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000353/balger1940uni/balger1940uni.pdf>>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 12 mar. 1942a. Seção 1, p. 3915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: abr. 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.792, de 5 de outubro de 1942. Restringe a faculdade emissora do Tesouro e amplia as atribuições da Carteira de Redesconto. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 6 out. 1942b.

- Seção 1, p. 14899. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/de-lei/1940-1949/decreto-lei-4792-5-outubro-1942-414902-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: abr. 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.807, de 7 de outubro de 1942. Cria a Comissão de Defesa Econômica, e dá outras providências. *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 out. 1942c. Seção 1, p. 15059. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4807-7-outubro-1942-414918-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Central da República. *Balanço geral do exercício de 1941*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942d. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000353&m=2325&n=balger1941uni>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Geral da República. *Balancos gerais da União relativos ao exercício de 1943*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000353&m=2327&n=balger1943uni>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Geral da República. *Balancos gerais da União relativos ao exercício de 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000353&m=2329&n=balger1944uni>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Geral da República. *Balancos gerais da União relativos ao exercício de 1945*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946a. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000353&m=2323&n=balger1945uni>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Contadoria Geral da República. *Balanço de guerra de 1945 e retrospecto das operações financeiras realizadas com a participação do Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946b. Disponível em: <<http://acervo.rede-memoria.bn.br/redeMemoria/handle/123456789/221317>>. Acesso em: jan. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. *Levantamento do custo de vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Vitória, 1947. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000475&m=3983&n=custodevida1946bras>. Acesso em: maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Quadros estatísticos: Brasil, 1937-1946*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- CONCEIÇÃO, Augusto Camargo. *Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2001. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/teses/teses_fee_01.pdf>. Acesso em: out. 2019.
- CORSI, Francisco Luiz. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. *Política & Sociedade*, n. 12, p. 67-93, abr. 2008.
- COSTA, Artur de Souza. *Finanças e política: discurso comemorativo do 11º aniversário*

- da vitória da Revolução. Rio de Janeiro: [s. e.], 1941. Disponível em: <<https://archive.org/details/finanrevoluc1941souzac>>. Acesso em: set. 2018.
- COSTA, Artur de Souza. *Financiamento da guerra*: exposição feita na Associação Brasileira de Imprensa, no dia 6 de outubro de 1942. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942. Disponível em: <<https://archive.org/details/financiam1942souz>>. Acesso em: set. 2018.
- COSTA, Artur de Souza. *Discurso proferido na Faculdade de Ciências Econômicas, de São Paulo, em 3 de novembro de 1943, por motivo de colação de grau de Doutor “Honoris Causa”*. Rio de Janeiro: [s. e.], 1943.
- COSTA, Artur de Souza. *Discurso proferido em Santo a 2 de julho de 1945 agradecendo, em nome do Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas, as homenagens prestadas ao Chefe do Governo na inauguração do Hospital da Santa Casa de Misericórdia*. Rio de Janeiro: [s. e.], 1945.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1, p. 133-148, jan./mar. 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, p. 89-105, abr./jun. 2003.
- HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro, 1900-1947. *Revista Brasileira de Economia*, v. 29, n. 1, p. 3-26, jan./mar. 1975.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário estatístico do Brasil: 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conselho Nacional de Estatística. *Séries estatísticas mensais, decênio 1938/47*. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seriesestatisticasrestrospectivas/Volume%203_Estatisticas%20historicas%20do%20Brasil_series%20economicas_demograficas%20e%20sociais%20de%201550%20a%201988.pdf>. Acesso em: fev. 2018.
- LUCROS extraordinários. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, n. 96, p. 3-7, 1944.
- MALAN, Pedro Sampaio et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.
- NORTH, Douglass Cecil. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.
- NORTH, Douglass Cecil. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Três Estrelas: 2018.
- NORTH, Douglass Cecil. Economic performance through time. *The American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, jun. 1994.

- ÓNODY, Oliver. *A inflação brasileira: 1820 -1958*. Rio de Janeiro: [s. e.], 1960.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Proclamação ao povo brasileiro*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1937a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/discursos-de-posse/discuro-de-posse-1937/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *No limiar do ano de 1938: saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiado para o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1937b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *Problemas e realizações do Estado Novo: entrevistas à imprensa do país, dadas, em Petrópolis, a 19 de fevereiro e, em São Lourenço, a 22 de abril de 1938*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/05.pdf/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *A cultura do algodão em São Paulo e a economia nacional: improviso, em Campinas, por ocasião de se instalar o 3.º Congresso Algodoeiro, a 7 de janeiro de 1940*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1940a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/02.pdf/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *No limiar de uma nova era: discurso pronunciado a bordo do encouraçado Minas Gerais, capitânea da esquadra nacional, a 11 de junho de 1940*. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1940b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/21.pdf/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- VARGAS, Getúlio Dornelles. *O arsenal de guerra do Rio de Janeiro e o interesse do povo e do Governo do Brasil pelos seus soldados: discurso pronunciado ao inaugurar o novo arsenal de guerra do Rio de Janeiro, a 10 de novembro de 1943*. 1943. Brasília, DF: Biblioteca da Presidência da República, 1943. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1943/17.pdf/view>>. Acesso em: jun. 2017.
- WILLIAMSON, Oliver Eaton. *As instituições econômicas do capitalismo*. São Paulo: Pezco Editora, 2012.

economía y empresa a inicios de la república: los comerciantes extranjeros en arequipa (1821-1854)*

economy and enterprise at the beginning of the republic: foreign merchants in arequipa (1821-1854)

Víctor Condori**

Universidad Católica San Pablo de Arequipa, Perú

RESUMEN

La prolongada guerra de Independencia en el Perú, favoreció la apertura del mercado nacional al comercio extranjero, posibilitando asimismo la llegada de numerosos hombres de negocios hacia la región de Arequipa, procedentes de distintos países de Europa como Inglaterra, Francia y Alemania. Tales empresarios, después de algunos años de residencia e inversiones en la ciudad, lograron tomar el control de las actividades de importación y exportación, desplazando definitivamente a los menos poderosos y poco influyentes comerciantes locales. En ese sentido, este trabajo de investigación busca conocer la complejidad de las actividades económicas desarrolladas por los principales comerciantes extranjeros asentados en la región de Arequipa durante la primera mitad del siglo XIX, así como su composición empresarial y participación en la economía regional, en una época marcada por la inestabilidad política y la angustia fiscal.

Palabras-clave: Arequipa. Independencia. Comercio. Importación. Exportación. Extranjeros. Europa.

ABSTRACT

The prolonged war of Independence in Peru, favored the opening of the national market to foreign trade, also enabling the arrival of numerous businessmen to the Arequipa region, coming from different European countries such as England, France and Germany. Such entrepreneurs, after a few years of residence and investments in the city, managed to take control of import and export activities, definitely displacing the less powerful and few influential local merchants. In that sense, this research work seeks to know the complexity of the economic activities developed by the main foreign merchants settled in the Arequipa region during the first half of the 19th century, as well as their business composition and participation in the regional economy, in an era marked by political instability and fiscal anguish.

Keywords: Arequipa. Independence. Commerce. Import. Export. Foreign. Europe.

* Este trabajo forma parte de un proyecto sobre el comercio extranjero en la región de Arequipa entre 1821 y 1850, el cual pudo realizarse gracias al Concurso de Proyectos de Investigación y Fondos Semilla 2018 de la Universidad Católica San Pablo de Arequipa.

Submissão: 15/09/2019; aprovação: 20/04/2020.

** Profesor e investigador de la Universidad Católica San Pablo de Arequipa. *E-mail:* jvcondori@ucsp.edu.pe. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8408-5114>>.

Que se vayan al diablo todos estos extranjeros que no acuden a un país nuevo sino para despojarlo y, después de burlarse de aquellos a quienes han arruinado, se retiran con su botín a las ciudades de Europa.

Flora Tristán, *Peregrinaciones de una Paria* (1838)

1. La Intendencia de Arequipa

Como consecuencia de las reformas administrativas diseñadas por los Borbones para sus dominios americanos, el año 1784 se introdujo en el Perú el sistema de Intendencias, por el cual todo el territorio del virreinato quedó dividido en siete circunscripciones, con sus respectivas autoridades político-militares, los Intendentes. Una de esas circunscripciones fue la Intendencia de Arequipa, ubicada en la parte meridional del virreinato, que se extendía desde el valle de Acarí hasta el desierto costero de Tarapacá, en el actual norte chileno; estuvo dividida en siete partidos o provincias, a saber Arequipa o Cercado, Camaná, Condesuyos, Caylloma, Moquegua, Arica y Tarapacá. Poseía la intendencia una extensa costa, de más de 1.000 km de longitud, muy apropiada para el comercio marítimo tanto legal como de contrabando, numerosas caletas y desembarcaderos, pero muy pocos puertos. Los centros urbanos más significativos, después de la capital fueron Camaná, Moquegua, Tacna y Arica, aunque con poblaciones inferiores a 7.000 habitantes (Wibel, 1975).

La capital de la Intendencia era la ciudad de Arequipa, “la muy noble y muy leal”, “la fidelísima”; sede del gobierno político, administrativo y eclesiástico, la segunda ciudad más poblada del Perú después de Lima, con cerca de 37.000 habitantes (de ellas 22.000 personas vivían en el centro de la ciudad y un 71% registradas como españoles)¹. Esta ciudad se ubica privilegiadamente en medio de un valle extremadamente fértil, a mitad de camino entre la costa y las tierras altas; entre Lima, Charcas y Chile, a una altitud de 2.320 msnm y 100 km de distancia del Océano Pacífico.

En las últimas décadas de gobierno colonial, la economía arequipeña

¹ La información sobre el censo realizado durante el gobierno del virrey Francisco Gil de Taboada y Lemos (1790-1796) la encontramos en Fisher (1981).

fue orientándose en dirección a tres actividades fundamentales, a saber, la agricultura de exportación, el comercio de importaciones y en menor medida, la minería argentífera. La riqueza agrícola descansaba básicamente sobre el cultivo de la vid, insumo básico para la elaboración de los afamados vinos y aguardientes en los cercanos valles de Vitor, Majes y Moquegua, fuente principal de riqueza y prestigio de cientos de familias de la élite arequipeña; cuya producción se comercializaba casi de forma monopólica en numerosas ciudades y centros mineros del sur del Perú y la actual Bolivia, cuyos ingresos para la economía regional se estimaron en un millón y medio de pesos, muy por encima de la minería regional, que por esta misma época rendía cerca de 600.000 pesos anuales (Wibel, 1975). Asimismo, la segunda mitad del siglo XVIII fue testigo de una notable expansión del comercio de importaciones, de los llamados “Efectos de Castilla”, gracias a diversos factores como, la política de liberación de puertos introducida por los Borbones en 1778 (que había incluido al puerto de Arica dentro de los 24 puertos liberados para el comercio directo con la península, junto al Callao)²; al establecimiento de una factoría de la mayor empresa de negocios de este siglo, la compañía general de los Cinco Gremios Mayores de Madrid³ y finalmente, a una importante migración de individuos de origen vasco, navarro y montañés hacia la región. Quienes proveídos de nuevas ideas en materia empresarial y sólidos vínculos comerciales en ciudades como Lima, Valparaíso, Buenos Aires y Cádiz lograron impulsar considerablemente dicha actividad. Estos “nuevos conquistadores españoles”, entre los que se encontraban Juan de Goyeneche, Mateo Cossío, Antonio Alvisuri, Juan Fermín de Erreay y otros, lograron en poco tiempo posicionarse económica y políticamente, integrándose dentro de las familias tradicionales a través de ventajosos acuerdos matrimoniales y así consolidar una base económica y social suficientemente compacta, una verdadera comunidad de familias e intereses⁴.

² La economía de la economía arequipeña a fines del periodo colonial se ha trabajado en Wibel (1975), Quiroz Paz-Soldán (1976), Brown (2008), Buller (2011) y Condori (2014).

³ Referente a las actividades de los Cinco Gremios en la ciudad de Arequipa, revisar Condori (2014).

⁴ Con relación a los migrantes peninsulares y sus negocios en Arequipa, es importante, Wibel (1975) y Brown (2008).

A fines del periodo colonial y gracias a la confluencia de los factores arriba descritos, la Intendencia de Arequipa atravesó por un corto periodo de bienestar general como pocas regiones en el Perú. En 1808, su producción agrícola, minera y comercial alcanzó 2.154.000 pesos, la segunda en importancia después de Lima (2.190.349 pesos) y un ingreso per cápita de entre 16 y 24 pesos, muy por encima del promedio virreinal (8 pesos)⁵. Esta relativa bonanza expresada en un crecimiento de la viticultura, del comercio de importaciones y los ingresos aduaneros, se vio bruscamente interrumpida con el inicio de la guerra de Independencia y bien podría explicar aquella posición fidelista y conservadora tan particular de su élite, que la llevó a mantenerse cercana a los intereses del Rey hasta fines de 1824, cuando el último ejército realista de América del Sur fue completamente derrotado en los campos de Ayacucho⁶.

Con el establecimiento del sistema republicano a partir de 1825, la Intendencia pasó a denominarse Departamento y el Intendente fue reemplazado por una nueva autoridad política y militar nombrada directamente por el gobierno central de Lima, el Prefecto. Sin embargo, aunque la nueva estructura político-administrativa regional continuó ocupando el viejo territorio colonial, conservando idéntico número de provincias y hasta sus denominaciones tradicionales, no pudo mantenerla notable prosperidad económica, ni su singular composición social. Ello se debió en primer lugar, a los efectos negativos ocasionados por la guerra de Independencia sobre actividades tan significativas como la agricultura, la minería y el arrieraje y en segundo, al ingreso progresivo de una pequeña pero cada vez más influyente población de origen europeo a la región.

2. Los extranjeros en vísperas la Independencia

La presencia de población extranjera en territorio hispanoamericano fue advertida desde el temprano siglo XVI. Según Peter Boyd-Bowman,

⁵ Estas cifras han sido tomadas de Anna (2003), Brown (2008) y Seminario (2016).

⁶ Los años decisivos de la independencia en Arequipa (1821-1824) y el comportamiento político de su élite son estudiados por Condori (2009, 2010).

de los 45.374 individuos que migraron oficialmente hacia el Nuevo Mundo entre 1493-1579 cerca de 1293 (2.8%) eran extranjeros; vale decir, portugueses, italianos, flamencos, franceses, griegos y alemanes (Body-Bowman, 1973). Quienes, portando algún permiso oficial o de manera encubierta, se incorporaron dentro de las distintas comunidades americanas como funcionarios, comerciantes, mineros, artesanos, soldados, clérigos o simplemente, aventureros. Un censo realizado en la capital del virreinato peruano a fines del siglo XVIII, indicaba que en Lima se hallaban residiendo 120 europeos de distintas procedencias, 53 italianos, 31 franceses, 21 portugueses, 6 irlandeses, 5 alemanes y solo 1 inglés (Bonfiglio, 2001).

Aunque en teoría, la legislación española era bastante prolija en cuanto a restricciones y controles con el fin de impedir toda forma de emigración extra peninsular hacia los dominios de ultramar, en la práctica la propia Corona, concedía determinados permisos de residencia a particulares con fines administrativos, educativos, religiosos, científicos y económicos, aunque siempre de forma limitada. Como ocurrió en 1788, cuando se autorizó el ingreso de 15 mineralogistas alemanes integrantes de la “Misión Nordenflicht” con el objetivo de reactivar y mejorar la producción argentífera del virreinato peruano (Fisher, 1977; Helmer, 1987). En ese sentido, no fue extraño encontrar en tierras americanas a individuos de otras naciones europeas, residiendo de forma provisional o permanente y a lo largo de los tres siglos de gobierno colonial. Sin embargo, se trataba de una población bastante reducida, por lo menos hasta fines del siglo XVIII. Para la segunda década del siglo siguiente, este número creció de manera considerable, tanto como su influencia en la economía y costumbres americanas, como consecuencia de las guerras de independencia en Hispanoamérica. En tales circunstancias, los puertos de uno y otro lado del continente abrieron sus puertas de manera definitiva para el ingreso de numerosos comerciantes y aventureros ingleses, franceses, alemanes y norteamericanos⁷.

La apertura comercial de las diferentes regiones del continente americano al capital extranjero no fue obra de agentes diplomáticos o re-

⁷ A fines del siglo XVIII, España abrió sus puertos coloniales a los llamados países neutrales y 1795 existía un tratado de Amistad, Límites y Navegación entre España y los Estados Unidos, ver Mazzeo (2000).

presentantes oficiales de alguna monarquía europea, sino de audaces hombres de negocios, denominados por el profesor D.C.M. Platt “comerciantes aventureros”, como los hermanos Parish Robertson y Hyslop (Platt, 1973). Quienes, en aquellos tempranos momentos, debieron marchar hombro a hombro con los ejércitos rebeldes, ligando su futuro al éxito de los movimientos independentistas y la protección de los jefes patriotas; por esa razón, los encontramos inicialmente operando en puertos y ciudades de la costa Atlántica y posteriormente en aguas del Pacífico. Primero en Brasil, Nueva Granada y Río de la Plata y luego de algunos años, en Chile y Perú⁸.

El establecimiento permanente de los comerciantes extranjeros en el Perú tuvo sus orígenes en un decreto promulgado por el virrey Joaquín de la Pezuela en 1820 que autorizaba el “comercio libre para los extranjeros” dentro del virreinato peruano (Villa Estévez, 2000). Curiosamente, cuando al año siguiente Lima cayó en poder de las fuerzas patriotas comandadas por el general San Martín, algunos de estos comerciantes se trasladaron más al sur, a la Intendencia de Arequipa⁹; que se convirtió por las circunstancias de la guerra en la única puerta de ingreso al último virreinato de América, con sede en el Cusco y que tenía bajo su control una parte del territorio peruano y toda la audiencia de Charcas, hoy Bolivia. En definitiva, durante los siguientes 4 años y hasta la culminación de la guerra de Independencia (1824), los comerciantes extranjeros se encontrarán divididos en dos comunidades, una establecida en la ciudad de Lima, controlada por los patriotas y la otra en Arequipa, bajo la autoridad de las fuerzas realistas.

Para ambos gobiernos la presencia de una pequeña comunidad de forasteros resultó indispensable y por ese motivo tolerada, no solo porque sus actividades mercantiles incrementaron los ingresos aduaneros (Paz-Soldán, 1975) o favorecieron el acceso a cualquier empréstito, sino también, por la posibilidad de conseguir su ministros y pertrechos mi-

⁸ Con respecto a las actividades de estos tempranos representantes del capital extranjero, básicamente inglés, en América Latina, Humphreys (1965), Donghi (1972) y Platt (1973).

⁹ Algunos comerciantes y firmas extranjeras en Lima durante esta época fueron, Alsop Wetmore y Compañía, Gibbs Crawley y Cía, Juan Moens, Juan Begg, Templeman Bergnam y Cía, Cochran, Robertson y Compañía, Huth Gruning y Compañía, entre otros.

litares, indispensables para la culminación definitiva de la guerra (Miller, 1975)¹⁰. Esta penosa y generalizada situación fiscal, fue muy bien aprovechada por algunos de estos comerciantes a la hora de fijar los precios de sus mercancías, solicitar exoneraciones o privilegios aduaneros o incluso, cuando había que satisfacer la demanda de cualquiera de los dos ejércitos en pugna, patriotas o realistas, según se presenten las oportunidades en el mercado o convenga a sus intereses particulares. Frente a aquella volubilidad tan manifiesta exhibida por tales personajes y hasta cierta desfachatez, un alto oficial del ejército patriota, el muy observador general inglés Guillermo Miller, manifestaba en sus memorias:

Como comerciantes, hicieron muy bien a la verdad en aprovecharse cuanto pudieron del ventajoso mercado que les ofrecían las circunstancias; pero pretender después que lo hicieron por su ardiente patriotismo sin miras de interés algunos, es cosa en que no puede convenirse. Es cierto que muchos desplegaron la liberalidad de sentimientos... Cuando estos por desgracia se ponían en contradicción, la pobre simpatía se iba frecuentemente de paseo y los realistas recibían el surtido de municiones de guerra y pertrechos que necesitaban, siempre que podían ofrecer precios ventajosos. (Miller, 1975, p. 179)

3. Los comerciantes extranjeros en Arequipa

Los primeros comerciantes de origen no peninsular arribaron a la región de Arequipa a comienzos de la década de 1820, antes de la liberación definitiva del Perú y continuaron llegando a lo largo de todo el siglo XIX, previa escala en algún país de América del Sur o directamente desde Gran Bretaña, Francia, Alemania, Países Bajos o los Estados Unidos (Witt, 1992). Aunque representaron un número significativo en las ciudades y puertos donde se establecieron, no se trató de un grupo

¹⁰ En noviembre de 1824, los comerciantes ingleses Luis Stevenson, Guillermo Turner y Santiago Ygual, entregaron 1071 pesos en paños y caserillo, para “el vestuario del batallón de cazadores del rey”. Un mes después Ambrosio Ibáñez y Juan Moens, 12.364 pesos, “que importaron los efectos suministrados al batallón Real Felipe y a los escuadrones de cazadores, dragones y voluntarios de la costa para vestuario” (Archivo Regional de Arequipa (ARAR), Caja Nacional de Hacienda, Libro Mayor 1824, Hacienda Común. Data, fol. 114).

homogéneo y mucho menos compacto e incluso, tratándose de los nativos de una misma nación¹¹. En ese sentido, por la magnitud de sus negocios, el momento de su arribo y el tiempo de permanencia en la región, podemos clasificar los en tres grupos: los “comerciantes aventureros”, los grandes mayoristas o almaceneros y los medianos comerciantes.

3.1 Los comerciantes aventureros

A diferencia de aquellos temerarios personajes mencionados por Platt y Humphreys, en sus estudios acerca del comercio británico, estos nuevos aventureros arribaron a las costas arequipeñas atraídos sobre todo por las condiciones favorables que presentaba el país gracias a la política “liberal” de los últimos virreyes, Joaquín de la Pezuela y José de la Serna. Aunque procedían de distintas naciones europeas, la gran mayoría eran británicos (ingleses, escoceses e irlandeses), formados empresarialmente en Londres o Liverpool, quienes llegaron progresivamente como sobrecargos en algunos de los numerosos barcos que hacían su escala en el puerto de Quilca o simplemente como representantes de sólidas casas comerciales ya establecidas en Lima o Valparaíso¹². Dentro de este temprano grupo, encontramos a Tomás Crompton, Guillermo Hodgson, Roberto Page, Santiago Ygualt, Guillermo Turner, Federico Marriot, Juan Robinson, Luis Stevenson, Samuel Haigh, entre otros (Witt, 1992). De todos ellos, solo Tomás Crompton y Samuel Haigh, poseían una larga experiencia en territorio americano, habiendo residido durante muchos años en Buenos Aires y Valparaíso, respectivamente¹³.

La aparición de estos comerciantes en un primer momento, no representó un cambio sustancial en la economía y sociedad regional, mucho menos, significó para ellos su consolidación económica o un

¹¹ En 1833 la viajera Flora Tristán en relación a los franceses que encontró en Arequipa, decía: “Estos hombres se detestan, se destrozan a cual más. Durante los siete meses que pasé en Arequipa, he tenido tiempo de juzgar hasta dónde puede llegar el odio de los hombres cuando está excitado por la rivalidad y la envidia.” (Tristán, 1997, p. 242).

¹² ARAR, Intendencia, Causas Administrativas 108. Caja Nacional de Hacienda. Libro Mayor de la Caja de Arequipa 20.

¹³ Samuel Haigh, comerciante y viajero inglés, visitó en 1817 el puerto de Valparaíso y posteriormente Buenos Aires antes de llegar a Arequipa. En 1831 escribió en Londres una relación de sus viajes. Sobre su estancia en el Perú (Haigh, 1967).

rápido enriquecimiento, contrariamente, su crecimiento dentro de la ciudad estuvo claramente limitado, no solo por el avance de la guerra de independencia en sus últimos años¹⁴, sino también, por la presencia de grandes comerciantes importadores de origen peninsular como Lucas de la Cotera y Ambrosio Ibáñez, quienes gracias a sus estrechos vínculos políticos con las autoridades locales y virreinales, sus fuertes contribuciones y donativos al gobierno español y el abastecimiento permanente del ejército realista con tejidos y armas¹⁵, lograron monopolizar la casi totalidad de cargamentos extranjeros que llegaban a la región, provenientes de distintas partes de Europa. Y como Lucas de la Cotera, introducir cerca de 500.000 pesos en mercancías anualmente, para su distribución en el sur del Perú y Charcas¹⁶. En la práctica, había muy poco espacio para ser aprovechado por los recién llegados en ese momento. De otro lado, tal era el ascendiente y prestigio de Cotera dentro de la región que, muchos comerciantes extranjeros se vieron en la necesidad de utilizar sus influencias y garantías ante las autoridades españolas a fin de internar ciertas mercancías o salvaguardarlas de algún intento de confiscación¹⁷.

Las verdaderas oportunidades para aquellos tempranos comerciantes foráneos se presentaron a partir del año 1824; entre otras razones, debido, por un lado, a las mayores concesiones en materia de derechos de importación otorgadas por el gobierno virreinal del Cusco, cada vez

¹⁴ En setiembre de 1823, Arequipa fue invadida por tropas colombianas al mando del general Antonio José de Sucre y durante más de un mes, 3000 soldados ocuparon la ciudad, las actividades quedaron paralizadas, algunas propiedades fueron saqueadas y los vecinos más prominentes fueron obligados a pagar una fuerte contribución de guerra. Ver Condori (2009).

¹⁵ En noviembre de 1821, Lucas de la Cotera firmó un contrato con la Real Hacienda de Arequipa a fin de proveer al ejército virreinal con 6.000 fusiles, 20.000 uniformes, 4.000 sables de caballería, 6.000 pesos en medicina y hasta una imprenta; en un plazo no menor de cinco meses para las armas, ni mayor a once para lo restante (ARAR, Protocolos Notariales, Manuel Primo de Luque 717, fol. 630).

¹⁶ El español Lucas de la Cotera fue el más importante e influyente comerciante de Arequipa entre 1821-1824, sus buenas relaciones con las autoridades españolas, incluida su amistad con el propio virrey La Serna y sus enormes ingresos, lo llevaron a convertirse en el principal abastecedor y financista del gobierno virreinal en la agonía de su presencia en el Perú. Revisar Condori (2011).

¹⁷ ARAR, Protocolos Notariales, Manuel Primo de Luque 721, folios 709 y 764. Libro Mayor de la Real caja de Arequipa 20, Hacienda Común, fol. 29.

más urgido de ingresos en la fase final de la guerra y por el otro, a la derrota definitiva de este gobierno, que provocó la salida precipitada de muchos empresarios peninsulares, entre ellos de Lucas de la Cotera. Según un informe del cónsul británico en el Perú, Thomas Rowcroft, a fines de ese año se encontraban instaladas en la ciudad 16 casas comerciales inglesas, cuyos intereses en créditos y propiedades alcanzaron cerca de tres millones de pesos (Humphreys, 1940). Pero, había que esperar mucho más. Entre 1825 y 1827, el departamento de Arequipa fue prácticamente inundado por una avalancha de mercancías europeas consignadas desde Londres, Liverpool, Baltimore, Burdeos y Valparaíso a nombre de sus representantes en la ciudad, en volúmenes que superaron largamente la propia capacidad de consumo de los mercados de la región, ocasionando en consecuencia, una brusca caída en los precios. Así lo denunció en 1826, el nuevo cónsul Charles M. Ricketts:

El espíritu de especulación, y las descripciones exageradas de la riqueza del Perú, condujeron a la consignación de muchos barcos con cargamentos que excedía largamente las necesidades del público y su capacidad de pago. La consecuencia es que las mercaderías británicas generalmente han visto reducir sus precios y muchas de ellas no devolverán ni su precio de costo. (Bonilla, 1975, p. 22)

De manera paralela, algunos de estos comerciantes aventureros como Tomás Crompton, Guillermo Hodgson, Samuel Haigh, Roberto Page y Santiago Ygualt, constituyeron importantes compañías mineras, a nombre propio o de inversionistas londinenses, a fin de reactivar y explotar algunos yacimientos de oro y plata paralizados y abandonados antes del inicio de la guerra; como por ejemplo, las legendarias minas de Huantajaya, ubicadas en el desierto de Tarapacá y propiedad de la familia de la Fuente y Loayza¹⁸.

Lamentablemente, en medio de esta vorágine de mercancías e inversiones especulativas que se observó en gran parte de América Latina, estalló la crisis financiera del mercado de Londres en diciembre de 1825, que trajo como consecuencia la suspensión de créditos de la banca londinense, la reducción de consignaciones mercantiles y el abandono

¹⁸ ARAR, Protocolos Notariales, Rafael Hurtado, legajo 675, folios 235 y 257-258. Manuel Primo de Luque, 722, fol. 587.

de las prometedoras inversiones mineras¹⁹. Aunque los efectos de la crisis se observaron en la región un poco más tarde, ella se manifestó inevitablemente en, la paralización de varios proyectos mineros, la reducción de consignaciones y la desaparición progresiva de aquellos tempranos comerciantes comisionistas; bien sea porque regresaron decepcionados a Europa, cambiaron de actividad o se trasladaron a otras ciudades, en busca de nuevas y mejores oportunidades²⁰. En consecuencia, para fines de la década de 1820 los arequipeños fueron testigos una vez más de la emergencia de grandes casas comerciales, como a fines del siglo XVIII; pero a diferencia de los primeros comerciantes aventureros, estos se encontraban más afianzados, tenían mayores conocimientos de la realidad económica, geográfica y cultural de la región y sobre todo, poseían sólidos vínculos mercantiles y representantes en ciudades como Lima, Valparaíso, Buenos Aires, Río de Janeiro, Baltimore, Liverpool, Londres, Burdeos, Hamburgo y Bremen.

3.2 Los grandes almaceneros

Un censo realizado en la provincia de Arequipa el año 1847, con el objeto de conocer la realidad ocupacional de su población, señaló que dentro de la ciudad 3445 personas ejercían alguna profesión u oficio remunerado y de ellos, cerca de 554 (16%) se dedicaban a actividades relacionadas con el comercio, bien sea como grandes importadores o almaceneros, medianos comerciantes o simplemente, tenderos²¹. Para una población urbana calculada en 15.175 habitantes, el número de personas dedicadas a este oficio resultó bastante elevado, prácticamente existía 1 comerciante por cada 30 habitantes. Pero, la realidad de aquel universo mercantil también decía que, solo cinco individuos estuvieron considerados dentro de la primera categoría, vale decir, como almaceneros y todos ellos eran europeos. Se trataba de las casas comerciales inglesas, Jack Hermanos, Guillermo Gibbs y Tomás Mac Laughlin; la francesa de Santiago Le Bris/Andrés Viollier y la alemana de Cristóbal

¹⁹ Con relación a la crisis del mercado londinense de 1825-1826, revisar Marichal (1992).

²⁰ ARAR, Protocolos Notariales, Matías Morales 751, fol. 135; 753, fol. 71. Corte Superior, Causas Civiles 37, 7 mayo 1830.

²¹ *El Republicano*, Tomo 21, Número 36, 23 mayo 1847.

Guillermo Schütte. Estas cinco firmas, durante aquellos años, llegaron a controlar más del 90% de las mercancías introducidas por el puerto de Islay²². Sin embargo, tal número no se mantuvo constante y al igual que su composición, fue variando a lo largo de los años. Como lo podemos observar en el siguiente cuadro.

AÑO	EUROPEOS	AREQUIPEÑOS	PENINSULARES
1827	7	2	1
1830	8	2	1
1833	7	1	--
1836	7	1	1
1841	8	1	1
1847	5	--	--

Fuentes: Wibel, 1975, 478. El Republicano, Tomo 21, Número 36, 23 mayo 1847.

* Los grandes almaceneros no fueron clasificados de esta forma hasta 1833.

Con la excepción de Tomás Mac Laughlin, quien residió durante muchos años en la ciudad de Tacna, los cuatro restantes se establecieron en Arequipa antes de la caída del gobierno español, previa escala en Lima o Valparaíso, donde con anterioridad habían constituido una dependencia comercial²³, salvo el escocés Juan Jack, que llegó directamente desde el puerto de Liverpool. La primera casa extranjera en Arequipa apareció en octubre de 1821 y fue fundada por el comerciante francés Santiago Le Bris. Curiosamente, aunque las actividades de estas grandes firmas empezaron a registrarse a partir de 1824, ellas se mantuvieron dentro de un nivel de moderación y prudencia frente al desorden especulativo de los años posteriores a la Independencia y será recién a partir de 1828, con la desaparición de los comerciantes aventureros y el restablecimiento de las importaciones, pasada la crisis londinense, que tales actividades se

²² En 1849 la aduana principal de Islay recaudó 163.496 pesos por concepto de derechos de importación y exportación, de los cuales 158.422 pesos provenían de 5 almaceneros; el año 1852, recaudó 238.190 pesos, de ellos, 212.806 aportaron 6 almaceneros (ARAR, Tesorería de Arequipa, Libro Manual 1849 y Libro Mayor 1852).

²³ En 1820 se constituyó la casa Le Bris-Bertheaume en Valparaíso; en 1822 la casa Gibbs, Crawley, Moens y Compañía en Lima y ese mismo año, la casa Schütte Post en Valparaíso.

multiplicaron notablemente en volumen y frecuencia, desplazando con el tiempo a algunos comerciantes locales, sobrevivientes de épocas anteriores, como Ambrosio Ibáñez, Manuel Marcó del Pont y el más notable de todos, Juan Mariano de Goyeneche y Barreda²⁴ (representante de la más acaudalada familia arequipeña, propietaria urbana, terrateniente y principal fuente de crédito local), hasta tomar el control definitivo de las actividades de importación y exportación una década más tarde. El siguiente cuadro elaborado en base a los derechos de importación y exportación pagados por los principales comerciantes establecidos en la ciudad de Arequipa corrobora dichas afirmaciones.

Casa de Comercio	1836	1837	1838	1839	1840
Jack, Hermanos y Compañía.	12.257	33.607	34.467	27.227	53.244
Tayleur, Mac Laughlin y Compañía.	6.836	18.203	17.060	9.444	26.938
Santiago Le Bris/Andres Viollier	7.761	4.844	19.262	14.462	23.800
Gibbs, Crawley y Compañía	5.970	7.943	11.716	10.929	18.704
Juan Moens y Compañía	3.165	10.833	8.817	6.440	18.584
Cristóbal G. Schütte y Compañía	1.000	6.599	11.268	3.179	150
José Marcó del Pont (argentino)	2.503	2.968	6.959	2.843	--
Dickson, Price y Compañía	816	1.167	4.407	5.908	--

Fuente: ARAR. Libros de la Tesorería de Arequipa, 1836, 1837, 1838, 1839 y 1840.

Una particularidad de las mencionadas empresas, que bien puede explicar el éxito alcanzado —exceptuando la Casa Gibbs, manejada por administradores asalariados o socios menores— estuvo, en la conducción directa del negocio por los mismos propietarios; lo que permitió ahorrar varios miles de pesos correspondientes al salario de un administrador y de paso tener un control permanente y cercano del mismo, vale decir, de su personal dependiente, la cantidad y calidad de las mercancías, las ventas, los precios, la demanda, las quejas y hasta el cobro de deudas. Esta ventaja comparativa, posibilitó invertir rápidamente en algún negocio ocasional y lucrativo, como la adquisición de una vivienda, un terreno

²⁴ ARAR, Protocolos Notariales, Nazario de Rivera 825, folios 61-62, 86, 112, 115 y 149. Libro Manual 23, fol. 90, 2 de junio de 1827.

agrícola o alguna valiosa mercancía, a precios rebajados y en las cantidades que fuesen necesarias, sin la obligación de tener que esperar varios meses por la aprobación o rechazo de los socios principales en Lima, Valparaíso o Inglaterra²⁵. Asimismo, la administración directa posibilitó a sus dueños alcanzar algunos compromisos formales con las autoridades de gobierno, locales y nacionales, a fin no solo de favorecerlas con diversos recursos materiales y pecuniarios²⁶, sino también, poder conseguir de ellas jugosos contratos de construcción de necesarias obras públicas, como muelles, cañerías de agua o ferrocarriles, o mejor aún, la obtención de una envidiable consignación para la venta de guano hacia los ricos mercados de Europa y los Estados Unidos (Condori, 2016a).

Como puede imaginarse, tales condiciones permitieron a sus propietarios, además de colocar sus respectivas negociaciones en la cúspide del comercio regional, acumular en pocos años grandes fortunas personales. Una vez convertidos en hombres ricos, regresaron a Europa, donde sus fabulosas ganancias fueron invertidas en acciones de bancos, compañías navieras, ferrocarrileras y bienes raíces, retirándose progresivamente de la vida mercantil²⁷. Antes de ello, dejaron la administración de sus firmas a algún pariente o empleado destacado, pero no completamente, porque continuaron gozando de alguna participación en ellas. Así se explica, por un lado, porqué dichas firmas continuaron expandiéndose a lo largo del siglo y por el otro, los cambios en la razón social

²⁵ ARAR, Protocolos Notariales, Manuel Primo de Luque 725, fol.131. *El Republicano*, Tomo 25, Número 401, 14 junio 1851.

²⁶ En setiembre de 1844 el gobierno del Directorio encabezado por el general Manuel Ignacio Vivanco reconoció diferentes créditos por valor de 67.096 pesos, obtenidos mediante anticipos de dinero a cuenta de derechos de importación y exportación adeudados en la Aduana de Islay, por parte de los siguientes comerciantes, Jack, Hermanos y Compañía por 24.081 pesos; Thomas Mac Laughlin y Compañía, 16.313; Gibbs, Crawley y Compañía, 14.643; Federico Marriot y Compañía, 5.158; Jerónimo Guillermo Harmsen y Compañía, 2.979; Andres Viollier y Compañía, 2.034; Guillermo Turner y Compañía, 643 y Santiago Romero por 311 pesos (*El Republicano*, Tomo 19, Número 11, 2 setiembre 1844).

²⁷ Los casos más emblemáticos al respecto son la de los hermanos Juan y Santiago Jack. Juan, al regresar a Inglaterra en 1836 invirtió su fortuna en acciones de ferrocarril y en 1852 compró la mansión de Dale Park de Arundel en Sussex. Santiago por su parte, invirtió buena parte de su fortuna en bienes raíces y en 1865 adquirió la magnífica finca de Rosehaugh de 6.400 acres al oeste de Avoch, valorada en 145.000 libras esterlinas, revisar Mills (1997).

de estas negociaciones. Por ejemplo, la casa fundada por Santiago Le Bris en 1821, se denominó a partir de 1838, Andrés Viollier y Compañía y desde 1850 en adelante, Luis Braillard y Hermanos, los dos últimos fueron empleados de la casa (Condori, 2013).

3.3 Los medianos comerciantes

Entre los residentes extranjeros en Arequipa dedicados a la actividad comercial, en la primera mitad del siglo XIX, el grupo más abultado lo conformaban aquellos que hemos denominado medianos comerciantes o simplemente *tenderos*, a decir de la documentación de la época; que hacía referencia a aquellos que no siendo almaceneros eran propietarios de una o más tiendas dentro de la ciudad. Acerca de su número, dependiendo de la situación política o económica que se vivía en ese momento, este llegó a fluctuar entre 15 y 25 individuos en promedio, frente a los casi 350 de sus homólogos locales; pero, hacia fines de la década de 1840 esta cantidad se redujo aún más, hasta apenas bordear la decena. Aunque seguían arribando extranjeros, ya no era el “giro comercial” su principal aspiración (Meneses, 2014). Una buena parte de ellos, llegaron por la época de la apertura del comercio colonial a todos los extranjeros, decretada por el virrey Joaquín de la Pezuela y continuarían haciéndolo en las décadas posteriores, pero en diferentes situaciones: como mercaderes independientes, socios menores, administradores o dependientes de alguna firma ya establecida en la ciudad. No obstante, encontrarse en este grupo individuos de distintas nacionalidades hubo un predominio notable de súbditos de la monarquía británica, por lo menos en esta primera mitad de siglo. Entre los más reconocidos de ellos tenemos a Samuel B. Mardon, Juan Moens, Federico Marriot, Guillermo Turner, Guillermo Mathews, Juan Federico Johnson, Juan Ward, Juan Robinson, Diego Gibson, Guillermo Spence, Juan Bautista Jacquet, Juan Bautista Poncignon, Jerónimo Guillermo Harmsen, José Marcó del Pont, entre otros (Witt, 1992).

Pese a su reducido número (5% del total de comerciantes), no se trató de un grupo homogéneo, compacto y mucho menos hermético, en la medida que su posición económica dentro de la región fue variando en distintas direcciones y a lo largo de los años; por ejemplo, algunos de ellos como los ingleses Samuel Mardon, Juan Moens y Federico

Marriot, llegaron a estar ranqueados como almaceneros aunque por poco tiempo y otros, siendo solo empleados de alguna firma se independizaron y posteriormente abrieron sus negociaciones, llegando a convertirse en grandes mayoristas, como el nativo de Hamburgo Jerónimo Guillermo Harmsen, ya en la segunda mitad del siglo XIX²⁸. Pero, también estuvieron aquellos que fracasaron completamente en los negocios y tuvieron que dedicarse a otras actividades como el inglés Juan Ward, agente marítimo en el puerto de Islay durante muchos años o peor aún, declararse en “quiebra legal” o “pobres de solemnidad”, al no tener como hacer frente los procesos judiciales emprendidos en su contra por sus numerosos acreedores, como le ocurrió al francés Juan Bautista Jacquet²⁹.

Los miembros de este grupo tan heterogéneo de medianos comerciantes, actuaban básicamente como intermediarios, apoderados o dependientes, tanto de los grandes almaceneros arequipeños como de reconocidas firmas extranjeras establecidas en Lima, Tacna o Valparaíso; pero a su vez, establecieron fructíferos vínculos crediticios con pequeños tendedores y mercachifles locales, comerciantes itinerantes o residentes en algunos pueblos y ciudades del interior. Asimismo, con el objetivo de mejorar su situación financiera, no en pocas ocasiones buscaron asociarse entre ellos y formar alguna que otra compañía comercial, así surgieron las sociedades denominadas Turner-Stevenson, Turner-Marriot, Ward-Johnson y Gibson-Power³⁰. Lamentablemente, tuvieron corta duración y adversos resultados. Estos emprendimientos poco exitosos en materia comercial, no favorecieron la acumulación de grandes fortunas dentro de este sector y quizá ello explique su situación de medianía permanente y algunas peculiaridades a destacar. Por ejemplo, muchos de ellos terminaron estableciéndose dentro de la región, tomando en matrimonio a señoritas de la élite local, varias de ellas poseedoras de un rico patrimonio familiar y mejores relaciones sociales; así también, buscaron incursionar en otras actividades económicas tradicionales como la agricultura o la minería, asociados muchas veces con sus nuevos pa-

²⁸ Archivo General de la Nación (AGN), Matrícula de Patentes 357, año 1847, fol. 15.

²⁹ ARAR, Corte Superior de Justicia, Causas Civiles 139, 22 diciembre 1840. Asimismo, Causas Civiles 191, 5 mayo 1846.

³⁰ ARAR, Protocolos Notariales, Manuel Primo de Luque 720, 20 noviembre 1823, fol. 1047; 725, 9 julio 1828, fol. 399 y Mariano Polar 793, 19 octubre 1831, fol. 352.

rientes políticos. Esos fueron los casos de Samuel B. Mardon casado con María de la Candelaria García y Ureta, Juan Federico Johnson con Agustina Ureta, Juan Moens con Paula Prado Zavalaga, Federico Marriot con Bernardina Rivero y Besoain, Juan Robinson con Rosalía Velarde y Diego Gibson con Juana Estremadoyro y Vásquez (Witt, 1992).

4. Actividades económicas

Durante primera mitad del siglo XIX en materia económica, el Perú atravesó por una profunda crisis motivada entre otras razones por, la ruina de las principales actividades de raigambre colonial, la ausencia de créditos e inversiones extranjeras y la permanente angustia fiscal de los primeros gobiernos de turno. En ese contexto tan enrevesado, la economía regional será el escenario de la eclosión de numerosas compañías particulares y proyectos de desarrollo estatal³¹, cuyo éxito o fracaso dependerán indistintamente de la coyuntura económica internacional, la situación política imperante en la región, la capacidad de negociación de las empresas e incluso, algunas peculiaridades propias de la personalidad de los empresarios, vale decir, si eran moderadamente cautelosos o arriesgados hasta la temeridad.

En relación al comercio, además de las actividades inherentes a esta ocupación como la importación y distribución de efectos europeos y la exportación de materias primas y metales preciosos, los comerciantes extranjeros, se involucraron en numerosos quehaceres, algunos vinculados y otros completamente ajenos a su profesión, como la compra o arrendamiento de haciendas, para utilizarlas en la producción de cultivos industriales (algodón y vid) o de pan llevar (trigo y maíz); la compra y venta de propiedades urbanas y rurales; la obtención de pequeñas embarcaciones a fin de emplearlas en el transporte de mercancías o fertilizantes hacia los puertos y valles de la costa; la adquisición de escombros mineros para su exportación a Europa; la habilitación minera a empresarios del ramo con insumos o herramientas y además de todo lo mencionado, el expendio de pasajes marítimos, en representación de algunas

³¹ Sobre las empresas económicas en Arequipa durante estos años, revisar Condori (2014).

embarcaciones surtas en el puerto de Islay (Condori, 2013; 2016a). Por otra parte, trataron de evitar de cualquier forma el desvío de capitales propios hacia la explotación directa de algún yacimiento minero, de manera individual o colectiva; pero sobre todas las cosas, buscaron eludir los siempre riesgosos préstamos usurarios a vecinos de la ciudad³².

4.1 Las importaciones

Desde fines del siglo XVIII, con la apertura del puerto de Arica al comercio libre y el establecimiento de una factoría de los Cinco Gremios en la ciudad, la sociedad arequipeña empezó a revelarse como una gran consumidora de efectos importados, debido no solo al gusto que experimentaban por todo lo foráneo, sino también, a la ausencia de una verdadera industria doméstica y al comportamiento pseudo-aristocrático de buena parte de su población³³. Posteriormente, durante los primeros años de vida independiente y como consecuencia de la expansión industrial europea, la frecuente necesidad de ingresos en las autoridades locales, los bajos precios alcanzados por tales mercancías y el deseo de incrementar sus ganancias en muchos negociantes, esta situación terminó sobrepasando todos los límites imaginados y los mercados de la región se vieron inundados por una gran cantidad, variedad y calidad de mercancías como, tejidos y prendas de vestir, bisutería en general, licores finos, especias, alimentos en conserva, útiles de escritorio, libros, muebles, vajilla, azogue, varillas de hierro, herramientas de trabajo y hasta, armas, por un valor superior a 500.000 pesos anuales. Claro está, hubo una cierta preponderancia de los tejidos que en promedio representaban más del 90% de dichas importaciones (Bonilla, 1980). La mayor parte de estos cargamentos provenían de Europa y llegaron consignados directamente desde algunas ciudades del Viejo

³² Aunque algunos comerciantes extranjeros en años posteriores a la Independencia participaron de inciertos proyectos agrícolas o mineros, muy pocos destinaban sus ganancias a los préstamos usurarios. Contrariamente, cada año exportaban a Europa cientos de marcos de plata piña, chafalonía, onzas de oro y miles de pesos fuertes; posiblemente destinados a especulaciones mercantiles o financieras.

³³ La composición socioeconómica de la ciudad a fines del siglo XVIII, la obtenemos de numerosos documentos notariales, administrativos y judiciales encontrados en el Archivo Regional de Arequipa (ARAR) y diversos trabajos como: Wibel (1975), Chambers (2003), Brown (2008) y Condori (2017).

Mundo donde los grandes almaceneros de Arequipa tenían una oficina principal, algún representante comercial o varios proveedores. Ese fue el caso por ejemplo de Gibbs y Compañía (Londres), Jack Hermanos (Liverpool), Le Bris/Viollier (Burdeos) y C. W. Schütte (Hamburgo). Asimismo, otros volúmenes significativos de efectos eran comisionados frecuentemente desde Lima, Valparaíso e incluso Tacna, donde se encontraban asentadas importantes comunidades de comerciantes extranjeros y algunas negociaciones como, Tomás Mac Laughlin, Dickson Price e incluso la propia Casa Gibbs.

Pero, más allá del origen de las mercancías o el punto desde donde las enviaban, lo verdaderamente cierto era que todos los cargamentos al menos oficialmente, debían ingresar por Islay; el principal puerto de Arequipa, inaugurado en agosto de 1827 en reemplazo del incómodo y poco adecuado puerto de Quilca. Aunque el puerto de Arica contaba con mejores condiciones naturales y hasta un muelle de desembarco, los comerciantes arequipeños se inclinaron por Islay, fundamentalmente, por su cercanía a la ciudad (120km). Precisamente a partir de 1830, se estableció en este puerto la Aduana principal y sus almacenes, la fuerza de resguardo y el imponente edificio del cónsul de Gran Bretaña, cargo que recayó desde 1824 en Udny Passmore y a partir de 1837, en el comerciante Tomás Crompton³⁴. El incremento de las actividades portuarias de Isla y se reflejó no solo en el número de barcos anclados en su rada sino también en el crecimiento de la población, que para mediados del siglo XIX llegó a tener cerca de 1500 habitantes, entre nacionales y extranjeros. Este último grupo, lo conformaban residentes pobres, empleados ocasionales, pequeños comerciantes y agentes marítimos, vale decir, representantes de las principales casas arequipeñas; quienes se encargaban de pagar impuestos, recibir mercaderías y enviar la carga al extranjero, percibiendo a cambio una pequeña comisión, para lo cual debían de poseer vivienda y almacenes propios. Eran los vecinos más ricos y destacados del pueblo de Santa Rosa de Islay, como los ingleses Diego Bowman, Juan Ward y Patricio Gibson (Condori, 2019).

El comercio de importaciones que alcanzó su momento culmen a mediados de la década de 1840 con la concentración de esta actividad en manos de las grandes casas mayoristas, tuvo un fuerte impacto en los

³⁴ *El Republicano*, Tomo 5, Número 5, 16 enero 1830.

ingresos de la Tesorería de Arequipa, en un periodo en que las rentas generales del departamento habían descendido considerablemente (400.000 pesos) en comparación a los últimos años del periodo colonial (1.000.000 pesos)³⁵. Los aportes anuales proporcionados por la aduana principal de Islay por este concepto, en promedio bordeaban los 200.000 pesos anuales, casi el 50% de las rentas totales. Este impuesto cobrado a las importaciones fue mantenido por las autoridades nacionales entre el 25 y 50% sobre el valor de las mercancías. Pero, podían crecer aún más, si a este monto le sumáramos las cantidades obtenidas en razón de todas las exportaciones, los préstamos o adelantos que con frecuencia entregaban los extranjeros, a fin de aliviar las urgentes necesidades del gobierno. Entonces, tendríamos una cifra mucho más elevada todavía. Ahora, dependiendo de la coyuntura política, la situación productiva de actividades como la minería o la elaboración de aguardientes e incluso, el estado de las otras rentas departamentales, tales ingresos derivados del comercio podrían transformarse en un verdadero salvavidas para las autoridades políticas y militares locales; como ocurrió en 1847, cuando los aportes de los comerciantes extranjeros, en impuestos y préstamos, representaron nada menos que el 61% de todo lo recaudado ese año por la hacienda local³⁶.

En medio de esta situación de carencias y necesidades permanentes, las autoridades locales y nacionales no parecían tener más opción que dejar de lado, al menos circunstancialmente, sus posiciones políticas, sentimientos nacionalistas o intereses proteccionistas, si verdaderamente existieron, para favorecer la apertura económica, concediendo algunas ventajas comerciales, privilegios fiscales, además de cierta tolerancia religiosa, para aquellos hombres de negocios provenientes de ultramar; porque al final de cuentas, de esta actividad dependían mayormente los ingresos hacendísticos y buena parte de socorros solicitados de manera urgente, para aliviar necesidades tan apremiantes como el pago de salarios desoldados y oficiales, la compra de uniformes y armas, la reconstrucción

³⁵ ARAR, Libro Mayor de la Real Caja de Arequipa, 1824.

³⁶ Ese año, los ingresos del tesoro alcanzaron un poco más de 466.000 pesos, los ingresos de aduanas, 190.000 y los empréstitos de los comerciantes, cerca de 77.000 pesos. Ver Meneses (2014).

de infraestructura pública o el traslado perentorio del ejército hacia una nueva zona de conflicto³⁷.

4.2 La comercialización

La llegada de comerciantes extranjeros acarreado grandes volúmenes de mercancías a la región no significó en teoría la creación de un nuevo espacio económico o la aparición de un gran mercado, sencillamente fue el restablecimiento con modernos integrantes de una parte del viejo circuito comercial que funcionó desde fines del siglo XVI y había logrado integrar una parte del Perú con los mercados mineros de la audiencia de Charcas³⁸. Este circuito había quedado desarticulado y fragmentado, a raíz de la crisis política y económica surgida en América del Sur la segunda década del siglo XIX. En consecuencia, pasada la crisis de la independencia, la audiencia de Charcas se convirtió en un estado independiente, Bolivia y la apertura comercial en el sur del Perú, favoreció la creación de nuevas comunidades compuestas por mercaderes europeos, no solo en Arequipa sino también, en Tacna y Arica. Estos últimos, en poco tiempo comenzaron a competir con sus homólogos arequipeños por el control de los mercados bolivianos, aunque de manera más ventajosa, por la menor distancia que los separaba (Rosenblitt, 2011). Todo ello provocó que, frente a la fragmentación del mercado colonial, los comerciantes extranjeros asentados en la Ciudad Blanca buscaran reorganizar y controlar el espacio económico que tenían bajo su influencia y a través de una sólida red de conexiones mercantiles, poder aprovecharlo de manera más eficiente y en su propio beneficio. Precisamente, la apertura del puerto de Quilca y posteriormente de Islay les proporcionó una gran ventaja frente a las comunidades de Tacna o Lima, en relación a la distancia que los separaba de las provincias del interior y los importantes mercados de Puno, Cusco, Apurímac y Ayacucho, que en la práctica equivalía amenos costos por concepto de transporte de mercancías³⁹.

³⁷ En 1839, los comerciantes extranjeros prestaron al gobierno local cerca de 60.000 pesos para atender las urgencias (*El Republicano*, Tomo 15, Número 71, 23 setiembre 1839).

³⁸ Sobre la conformación del circuito comercial en el siglo XVIII, revisar Galindo (1977).

³⁹ Estos datos han sido tomados de “Razón circunstanciada que Don Matheo Cossío

Este renovado circuito comercial que partía del puerto de Islay, tenía su epicentro en la ciudad de Arequipa, donde se hallaban instalados los grandes almacenes extranjeros y se extendía de manera concéntrica, hacia las regiones aledañas, comprometiendo a su paso solo a los ya citados mayoristas, sino también a medianos comerciantes, tenderos, comerciantes itinerantes, representantes provincianos, arrieros y hasta comerciantes al menudeo o mercachifles. Debido a un decreto gubernamental, los extranjeros estuvieron imposibilitados, bajo pena de multa, expender sus productos al menudeo dentro de la ciudad y en las provincias del interior; con ello, las autoridades nacionales buscaron proteger las actividades de los “naturales y ciudadanos del Perú” no tan competitivos; sin embargo, muchos extranjeros recurrieron a distintas estrategias para incumplirlo, por ejemplo, a través de la contratación de dependientes nacionales⁴⁰.

En general, las ventas en los almacenes y tiendas mayoristas se realizaban al crédito, cobrando un interés de $\frac{1}{2}$ % al mes y por plazos comprendidos entre dos y cuatro meses en promedio, previa garantía de un aval, una propiedad o las correspondientes mercancías adquiridas. Con respecto a las cantidades entregadas— ya habían quedado atrás los alocados años en que se entregaban mercancías bajo la única condición de “ser originario del país”—estas dependían de la categoría del vendedor, la capacidad de pago del comprador, las condiciones del mercado e incluso del lugar de residencia de los solicitantes; vale decir, los comerciantes de la ciudad recibían casi siempre mayores montos que aquellos vecindados fuera de ella. Una de las razones pudo haber estado relacionada con la facilidad y cercanía para realizar los cobros o la rapidez a la hora de solicitar la intervención de las autoridades judiciales y de comercio, en caso de presentarse moras, quiebra o iliquidez de los antes mencionados⁴¹.

diputado del comercio de Arequipa produce al Real Tribunal del Consulado de Lima con relación a los ramos de Industria de aquella provincia” (Cossío, [1804] 1964).

⁴⁰ En 1829 el diputado de Arequipa Pedro José Gamio, un ex comerciante, solicitó al Ministro de Hacienda “que los almacenes de los extranjeros se situasen en los puertos y no en el interior, y que las consignaciones se dirijan a los comerciantes del país” (Meneses, 2014, p. 89-90).

⁴¹ ARAR, Protocolos Notariales. Juan José Salazar 846, 14 de enero de 1853, fol. 185.

Al interior de la ciudad de Arequipa, progresivamente se fue advirtiendo durante estos años una serie de cambios de carácter económico y social generados por el aumento de las importaciones, el abaratamiento de productos textiles y la expansión del consumo en los grupos menos favorecidos. Entre los más importantes, tenemos la formación de numerosas compañías o sociedades mercantiles, la multiplicación de pequeñas tiendas y de comerciantes al menudeo⁴² y lo más deplorable, el incremento de la criminalidad relacionada con robos a establecimientos de comercio, ya no solo a pequeños negocios como era común en el periodo colonial (Condori, 2017), sino también a almacenes de grandes mayoristas, como Le Bris, Schütte y Samuel Went, y lo que resulta más sorprendente, en los propios almacenes de la aduana de Arequipa⁴³. Como corolario de todo ello, se desencadenó una feroz competencia entre comerciantes menores con el objetivo de alcanzar una mayor participación en el mercado local, empujándolos a endeudamientos excesivos, que terminaron en muchas ocasiones con la suspensión de los pagos a sus proveedores o incluso en algo peor, la quiebra de los respectivos negocios. Este fenómeno crítico lamentablemente se incrementó a fines de la década de 1840, provocando grandes inconvenientes para los comerciantes mayoristas, sobre todo al intentar cobrarlas enormes deudas contraídas⁴⁴.

El hacer efectivas las deudas, impagas o retrasadas, durante estos años, fue siempre una tarea complicada para los acreedores, debido a factores como la inestabilidad política, los cambios permanentes de autoridades, la fuga o muerte de los deudores y hasta la poco desarrollada cultura de pago de ciertos individuos. Si a todo ello le sumamos, los estrechos márgenes de ventas, ganancias e inversiones de algunos acreedores, el resultado será indefectiblemente la multiplicación de demandas ante las autoridades judiciales, en una época donde aún estaba pendiente la redacción de una legislación actualizada que normara sobre estos casos y en su ausencia, permanentemente se apelaba a los reglamentos colo-

⁴² En los años posteriores a la promulgación del reglamento de Comercio Libre, el número de tiendas y comerciantes minoristas experimentó un notable crecimiento, pasando de 112 locales en 1785 a cerca de 400 a fines de ese mismo siglo. Ver Wibel (1975) y Condori (2014).

⁴³ ARAR, Prefectura 1, 11 de julio de 1825.

⁴⁴ ARAR, Corte Superior, Causas Civiles 179, 4 de marzo de 1845, folios 24, 27 y 57.

niales, como la Novísima Recopilación de Leyes (1805) o las Ordenanzas de Bilbao (1737). Las cosas se complicaban aún más si el deudor residía en una provincia alejada, donde era muy difícil solicitar la intervención de las autoridades políticas o militares. Frente a esta realidad poco esperanzadora, algunos comerciantes extranjeros con mayores volúmenes de mercancías y créditos buscaron solucionar el problema directamente mediante diversos procedimientos. En primer término, se buscó permanentemente la conciliación o arreglo amistoso con los deudores, refinanciando la deuda, condonando los intereses, otorgando nuevos plazos de pago e, incluso, proporcionando pequeñas cantidades de mercancías a crédito a fin de que no se paralicen sus actividades y continúen con los pagos. El objetivo de todo ello buscaba evitar los procesos judiciales, que no solo eran largos y costosos, sino que, algunas veces terminaban beneficiando al deudor (Haigh, 1967; Bonilla, 1975). Otra práctica recurrente de cobro buscó la cancelación de los créditos atrasados a través de la entrega de pequeñas cantidades en dinero de forma semanal o mensual hasta su extinción definitiva, lo cual permitía asegurar la devolución por lo menos de una parte del monto principal. Ahora, cuando el insolvente o moroso residía en una provincia alejada, se otorgaban poderes a conocidos viajeros o comerciantes instalados en aquella región. En ciertas ocasiones, cuando algún comerciante tenía deudas no con uno sino con varios proveedores o almaceneros de la ciudad, los acreedores unían sus esfuerzos con el único objetivo de lograr la recuperación de sus préstamos, entregando poderes generales a un representante en común⁴⁵.

El uso de la justicia, encabezada por el juez de comercio, casi siempre se realizaba en última instancia y por lo general, terminaba con el embargo de alguna propiedad, sea esta un cuarto, una casa, chacra, hacienda o las mismas mercancías entregadas; en caso de tratarse de una propiedad inmueble, esta se tasaba y luego vendía al mejor postor (casi siempre otro comerciante) y el monto de lo obtenido, se repartía equitativamente, en base a los créditos proporcionados. A lo largo de este periodo, no se encontraron muchos casos de venta o compra de deudas

⁴⁵ ARAR, Protocolos Notariales, Mariano Prieto 800, 5 de marzo, fol. 31; Juan José Salazar 846, 14 de enero de 1853, fol. 185 y Mariano Prieto 800, 11 de setiembre de 1846, fol. 15.

impagas, de parte de un comerciante o casa comercial, a diferencia de otras regiones, como por ejemplo Tacna, donde destacó la casa inglesa Hainsworth (Rosenblitt, 2017).

4.3 Las exportaciones

A diferencia de las importaciones, abundantes y variadas, los productos extraídos desde el Perú por los comerciantes extranjeros en la primera mitad del siglo XIX fueron bastante limitados, generando un problema de costos y retornos para los armadores extranjeros y de desabastecimiento de metálico para la economía regional. Según su naturaleza, tales productos pueden ser divididos en dos rubros: metales preciosos y materias primas. El primero de ellos, vale decir la extracción de metales preciosos, en forma de plata piña y chafalonía, oro en polvo, pasta y en moneda corriente, representó para muchos comerciantes un complemento a sus actividades de importación y comercialización de efectos y por el volumen que estas exportaciones alcanzaron en algún momento, se puede entender que las actividades de muchos de ellos fueron altamente lucrativas, como no se tiene conocimiento en épocas anteriores⁴⁶. Valdría la pena contextualizar ese éxito, para tener una idea cabal de la dimensión de sus negocios.

Desde el siglo XVI, las principales fuentes de metales preciosos y por tanto de capital circulante, habían sido las minas del Perú y de la audiencia de Charcas, la actual república de Bolivia. Con la Independencia, muchas de estas minas arruinadas por el conflicto fueron abandonadas y otras, debido a diversos factores redujeron enormemente su ya exigua producción. Aunque, a inicios de la república se conformaron numerosas compañías mineras con capitales extranjeros a fin de reactivarlas, la mayor parte de estos proyectos terminaron en rotundos fracasos (Condori, 2014). En relación al departamento de Arequipa, la producción de

⁴⁶ A principios de 1825 el H.B.M. Mersey trasladó cerca de 331.000 pesos de plata acuñada, pertenecientes a las principales casas y comerciantes extranjeros vecindados en la ciudad de Arequipa como Dickson Price (108.000 pesos), Wyllie Miller (50.000 pesos), Gibbs Crawley (60.000 pesos), Guillermo Hodgson (40.000 pesos), Ibáñez y Marcó del Pont (20.000 pesos), entre otros; pagando 1 ½ peso por cada mil, por llevar el dinero, contarlo y guardarlo “además de 2 pesos por cada juego de conocimientos de embarque”. (Witt, 1992, p. 84)

plata entró en una escala depresiva a partir de 1820 y de ella solo escaparía a fines del siglo XIX (Condori, 2016b); en ese sentido, el aporte de la minería argentífera a la economía regional no fue capaz de satisfacer las necesidades del mercado local y menos aún, las demandas del comercio de importaciones, obligando a negociantes nacionales y extranjeros a la permanente búsqueda de nuevas fuentes de aprovisionamiento de metales preciosos en las ciudades, pueblos y centros mineros de provincias y fuera del departamento.

Un ejemplo del éxito podemos observarlo en aquella firma comercial propiedad de los hermanos Juan, Santiago y Carlos Jack, naturales de la ciudad de Elgin en Escocia, quienes en 1824 abrieron su primera dependencia en Arequipa. Esta firma, conocida como Jack Hermanos y Compañía (Jack Brothers & Co.), logró consolidarse como una de las grandes empresas extranjeras durante la primera mitad del siglo XIX, incluso por encima de negociaciones como la casa Gibbs, Mac Laughlin, Viollier y Schütte. No era para menos, entre 1846 y 1851, extrajeron por el puerto de Islay con destino a Liverpool, donde tenían una oficina principal, 11.198 onzas de oro y 44.545 marcos de plata piña, por un valor superior a 500.000 pesos. Esta cifra resulta bastante considerable, si la comparamos con la producción total de plata del departamento entre 1830 y 1835 que fue 58.680 marcos y sorprende aún más, tratándose de una sola casa comercial (Condori, 2018). De otro lado, si observamos las cifras de extracción de metales preciosos en forma conjunta, es decir, incluyendo a los principales comerciantes de la ciudad y tomando como base un solo año, estas parecen incluso más impresionantes. Por ejemplo, el año 1846 cuando se extrajeron por el puerto de Islay 22.079 marcos de plata piña, 3.301 marcos de plata chafalonía, 7.473 onzas de oro en pasta y polvo, 1.530 onzas de oro selladas y 133.446 pesos en plata amonedada⁴⁷.

Precisamente, aquí tenemos la cara menos agraciada del comercio extranjero y no solo en Arequipa: la fuga de capitales y las pocas inversiones directas en la economía regional durante estos críticos años. A la larga, tal situación se convirtió, en un motivo de queja permanente para los comerciantes y hacendados locales ante las autoridades regionales y nacionales; además de ser, una de las causas de la animosidad existente

⁴⁷ *El Republicano*, Tomo 20, enero-diciembre de 1846.

contra los extranjeros y el origen de continuos pedidos para su expulsión definitiva del país. No era para menos, en 1841 Santiago Jack, en sociedad con el comerciante inglés Samuel Went, solicitó una licencia al prefecto del departamento para extraer nada menos que 40.000 marcos de plata piña por el puerto de Islay, mediante la entrega de 10.000 pesos como adelanto por los derechos de exportación, licencia que fue aprobada poco después por el mismísimo presidente Agustín Gamarra⁴⁸. Al respecto, el viajero francés Eugenio de Sartiges, no obstante, haber permanecido poco tiempo en el Perú, pudo advertir muy bien la naturaleza de este problema:

Los americanos españoles tienen pocos productos indígenas que dar a cambio de las mercaderías de Europa y se ven forzados a pagarlas en dinero. Ese dinero una vez que está en la caja del negociante extranjero, infaliblemente se traslada a Europa. Por eso muchas veces se han presentado peticiones a las cámaras peruanas, tendientes a expulsar del país a los comerciantes extranjeros a fin de impedir esa exportación de divisas monetarias y el mismo pedido se renueva en cada conmoción política. (Sartiges, 1973, p. 156)

Afortunadamente, dicha situación habría de cambiar algunas décadas después de la visita de Sartiges, por iniciativa de los propios comerciantes extranjeros, quienes comenzaron a inclinarse en torno a algunos productos nativos de alta demanda en el mercado europeo, como cascarilla, lana de ovejas y fibra de camélidos. Aunque tales mercancías ya eran exportadas a Europa desde fines del siglo XVIII, su crecimiento y expansión se produjo recién en el siglo XIX, aunque no de manera simultánea. El primer turno le correspondió a la cascarilla o corteza de la quina, posteriormente, a la lana de ovejas y a partir de 1840, se inició el boom de la fibra de camélidos, especialmente de alpaca, caracterizada por su gran fineza y resistencia. Ese año, las exportaciones de fibra de alpaca hacia el mercado industrial inglés fueron de 7940 libras y diez años después, alcanzaron la astronómica cifra de 1.638.140 libras (Bonilla, 1977). En este nuevo negocio participaron activamente las grandes casas mayoristas, sus dependientes y representantes en los pueblos del interior. Su consolidación se logró definitivamente en la segunda mitad

⁴⁸ ARAR, Protocolos Notariales, José María Pastor 763, 4 de agosto de 1841, fol. 240.

del siglo, con el surgimiento de nuevas casas comerciales como Forga, Stafford, Braillard y Ricketts.

En definitiva, la crisis económica de la post independencia llegó a su fin a mediados del siglo XIX, gracias a la fibra de camélidos, convertida en el principal producto de exportación y riqueza de la región, por lo menos hasta las primeras décadas del siglo siguiente. Durante esos postreros años, Arequipa vivió una etapa de prosperidad y bienestar que no se observaba desde fines del periodo colonial y consolidó a la ciudad del Misti, como el mayor centro político, comercial y financiero del sur del Perú, sobre todo a partir de la década de 1870, gracias a la construcción del Ferrocarril de Arequipa, que vinculó la capital del departamento con los prósperos centros de producción lanera y minera localizados en las zonas altas de Arequipa, Puno y Cusco.

Consideraciones finales

Finalmente, en esta última parte reflexionaremos acerca de las relaciones entre los comerciantes extranjeros y la sociedad local, así como sus aportes a la vida política, social y cultural de la ciudad. Acerca del primer tema, el profesor D. C. M. Platt (1973, p. 40) afirmaba en su reconocido estudio que, “los hombres de negocios británicos rara vez echaron raíces en las repúblicas”. Frente a ello, nosotros debemos decir que no siempre ocurrió de ese modo. Muchos comerciantes británicos no solo se casaron con mujeres de la localidad, sino que echaron raíces tan profundas que perduran hasta nuestros días y ese fue el caso de familias como Ricketts, Roberts, Gibson y Mitchell. La afirmación del profesor Platt, podría ser válida sólo para algunos de los grandes almaceneros de la ciudad y no solo británicos, como los hermanos Juan y Santiago Jack, Daniel Schütte, Santiago Le Bris y Andrés Viollier, quienes luego de alcanzar el éxito en los negocios, se retiraron a sus países o ciudades de origen y una vez allí, contrajeron matrimonio.

Un caso intermedio entre ellos, sería el de Cristóbal Guillermo Schütte, natural de Bremen, quien se casó en Arequipa en 1835 con Rosa Diez de la Torre, pero terminó residiendo en Paris a fines del siglo XIX, luego de haber acumulado una fortuna en el negocio del guano y después de casi medio siglo de residencia en el Perú. Todo ello, nos

lleva a pensar que, la elección de la residencia estuvo determinada entre otras razones por las posibilidades de enriquecimiento, en la medida que la mayoría de los que lo consiguieron terminaron sus días en el extranjero, en comparación a los medianos y pequeños comerciantes. En ese sentido, el aporte de estos grandes empresarios de la primera mitad del siglo XIX, a la cultura, la educación y la vida urbana de la ciudad fue insignificante, debido precisamente a los objetivos que perseguían.

Contrariamente, fueron los descendientes de los medianos comerciantes arraigados en suelo arequipeño, como Enrique W. Gibson, Federico Marriot Rivero, Eduardo de Poncignon y otros más, quienes terminaron integrándose dentro de la sociedad local, participando de forma comprometida en actividades políticas, culturales, institucionales y de fomento. No solo a través de su labor de comerciantes o autoridades municipales, sino particularmente, como promotores y protagonistas activos en la fundación de las primeras instituciones de carácter socio-cultural, financiera y empresarial de la región, como el Club Arequipa (1871), el Banco de Arequipa (1871-1882) y la Cámara de Comercio e Industria de Arequipa (1887).

Referencias

- ANNA, Timothy. *La caída del gobierno virreinal en el Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2003.
- BONFIGLIO, Giovanni (Org.). *La presencia europea en el Perú*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2001.
- BONILLA, Heraclio (Org.). *Gran Bretaña y el Perú 1826-1919: informes de los cónsules británicos*, v. 1. Lima: Instituto de Estudios Peruanos – Fondo del Libro del Banco Industrial del Perú, 1975.
- BONILLA, Heraclio. *Gran Bretaña y el Perú: los mecanismos de un control económico*, v. 5. Lima: Instituto de Estudios Peruanos – Fondo del Libro del Banco Industrial del Perú, 1977.
- BONILLA, Heraclio. *Un siglo a la deriva. Ensayos sobre el Perú, Bolivia y la Guerra*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980.
- BOYD-BOWMAN, Peter. Patterns of Spanish emigration to the New World (1493-1580). *Special Studies*, Nueva York, n. 34, p. 1-101, 1973.
- BROWN, Kendall. *Borbones y aguardiente: la reforma imperial en el sur andino*. Arequipa en vísperas de la Independencia. Lima: Instituto de Estudios Peruanos– Banco Central de Reserva del Perú, 2008.

- BULLER, Carlos. *Vinos, aguardiente y mercado: auge y declive de la economía del vino en los valles de Arequipa (1770-1853)*. Lima: Quellca, 2011.
- CHAMBERS, Sarah C. *De súbditos a ciudadanos: honor, género y política en Arequipa 1780-1854*. Lima: Red para el Desarrollo de la Ciencias Sociales en el Perú, 2003.
- CONDORI, Víctor. Arequipa y la Independencia, 1821-1824. *Revista Illapa*, n. 4, p. 57-74, Lima, 2009.
- CONDORI, Víctor. Los efectos económicos de la Independencia en Arequipa: 1820-1824. In: CONTRERAS, Carlos; MAZZEO, Cristina; QUIROZ, Francisco (Org.). *Guerra, finanzas y regiones en la historia económica del Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos-Banco Central de Reserva del Perú, p. 173-218, 2010.
- CONDORI, Víctor. Guerra y economía en Arequipa: las actividades del español Lucas de la Cotera en una coyuntura de crisis, 1821-1824. *Revista de Indias*, Madrid, v. 71, n. 253, p. 827-858, 2011.
- CONDORI, Víctor. El francés Santiago Le Bris y la primera casa comercial extranjera en Arequipa, 1821-1850. *Bulletin de l'Institut Français d'Études Andines*, v. 42, n. 2, p. 261-283, Lima, 2013.
- CONDORI, Víctor. Economía y empresa en Arequipa a inicios de la República, 1825-1850. *Economía*, v. 37, n. 74, p. 163-212, Lima, 2014.
- CONDORI, Víctor. Entre la crisis económica y la migración alemana. Las actividades del comerciante Cristóbal Guillermo Schutte en Arequipa, 1827-1850. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, Colonia, n. 53, p. 143-184, 2016a.
- CONDORI, Víctor. Minería y empresa en Arequipa: las minas de Caylloma durante el siglo XIX. *Revista de Investigación*, Arequipa, v. 7, p. 31-50, 2016b.
- CONDORI, Víctor. *Robos, hurtos y asesinatos en Arequipa a fines de la Colonia, 1780-1824*. Arequipa: Universidad Católica San Pablo, 2017 (Tesis de Maestría en Historia).
- CONDORI, Víctor. Poder británico y mercado en Arequipa. La casa Jack Hermanos y Compañía, 1824-1853. *Historia*, Santiago de Chile, v. 51, n. 2, p. 87-116, 2018.
- CONDORI, Víctor. *Entre el comercio internacional y la economía local: el puerto mayor de Islay, 1827-1876*. 2019. Inédito.
- COSSÍO, Matheo. Razón circunstanciada que Don Matheo Cossío diputado del comercio de Arequipa produce al Real Tribunal del Consulado de Lima con relación a los ramos de Industria de aquella provincia. *Revista del Archivo Nacional*, Lima, n. 28, p. 219-233, 1964.
- DONGHI, Tulio Halperín. *Hispanoamérica después de la independencia: consecuencias sociales y económicas de la emancipación*. Buenos Aires: Paidós, 1972.
- FISHER, John. *Minas y mineros del Perú colonial 1776-1824*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1977.
- GALINDO, Alberto Flores. *Arequipa y el sur Andino: siglos XVIII-XX*. Lima: Editorial Horizonte, 1977.
- HAIGH, Samuel. Bosquejos del Perú (1825-1827). In: TAURO, Alberto (Org.). *Viajeros en el Perú republicano*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, p. 13-43, 1967.

- HUMPHREYS, Robert (Org.). *British Consular Reports on the trade and politics of Latin America, 1824-1826*. London: Offices of the Royal Historical Society, 1940.
- HUMPHREYS, Robert. British merchants and south American independence. *Proceedings of the British Academy*, Oxford, n. 51, p. 151-174, 1965.
- MARICHAL, Carlos. *Historia de la deuda externa en América Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.
- MAZZEO, Cristina (Org.). *Los comerciantes limeños a fines del siglo XVIII: capacidad y cohesión de una elite 1750-1825*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2000.
- MENESES, Betford Betalleuz. *Población y fiscalidad en Arequipa a inicios de la República*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 2014 (Tesis de Maestría en Historia).
- MILLER, John. *Memorias del General Guillermo Miller*, tomos I-II. Lima: Editorial Arica, 1975.
- MILLS, John. *Rosehaugh: a house of its time*. Inverness-Scotland: Avoch Heritage Association Rosehaugh, 1997.
- PAZ-SOLDÁN, Eusebio Quiroz. *Aspectos económicos de la independencia de Arequipa 1790-1830*. 1976. Arequipa: Universidad Nacional de San Agustín, Arequipa, 1976 (Tesis de Doctorado en Historia).
- PLATT, D. C. M. *Latin America and British Trade, 1806-1914*. The Merchant Adventurers. Nueva York: Barnes & Noble, 1973.
- ROSENBLITT, Jaime. *Centralidad geográfica, marginalidad política: la región Tacna-Arica y su comercio, 1778-1841*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2011 (Tesis de Doctorado en Historia).
- ROSENBLITT, Jaime. Los negocios de la casa Hainsworth y Compañía en Tacna y Arica, 1841-1868. Una mirada al comercio regional. *América Latina en la Historia Económica*, México, v. 24, n. 3, p. 41-70, 2017.
- SARTIGES, Eugenio de. Visita de Arequipa, 1834. In: NUÑEZ, Estuardo (Org.). *El Perú visto por viajeros*, tomo 1. Lima: Ediciones PEISA, p.155-172, 1973.
- TRISTÁN, Flora. *Peregrinaciones de una Paria*, v. 1. Arequipa: Editorial UNSA, 1997.
- VILLA ESTEVES, Deolinda. La elite comercial limeña entre el comercio libre y la Guerra de la Independencia: el caso de Antonio de Elizalde. In: MAZZEO, Cristina (Org.) *Los comerciantes limeños a fines del siglo XVIII: capacidad y cohesión de una elite, 1750-1825*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, p. 133-173, 2000.
- WIBEL, John. *The evolution of a regional community within empire Spanish and Peruvian nation: Arequipa 1780-1845*. Palo Alto: Stanford University, 1975 (Tesis de Doctorado en Historia).
- WITT, Heinrich. *Diario 1824-1890*. Un testimonio personal sobre el Perú del siglo XIX. Tomos 1-2. Lima: Banco Mercantil, 1992.

empresários alemães no sul do brasil: a trajetória da *kolonisations-verein von 1849 in hamburg* (1846-1855)*

german businessman in the south of brazil: the history of the *kolonisations-verein von 1849 in hamburg* (1846-1855)

Luiz Mateus da Silva Ferreira**

Departamento de Economia, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* no período de 1846 a 1855. A análise demonstra que foram as expectativas em relação ao comércio entre Brasil e Hamburgo e ao crescente negócio do transporte de emigrantes que motivaram um grupo composto por grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos de Hamburgo a se reunir em 1846 para organizar e dirigir a emigração alemã para o sul do Brasil. Para tanto, foi constituída a *Kolonisations-Verein von 1849*, uma das maiores firmas estrangeiras de colonização a atuar no Brasil no século XIX. Em 1851, essa empresa estabeleceu, na província de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do país. As evidências apresentadas neste estudo demonstram que, apesar de ser uma empresa privada, com interesses comerciais específicos, a *Kolonisations-Verein von 1849* naufragaria poucos anos depois da sua fundação não fosse o auxílio financeiro do governo brasileiro.

Palavras-chave: *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg*. Colonização alemã. Santa Catarina. Brasil. Colônia Dona Francisca. Século XIX.

ABSTRACT

This article analyzes the history of the *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* in the period from 1846 to 1855. The analysis has shown that it was the expectations of trade between Brazil and Hamburg and the growing business of emigrant transportation that motivated a group of large merchants, shipowners, bankers and politicians from Hamburg to meet in 1846 in order to organize and conduct German emigration to south of Brazil. For that purpose was created the *Kolonisations-Verein von 1849*, one of the largest foreign colonization firms operating in Brazil during nineteenth century. In 1851, that company established, in the province of Santa Catarina, the Dona Francisca colony, one of the most important centers of German colonization in Brazil. The presented evidences in this investigation has shown that, despite being a private company, with specific business interests, the *Kolonisations-Verein von 1849*, would go bankrupt a few years after its foundation if it was not for the financial support of the Brazilian government.

Keywords: *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg*. German colonization. Santa Catarina. Brazil. Dona Francisca colony. Nineteenth century.

* Submissão: 14/10/2019; aprovação: 16/05/2020.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). E-mail: luiz.ferreira@ufop.edu.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8177-5443>>.

Introdução

A partir de meados da década de 1840, a migração alemã intercontinental cresceu rápida e expressivamente. Entre 1844 e 1847, o número de alemães que migraram da Europa para os países do Novo Mundo subiu de mais ou menos 16,8 mil pessoas em 1843 para mais de 45,6 mil em 1844; no ano seguinte esse número foi superior a 73,2 mil, alcançando quase 93,8 mil em 1846, e mais de 108,4 mil emigrantes em 1847. No total, cerca de 321 mil alemães deixaram a Europa no período entre 1844 e 1847. Nos dois quadriênios seguintes, a migração alemã intercontinental foi ainda maior, totalizando quase 353 mil emigrantes entre 1848 e 1851, e mais de 628 mil pessoas entre 1852 e 1855 (Ferenczi; Willcox, 1929, p. 686-696). Pressão do excedente da população rural sobre a terra, deterioração dos direitos dos camponeses, crises agrícolas, escassez de alimentos, fome e pobreza extrema foram as principais razões da migração de quase 1,38 milhão de alemães no período de 1840 a 1855 (Ferenczi; Willcox, 1929; Walker, 1964; Rürup, 1992; Kautsky, 1968; Hobsbawm, 2016).

Para muitos governos alemães, a migração intercontinental foi a solução para se livrar da massa de trabalhadores pobres desempregados e de camponeses miseráveis e insatisfeitos, os quais representavam uma ameaça latente à ordem social em uma época marcada por movimentos revolucionários. É o que indica o editorial do *Illustrirte-Zeitung* de 3 de maio de 1851: “é certo que, graças à emigração, a redução da força de trabalho pode multiplicar e facilitar o ganho daqueles que ficam, e essa convicção também fez com que, de modo geral, se avistasse a emigração como um meio oportuno contra a pobreza”. Assim sendo, conforme o periódico, quem deveria emigrar eram as pessoas pertencentes à classe mais baixa da população, desempregados e indivíduos sem recursos, pessoas “que pesam em grande número sobre a pátria, por isso, o afastamento destes é importante para benefício deles próprios e da pátria”. Em seguida, o editorial adverte que “se a terra natal deseja livrar-se de uma parte da classe mais pobre, a fim de reduzir os riscos sociais provocados pelo crescimento excessivo do proletariado”, ela também precisa orientar a emigração, uma vez que “só se pode esperar um resultado favorável da emigração, se emigrarem somente aqueles que não dispõem de recursos [...]” (IZ, 1851, p. 281-282).

Na ausência de instituições governamentais para organizar e dirigir a emigração alemã, na década de 1840 surgiram nos estados alemães várias associações comerciais e civis de apoio e fomento à emigração. Uma das principais associações criadas nessa época foi a *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo), a maior firma estrangeira de colonização a atuar no Brasil no século XIX. Em 1851, essa firma fundou, na região nordeste de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX (Ficker, 1965; Fouquet, 1974; Richter, 1983; Schneider, 1983; Schröder, 2003; Ferreira, 2019).

Entre 1850 e 1888, a Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo (ACH) encaminhou mais de 17 mil colonos de língua alemã à colônia Dona Francisca, número que representa quase 20% do total de imigrantes de origem alemã que desembarcaram no Brasil nesse período¹. Além do transporte de colonos, por mais de quarenta anos a ACH explorou o comércio de terras na colônia Dona Francisca, que, após sua expansão, cobriu uma área que compreende os atuais municípios de Joinville, Campo Alegre, Guaramirim, São Bento do Sul, Araquarie Jaraguá do Sul (Ferreira, 2019).

Embora a ACH tenha transportado colonos de língua alemã para o Brasil e negociado terras no país durante quase toda segunda metade do século XIX, este artigo foca a análise na trajetória da empresa colonizadora no período de 1846 a 1855. O objetivo de delimitar o estudo a esse decênio é captar quais as razões que levaram um grupo composto de grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos de Hamburgo a se reunir para promover e organizar a colonização do sul do Brasil, mais especificamente da província de Santa Catarina, bem como compreender porque em 1855 a ACH foi liquidada, reorganizada e reconstituída com o mesmo nome.

As principais fontes utilizadas neste estudo são os relatórios da direção da ACH, correspondências e ofícios trocados entre os empresários hamburgueses, memorandos e petições encaminhados pelos dirigentes da

¹ A tradução literal do nome da empresa colonizadora (*Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg*) é Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo. Entretanto, em vários documentos primários e na literatura em geral a tradução aparece como Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo.

empresa colonizadora ao governo brasileiro. A partir dessas fontes, este artigo expõe o interesse e os objetivos dos empresários de Hamburgo na colonização do sul do Brasil. Ainda, são apresentadas evidências que questionam um pensamento bastante difundido na historiografia: o de que a colônia Dona Francisca foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem-sucedido, independente de grandes favores do governo brasileiro por ser um negócio privado, organizado e dirigido por uma importante associação de empresários alemães (Oberacker Jr., 1965; Miltenberg, 1852; Schramm, 1964a; Ternes, 1981).

Apolinário Ternes, por exemplo, destaca o “senso de organização” do empresário e senador de Hamburgo Christian Matthias Schröder, fundador da ACH, que, conforme Ternes, “planejou, organizou e executou um dos mais ambiciosos projetos de emigração e de colonização da América Latina através da implantação da Colônia Dona Francisca”. O autor ainda ressalta as “bases empresariais” e o “caráter particular” do empreendimento colonial Dona Francisca, que, nas palavras de Ternes (1981), foi um “empreendimento modelar”, uma “pequena Alemanha” em terras brasileiras (Ternes, 1981, p. 35, 86, 93-94, 119).

Da mesma forma, em seu estudo sobre a “Colônia Alemã Dona Francisca”, Percy Ernst Schramm afirma: “Se alguma vez houve uma colonização alemã, que ocorreu conscientemente, com cautela e benevolência, em maior escala e em proporção aos meios disponíveis para o investimento pretendido, é este o caso” (Schramm, 1964a, p. 316). Também Miltenberg escreveu: “nunca houve um empreendimento tão cuidadosamente preparado, cautelosamente iniciado e conscienciosamente dirigido como a Colônia Dona Francisca, a pérola do Brasil” (Miltenberg, 1852, p. 16).

Não obstante, este artigo demonstra que, não fosse o apoio financeiro do governo brasileiro, a ACH não teria sido capaz de continuar com o seu projeto de colonização no sul do Brasil. O estudo ainda mostra a decisiva interferência de François d’Orléans, príncipe de Joinville, casado com a princesa Dona Francisca, irmã de D. Pedro II, que utilizou suas relações pessoais com o cunhado para requerer o apoio do governo brasileiro à ACH, empresa da qual o príncipe de Joinville passou a ser sócio a partir de 1855.

O artigo divide-se em seis seções além desta introdução. A primeira seção analisa o interesse dos empresários de Hamburgo na colonização

do sul do Brasil. A segunda seção examina o plano de colonização e as negociações dos empresários hamburgueses com o governo brasileiro. A terceira seção apresenta as condições do acordo firmado entre Christian Matthias Schröder e o príncipe de Joinville, proprietário de 25 léguas quadradas de terras (40 mil hectares) na região nordeste de Santa Catarina. Pelo contrato assinado em Hamburgo, em 5 de maio de 1849, o príncipe cedeu parte dessas terras a Christian Matthias Schröder, que, em seguida, constituiu a ACH com a finalidade de colonizar e comercializar as terras contratualmente concedidas pelo príncipe de Joinville. A quarta seção expõe o programa de colonização da ACH, que, além dos lucros com a venda de terras na colônia Dona Francisca, oferecia aos seus acionistas os ganhos potenciais com a organização e transporte de imigrantes alemães para o sul do Brasil e o futuro comércio entre a colônia e Hamburgo. A quinta seção demonstra que as expectativas da ACH foram excessivamente otimistas e, não fosse a decisiva interferência do príncipe de Joinville e o auxílio financeiro do governo brasileiro, a empresa colonizadora naufragaria poucos anos depois da sua fundação. Por fim, são apresentadas as conclusões deste estudo.

O interesse dos empresários de Hamburgo na colonização do sul do Brasil

Depois da independência do Brasil, em 1822, o comércio do país com Hamburgo, à época o principal entreposto comercial da Europa continental, ganhou impulso e rapidamente a cidade alemã se transformou em importante porto de entrada das exportações brasileiras na Europa (Baasch, 1892; Minnemann, 1977; Schneider, 1983; Richter, 1983; Schröder, 2003; Lenz, 2008). Porém, a diferença na tarifa de importação, de 14% para os produtos ingleses e 24% para as mercadorias alemãs, não permitia a estas competirem com aqueles, o que levou o cônsul de Hamburgo na Bahia, Peter Peycke, a intervir e solicitar a D. Pedro I as mesmas condições alfandegárias concedidas às nações mais favorecidas da Europa, especialmente à Inglaterra. Em março de 1826, Peycke entregou a D. Pedro I uma exposição na qual destacou as “grandes e inegáveis vantagens que as Cidades Hanseáticas, mormente o porto de Hamburgo, oferecem

ao Brasil”, pois, “não tendo a Alemanha colônias próprias, cujas produções possam gozar ali de preferência” os gêneros do Brasil, “mediante um direito igual para todas as nações”, encontrariam nos portos hanseáticos “vantagens que nenhuma outra nação da Europa oferece, existindo pelo contrário muitas que, para favorecerem suas colônias e navegação, usam de um sistema ou motivo proibitório e nocivo ao Brasil” (Peycke, 1826 apud Minnemann, 1977, p. 19-24).

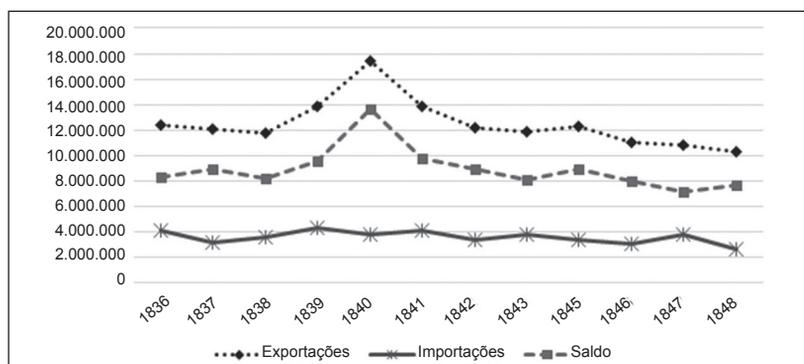
Em resposta, D. Pedro I afirmou que não poderia ser concedido igual tratamento tarifário às Cidades Hanseáticas sem a assinatura de um acordo comercial. Assim, logo o síndico de Hamburgo, Karl Sieveking, deu início às negociações que resultaram na assinatura do “Tratado de Comércio e Navegação entre os Senados das Cidades Livres e Hanseática de Lübeck, Bremen e Hamburgo e o Brasil”, em 17 de novembro de 1827. A partir de então, cresceu o número de negociantes e firmas comerciais alemãs no Brasil. Em 1821, existiam apenas seis grandes casas de comércio germânicas no Rio de Janeiro; em 1830 já eram 20; em 1844, esse número subiu para 25, e para 50 em 1850. Nessa época, Porto Alegre, São Paulo e Santos também contavam com importantes empresas teutas de importação e exportação, dentre as quais se encontra a firma Theodor Wille & Cia., uma das principais exportadoras de café do Brasil no século XIX, com filiais no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos (Schneider, 1983; Oberacker Jr., 1985; Lenz, 2008).

A maior presença de negociantes e casas de comércio alemãs no Brasil contribuiu para intensificar as relações comerciais entre o país e Hamburgo; em 1841, um a cada três navios que aportavam naquela cidade alemã tinha como origem o Brasil. Açúcar, peles, café, tabaco e cacau eram os principais produtos brasileiros exportados. Em contrapartida, o país importava dos estados alemães, via porto de Hamburgo, tecidos diversos, mobílias, teares, queijo, papel, entre outras mercadorias industrializadas.

A Figura 1 a seguir apresenta o balanço comercial entre Brasil e Hamburgo no período 1836-1848. Nota-se que nesse intervalo de tempo o resultado do balanço do comércio hamburguês-brasileiro foi bastante favorável ao Brasil. Merece destaque o fato de que as exportações de Hamburgo para o Brasil representaram em média 29% das importações no período entre 1836 e 1848. Como três quartos da diferença do saldo do balanço comercial eram pagos à vista, havia uma grande e constante

saída de capitais de Hamburgo, o que levou um grupo composto de grandes negociantes, armadores, banqueiros e políticos hamburgueses a se reunir para elaborar um plano que viesse a melhorar a situação comercial da cidade alemã em relação ao Brasil (Schneider, 1983; Richter, 1983).

Figura 1 – Balanço comercial do Brasil em relação a Hamburgo, 1836-1848 (valores em marcos hamburgueses)



Fontes: Elaboração do autor com base nos dados publicados em Müller (1845, p. 68), Richter (1983, p. 78); *Einfuhr und Ausfuhr Hamburg – Brasilien, 1845-1860*. Fotocópia no AHJ. Coleção Memórias da Cidade.

Na época, o transporte marítimo de imigrantes constituía um grande negócio, e os comerciantes e armadores de Bremen, cidade vizinha e principal concorrente comercial de Hamburgo, estavam obtendo lucros apreciáveis com o transporte de emigrantes de língua alemã para a América do Norte. Os Estados Unidos eram o principal destino dos emigrantes alemães, os quais, na sua grande maioria, dirigiam-se ao país norte-americano a partir do porto de Bremen (Ferenczi; Willcox, 1929; Walker, 1964; Richter, 1983). Observando os resultados alcançados pelos negociantes de Bremen, os empresários de Hamburgo resolveram controlar parte do transporte marítimo de emigrantes alemães dirigindo a emigração alemã para a América do Sul, especialmente para o Brasil, pois, conforme o síndico de Hamburgo, Sieveking, “o transporte de emigrantes para o Brasil poderia ganhar tanta importância para os armadores hamburgueses, quando conquistou para Bremen o transporte de imigrantes para os Estados Unidos” (Sieveking apud Delbrück, 1896, p. 152).

Com o apoio do Senado e da Câmara de Comércio de Hamburgo

e de autoridades brasileiras, notadamente do cônsul geral do Brasil na Prússia, Johann Jacob Sturz, e do então embaixador brasileiro em Berlim, visconde de Abrantes, vinte das pessoas e firmas de comércio política e economicamente mais importantes de Hamburgo formaram, em 27 de maio de 1846, a Associação Provisória para a Proteção da Emigração Alemã para o Brasil². Entre os membros dessa associação estava o senador hamburguês Christian Matthias Schröder, proprietário da firma de comércio e navegação Christian Matthias Schröder & Co., que, durante a primeira metade do século XIX, desempenhou papel importante no comércio entre Brasil e Hamburgo, importando, principalmente, café e açúcar (Schneider, 1983; Richter, 1983, 2004). Além disso, Schröder atuou como representante dos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e Francisco Antônio de Souza Queiroz no engajamento de colonos europeus, como se constata no anúncio publicado na edição de 3 de outubro de 1850 do *Neue Zürcher Zeitung* (NZZ):

Famílias ou pessoas que desejam emigrar encontram acolhimento e abrigo seguro sob condições bastante vantajosas nas colônias alemãs situadas nas terras do príncipe de Joinville e dos senhores senadores Vergueiro e Queiroz na província de São Paulo no Brasil. Navios otimamente equipados, com passagens baratas, são regularmente expedidos por Christian Matthias Schrödere Comp. em Hamburgo. (NZZ, 1850, p. 1220)

Nessa época, a firma Christian Matthias Schröder & Co. organizava e transportava imigrantes europeus para o Brasil, onde mantinha uma filial, no Rio de Janeiro. Esta era dirigida pelo terceiro filho de Christian Matthias Schröder e cônsul geral de Hamburgo no Brasil, Hermann Schröder, que, em 3 de agosto de 1846, apresentou o projeto de colonização da Associação Provisória para a Proteção da Emigração Alemã

² Além de Christian Matthias Schröder, pertenciam à Associação Provisória: Adolph Schramm, Robert M. Sloman, Ernest Merck, da firma H. J. Merck & Co., Salomon Heine, Carl L. D. Meister, Aug. F. Söhne, Ferdinand Blass & Schomburger, C. F. Johns Söhne, Ross Vidal & Co., Wachsmuth & Krogmann, A. Halle, Emanuel & Filhos, C. F. Johns, Albrecht & Dill, F. F. Tesdorpf & Filhos, Hochgreve & Vorwerk, F. Lacisz, Anth. Died. Schröder, A. Abendroth D., C. Woermann. Conforme “*Plan für das Komitee zur Bildung eines Vereins zum Schutz...*, 27/05/1846” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,2 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha).

para o Brasil ao ministro Joaquim Marcelino de Brito³.Veja-se a seguir o plano da associação hamburguesa.

O plano de colonização dos empresários hamburgueses

Apresentada ao governo brasileiro em 3 de agosto de 1846, a proposta da Associação Provisória para a Proteção da Emigração Alemã para o Brasil previa a criação de grandes colônias agrícolas nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde seriam estabelecidos cerca de 40 mil colonos alemães ao longo de vinte anos. Para tanto, os empresários hamburgueses requeriam do governo brasileiro a concessão gratuita de grandes e contínuas extensões de terras naquelas províncias, devendo essas terras serem bem-localizadas e apropriadas à agricultura e ao comércio. Os empresários solicitavam, ainda, isenção de impostos; pagamento de um prêmio de 15 mil-réis para cada colono maior de 10 anos de idade que fosse introduzido no Brasil; livre importação de materiais de construção, mantimentos, ferramentas e utensílios dos imigrantes durante o primeiro ano; dispensa dos colonos do serviço militar; liberdade de culto e livre constituição municipal às futuras colônias⁴.

Enquanto aguardava a tramitação da sua proposta no Conselho de Estado, a associação hamburguesa, por intermédio do cônsul Schröder, contratou Hermann Bruno Otto Blumenau, que recém havia apresentado seu plano particular de colonização ao governo brasileiro. Os empresários hamburgueses desejavam aproveitar a experiência do Dr. Blumenau, que, após obter recomendações do cônsul J. J. Sturz e do embaixador visconde de Abrantes, partiu de Hamburgo com destino ao Rio Grande do Sul, onde chegou em 20 de junho de 1846. Após permanecer algumas semanas na província rio-grandense, Dr. Blumenau possuía informações mais precisas, resultantes da avaliação *in loco* da situação da colonização

³ “*Vorstellung des Herrn Schröder bei der brasilianischen Regierung, 3/08/1846*”; “*Schreiben Schröder an Komitee, 4/08/1846*” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,2 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha).

⁴ “*Plan für das Komitee, 27/05/1846*” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,2 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha).

alemã no sul do Brasil, bem como das possibilidades de criação de estabelecimentos coloniais no Rio Grande do Sul. Por sua vez, os empresários hamburgueses tinham apenas as informações que lhes eram transmitidas pelos seus contatos no Rio de Janeiro e os dados contidos em relatórios oficiais, estes nem sempre precisos (Richter, 2004; Voigt, 2004; Nicoce-li, 2014).

Para Dr. Blumenau, não havia possibilidade de o projeto da Associação de Hamburgo ser aprovado. Ele ponderava que os empresários hamburgueses teriam que “desistir de prêmios em dinheiro e tornar a causa [colonização] a mais fácil possível” (Blumenau, 1846 apud Voigt, 2004, p. 43). Ainda assim, Dr. Blumenau buscou apoio político para a proposta hamburguesa, sob o argumento de que Hamburgo possuía muitos negócios com o Brasil.

Em meio às discussões e articulações sobre o projeto de colonização dos empresários hamburgueses, a Associação Provisória para a Proteção da Emigração Alemã para o Brasil foi definitivamente constituída, passando a se chamar Sociedade de Promoção da Emigração Alemã para o Sul do Brasil. Esta logo obteve o apoio dos ministros Manuel Antonio Galvão e Holanda Cavalcanti d’Albuquerque, que auxiliaram na reformulação do plano original, apresentado em 3 de agosto de 1846 pelo cônsul Hermann Schröder e que ainda aguardava tramitação (Schneider, 1983; Richter, 1983; Voigt, 2004; Ferreira, 2019).

A 26 de novembro de 1846, a sociedade hamburguesa apresentou nova proposta ao ministro Joaquim Marcelino de Brito, requerendo, em vez da concessão gratuita, a venda de duas extensas porções de terras no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, cada uma contendo de 25 a 30 léguas quadradas. Entretanto, os empresários hamburgueses insistiam em obter subvenções do governo brasileiro, argumentando que, sem elas, não seria possível empreender a colonização alemã em larga escala no Brasil⁵. Vale notar, em meados do século XIX, aproximadamente 90% dos emigrantes alemães dirigiam-se preferencialmente aos Estados Unidos (Ferenczi; Willcox, 1929; Walker, 1964). Ante a essa forte concor-

⁵ “Vorstellung der Herren Schröder und Schramm an die brasilianische Regierung”; “Motive zu dem im November 1846 entworfenen hbg. Kolonisationsplan”; “Schreiben Komitee an Schröder, 27/11/1846” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,3 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha).

rência, a sociedade hamburguesa considerava os subsídios do governo brasileiro imprescindíveis à lucratividade da empresa colonizadora⁶.

Enquanto aguardavam o parecer do Conselho de Estado, os dirigentes da sociedade hamburguesa começaram a negociar com o príncipe de Joinville, que, pelo seu casamento com a princesa Dona Francisca, havia recebido, como parte do dote nupcial, 25 léguas quadradas de terras na província de Santa Catarina⁷. Essas terras, segundo os dirigentes hamburgueses, reuniam todos os requisitos favoráveis à colonização alemã. Por outro lado, os empresários de Hamburgo esperavam obter, por intermédio do príncipe de Joinville, devido às suas relações pessoais com o cunhado, D. Pedro II, e aos interesses econômicos da Família Real, os favores considerados indispensáveis à empresa colonizadora (ACH, 1851). Convém salientar que, desde o início, o auxílio financeiro do governo brasileiro foi visto como condição *sine qua non* ao projeto de colonização dos empresários hamburgueses (Ferreira, 2019).

A falta de entendimento entre o príncipe de Joinville e os dirigentes da Sociedade de Hamburgo travou as negociações. O príncipe, esperando lucrar com a valorização das terras adjacentes, dispôs-se a conceder apenas cinco das 25 léguas quadradas de terras que formavam seu patrimônio na província de Santa Catarina. A proposta não agradou aos empresários hamburgueses, que, diante do seu projeto de dirigir a emigração alemã em grande escala para o Brasil, desejavam colonizar pelo menos quatro quintos das terras do príncipe. Em meio às negociações com o príncipe de Joinville, os empresários receberam a notícia que seu projeto não encontrou apoio suficiente no Conselho de Estado, que sequer aceitou discutir a proposta hamburguesa. Os dirigentes da

⁶ “Schreiben des Herrn Schramm an Ko-mitee, 22/03/1847”; “Schreiben Schramm an Komitee, 31/03/1847”; “Schreiben Schramm an Komitee, 4/05/1847” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,3 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo).

⁷ “Contrato de casamento de S. A. R. o Príncipe de Joinville com S. A. R. a Senhora Princesa Dona Francisca Carolina”, celebrado em 22/04/1843. BR SCAHJ CF 12, cx 1, prat. 36; “Entwurf einer Übereinkunft mit dem Prinzen von Joinville”; “Brief des Komitees betr. Landerwerben vom Prinzen von Joinville”; “Verhandlungsvollmacht des Komitees für Herrn Genaut, 20/02/1847”; “Schreiben des Komitees an Herrn Genaut, Paris, 26/03/1847”; “Schreiben des Komitees an Genaut, Febr. 1847” (Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,1 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha).

Sociedade de Hamburgo alteraram o projeto novamente e reapresentaram-no ao Conselho de Estado. Este, porém, rejeitou definitivamente a proposta da Sociedade, alegando que, antes de definir os princípios básicos da política de terras e colonização do Brasil, o que incluía delimitar as terras devolutas, não avaliaria os projetos de colonização de companhias estrangeiras⁸.

Pouco tempo depois estourou a revolução liberal de 1848 na França, que derrubou Luís Felipe I, rei da França, pai do príncipe de Joinville. Resignado, Luís Felipe refugiou-se com sua família em Claremont, na Inglaterra, onde permaneceu exilado. Em fevereiro de 1849, diante da aflitiva situação financeira da família, o príncipe de Joinville enviou Louis François Léonce Aubé a Hamburgo para negociar parte das suas terras na província de Santa Catarina com a Sociedade de Promoção da Emigração Alemã para o Sul do Brasil. Esta, porém, havia sido dissolvida em 1848, devido à instabilidade política e às incertezas resultantes dos levantes revolucionários que atingiram os estados alemães em março daquele ano (Ficker, 1965; Schneider, 1983; Richter, 1983).

Em Hamburgo, Aubé encontrou o senador Christian Matthias Schröder, um dos signatários da extinta sociedade, que procurou reconstituir a associação para dar início às negociações. Embora não tenha obtido êxito na sua iniciativa de reorganizar a Sociedade de Promoção da Emigração Alemã para o Sul do Brasil, Schröder estava convicto de que os membros da extinta sociedade se recusaram a formar nova associação tão somente devido às circunstâncias e instabilidades da época. Assim, o próprio Schröder assumiu as negociações com o representante do príncipe de Joinville, que o autorizou a repassar a uma sociedade por ações a tarefa de colonizar as terras que estavam sendo negociadas, sob a condição de que o senador Schröder ficasse à frente da futura empresa (ACH, 1851).

O contrato com o príncipe de Joinville

A 5 de maio de 1849, reuniram-se, em Hamburgo, Louis François

⁸ “Schreiben Schramm an Komitee, 12/06/1847”; “Schreiben Schröder an Komitee, 5/08/1847”; “Schreiben Schramm an Komitee, 14/09/1847”. Documentos do Arquivo da Fundação Hanseática. Seção Colonização Brasileira. S/599 Nr. 74,2 rot. Câmara de Comércio de Hamburgo, Alemanha.

Léonce Aubé, como procurador do príncipe e da princesa de Joinville, e Christian Matthias Schröder, para celebrar o contrato pelo qual os príncipes cederam oito das suas 25 léguas quadradas de terras localizadas na província de Santa Catarina. Ficou acertado que, se o governo brasileiro não aceitasse pagar uma subvenção para as passagens dos colonos com idade entre 6 e 12 anos, os príncipes concederiam mais uma légua quadrada de terra a Schröder, que, nesse caso, receberia o total de nove léguas quadradas (14.400 hectares) de terras. Os príncipes de Joinville ainda prometiam negociar com Schröder outras 12 léguas quadradas (19.200 hectares) de terras, a um preço fixo de 10 francos por hectare, as quais Schröder deveria aceitar ou recusar dentro do prazo de quatro anos. Independentemente do tamanho da concessão, o contrato reservava ao príncipe de Joinville um terreno de cinco hectares na área urbana e 500 hectares de terras no distrito rural da futura colônia Dona Francisca, bem como as minas que viessem a ser encontradas na área da concessão⁹.

É importante notar que, inicialmente, o príncipe de Joinville concedeu a Christian Matthias Schröder apenas oito das 25 léguas quadradas de terras que formavam seu patrimônio em Santa Catarina, reservando para si o direito de explorar as 17 léguas restantes. O valor dessas terras, afirmou o príncipe de Joinville, aumentaria “em virtude do crescimento da população e dos escoadouros de mercadorias e vias de comunicação que esta população promoverá” (Joinville, 1855). Com essa perspectiva, o príncipe impôs uma série de condições para ceder as oito léguas quadradas de terras a Schröder, dentre elas, a obrigação de preparar a infraestrutura necessária à recepção dos colonos e fornecer a eles os meios indispensáveis à sua subsistência e prosperidade, o que incluía a construção de escolas, igrejas e hospitais¹⁰.

Reconhecendo a necessidade de assentar os colonos de maneira ordenada, Schröder comprometeu-se a introduzir na futura colônia 1,5 mil imigrantes dentro do prazo de cinco anos, dos quais 100 colonos adultos deveriam chegar nos primeiros quinze meses, 200 nos nove meses seguintes e 400 em cada um dos três anos restantes. Schröder prometeu

⁹ “Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

¹⁰ “Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder”. BR RJHGB Lata 216, doc. 21.

recepcionar e fornecer alojamento, ferramentas, sementes e alimentos a todos os colonos durante os dois primeiros anos, contados a partir da chegada da primeira leva de imigrantes. O contrato ainda determinava que Christian Matthias Schröder deveria solicitar imediatamente ao governo brasileiro os favores considerados indispensáveis à colonização das terras de Dona Francisca, e que eram usualmente conferidos aos empreendimentos coloniais do país. De outra parte, o príncipe e a princesa de Joinville se comprometeram a “fazer uso de todas as suas influências para consegui-los”. Caso os privilégios fossem negados, Schröder ficava livre para renunciar ao contrato¹¹.

Consumado o acordo em Hamburgo, Léonce Aubé dirigiu-se a Londres, onde o contrato foi ratificado pelos príncipes de Joinville em 28 de maio de 1849. Em seguida, Christian Matthias Schröder reuniu-se com Adolf Schramm e Georg Wilhelm Schröder para formar a *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg*.

O plano da Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo

Em 11 de agosto de 1849, a direção provisória da ACH, presidida pelo senador hamburguês Christian Matthias Schröder, dirigiu ao governo brasileiro uma petição com uma série de concessões em favor da colônia que se pretendia estabelecer na província de Santa Catarina, nas terras dos príncipes de Joinville, sublinhando que estes tinham interesse e apoiavam o empreendimento colonial hamburguês. A petição desdobrava-se em dez itens em que se requeriam: isenção aos imigrantes de toda e qualquer contribuição tributária durante os primeiros dez anos, dispensa dos colonos do serviço militar, auxílio para o pagamento das passagens dos imigrantes com idade entre 5 e 12 anos, criação de uma alfândega e mesa de rendas no porto de São Francisco do Sul, isenção de taxas portuárias para os navios empregados no transporte de imigrantes, liberdade de culto, livre constituição municipal, tendo os colonos o direito de escolher entre eles seus árbitros e representantes, isenção de impostos

¹¹ “Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder”. BR_RJIHGB Lata 216, doc. 21.

alfandegários para todos os utensílios, móveis, ferramentas, sementes e alimentos necessários à instalação e sustento dos colonos, proibição do emprego do trabalho escravo na colônia (ACH, 1849).

Enquanto aguardava a decisão do governo brasileiro, a direção provisória da ACH publicou, em Hamburgo, os estatutos da empresa. O primeiro parágrafo do regimento destacava as condições e qualidades das terras onde seria estabelecida a colônia Dona Francisca, e deixava claro o objetivo da empresa: colonizar inicialmente oito, depois mais doze, em um total de vinte léguas quadradas de terras em Santa Catarina, concedidas contratualmente pelos príncipes de Joinville. Ainda conforme o regimento da empresa, a comercialização de terras na colônia Dona Francisca constituiria a principal fonte de receita da ACH. Logo, a demarcação dos lotes, a garantia dos direitos individuais, sobretudo no que diz respeito à propriedade privada e à liberdade comunal e religiosa, a construção de estradas, escolas, hospitais e igrejas, todas garantias previstas no primeiro parágrafo do estatuto da empresa, faziam parte das condições que permitiriam à ACH atrair para a futura colônia o maior número possível de imigrantes e, deste modo, promover a valorização das terras da colônia Dona Francisca. Somente assim a ACH poderia gerar os ganhos prometidos aos seus acionistas (ACH, 1851).

Para iniciar suas operações, a ACH estimava vender mil ações no valor de 200 marcos hamburgueses ou 100 táleres prussianos cada uma, cuja soma formaria o fundo da Associação, que seria considerada definitivamente constituída a partir da subscrição de 800 ações. O investidor que adquirisse ações da ACH podia optar por trocar cada ação adquirida por um terreno de 12,5 hectares na área rural da futura colônia. Caso quisesse abrir mão do seu número de ações para investir diretamente na exploração da terra na colônia, o acionista deveria comunicar à direção da empresa e assumir o compromisso de colonizar a propriedade recebida no prazo de dois anos, com pelo menos uma família de colonos (ACH, 1851).

Na hipótese de não realizar a colonização no tempo estipulado, o acionista perderia todos os direitos sobre as terras que recebeu e ainda lhe seriam debitados 25% das parcelas pagas por ação, ou seja, 50 marcos hamburgueses. Os acionistas poderiam, em substituição aos 12,5 hectares rurais, optar pela posse de dois lotes de 2.500 m² cada, ambos localizados na futura “Cidade de Joinville”, núcleo urbano da colônia Dona

Francisca. Neste caso, ficava dispensada a obrigação de colonização. Os acionistas que recebessem a escritura definitiva das terras deveriam devolver suas ações à empresa colonizadora, mas continuariam com o direito de receber dividendos (ACH, 1851).

Em 15 de maio de 1850, o Decreto Imperial nº 537 aprovou praticamente todos os favores e privilégios requeridos pela direção provisória da associação hamburguesa na petição de 11 de agosto de 1849 (Brasil, 1850). Com as garantias do governo brasileiro, a direção da ACH, em reunião pública realizada em Hamburgo, a 11 de março de 1851, convidou todos os interessados no negócio da emigração a se associarem por meio da subscrição de ações no valor de 200 marcos hamburgueses cada, com depósito inicial de 20%. Prometia-se aos futuros acionistas um ganho de 50% em cinco anos, o que seria obtido com a venda de mil terrenos de 2.500 m² estrategicamente reservados em local onde seria fundada a “Cidade de Joinville”, mais 13.250 hectares de terras a serem vendidas na área rural da colônia Dona Francisca (ACH, 1851).

Ponto importante a observar é a separação rigorosa entre a área rural da colônia Dona Francisca e a “Cidade de Joinville”. Conforme relatório da direção da ACH, a zona rural e as terras mais afastadas do centro da colônia seriam colonizadas primeiro, pois, deste modo, seria possível elevar o valor dos lotes mais próximos ao local reservado à futura cidade “devido a sua localização privilegiada para a venda de produtos, sendo o suficiente para permitir e justificar a futura elevação do preço” (ACH, 1851). Assim, a direção da empresa colonizadora estipulou o preço do morgo de terra em 2 táleres prussianos, o equivalente a 9\$600 por hectare, para os terrenos mais afastadas do centro da colônia, acreditando não ser preciso vender mais de 3.750 hectares a este preço para, em seguida, elevar o preço daquelas terras para 14\$400 o hectare¹². Na área destinada à fundação da cidade de Joinville, foram reservados 500 lotes de terras contendo 2.500 m², que, inicialmente, deveriam ser vendidos a 6\$000, valor que, segundo o relatório de 1851, “qualquer pessoa assumiria”; e outros 500 terrenos, igualmente com 2.500 m², a 30\$000 (ACH, 1851). Os dirigentes da Associação de Colonização justificavam a significativa diferença entre os preços dos terrenos devido “à grande variedade de

¹² 1 morgo de terra ≈ 2.500 m²; 1 hectare = 10.000 m²; 1 táler prussiano = 1\$200 em 1852.

vantagens que a localização privilegiada da colônia pode oferecer” (ACH, 1852).

É importante salientar que a venda de terras aos colonos era apenas parte da estratégia comercial dos empresários hamburgueses, cujo objetivo primordial foi lucrar com a organização e transporte de imigrantes e exportação de gêneros agrícolas tropicais. Nota-se, porém, que a direção da Associação de 1849, ao contrário da sociedade formada em 1846 e extinta em 1848, não explicitou, em seus estatutos, os objetivos de controlar parte do transporte de imigrantes alemães e explorar o futuro comércio entre a colônia Dona Francisca e Hamburgo. Tais objetivos são, no entanto, evidentes no primeiro relatório da ACH, dirigido especialmente aos empresários interessados em investir na empresa. Conforme o relatório, para ampliar as relações comerciais com os estados alemães, fazia-se necessário colonizar terras cujo clima fosse propício ao cultivo de produtos como algodão, tabaco, café, cana de açúcar e erva mate, “porque caso se quisesse conduzir a colonização a um lugar de clima semelhante ao nosso, no qual os produtos não sejam muito diferentes dos nossos, ir-se-ia gerar concorrência ao invés de troca e ao invés de aumentar o comércio, diminuí-lo”. O relatório também ressaltava as vantagens da proximidade da colônia Dona Francisca com o “suntuoso porto de São Francisco” e as possibilidades que as terras do planalto de Curitiba, vizinhas, ofereciam ao comércio com o interior do Brasil (ACH, 1851).

Assim, não por acaso, os primeiros empresários que se associaram ao grupo fundador da Associação de Colonização de 1849 foram os comerciantes Ernst Merck e Friedrich Gültzow, ambos vinculados ao comércio importador e exportador do Brasil. Pouco tempo depois, pelo menos sete firmas comerciais, agências e companhias de navegação alemãs, todas ligadas ao comércio com o Brasil, tornaram-se acionistas da ACH. Eram elas: Robert M. Sloman, Knöhr & Burchard, N. O. Bieber, August Bolten, Joh. Berenberg-Gossler & Cia., J. C. Godeffroy & Filhos, F. Laeisz. Até 12 de junho de 1851, quando o diretor geral da ACH, Georg W. Schröder, comunicou a integralização das 800 ações necessárias à definitiva constituição da empresa, 76 pessoas e empresas haviam adquirido 843 ações da Associação, sendo a firma Schröder & Co. a principal acionista, com 300 ações (Richter, 1983; Ferreira, 2019).

Os navios empregados no transporte dos colonos embarcados em Hamburgo com destino à colônia Dona Francisca não pertenciam à

ACH. Esta fretava as embarcações de seus acionistas ou por intermédio deles, os quais estavam envolvidos com o comércio marítimo e transporte de imigrantes de europeus para o Brasil. São os casos das firmas Schröder & Co., Robert M. Sloman, August Bolten, J. C. Godeffroy & Filhos, Knöhr & Burchard e N.O. Bieber (Richter, 1983). Essas duas últimas firmas, associadas a outras três empresas alemãs, constituíram, em 1855, a Companhia Hamburgo-Brasileira de Navegação a Vapor, antecessora da Companhia Hamburgo-sul-americana de Navegação a Vapor (Hamburg Süd), hoje uma das maiores empresas de transporte marítimo de contêineres do mundo¹³. Aliás, algumas das firmas que se associaram à ACH em meados do século XIX ainda existem, enquanto outras foram extintas não há muito tempo. Por exemplo, a companhia de navegação F. Laeisz ainda está ativa, com escritórios no Japão, Alemanha e Filipinas¹⁴. A firma H. J. Merck & Cia., fundada no final do século XVIII, encerrou suas atividades na década de 1980, depois de atuar no comércio, navegação e no setor financeiro de Hamburgo, tendo participado, em 1856, de um consórcio de empresas que fundaram o *Norddeutsche Bank*, na época o maior banco mercantil de Hamburgo (Wulff, 1906; North, 1997). Entre as firmas participantes desse consórcio, estava a Joh. Berenberg-Gossler & Cia., proprietária do *Berenberg Bank*, que, ao lado das firmas H. J. Merck & Cia., F. Laeisz e A. Bolten, todas acionistas da ACH, fundaram a *Hamburg America Line* (HAPAG), uma das maiores companhias de navegação da Alemanha. O *Berenberg Bank* está atualmente entre os maiores bancos de investimento do mundo, com escritórios em Hamburgo, Zurique, Frankfurt, Londres, Nova Iorque e Londres¹⁵.

A Schröder & Co., principal acionista da ACH, foi criada em 1767 pelo burgomestre Christian Matthias Schröder. Quando este faleceu, em 1821, seus filhos e sobrinhos dirigiam os escritórios da empresa em Hamburgo, Bremen, Amsterdã, Riga, São Petersburgo e Londres. Com a morte do burgomestre Schröder, coube ao seu filho, Christian Matthias Schröder, senador de Hamburgo de 1821 a 1858, assumir a empresa. Entre 1821 e 1856, a Schröder & Co. multiplicou suas operações com a criação de filiais em Trieste, Liverpool, Nova Orleans, Nova Iorque, Rio

¹³ Hamburg Süd: <<https://hamburgsud.com>>.

¹⁴ F. Laeisz: <<https://laeisz.de/unternehmen/historie>>.

¹⁵ Berenberg Bank: <<https://berenberg.de/en/>>.

de Janeiro e Lima. Além dessas, havia as empresas de membros da família em Quakenbrück, Jacarta e Singapura, cujos negócios estavam ligados à Schröder & Co. Em Londres, Johann Heinrich Schröder, irmão do senador Schröder, representava os negócios da família atuando no comércio de *commodities* agrícolas. Em 1818, Johann fundou, em Londres, sua própria empresa, a J. H. Schröder & Co., abrindo filiais em Hamburgo e Liverpool. Com o capital acumulado decorrente da importação e exportação de açúcar, café, índigo e algodão, a J. H. Schröder & Co. passou a financiar a construção de ferrovias e o comércio, tornando-se, em seguida, um dos principais bancos de investimentos de Londres. A J. H. Schröder & Co. também figurava entre as acionistas da ACH (Roberts, 1992; Schramm, 1964b; Ferreira, 2019).

Explica-se assim o fato de a direção da ACH especificarem seus estatutos apenas seus objetivos quanto à comercialização das terras de Dona Francisca. A verdade é que, para levantar rapidamente o capital necessário ao cumprimento das obrigações assumidas com o príncipe de Joinville, os diretores da ACH reservaram aos futuros acionistas da empresa o transporte de imigrantes e a possibilidade de comércio entre a futura colônia e Hamburgo. Essa estratégia, por um lado, distribuía os riscos do capital imobilizado nas obras iniciais e necessárias à fundação da colônia Dona Francisca e, por outro, garantia ganhos imediatos aos acionistas da empresa, uma vez que a venda de terras aos colonos poderia gerar lucros somente a mais longo prazo.

Portanto, a ACH constituiu-se como uma grande empresa comercial que previa obter retorno com a comercialização das terras de Dona Francisca e que, além dos lucros com a venda de terrenos na colônia, oferecia aos seus acionistas os ganhos potenciais com a organização e transporte de imigrantes alemães para o sul do Brasil e o futuro comércio importador e exportador que os colonos da Dona Francisca poderiam proporcionar. Logo, porém, ficou evidente que as expectativas e os cálculos dos empresários hamburgueses foram excessivamente otimistas e, não fosse a interferência do príncipe de Joinville e o auxílio financeiro do governo brasileiro, a ACH naufragaria poucos anos depois da sua fundação, como será demonstrado a seguir.

O apoio do governo brasileiro à Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo

Em reunião pública realizada em Hamburgo, em 11 de março de 1851, a direção da ACH apresentou aos seus acionistas e interessados as estimativas de receitas e despesas para os cinco primeiros anos da empresa. Pelos cálculos dos dirigentes da Associação, ao longo do quinquênio 1851-1855, seriam gastos um total de 243 mil marcos hamburgueses na colonização das terras da Dona Francisca, sendo 75 mil (30,9%) destinados aos investimentos de infraestrutura (alojamentos provisórios, estradas, pontes, caminhos, armazém, escolas, igrejas e hospital), 50 mil (20,6%) para adiantamentos aos colonos, e 45 mil (18,5%) para pagamento dos salários do diretor e demais funcionários da colônia. Foram previstos ainda 36 mil (14,8%) para despesas diversas e imprevistas, 20 mil (8,2%) para gastos administrativos dos escritórios de Hamburgo e do Rio de Janeiro, 6 mil (2,5%) em subvenções para o pagamento de parte dos vencimentos dos sacerdotes, professores e médicos, 8 mil (3,3%) para as despesas com passagens dos funcionários da ACH e 3 mil marcos (1,2%) com utensílios, ferramentas e mobílias necessárias à instalação da direção da colônia (ACH, 1851).

No que diz respeito à receita, a principal fonte de recursos da ACH seria a venda de terras aos colonos imigrantes, que, conforme as estimativas, renderia 318 mil marcos hamburgueses. Esse montante seria o resultado da venda de mil terrenos de 2.500 m² localizados na área urbana da colônia, mais 13.250 hectares de terras a serem vendidas na zona rural da Dona Francisca. Também foram previstos ganhos com a venda de algumas edificações e com o recebimento dos adiantamentos feitos aos colonos, o que, segundo projeções, alcançaria a soma de 75 mil marcos.

A Tabela 1 a seguir apresenta uma síntese das estimativas de receitas e despesas da ACH para o período 1851-1855. Nota-se que para esse quinquênio há previsão de distribuição de lucros no valor de 150 mil marcos hamburgueses, o que equivalia a um ganho de 50% ou de 100 marcos por ação em cinco anos. Esse resultado, diziam os dirigentes da ACH, “nos parece mais do que suficiente, já que o empreendimento dificilmente estará sujeito a uma perda real, pois, uma fraca venda de terras, que só pode ser consequência da fraca imigração, fará com que os custos também sejam menores” (ACH, 1851). Por outro lado, segundo

os dirigentes da empresa, na eventualidade de uma venda mais lenta dos terrenos, os custos, calculados sobre o empreendimento em sua totalidade, poderiam em parte ser distribuídos em um período maior. Em todo o caso, ponderava a direção da Associação de Colonização, “quase não se pode admitir dúvidas de que o ganho terá que crescer a cada ano com o progresso da colonização e de que o empreendimento pode ser expandido muito além de seus limites atuais [...], porque as terras que fazem fronteira com a colônia, pertencem em parte ao príncipe de Joinville e em grande parte ao governo brasileiro” e ambos, asseguravam os dirigentes hamburgueses, tinham interesse no avanço da colonização. Assim, essas terras, “com condições muito favoráveis, poderão ser adquiridas a cada expansão da sociedade” (ACH, 1851).

Tabela 1 – Projeção das receitas e despesas da Associação de Colonização, 1851-1855 (valores em marcos hamburgueses)

DÉBITO		CRÉDITO	
Investimento em infraestrutura	75.000	Venda de mil lotes urbanos	30.000
Adiantamentos aos colonos	50.000	Venda de 13.250 hectares de terras rurais	288.000
Honorários	45.000	Ganhos sobre vendas e adiantamentos	30.000
Despesas diversas e imprevistas	36.000	Adiantamento devolvido com 10% de perdas	45.000
Despesas administrativas	20.000		
Passagens para funcionários	8.000		
Subvenções	6.000		
Ferramentas e mobiliários	3.000		
Resultado presumido	150.000		
Total	393.000	Total	393.000

Fonte: Primeiro Relatório da ACH, março de 1851. Tradução Helena Remina Richlin. AHJ.

Apesar do otimismo da direção da Associação de Colonização, nota-se que, embora as terras concedidas à empresa representassem uma reserva importante de valor, elas não tinham liquidez imediata para financiar os investimentos e as despesas previstas para a colonização inicial da Dona Francisca. Além disso, ao contrário do projetado, após um ano, foram gastos mais de 38,1 mil marcos com transporte, preparativos para

recepção e hospedagem dos colonos e quase 26,5 mil marcos com alimentação e adiantamentos aos colonos. Portanto, já no primeiro ano, foi despendido mais da metade do montante previsto para essas duas despesas no período de 1851 a 1855. Também foram gastos pouco mais de 8 mil marcos com móveis e material de escritório, passagens e subvenções para os funcionários da ACH. Ao todo, foram gastos 73 mil marcos no primeiro ano, o equivalente a 30% do valor total projetado para o período de 5 anos, sem que houvessem sido providenciados alguns dos investimentos previstos no contrato com o príncipe de Joinville, como, por exemplo, a construção de escolas e igrejas (ACH, 1852).

Ao mesmo tempo, até 31 de dezembro de 1851 a venda de 828 ações injetou na empresa colonizadora um capital de 46,1 mil marcos hamburgueses. Portanto, somente no primeiro ano, a ACH acumulou um déficit de 26,9 mil marcos. Nessas circunstâncias, em maio de 1852, a direção da empresa comunicou aos acionistas que “por mais que a nossa situação financeira prometa desenvolver-se, o nosso ativo é formado basicamente por estimações e não há, no momento, como arcar com as demais exigências previstas em nosso primeiro relatório” (ACH, 1852). Dois anos depois, J. C. Nagel, procurador da Associação de Colonização de Hamburgo no Rio de Janeiro, expôs a preocupante situação da colonização da Dona Francisca ao ministro Pedro de Araújo Lima, visconde de Olinda. Nagel ressaltou que, sem o auxílio financeiro do governo brasileiro, não seria possível cumprir a segunda parte do contrato firmado com o príncipe de Joinville, que consistia na aquisição e colonização das 12 léguas quadradas de terras vizinhas à colônia Dona Francisca (Nagel, 1854).

Conforme J. C. Nagel, o não cumprimento dessa segunda etapa do projeto não resultaria em multas ou penalidades à associação hamburguesa; advertiu, porém, que o fracasso da colonização das terras da Dona Francisca, caso faltasse o apoio do governo brasileiro, causaria repercussão negativa nos principais centros de emigração europeia, principalmente na Alemanha, provocando prejuízos à colonização e modernização do Brasil (Nagel, 1854). Dessa forma, ACH pressionava o governo brasileiro para obter o auxílio financeiro necessário à manutenção de seu empreendimento colonial na província de Santa Catarina.

Para embasar o pedido de apoio da empresa colonizadora, J. C. Nagel encaminhou ao visconde de Olinda uma pró-memória assinada pelo

diretor gerente da ACH, Friedrich Gültzow. Trata-se, *ipsis litteris*, de uma exposição “confidencial, franca e exata dos trabalhos da Sociedade Colonizadora de 1849 em Dona Francisca, das quantias expendidas por ela e dos resultados da experiência dos primeiros três anos da sua gestão”. Conforme o documento, até 20 de outubro de 1853 a ACH havia vendido 1.028 ações a 200 marcos hamburgueses cada, levantando assim um capital de 205.600 marcos. Desse valor, a ACH tinha gasto 129.235 marcos com a colonização das primeiras nove léguas quadradas de terras, restando em seus cofres 76.365 marcos hamburgueses, o equivalente a 45:600\$000 (Gültzow, 1853).

Conforme Friedrich Gültzow, a ACH contava ainda com 22:985\$551 em dívida dos colonos e esperava arrecadar 172:140\$000 com a venda de 11.476 hectares de terras na colônia, o que gerava uma expectativa de receita de 195:125\$551. Porém, ponderava Gültzow, a cobrança feita aos colonos exigia cautela e a medição, demarcação e venda dos terrenos requeriam tempo, o que poderia exceder os prazos contratualmente estabelecidos pelo príncipe de Joinville. Dessa forma, na realidade, a ACH dispunha de apenas 45:600\$000 para executar as obras de que a colônia mais necessitava, avaliadas em 40:000\$000, e cobrir as despesas com a remessa e estabelecimento dos 417 colonos que faltavam para cumprir a primeira parte do contrato com o príncipe de Joinville, o que, pelos cálculos da direção da ACH, custaria 31:275\$000 (Gültzow, 1853).

Para empreender na segunda fase do projeto de colonização da Dona Francisca, Gültzow calculava serem necessários 274:700\$000, dos quais 67:200\$000 seriam para a aquisição das 12 léguas quadradas de terras do príncipe de Joinville, 187:500\$000 para colonizar essas terras com pelo menos 2,5 mil imigrantes e 20:000\$000 para cobrir metade dos custos de construção e manutenção das estradas, igrejas, escolas e hospitais. Assim, ao todo, a ACH precisava investir ao menos 345:975\$000 para prosseguir e expandir a colonização da Dona Francisca, sendo necessário desembolsar, no curto prazo, 138:475\$000. A empresa, entretanto, possuía apenas um terço desse capital em seus cofres (Gültzow, 1853). Portanto, a ACH não dispunha de capital suficiente disponível para sequer finalizar a primeira etapa da colonização da Dona Francisca, muito menos para empreender na segunda fase do projeto.

Para contornar esse problema e manter o seu projeto colonizador no sul do Brasil, os empresários hamburgueses ofereceram ao governo imperial

brasileiro 1.500 ações da ACH, que seriam subscritas pelo valor total de 187:5000\$000. Aceitando essa proposta, o governo passaria a controlar 50% da ACH. Friedrich Gültzow argumentava que aquelas ações ofereciam garantias suficientes pela posse e venda das terras aos colonos da Dona Francisca, as quais, segundo ele, tenderiam a subir de valor à medida que o número de colonos com plena propriedade de terras aumentasse (Gültzow, 1853).

A direção da ACH projetava a expansão da colonização da colônia Dona Francisca com a aquisição das 12 léguas quadradas de terras do príncipe de Joinville e introdução de mais 4 mil colonos, o que exigia um investimento total de 367:200\$000. Friedrich Gültzow ponderava que, naquele momento, as 21 léguas quadradas de terras, que antes nada valiam, estavam avaliadas em 504:000\$000. Assim, Gültzow garantia ao governo um resultado positivo de 136:800\$000, ainda com o acréscimo de 80:000\$000 relativo ao pagamento dos adiantamentos feitos aos colonos, o que elevava o resultado do balanço para 216:800\$000 (Gültzow, 1853).

Apesar dos resultados prometidos e das considerações temerárias a respeito dos efeitos nefastos que o fracasso da colônia Dona Francisca provocaria à colonização do Brasil, o governo brasileiro não aceitou a proposta dos empresários hamburgueses e, excetuando as concessões previstas no Decreto de 15 de maio de 1850, não ofereceu nenhum auxílio à ACH. Assim, logo a colônia Dona Francisca entrou em crise.

Sem a ajuda do governo brasileiro, o empreendimento estava fadado ao fracasso, conforme relata o príncipe de Joinville em carta dirigida ao conselheiro e mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, em 9 de fevereiro de 1855. Na correspondência, o príncipe revela grande preocupação com o futuro da colônia, onde ele havia aplicado parte de seus recursos na expectativa de lucrar com a valorização das terras que ainda lhe pertenciam. Dizia o príncipe de Joinville:

O futuro de minhas propriedades é, em miniatura, o futuro do Brasil. Se a colonização europeia se dirigir nessa direção, o futuro do Brasil estará assegurado. As circunstâncias são favoráveis. [...] Mas os homens são crianças. Para que ocorra um grande movimento, é preciso um chefe para assumir o comando, para pôr-se à frente, que por sua vez conduza os demais. Poder-se-ia iniciar o movimento de imigração e sustentá-lo até que esteja bem

desenvolvido e possa avançar por si. É preciso que os que devem recrutar os colonos e transportá-los obtenham nessa operação benefícios *imediatos* suficientes. Falo intencionalmente imediato. Com efeito nos tempos normais os negociantes contentavam-se, quando uma transação é segura, com vantagens sucessivas. Assim, a casa de Hamburgo com a qual eu havia contratado a colonização, contentava-se, a princípio, com a remuneração representada por concessões de terras, com as quais ela contava especular e auferir lucros futuros. Hoje em dia, ainda que já exista na colônia um núcleo populacional que confere certo valor às terras que nada valiam, ela se recusa a continuar a transação e continuá-la nas condições em que fora estabelecida. Vejo-me assim ameaçado de ver interrompida a corrente imigratória e, talvez, em consequência declina e padeça o começo de colônia que havíamos formado. (Joinville, 1855)

Temendo os prejuízos que poderiam advir caso a ACH abandonasse seu empreendimento colonial em Santa Catarina, o príncipe de Joinville pediu ao conselheiro Paulo Barbosa que conversasse com “pessoas entendidas” e que “inspirassem confiança” para que fosse possível obter meios de “manter e continuar com a empresa da colonização, no momento ameaçada de naufrágio” (Joinville, 1855). As preocupações e solicitações do príncipe foram imediatamente transmitidas a D. Pedro II, que, após fazer breves considerações a respeito da política de colonização do Império, comunicou ao conselheiro Paulo Barbosa ter conversado com o ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz sobre o pedido de Joinville, e ele tinha se comprometido a ver com os colegas o que se podia fazer (Pedro II, 1855).

Logo depois, em abril de 1855, chegou à colônia Dona Francisca o diretor da Repartição Geral de Terras Públicas, Manoel Felizardo de Souza e Mello, que, após permanecer por seis semanas na colônia, emitiu parecer favorável às solicitações da ACH. Mais tarde, a 13 de junho de 1855, reconhecendo “que o progresso de Dona Francisca se retardava, e que o mau resultado que dali proviesse tinha de influir poderosamente contra a colonização em geral”, o governo brasileiro contratou com a ACH, mediante subvenção, a introdução de 2.250 imigrantes na colônia Dona Francisca (Brasil, 1856, p. 23-25). Pelo contrato, a ACH comprometia-se a estabelecer aquele número de colonos dentro do prazo de três anos, manter casas de recepção para abrigo provisório de pelo menos duzentos imigrantes, dar alimento por oito dias aos mais

pobres, conseguir-lhes trabalho remunerado por pelo menos seis meses e abrir ruas e estradas que servissem de comunicação entre os colonos (ACH, 1855; Brasil, 1856).

Em contrapartida, o governo brasileiro se comprometeu a conceder um prêmio de 30 mil-réis para cada colono entre 10 e 45 anos de idade que fosse introduzido na colônia, e de 20 mil-réis para menores entre 5 e 10 anos. O governo também prometeu financiar a construção de escolas e das igrejas católica e protestante, comprometendo-se, inclusive, a pagar os salários dos sacerdotes de ambas as confissões e dos professores do ensino elementar. O governo assumiu, ainda, os custos de manutenção das pontes e da construção de uma estrada que ligasse a colônia ao planalto do Paraná através da Serra Geral, que viria a ser a espinha dorsal do comércio da Dona Francisca (ACH, 1855; Brasil, 1856).

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro garantiu que, depois de finalizada a Estrada da Serra, seria facultada à ACH a aquisição de duas léguas quadradas de terras localizadas no planalto paranaense, pelo preço de meio Real a braça quadrada. Nesse caso, a Associação obrigava-se a estabelecer dois mil colonos na região, com a ajuda de prêmios idênticos ao anteriormente mencionado. O governo também assegurou à empresa colonizadora a preferência na aquisição de mais 16 léguas quadradas de terras vizinhas àquelas duas léguas quadradas, desde que a ACH confirmasse o desejo de colonizá-las pelos mesmos favores. Finalmente, o governo prometeu prorrogar, por mais de três anos, os favores concedidos à ACH por meio do Decreto de 15 de maio de 1850 (ACH, 1855; Brasil, 1856).

Também naquela data de 13 de junho de 1855, mediante a mesma subvenção por imigrante introduzido, o governo brasileiro contratou com Léonce Aubé, procurador do príncipe de Joinville, a importação e a fixação, dentro do prazo de cinco anos, de 4 mil colonos nas terras que ainda pertenciam ao príncipe. Nessas condições, o príncipe de Joinville enviou Léonce Aubé a Hamburgo para firmar um novo acordo com a ACH, cuja assinatura se deu em 23 de novembro de 1855 (ACH, 1855; Brasil, 1856). Pelo novo contrato, a empresa colonizadora abdicava do direito de compra das 12 léguas quadradas de terras contratualmente asseguradas pelo príncipe de Joinville, que naquela data, por intermédio do seu procurador, Léonce Aubé, adquiriu 800 ações nominiais da ACH, mediante o pagamento de 100 mil marcos e a cessão

de 7.500 hectares de terras à empresa. Ao mesmo tempo, liquidou-se a Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo, sendo seus ativos e passivos transferidos a uma nova sociedade, fundada naquele ato com o mesmo nome. Nessa nova empresa, em cumprimento às exigências do príncipe de Joinville, Léonce Aubé foi incluído como membro da direção e assumiu também o cargo de diretor da colônia Dona Francisca (Ficker, 1965; Schneider, 1983; Richter, 1983; Ferreira, 2019).

Com essa nova configuração societária e administrativa e o auxílio financeiro do governo brasileiro, a ACH deu início à segunda fase de colonização da Dona Francisca, que se transformou em um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Não obstante, o senador Manoel de Assis Mascarenhas afirmou, no Senado, que a colônia Dona Francisca só prosperava porque contava com o auxílio do príncipe de Joinville e proteção do governo brasileiro (Brasil, 1859, p. 114). Críticas como essas não abalaram a confiança da ACH em relação ao governo brasileiro, ao qual a direção da empresa expressava “profundo sentimento de gratidão à repetida prova de magnanimidade” e “lealdade” (ACH, 1860).

A generosidade e lealdade do governo brasileiro à ACH foram demonstradas várias vezes, com a concessão de favores e privilégios acertados em sucessivos contratos assinados entre 1855 e 1888. Além da ajuda financeira, por meio desses contratos, o governo brasileiro assegurou à ACH o monopólio da venda das terras localizada na colônia Dona Francisca, que, após sua expansão, cobriu uma área que compreende os atuais municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, Araquari, Guaramirim, São Bento do Sul e Campo Alegre. Não obstante, na segunda metade da década de 1880, a ACH estava novamente em crise, em decorrência da qual, em maio de 1890, a empresa suspendeu seus planos de colonização em Santa Catarina.

Conclusão

As evidências apresentadas neste artigo demonstram que a principal motivação dos empresários hamburgueses para elaborar um projeto de colonização do sul do Brasil em meados do século XIX foi a perspectiva de ampliar o comércio hamburguês-brasileiro, bem como obter ganhos

com o crescente e importante negócio do transporte de imigrantes alemães. Foram esses os objetivos primordiais que levaram vinte das pessoas e firmas comerciais mais importantes de Hamburgo, muitas delas com negócios no Brasil, a se reunirem, em 1846, para organizar a Sociedade de Promoção da Emigração Alemã para o Sul do Brasil. Com o apoio de importantes autoridades brasileiras, do Senado e da Câmara de Comércio de Hamburgo, os empresários hamburgueses planejavam criar grandes colônias agrícolas nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde os colonos, estabelecidos como pequenos proprietários rurais, deveriam produzir, principalmente, gêneros agrícolas de exportação.

Naquele mesmo ano de 1846, os empresários hamburgueses apresentaram ao governo brasileiro um plano de colonização no qual requeriam uma série concessões e benefícios. Não obtendo êxito nas suas negociações com o governo, os empresários hamburgueses passaram a negociar com o príncipe de Joinville, cujo patrimônio em terras na província de Santa Catarina reunia, segundo os empresários, todos os requisitos favoráveis à colonização alemã e à produção de gêneros de exportação, como algodão, tabaco, café e cana de açúcar. Por outro lado, os hamburgueses esperavam obter, por intermédio do príncipe de Joinville, devido às suas relações pessoais com D. Pedro II, os favores considerados indispensáveis à empresa colonizadora.

Consumado o acordo com o príncipe de Joinville, os empresários hamburgueses organizaram a Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo, que prometia aos seus acionistas um ganho de 50% em cinco anos, o equivalente a 100 marcos hamburgueses por ação. Além disso, a ACH oferecia aos seus acionistas os ganhos potenciais com a organização e transporte de imigrantes e o futuro comércio importador e exportador que os colonos poderiam proporcionar. Não por acaso, os primeiros acionistas da ACH foram grande negociantes, agências e companhias de comércio e navegação com estreitas relações comerciais com o Brasil. Entre essas empresas, encontram-se firmas comerciais e bancos de investimentos que controlavam importantes corporações e estavam ligados ao alto círculo financeiro e comercial da Europa no século XIX, o que revela o grande negócio que era o transporte de emigrantes europeus na época e o tamanho das expectativas em relação à colônia Dona Francisca.

Não obstante, já em 1854, ou seja, apenas cinco anos após a sua fundação, a ACH, por intermédio do seu representante no Rio de Janeiro,

J. C. Nagel, comunicou ao governo brasileiro as dificuldades financeiras da empresa colonizadora e solicitou auxílio para continuar investindo na colonização das terras de Dona Francisca. Depois do apelo do príncipe de Joinville, o governo brasileiro firmou seu primeiro contrato com a ACH, assinado em junho de 1855. A partir de então, o governo assumiu papel fundamental na colonização da Dona Francisca, que continuou sendo organizada e dirigida pela ACH.

Em conclusão, não fosse a decisiva interferência do príncipe de Joinville em 1855 e o permanente apoio do governo brasileiro, a ACH não teria sido capaz de continuar com o seu projeto de colonização em Santa Catarina. Esse fato merece ser destacado, pois contradiz um pensamento amplamente difundido na historiografia: o de que a colônia Dona Francisca, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX, foi, desde o início, um empreendimento modelo, bem-sucedido, independente de grandes favores do governo brasileiro por ser um negócio privado, organizado e dirigido por uma importante sociedade de empresários alemães.

Referências

- ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ). Coleção Memórias da Cidade. *Einfuhr und Ausfuhr Hamburg – Brasilien, 1845-1860*. Joinville, 1845-1860.
- ARQUIVO DA FUNDAÇÃO HANSEÁTICA. Diversos documentos sobre colonização brasileira. Hamburgo, Alemanha: Câmara de Comércio de Hamburgo.
- ASSOCIAÇÃO DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (ACH). *Relação das concessões que pede a Sociedade Colonizadora estabelecida em Hamburgo ao Governo de Sua Majestade o Imperador do Brasil*, 11 de agosto de 1849. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.
- ASSOCIAÇÃO DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (ACH). *Relatórios da Direção* de 1851. Tradução Helena Remina Richlin. Joinville: AHJ.
- ASSOCIAÇÃO DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (ACH). *Relatórios da Direção* de 1852. Tradução Helena Remina Richlin. Joinville: AHJ.
- ASSOCIAÇÃO DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (ACH). *Relatórios da Direção* de 1855. Tradução Helena Remina Richlin. Joinville: AHJ.
- ASSOCIAÇÃO DE COLONIZAÇÃO DE 1849 EM HAMBURGO (ACH). *Relatórios da Direção* de 1860. Tradução Helena Remina Richlin. Joinville: AHJ.
- BAASCH, Ernst. *Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehungen zwischen Hamburg und Amerika*. Hamburg: L. Friederischen & Co., 1892.

- BLUMENAU, Hermann. Carta do Dr. Blumenau a Johann J. Sturz, 14 de setembro de 1846. In: VOIGT, André Fabiano. *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2014.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*. Decreto nº 537 de 15 de maio de 1850. Tomo XI. Parte I, p. 23. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1850. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis>>. Acesso em: 8 maio 2020.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.
- BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Imperio do Brasil*, sessão de 14 de junho de 1859, Livro 1. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1859. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio_digitalizados.asp>. Acesso em: 8 maio 2020.
- DELBRÜCK, Hans. *Preussische Jahrbücher*. 86 Band. Berlin: Stilke, 1896.
- FERENCZI, Imre; WILLCOX, Walter F. *International migrations*, v. 1: Statistics. Nova York: NBER Books, 1929.
- FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. *Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920*. São Paulo: FFLCH/USP, 2019 (Tese de Doutorado em História Econômica).
- FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville: Imp. Ipiranga, 1965.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão*. São Leopoldo, FCC 25 de julho. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- GÜLTZON, Friedrich. *Pró-memória para servir de apoio à petição da Sociedade Colonizadora Hamburguesa*, 20 de outubro de 1853. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- ILLUSTRIRTE-ZEITUNG, Leipzig, n. 409, 3 maio 1851 (Cópia no AHJ).
- JOINVILLE, Príncipe de. *Carta do Príncipe de Joinville ao Conselheiro Paulo Barbosa, datada de Claremont, 9 de fevereiro de 1855*. APB – Tomb. 3133-97. Petrópolis: Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cidadania.
- JOINVILLE, Príncipe de. *Contrato de cessão de parte das terras dotais firmado entre o Príncipe de Joinville e Christian Matthias Schröder*. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LENZ, Sylvia Ewel. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócios (1815-1866)*. Bauru: Edusc, 2008.
- MILTENBERG, R. J. *Die Deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilischen Provinz Santa Catharina*. Berlin: Fr. Schneider & Comp., 1852.
- MINNEMANN, Herbert. *Tratado de comércio e navegação entre os senados das cidades livres*

- e hanséaticas de Lübeck*. Bremen e Hamburgo e Sua Majestade o Imperador do Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1827. Hamburgo: Instituto de Estudos Ibero-americanos, 1977.
- MÜLLER, A. Karl. *Statistisches Jahrbuch für 1845*. Verlag der I. C. Hinrichsschen Buchhandlung, Leipzig, 1845.
- NAGEL, J. C. *Pró-memória para o Visconde de Olinda*, 8 de maio de 1854. BR RJHGB Lata 216, doc. 21. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1854.
- NEUE ZÜRCHER ZEITUNG, n. 276, 3 out. 1850 (Cópia no AHJ).
- NICOCELI, Vanessa. *Hermann Blumenau: uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846-1884)*. Curitiba: UFPR, 2014 (Dissertação de Mestrado em História).
- NORTH, Michael. The great german banking houses and international merchants, sixteenth to nineteenth century. In: TEICHOVA, Alice; HENTENRYCK, Ginette Kurgan-van; ZIEGLER, Dieter (Org.). *Banking, trade and industry: Europe, America and Asia from the thirteenth to the twentieth century*. U.K: Cambridge University, 1997.
- OBERACKER JR., Carlos Henrique. Joinville: Fundação Hamburguesa, *Revista de História*, v. 31, n. 64, p. 427-431, 1965.
- OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*, v. II. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- PEDRO II, Dom. Mensagem de D. Pedro II a Paulo Barbosa (1855). In: LACOMBE, Américo L. J. *O mordomo do imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.
- PEYCKE, Peter. Exposição do cônsul hamburguês na Bahia, Peter Peycke, à Sua Majestade o Imperador D. Pedro I, 22 de março de 1826. In: MINNEMANN, Herbert. *Tratado de comércio e navegação entre os senados das cidades livres e hanséaticas de Lübeck*. Bremen e Hamburgo e Sua Majestade o Imperador do Brasil, assinado no Rio de Janeiro em 17 de novembro de 1827. Hamburgo: Instituto de Estudos Ibero-americanos, 1977.
- RICHTER, Klaus. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3ª fase, n. 4, 1983.
- RICHTER, Klaus. Os primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina: 1846-1848. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 23, 2004.
- ROBERTS, Richard. *Schroder's: Merchants & Bankers*. London: Macmillan, 1992.
- RÜRUP, Reinhard. *Deutschland im 19. Jahrhundert, 1815-1871*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1992.
- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Povoamento, imigração e colonização: a fundação de Blumenau e de Joinville*. Joinville: edição do autor, 1983.
- SCHRAMM, E. Percy. Die Deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca (Brasilien: St. Catharina) Im Rahmen Gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 1. Hamburg University Press, 1964a.
- SCHRAMM, E. P. *Neun Generationen: dreihundert Jahre deutscher Kulturgeschichte im Lichte der Schicksale einer Hamburger Bürgerfamilie (1648-1948)*, v. 2. Vandenhoeck & Ruprecht, 1964b.

- SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Tradução Martin N. Dreher. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- TERNES, Apolinário. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981.
- VOIGT, André Fabiano. *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.
- WALKER, Mack. *Germany and the emigration, 1816-1885*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1964.
- WULFE, Henry. *Norddeutsche Bank in Hamburg, 1856-1906*. Berlin: Ecksteins, 1906.

a crítica à teoria consagrada de caio prado jr. atinge octavio brandão? aparando as arestas para uma (re)interpretação das origens do marxismo brasileiro*

does the criticism of caio prado jr.'s theory reach octavio brandão? smoothing out rough edges for a (re)interpretation of the origins of brazilian marxism

Filipe Leite Pinheiro**

Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Respondendo ao questionamento formulado no título, nesse artigo pretendo relativizar o alcance da crítica à teoria consagrada, elaborada por Caio Prado Jr. Tal relativização contribui para uma reapreciação do legado teórico de Octavio Brandão e permite sua caracterização como pioneiro do marxismo brasileiro. Para isso, apresento as relações entre a Internacional Comunista (IC) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a crítica à teoria consagrada de Caio Prado Jr., bem como as principais formulações de Brandão. Argumento que quando o alvo dessa crítica é Brandão, seu alcance é apenas parcial: embora seja correta em um nível de abstração mais elevado, é improcedente a crítica que atribui a Brandão uma incompreensão das peculiaridades subjacentes à formação social brasileira.

Palavras-chave: Interpretações do Brasil. Pensamento social brasileiro. Revolução brasileira. Octavio Brandão. Caio Prado Jr.

ABSTRACT

Answering the question posed in the title of this article, I intend to make relative the scope of the criticism of the consecrated theory, elaborated by Caio Prado Jr., and thus contribute to a review of the theoretical legacy of Octavio Brandão that allows him to be characterized as a pioneer of Brazilian Marxism. To this end, I make a presentation of the relations between the Communist International and the Brazilian Communist Party (PCB), and the critique of the consecrated theory of Caio Prado Jr., as well as the trajectory and main formulations of Brandão, arguing that the scope of this criticism is only partial. I conclude that, although it is correct at a higher level of abstraction, the criticism that Brandão did not understand the peculiarity underlying Brazilian social formation is unfounded.

Keywords: Interpretations of Brazil. Brazilian social thought. Brazilian revolution. Octavio Brandão. Caio Prado Jr.

* Submissão: 25/08/2018; aprovação: 29/11/2019.

** Professor substituto do Departamento de Ciências Econômicas (DeCE) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1861-9827>>. Agradeço aos pareceristas pelos comentários e especialmente a Rodrigo Castelo pelas sugestões. Os erros e omissões são de total responsabilidade do autor.

Introdução

Talvez o mais popular dentre os intelectuais que elaboraram imagens marxistas do Brasil, Caio Prado Jr. (1907-1990) é referência incontornável no debate sobre a formação social e a revolução brasileira¹. Dois elementos de seu pensamento contribuem para tal notoriedade. Em primeiro lugar, contribui para isso sua formulação sobre o sentido da colonização, isto é, a tese de acordo com a qual o desenvolvimento histórico brasileiro seria capitalista desde o princípio da colonização. Em segundo lugar, tomando essa tese como fundamento, em sua obra *A revolução brasileira* ([1966] 2014), o autor elabora uma crítica à esquerda às teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos termos dessa crítica, a raiz dos equívocos do PCB encontra-se na caracterização do desenvolvimento histórico brasileiro como um processo histórico dotado de uma etapa feudal, resultado da importação dos preceitos da III Internacional Comunista (IC). Esta seria a teoria consagrada por Moscou, e portanto, alheia às especificidades da realidade nacional.

Já Octavio Brandão² (1896-1980), por sua vez, embora apresente uma formulação extremamente influente no PCB ao longo dos anos 1920, é um intérprete renegado do marxismo brasileiro. Confluência de um estilo obscuro, formulações teoricamente incipientes e posicionamentos impopulares, sua obra *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924* ([1926] 2006), não foi devidamente reconhecida como obra fundadora de uma leitura marxista sobre a formação social e a revolução brasileira. Embora o livro defenda a existência de feudalismo no Brasil e se inspire, em alguma medida, no arcabouço teórico da IC, há na análise uma preocupação constante com a definição da peculiaridade da formação social brasileira. Isso é patente na originalidade do uso da dicio-

¹ No *ranking* dos interpretes do Brasil que despertam maior interesse por parte dos pesquisadores, presente em Rodrigues (2019, p. 503), Caio Prado Jr. aparece em segundo lugar, com 20,9% das respostas, atrás apenas de Florestan Fernandes, com 22,9% das respostas.

² Como nota Bianchi (2012, p. 133), a grafia correta do nome é “Octavio”, embora o nome do autor apareça acentuado em alguns comentadores, como, por exemplo, Pinheiro (1991). Em *Combates e batalhas* (1978), o nome não aparece acentuado em nenhum momento.

tomia agrarismo-industrialismo para analisar o desenvolvimento histórico brasileiro, como na teoria da revolução democrática pequeno-burguesa, para apontar traços idiossincráticos da revolução no Brasil.

Muito embora Brandão seja identificado com a teoria consagrada por Moscou, como é nítido no título da sua obra, e se aproxime dela em alguns aspectos, há um exagero no peso da influência da IC nas formulações primevas do teórico do PCB. Esse exagero reside precisamente na afirmação de acordo com a qual Brandão não teria, em suas análises, captado a especificidade histórica da formação social brasileira. Tal ponto de vista encontra respaldo na leitura de Caio Prado Jr. da história da esquerda dos anos 1920 aos anos 1960 e, sobretudo, em sua crítica à teoria consagrada. À medida que Brandão realiza uma análise da peculiaridade da formação social brasileira, é possível considerar que a crítica à teoria consagrada de Caio Prado Jr. se adéqua, apenas parcialmente, a *Agrarismo e industrialismo*.

Começo tratando do processo de aproximação do PCB com a IC em dois momentos: o primeiro, da sua fundação em 1922; e o segundo após o VI Congresso da IC, em 1928. No interregno que vai de sua fundação ao VI Congresso, certa negligência da IC forneceu espaço para as formulações originais, que captaram a especificidade da formação social brasileira. Após o VI Congresso tais condições se erodem gradualmente, com a consolidação do stalinismo. Em seguida, apresento a crítica de Caio Prado Jr. à teoria consagrada e a tese do sentido capitalista da colonização, esta última fundamento da primeira. Por último, desenvolvo aspectos que permitem afirmar a imagem marxista do Brasil de Octavio Brandão como reflexão absolutamente original sobre a realidade brasileira. Em que pese à aproximação do autor ao esquematismo das formulações da IC, sobretudo em níveis de abstração mais elevados, existem momentos, como é o caso de sua teoria da revolução democrática pequeno-burguesa, em que saltam aos olhos o enraizamento da análise na realidade nacional.

1. A teoria consagrada e as origens do comunismo brasileiro

Conforme relato do militante Afonso Schmidt, em *Bom tempo* (1958),

a fundação do PCB seria resultado da visita de um enviado da III Internacional Comunista (IC) à América Latina. Esse enviado, de nome Ramison, foi incumbido da tarefa de estabelecer partidos comunistas por todo o continente. Devido ao título da crônica cujo relato é feito, Ramison entraria para a história como “O cometa de Manchester”. Schmidt foi surpreendido na redação do jornal *A vanguarda*, em São Paulo, no horário do almoço, por um homem de estatura mediana com uma pasta de couro debaixo do braço e um longo chapéu de fibra sobre a cabeça. O homem lhe perguntou, em castelhano: “O dono está?”. De pronto, Schmidt informou-lhe que o jornal era uma cooperativa libertária, portanto, não havia dono. Ao ser indagado sobre o mais velho e experiente, indicou-lhe Edgard Leuenroth, que havia saído para almoçar. Quando regressou do almoço e deparou-se com o cartão do suposto representante de uma fábrica de tecidos de Manchester, Leuenroth hesitou por um instante, mas foi se encontrar com o homem naquela noite (Schmidt, 1958, p. 353-354; Dulles, 1977, p. 138; Bandeira, 2017, p. 387).

Na manhã seguinte, ao entrar na redação de *A vanguarda*, Leuenroth revelou a Schmidt e a outros companheiros o verdadeiro propósito de Ramison; o homem era um enviado da Agência de Propaganda para a América do Sul da III IC em viagem ao Brasil. Surpreso com a inexistência de um partido comunista no país, a despeito da relativa mobilização do movimento operário, Ramison inquiriu Leuenroth sobre a possibilidade de criação de um partido comunista. Respondendo negativamente, Leuenroth se justificou: “Porque não sou bolchevista”. Entretanto, Leuenroth indicou Astrojildo Pereira, à época morador do Rio de Janeiro, como potencial colaborador para o projeto de Ramison. Passados três dias, Astrojildo chega a São Paulo em um vagão de segunda classe e é apresentado ao “cometa”, com quem iniciou relações políticas e pessoais que culminariam na fundação do PCB (Bandeira, 2017, p. 378; Schmidt, 1958, p. 353-354).

Esse momento pode ser tomado como marco inicial das tortuosas relações da IC com o PCB. Entretanto, episódios de natureza anedótica, como esse, são insuficientes para explicar um processo complexo como a formação de um partido político. O processo de formação do PCB deve ter seu marco analítico referenciado na formação da classe trabalhadora brasileira e, sobretudo, em sua tomada de consciência dos problemas

políticos do país. Tal processo de elaboração teórica dos problemas da prática política, serve como acicate para a formulação de interpretações marxistas da realidade brasileira, isto é, análises que se debruçam sobre a peculiaridade da formação social brasileira para transformá-la. Sendo a principal organização da classe trabalhadora brasileira, o PCB exerce papel privilegiado no período que se estende de sua fundação até, ao menos, meados dos anos 1970.

Nesse sentido, as origens do PCB remontam às greves que transcorrem entre 1917 e 1921³, contexto no qual o partido se forma a partir do movimento sindical anarquista atuante ao longo da Primeira República. Esse processo tem dois momentos marcantes. O primeiro é o ensaio de fundação do PCB, em 1919, quando os militantes anarquistas, influenciados pela Revolução Russa, flertaram pela primeira vez com os métodos organizativos bolcheviques. A organização seria dissolvida após a chegada das notícias sobre as divisões entre anarquistas e bolchevistas na Rússia e na Ucrânia. Outro ponto digno de destaque é o fato de no período se apresentarem as primeiras tentativas de equacionar uma análise da revolução brasileira: o texto de Helio Negro e Edgard Leuenroth, *O que é o maximismo ou bolchevismo. Programa comunista* ([1919] 2017), e *Princípios e fins do programa anarquista-comunista* (1919), de José Oiticica. A principal limitação desses textos se encontra na ausência de uma análise da formação econômica e social brasileira capaz de servir como fundamento à análise da revolução brasileira.

A cisão entre bolchevistas e “anarquistas puros” no movimento sindical, em 1922, é o marco da fundação do PCB e o resultado de um processo de acúmulo de tensões em torno da política de reorganização do movimento operário que transcorria desde a dissolução do primeiro PC. Tais tensões decorriam de um balanço negativo da greve de 1917, dada a não efetivação dos aumentos salariais e a perseguição das lideranças sindicais. Sem ter qualquer tradição marxista ou socialista previamente

³ Ocorre entre 1917 e 1921 o segundo ciclo de greves da Primeira República. Segundo Mattos (2009, p. 53), ocorreram no Rio de Janeiro: 1917 – 13 greves; 1918 – 29; 1919 – 26; 1920 – 26; 1921 – 4. Nota-se que o desaquecimento das greves coincide com as análises do IV Congresso da IC sobre a perda de força da revolução mundial; ou seja, o PCB já emerge em um momento de afluxo do movimento operário e de virada de IC para a linha de frente única.

estabelecida⁴ e muito menos uma cultura política burguesa pujante com as quais dialogar, e sob forte influência da Revolução Russa, os militantes anarquistas emularam os métodos organizativos bolcheviques como uma forma de defesa contra tais perseguições (Antunes, 1995, p. 27). Em uma perspectiva mais ampla, o processo de complexificação da estrutura produtiva colocou para a classe trabalhadora em geral, e para os comunistas em especial, a necessidade da organização política e eleitoral dessa classe (Mazzeo, 1999, p. 20). Ao mesmo tempo, pela origem sindical da maioria dos seus quadros, viam nessas organizações o local ideal para aglutinar trabalhadores e formar uma vanguarda revolucionária (Mattos, 2009, p. 50).

Os primeiros integrantes das fileiras do PCB seriam formados em um caldo de cultura no qual Karl Marx era apenas mais uma esparsa referência, associada ecleticamente a uma miríade de outros pensadores anarquistas, como Bakunin e Kropotkin, ou positivistas, como Comte e Spencer (Aricó, 1987, p. 422; Batalha, 2014, p. 12). O positivismo era influente nesses meios como ferramenta de análise do cenário histórico, econômico e político nacional⁵, desempenhando o papel de uma ideologia progressista em uma configuração social de reacionarismo e predomínio do pensamento conservador (Zaidan, 1985, p. 19–20).

Do que foi exposto é possível depreender duas conclusões. A primeira é que as raízes bolchevizadas do PCB resultam mais das condições políticas e organizativas da classe trabalhadora brasileira do que da interferência política direta da IC no partido; a adoção do modelo de organização bolchevique é uma das respostas possíveis à época para as novas necessidades organizativas então surgidas. Em segundo lugar, dadas as trajetórias políticas dos primeiros militantes do PCB, existiam desde o princípio afinidades prévias entre a matriz intelectual subjacente às formulações desses quadros e aquela proposta pela Internacional

⁴ Existiram tentativas de organizar um movimento sindical socialista no Brasil ainda no final do século XIX e nas primeiras décadas dos anos 1920. Mattos (2009, p. 46) atribui a má fortuna dos socialistas à sua ênfase na luta política em detrimento da luta sindical.

⁵ Os exemplos da relação entre marxismo e positivismo vão muito além das formulações de Brandão. Por exemplo, Leônidas de Resende, autor de *A formação do capital e seu desenvolvimento* ([1932] 2011), e Edgardo de Castro Rebello, autor de *Mauá e outros estudos* ([1931] 1975), ambos professores da Faculdade Nacional de Direito, eram adeptos de uma interpretação positivista do marxismo.

Comunista – ambas enormemente influenciadas pelo materialismo mecânico, padecem do determinismo e do logicismo positivista. Outras afinidades também podem ser apontadas na assimilação da tese sobre a existência de feudalismo no Brasil, considerando a existência prévia no pensamento social brasileiro e na historiografia de uma corrente de interpretação postulante da existência de uma etapa feudal para o desenvolvimento do país – por exemplo, em autores como: Capistrano de Abreu, OliveiraVianna, Nestor Duarte e Gilberto Freire (Mazzeo, 2003, p. 154-155).

A participação polêmica do militante libertário Bernardo Canellas no IV Congresso da IC serve como alerta para dirimir exageros ao tratar de tais afinidades. A defesa da maçonaria por parte de Canellas e suas discordâncias com a direção da IC – leia-se: Lênin e Trotski – sobre a falta de democracia interna na nova estrutura da organização então em votação, que determinava que as reuniões das seções locais passariam a ocorrer depois, e não antes, dos congressos da IC, criaram as condições de um impasse responsável pelo atraso em dois anos na admissão do PCB como partido membro da Internacional (Zaidan, 1985, p. 58-60). Em dezembro de 1922, o Comitê Executivo da Internacional, com parecer de Boris Souvarine (1895-1984), publicou um relatório indicando seu parecer contrário ao reconhecimento do PCB como membro imediato, admitindo-o apenas como simpatizante. Sua justificativa era o fato de o PCB carregar em seu seio resquícios de ideologias burguesas como a maçonaria (Dulles, 1977, p. 167; Bandeira, 2017, p. 391).

Rodolfo Ghioldi, militante do Partido Comunista Argentino (PCA) – membro da IC desde 1921 –, seria o enviado da Comissão Executiva da Internacional, em 1924, para verificar as providências que tinham sido tomadas em relação a Canellas. Resistindo diante da imposição de fazer uma autocrítica, Canellas divulga o relatório entregue ao PCB como resultado de sua viagem, episódio que culmina em sua expulsão do partido. O relatório de Ghioldi para a IC considerou válidas as medidas tomadas contra Canellas e conforme os princípios da Internacional, a estrutura, a tática e a orientação política do PCB. O partido aceitava, inclusive, a adoção da tática parlamentar e eleitoral proposta pela IC. Isso permitiu a melhora das relações entre a IC e o PCB e pavimentou o caminho para a ida de Astrojildo Pereira e Rodolfo Coutinho ao V Congresso da IC como delegados do Brasil, selando a entrada do PCB

como membro formal da organização (Dulles, 1977, p. 168; Pinheiro, 1991, p. 151).

A partir do V Congresso da IC (1924) a organização estenderia seus interesses no mundo colonial, inicialmente circunscritos à África e à Ásia, pela primeira vez aos países latino-americanos. Embora tenha tido como foco a questão balcânica, nesse congresso ficou determinada a criação do Secretariado Sul-Americano (SSA), dedicado exclusivamente aos assuntos da região, em moldes similares a organismos já existentes destinados às questões da Europa central, o mais importante deles até então, Balcãs e Ásia Central, por exemplo. Até a fundação do SSA, a comunicação entre os PCs latino-americanos e a IC era feita através do Partido Comunista Argentino (PCA), que desempenhava, oficiosamente, a função de caixa de correspondência (Mazzeo, 1999, p. 50-51; Pinheiro, 1991, p. 147-148).

A mudança de percepção da IC sobre a importância do continente latino-americano parte do reconhecimento da atuação crescente do imperialismo estadunidense na região, em constante disputa com os capitais britânicos previamente estabelecidos. Desse modo, seria possível desestabilizar o imperialismo britânico, principal inimigo de acordo com a estratégia então seguida pela IC. A América Latina em geral, e o Brasil em especial, serão o terreno privilegiado dessa disputa. Entretanto, o enfoque no continente não veio acompanhado de um esforço para elaborar teoricamente suas principais especificidades históricas. A projeção da via chinesa para o caso brasileiro é o melhor exemplo disso, com a proposta da formação de uma frente ampla nacionalista e anti-imperialista, nos moldes daquela frente composta pelo Partido Comunista Chinês (PCC) e o Kuomintang. Não por acaso, a frente eleitoral posta em prática pelo PCB nos anos seguintes, o Bloco Operário Camponês (BOC), seria designada pelo secretário da Seção Latina da IC, Jules Humbert Droz, como “Kuomintang brasileiro”. (Pinheiro, 1991, p. 153-156).

Ora, tal reducionismo é acentuado pela subordinação das diretrizes estratégicas da IC à tese do socialismo em um só país, somado ao desconhecimento completo das peculiaridades históricas dos países coloniais – latino-americanos, principalmente –, e, em alguma medida, pelo eurocentrismo dos membros da IC. A restrição da liberdade desfrutada pelas seções nacionais da IC aumenta *pari passu* ao avanço da subordinação à tese do socialismo em um só país. Um primeiro passo nesse

sentido foi a mudança de posição ocorrida entre o IV e V Congressos da IC, dirigida principalmente às possibilidades de aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia nos países coloniais. Colocam-se assim os elementos fundamentais da teoria dos quatro blocos, que se aplica ao mecanismo de formação de frentes populares na América Latina. Entretanto, esse era apenas um sinal do que estava por vir no VI Congresso da IC (Mazzeo, 1999, p. 41-42).

OVI Congresso da IC ocorre em um clima de acirramento das disputas em torno da tese do socialismo em um só país, chegando ao ponto da ruptura definitiva entre Stalin e Trotski; este último, principal proponente da tese da revolução mundial. Além disso, o congresso transcorre sob forte impacto da derrota do levante de Xangai. Se por um lado a derrota foi atribuída aos erros de condução da direção nacional, e não às orientações táticas fornecidas pela IC, por outro, a vitória definitiva da tese do socialismo em um só país não levou senão à absoluta obliteração das particularidades históricas dos países coloniais. Nesse congresso se institui a taxonomia oficial, exposta por Bukharin, que dividia os países em três grupos: os países de capitalismo superior, com forças produtivas desenvolvidas e democracia burguesa plenamente estabelecida, países de nível médio, com vestígios feudais e um processo de democratização incompleto, e os semicoloniais, nos quais a luta contra o feudalismo e a realização da revolução democrático-burguesa seria necessariamente uma etapa preparatória para o socialismo (Mazzeo, 1999, p. 47-48).

Essa formulação seria a base daquilo que veio a ser conhecido como “teoria consagrada”. Em seus termos, o desenvolvimento histórico das sociedades humanas é apreendido como um processo evolutivo que passaria necessariamente pelas etapas do comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e comunismo. Fundamento da tática do bloco das quatro classes, que apregoava a formação de um bloco anti-feudal e anti-imperialista entre a classes trabalhadora e setores nacionalistas das burguesias coloniais, a teoria dos cinco estágios promoveu a cristalização de uma estratégia rígida para as seções nacionais dos países latino-americanos. Em detrimento das diretrizes exíguas postas anteriormente, elimina-se por completo as condições responsáveis por fomentar a aparição de análises criativas e originais das realidades locais. Tais formulações tornam-se então incapazes de superar o dilema entre

o particularismo hipostasiado, isto é, a percepção da particularidade deslocada da universalidade, e a generalização indevida, que lacera totalmente a particularidade histórica de cada formação social (Löwy, 2007, p. 12-14).

Passado o VI Congresso, a I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, em 1929, detalha os elementos para uma teoria geral da revolução no continente, agora, referenciada na situação mexicana. A transposição esquemática das experiências dos países centrais, ou ainda, de países latino-americanos de configurações históricas *sui generis*, no bojo da conclusão do processo de estalinização dos PCs, consistiu no passo final para o empobrecimento das visões criativas do processo histórico latino-americano então em curso. Esse processo também culminou na imposição de uma autocrítica a Brandão e no afastamento do primeiro grupo dirigente do PCB, encabeçado por Astrojildo Pereira. Os motivos do afastamento seriam supostos desvios pequeno-burgueses, isto é, o menchevismo, praticado pela organização, incapaz de manter a autonomia da classe trabalhadora no esquema do bloco das quatro classes (Mazzeo, 1999, p. 52-53).

Expostos os traços gerais da gênese e do desenvolvimento das relações do PCB com a IC e da constituição da teoria consagrada, bem como de sua assimilação e imposição para o partido, na próxima seção apresento a crítica formulada por Caio Prado Jr. à teoria consagrada.

2. Caio Prado Jr. e a crítica à teoria consagrada

Oriundo de uma rica família de cafeicultores paulistas, Caio Prado Jr. se filiou ao PCB em 1931. Sua atuação mais destacada como militante ocorreu em 1935, quando, após retornar de uma viagem à União Soviética, assumiu a presidência da seção paulista da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento popular que pretendia formar uma frente antifascista no Brasil. Dissolvida e posta na ilegalidade por Vargas, as lideranças da ANL foram perseguidas e presas, rendendo a Caio Prado Jr. dois anos de reclusão; em 1937, foi liberado, pedindo exílio na França. A despeito dessas ocasiões, as divergências veladas em torno da sua orientação teórica, tida como heterodoxa pelo grupo PCB, sempre obstaculizaram seu protagonismo dentro da organização. No seio dessas

divergências estão o rechaço de Caio Prado Jr. à interpretação e às teses do PCB, teses estas oriundas da importação, por parte do PCB, das diretrizes da IC. Propondo uma interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro como capitalista desde o princípio, Caio Prado Jr. iria desafiar a estratégia do PCB, através de uma crítica aos seus fundamentos. Além disso, de modo mais amplo, o autor também dirige sua crítica a toda a tradição historiográfica progressista, alinhada com a interpretação do feudalismo na realidade brasileira (Mazzeo, 2003, p. 158-159).

A primeira obra em que Caio Prado Jr. veicula essa interpretação capitalista do desenvolvimento histórico brasileiro seria *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* ([1933] 2012), livro no qual o autor realiza uma análise de classes da história brasileira do período colonial ao Império empregando tal interpretação como fundamento. No primeiro capítulo da obra o autor trata especificamente da economia colonial, destacando a predominância da grande exploração agrícola e as dificuldades para o estabelecimento da pequena propriedade fundada no trabalho livre; a dura concorrência com a força de trabalho escrava africana, a grande escala produtiva dos empreendimentos necessários às culturas de exportação, a falta de mercados para o escoamento dos produtos, a hostilidade dos povos indígenas e latifundiários etc. A grande exploração, por sua vez, colocaria um grande número de pessoas – trabalhadores livres e escravos – sob comando de um único senhor, em uma escala compatível com as rentáveis culturas de exportação, fazendo frente aos perigos e às adversidades da colônia tropical (Prado Jr., [1933] 2012, p. 24).

Tais elementos são reafirmados e desenvolvidos em sua principal obra *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia* ([1942] 2011), através da tese do sentido da colonização. Consequência do predomínio da grande exploração nas bases econômicas do desenvolvimento do Brasil, a formação econômico-social brasileira deveria atuar como meio de abastecimento de bens primários para as economias metropolitanas. Nos termos do autor, a principal especificidade do capitalismo brasileiro seria apresentar um padrão de desenvolvimento voltado para o mercado externo:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais

completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (Prado Jr., [1942] 2011, p. 28)

Contudo, a disciplina militante de Caio Prado Jr., aparentemente inquebrável e inquebrantável, não resistiria diante da estupefação da esquerda brasileira frente ao Golpe Civil-Militar de abril de 1964 e aos acontecimentos que o sucedem. As críticas do autor ao PCB, até o momento silenciadas ou expressas de maneira velada em temáticas transversais – como é caso da crítica à política de reforma agrária e ao apoio ao governo de Juscelino Kubitschek –, se tornariam públicas em *A revolução brasileira* ([1966] 2014), texto no qual o autor dirige uma crítica à esquerda ao programa do PCB. Para isso, inicia sua exposição com um debate sobre o significado do conceito de revolução, visando dirimir eventuais confusões em torno do tema, já que uma revolução pode ocorrer sem que uma insurreição ocorra; tal seria a dinâmica do processo revolucionário brasileiro. Coutinho (2011b, p. 208-209) destaca a semelhança entre essa formulação de Caio Prado Jr. e os conceitos de via prussiana, formulado por Lênin, e de revolução passiva, elaborado pelo marxista italiano Antonio Gramsci.

No segundo capítulo da obra, nomeado “A Teoria da Revolução Brasileira”, o autor mobiliza uma série de elementos de sua interpretação do desenvolvimento brasileiro – notadamente a tese do sentido da colonização e das origens agrárias da burguesia brasileira –, com o intuito de apresentar suas críticas contra as teorias da revolução até então em voga no PCB. Tais interpretações, que têm seus principais representantes em Nelson Werneck Sodré ([1962] 1964) e Alberto Passos Guimarães ([1963] 1989), afirmam a existência de “feudalismo” ou “restos feudais” como um entrave à consolidação do capitalismo no Brasil⁶.

O que me interessa em especial é a história das teorias da revolução brasileira que Caio Prado Jr. formula como um dos fundamentos para corroborar sua crítica ao PCB. Correto ao apontar o caráter equivocado

⁶ É importante notar que mesmo quando Sodré fala em feudalismo, trata-se de um feudalismo à brasileira. Sobre isso, ver: Pinheiro, Curty e Malta (2015).

dessa tese, Caio Prado Jr. exagera ao atribuir a consolidação dessa linha interpretativa no partido exclusivamente à influência da Internacional Comunista nos anos 1920. Segundo o autor, em linhas gerais, as teorias marxistas do Brasil formuladas entre os anos 1920 e 1960 seriam obra direta da influência da Internacional e, portanto, carregariam tanto falhas teóricas, como de apreensão da realidade concreta. Em seus termos:

A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, diretamente ou indiretamente, se inspiraria todo o pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais na década de 1920, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes. (Prado Jr., [1966] 2014, p. 37)

O equívoco na apreensão da realidade concreta decorre da necessidade de deformá-la para adequá-la ao esquema teórico importado para o Brasil. Nesse procedimento, a abstração assume um papel fundamental. Para Caio Prado Jr. – que, diga-se, para evitar eventuais confusões, difere bastante do procedimento abstrativo empregado por Marx – a abstração é uma teoria formulada *a priori* para enquadrar a realidade, uma teoria às avessas, indo dos conceitos aos fatos, procurando adequar os últimos aos primeiros. O autor chega a estabelecer um paralelo entre a natureza dessas formulações sobre o feudalismo e aquelas de Comte e Spencer:

Tem-se a impressão de estar vogando nas águas do velho Augusto Comte com sua famosa Lei dos Três Estados, ou de um Spencer e sua concepção da passagem do homogêneo para o heterogêneo. Isto é, de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. (Prado Jr., [1966] 2014, p. 34–35)

Como resultado, tem-se um esquema teórico que plana sobre a realidade brasileira e mistifica as condições históricas concretas para a ação política, gerando graves consequências para a práxis revolucionária. O principal alvo da crítica de Caio Prado Jr. são as teorias preconizadas pelo PCB, que caracterizam a revolução no Brasil como antifeudal e anti-imperialista, apontando para a necessidade de suprimir os restos feudais e semif feudais presentes na formação social brasileira. A existência do feudalismo como etapa necessária do desenvolvimento histórico

resulta da transposição mecânica do esquema da evolução das sociedades humanas em cinco modos de produção – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, comunismo –, inspirado na evolução das sociedades europeias, para a realidade brasileira. Embora existam coincidências e semelhanças, estas não podem ser consideradas dominantes na formação social, o que implicaria a ignorância das verdadeiras condições históricas por parte das teorias da revolução no Brasil.

É, aliás, aquela ignorância da realidade brasileira que tornou tão fácil aos autores da nossa teoria revolucionária aplicarem ao Brasil o esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar do nosso país os “restos feudais” ainda nele presentes por atribuição do mesmo esquema. Graças a essa ignorância, não se embaraçaram nossos teóricos com o profundo e chocante contraste entre o que realmente se passava no Brasil e o que eles entendiam que deveria se passar. O contraste somente se faria sentir na inaplicabilidade da teoria à prática, e nas lamentáveis consequências que isso traria para o processo revolucionário e sua maturação. (Prado Jr., [1966] 2014, p. 39)

A transposição mecânica desses esquemas e a ignorância da realidade brasileira, permitem explicar o alheamento da esquerda às situações políticas revolucionárias. Este seria, para Caio Prado Jr., o caso de 1964; poderíamos, contudo, estender tal análise às condições revolucionárias de 1930. Embora o alvo de sua crítica seja a linha política encaminhada pelo PCB entre os anos de 1944 e 1954, e esta enfatize o VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, como marco da entrada massiva da teoria consagrada no PCB, Caio Prado Jr. desconsidera a existência de uma análise da especificidade nacional nas formulações do partido ao longo dos anos 1920. Consequentemente, a interpretação de Octavio Brandão é desconsiderada como fundador de um marxismo nacional legítimo, e, nesse sentido, a omissão é mais perversa do que a crítica.

A partir deste prognóstico sobre a teoria consagrada, no capítulo seguinte, intitulado “A realidade econômica brasileira”, Caio Prado Jr. se propõe a realizar a correção e a revisão dessas formulações, com base em sua interpretação do Brasil. Passo agora à análise da obra de Octavio Brandão, procurando apontar elementos subjacentes à sua análise da realidade que apontem para a especificidade nacional.

3. Octavio Brandão e as origens do marxismo nacional

Egresso do movimento sindical anarquista, e formado em um referencial teórico notadamente positivista, Octavio Brandão percorre a trajetória típica dos pioneiros na construção do movimento comunista brasileiro. Nascido em 12 de setembro de 1896 em Viçosa (AL), conhecida região canavieira ao centro do estado, situada nas proximidades do Quilombo dos Palmares, sua paisagem e sua gente serviram de inspiração para romances do colega de classe no primário, Graciliano Ramos (Brandão, 1978, p. 58). É em Viçosa que Paulo Honório, protagonista de *São Bernardo* ([1934] 2013), adquire propriedade, após fazer fortuna como mascate sertão adentro. Assim como as demais personagens que compõem a trama, os personagens de Graciliano Ramos encarnam trajetórias históricas possíveis para homens e mulheres à época, característica marcante do seu realismo (Coutinho, 2011a) – Brandão poderia facilmente ser um deles.

Tendo cursado farmácia em Recife, Brandão se interessa simultaneamente pelas ciências naturais e históricas. Em sua visão, essas ciências articulam em uma evolução contínua formas de ser vistas como qualitativamente semelhantes, contemplando a totalidade do desenvolvimento histórico-geológico. Em 1917, o autor iniciou uma série de viagens pelas lagoas de Manguaba e do Mundaú e seus canais, para conhecer suas formações geológicas, sua botânica, mas, sobretudo, seu povo. Os registros dessa viagem lhe renderiam seu primeiro trabalho de fôlego, *Canais e lagoas* ([1919] 2001), no qual o autor descreve a terra e a gente das lagoas de Manguaba e do Mundaú, em Maceió. Abertamente inspirado em *Os sertões*, de Euclides da Cunha, o livro marca a maturação da visão de mundo de sua juventude, abarcando em um mesmo referencial teórico a terra e a gente das lagoas, e tratando de aspectos geológicos, botânicos, antropológicos e sociais em doze ciclos evolucionários (Lacerda, 2015, p. 15).

Dessa pesquisa, Brandão realizou duas palestras em 1917 em Maceió, nas quais expunha os processos geológicos que haviam produzido as Lagoas do Mundaú e de Manguaba. Tais processos indicavam como os sedimentos acumulados nas lagoas e em seus canais de ligação com o mar eram indícios da possibilidade de descoberta de petróleo comercializável. Sua explicação científica para a formação das lagoas, calcada

na geologia, desagradou profundamente a Igreja Católica, extremamente influente no meio social local, ao passo que seu posicionamento político nacional-popular desagradou profundamente as elites locais, alinhadas com o imperialismo⁷.

Participando da luta pela redução da jornada de trabalho e por aumentos salariais com camponeses e operários de Alagoas, Brandão seria alvo de perseguição policial. A publicação de um artigo no jornal *A semana social*, com posicionamento contrário à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, uma guerra imperialista, levaria ao fechamento do jornal por ordem do governo federal e agravaria esse quadro. Após ser cercado e escapar pelos fundos da redação do jornal, o autor seria jurado de morte por um pistoleiro que, caso o executasse, receberia o cargo de chefe de polícia (Moraes, 2014, p. 16-17).

Escondido em um navio, Brandão fugiria para o Rio de Janeiro em 1919, onde assume a linha de frente das lutas sindicais, escrevendo artigos na imprensa, realizando conferências para os trabalhadores, panfletando nas portas de fábrica e proferindo discursos em comícios (Del Roio, 2004, p. 119). Chegando ao Rio de Janeiro, Brandão participa da “primeira fundação” do PCB, em junho de 1919, mas, com a dissolução da organização, não pende imediatamente para o lado dos bolchevistas. A adesão de Brandão ao PCB estaria hipotecada à constatação de que a crise do segundo ciclo de greves resultou das debilidades organizativas do anarcossindicalismo. Era preciso uma forma organizativa capaz de enfrentar os métodos policiais empregados pela burguesia, e essa forma era o bolchevismo⁸. Ao ingressar no PCB, Brandão foi designado para

⁷ Nas palavras do autor: “Já é tempo de abrímos os olhos para as nossas riquezas e confiarmos antes nelas, do que nos clássicos empréstimos indecentes ou nas promessas falazes dos nossos *pretendidos irmãos latinos ou amigos britânicos, que afinal não passam de sanguessugas insaciáveis*.” (Brandão, [1919] 2001, p. 133, grifo nosso).

⁸ Sobre a perseguição política aos trabalhadores ao longo da Primeira República, ver Pinheiro (1991, capítulo 5). Nesse capítulo, o autor destrincha os métodos policiais de repressão à classe trabalhadora, destacando a deportação e o desterro para campos de concentração, como o de Clevelândia, no Oiapoque. Os trabalhadores muitas vezes eram presos por vadiagem ou escolhidos a esmo entre os desafetos pessoais das autoridades policiais. As condições de transporte até o campo, assim como as condições desumanas de vida testemunhadas, faziam com que, na prática, o desterro fosse uma sentença de morte.

as tarefas de formulação teórica, elaborando uma defesa do movimento comunista internacional e da Revolução Russa⁹ (Konder, 2009, p. 181).

Resulta da execução dessa tarefa a redação de *Rússia proletária* (1923), obra na qual é feita uma apaixonada defesa da Revolução Russa, marcando a transição do autor para o marxismo. Publicada pelo jornal *A voz cosmopolita*, a obra era dividida em duas partes. A primeira tratando dos indígenas, de acordo com o autor, elementos pré-históricos; e a segunda dos elementos históricos, subdivididos em quatro ciclos evolutivos: primitivo, medieval, medievo-moderno e moderno. O quinto, a Revolução Comunista, ainda estava por ocorrer, mas já estava previamente estabelecida. Com exceção do último, a ditadura do proletariado, todos os demais ciclos possuem uma divisão entre classes exploradoras e classes exploradas, que, na perspectiva do autor, são as contradições moventes da evolução histórica brasileira. Em *Rússia proletária*, os conceitos de classe social e imperialismo passam a dividir espaço com os de povo e nação. Contudo, permanecem a aplicação dos ciclos evolutivos e a visão monista da realidade histórico-social, trazendo embrionariamente a interpretação apresentada em *Agrarismo e industrialismo*.

Outra contribuição importante associada à atuação de Brandão é a primeira tradução integral de *O manifesto comunista*, publicada em 1924 no jornal *A voz cosmopolita*. O trabalho de difusão do marxismo realizado por Brandão raramente é lembrado como um aspecto importante do seu trabalho. Mesmo Konder, pouco simpático ao marxista alagoano, reconhece que: “Ao que tudo indica, nenhum outro marxista brasileiro, naquele momento, dispunha de uma bagagem de conhecimento comparável à Brandão” (Konder, 2009, p. 182). Algumas das escassas leituras, disponíveis apenas em língua estrangeira, eram: *Miséria da filosofia*, *O Anti-Dühring*, *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, *As lutas de classe na França*, e o resumo de *O capital*, de Carlos Cafiero.

Por último, vale destacar a influência decisiva de Lênina na adesão de Brandão ao marxismo, através de textos como *O Estado e a revolução* e *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tal influência transpareceria inclusive no título de *Agrarismo e industrialismo*, que, antes mesmo do

⁹ Sua entrada na organização em fins de 1922 foi festejada por Astrojildo Pereira, que declarou em um discurso aos operários que “um homem que vale por 10, havia ingressado no partido” (Dulles, 1977, p. 151).

termo marxismo-leninismo ser empregado de maneira rotineira, já se pretendia um ensaio marxista-leninista de interpretação histórica¹⁰. Perseguido pela polícia política no estado de sítio de Arthur Bernardes, escondido na casa de um camarada, Brandão acompanhava atentamente o levante tenentista de 1924, que começaria localmente para então ganhar magnitude nacional, originando a Coluna Prestes:

Na clandestinidade, Octavio Brandão, a 28 de julho de 1924, se encontrava na casa do jornalista Rodolfo Mota Lima, quando chegaram ao Rio as notícias de que as tropas de Isidoro tinham evacuado São Paulo. Rodolfo Mota Lima entra pela casa completamente desesperado pela notícia da derrota. Brandão acabara de ler uma tradução francesa de *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*; sentado ao fundo da sala de jantar, começou a redigir um estudo a respeito da revolta de 1924, conforme a interpretação marxista. (Dulles, 1977, p. 222)

3.1 Uma interpretação marxista-leninista da realidade brasileira

Sob impacto da irrupção do segundo levante tenentista e da Coluna Prestes, Brandão iniciou imediatamente a redação daquilo que viria a se tornar o primeiro ensaio marxista de interpretação da realidade nacional. Seu objetivo era compreender o significado das revoltas tenentistas através de uma mirada totalizante, recorrendo para isso ao referencial teórico “marxista-leninista”. A influência do movimento dos tenentes transparece em seus primeiros parágrafos: “Enquanto a batalha se prolonga pelo interior, através de guerrilhas, procuraremos fazer a análise dessas lutas sob o ponto de vista do marxismo-leninismo” (Brandão, [1926] 2006, p. 25).

Entretanto, *Agrarismo e industrialismo* não se limita unicamente à análise teórica de seu objeto, a formação social brasileira, trazendo à tona também uma convocatória à ação da classe trabalhadora na transformação

¹⁰ Os comentaristas divergem sobre o primeiro uso da expressão marxismo-leninismo. Enquanto Moraes (2007, p. 41–43) afirma que Deborin empregou pela primeira vez a expressão em março de 1928, e que Stalin só a utilizou em 1930, Bianchi (2012, p. 138) afirma que a expressão foi utilizada por Zinoviev, em 1927, nas teses sobre a revolução chinesa, e Stalin só a empregaria em 1928. O que interessa aqui é que todas as datas são posteriores a *Agrarismo e industrialismo*, endossando o uso “pioneiro” do termo por Brandão.

desse objeto. Desse modo, o texto oscila entre um ensaio de interpretação histórica e um panfleto de agitação política. Seu estilo é seco e direto, procurando com isso atingir seu público alvo, as massas trabalhadoras e a pequena burguesia urbana, mas “nem por isso deixava de ser confuso, disperso e pretensioso” (Bianchi, 2012, p. 139). A estrutura argumentativa por enumeração, através do levantamento de sucessivos fatos que corroboram a tese do autor para explicar o desenvolvimento social brasileiro, obstaculiza a leitura, causando descontinuidades ao longo da exposição do argumento. Isso se relaciona à forma como *Agrarismo e industrialismo* foi redigido. A primeira parte da obra, que contém seus elementos fundamentais, foi terminada em agosto de 1924 e serviu como base para a formulação das teses do II Congresso do PCB¹¹, em 1925. As duas últimas partes, que complementam a discussão anterior, foram escritas respectivamente em 1925 e 1926. A ausência de uma exposição clara de suas teses e a construção da argumentação por enumeração, levantando fatos e dados aparentemente sem nenhuma conexão interna para dar volume ao argumento, obscurecem muitos pontos da obra.

O método marxista-leninista utilizado por Brandão foi duramente criticado por seus interlocutores. Aristides Lobo, ao comentar *Agrarismo e industrialismo* no jornal da Liga Comunista Brasileira (LCB), organização trotskista fundada no final dos anos 1920, considera que a obra teria sido “a tentativa mais séria, mais meticulosa e mesmo mais heroica” (Lobo, [1931] 2015, p. 75) de tratar da situação brasileira até então, mas, ao mesmo tempo “a mais antimarxista e desastrosa [...] um bazar de monstruosidades teóricas” (Lobo [1931] 2015, p. 76). Entre seus comentaristas, Konder (2009, p. 183) insiste no mecanicismo do pensamento do autor, que compreende a dialética de Marx como o emprego da tríade tese-antítese-síntese para a explicação do desenvolvimento histórico, tendo um entendimento da dialética que mais se aproxima de Aristóteles do que de Marx. Outros, como Moraes (2006, p. 15), consideram injusto punir Brandão por esses equívocos, dadas as condições de sua reflexão, destacando o tratamento acertado de Brandão das questões especificamente histórico-concretas. Nesses momentos, até mesmo

¹¹ Mesmo tendo servido de base para a redação das teses do II Congresso do PCB, não há qualquer menção a *Agrarismo e industrialismo* em *A formação do PCB*, de Astrojildo Pereira. Narrando o II Congresso, o autor resume o argumento de Brandão sem citar a obra (Pereira, [1962] 2012, p. 92).

Konder é forçado a assumir, aparentemente a contragosto, a presença nas análises de Brandão de “algumas observações empíricas não desprovidas de interesse a respeito da sociedade brasileira” (Konder, 2009, p. 184).

Em que pese à compreensão mecânica da dialética e uma base filosófica monista e evolucionista, herdada de sua formação prévia no pensamento positivista – o que compromete sua análise em níveis de abstração mais elevados –, indubitavelmente, Brandão avança na análise da especificidade brasileira. Isso é válido tanto para o marxismo no Brasil, que dava os primeiros passos nesse debate com a contribuição de Brandão, quanto para o pensamento social brasileiro, no qual imperava o determinismo naturalista e o racismo associados ao darwinismo social dominante nesse momento¹² (Silva, 1997, p. 44).

Brandão parte do predomínio histórico das forças agraristas, ora designadas como feudais ou semif feudais, ora designadas como uma burguesia agrária, sendo a terminologia empregada oscilante ao longo do texto e das edições da obra. Tais forças consolidar-se-iam através do tripé: Igreja Católica, Exército e Estado. Externamente, associar-se-iam ao imperialismo britânico – primeiro, por intermédio de Portugal, e depois, passando à dominação direta britânica. Destaca-se o papel do imperialismo na análise como ponto que diferencia Brandão da teoria consagrada. Enquanto na análise de Brandão o imperialismo é um fator que atua apenas posteriormente, conferindo prioridade e maior autonomia aos determinantes internos do processo histórico, essa relação aparece invertida na teoria consagrada. Para esta última, o imperialismo atua como fator determinante da dinâmica interna das formações sociais coloniais. Ao longo do Império e da República, o domínio britânico seria estabelecido pelo endividamento do Estado com a banca inglesa, tornando o Brasil uma colônia dos capitais ingleses. Os empréstimos, as finanças e concessões eram dominados pelos Rothschild, aliados dos agrários. Em troca,

¹² Leandro Konder afirma que “Até preconceitos raciais emergem no pensamento de Brandão. Ele lamenta que o Brasil seja prejudicado pela proliferação de ‘intermediários’. Os intermediários – explica – são ‘tipos que, geralmente, não possuem as qualidades dos extremos, tendo só defeitos de ambos” (Konder, [1988] 2009, p. 185). Angelo José da Silva, por outro lado, diverge: “Os estudos baseados na raça, no meio físico-geográfico etc., embora apareçam em *Agrarismo e industrialismo*, não compõem a tônica do trabalho. Ou seja, no mínimo afirmo que o trabalho em pauta é uma ruptura com tudo aquilo que havia sido feito até então, como tentativa de interpretação da sociedade brasileira” (Silva, 1997, p. 44).

davam-lhes cargos de diretoria nessas companhias. Além disso, politicamente, tratavam de impor a agenda britânica de desenvolvimento para o Brasil, naqueles anos, sintetizada no Relatório Montagu¹³.

Para Brandão, dominado pelo “agrarismo econômico [...] o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, consequência direta daquele” (Brandão, [1926] 2006, p. 36). O agrarismo político é a dominação política dos grandes proprietários e o emprego do Estado como uma ferramenta “em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o Estado e povo sejam sacrificados” (Brandão, [1926] 2006, p. 28). Todas as decisões políticas do Estado eram voltadas para o interesse da burguesia agrária: o endividamento externo para financiar a política da valorização do café, o emprego das desvalorizações cambiais como mecanismo de sustentação da renda dos cafeicultores e a ausência de tributos que incidissem sobre a propriedade fundiária.

A Primeira Guerra Mundial abalaria o domínio britânico, empurrando as burguesias britânica e estadunidense para uma guerra mortal pela supremacia no mercado dos países coloniais, em especial pela supremacia nas praças brasileiras. Esse é um ponto que aproxima Brandão das leituras propostas pela IC ao longo do período, sobretudo a partir do V Congresso da organização, realizado no ano da redação inicial de *Agrarismo e industrialismo*. No entanto, é importante considerar que tal aproximação ocorre apenas em níveis de abstração mais elevados, já que, à diferença da IC, o autor procura respaldar essas teses na realidade brasileira. Isso é patente na construção de uma periodização para essa disputa no âmbito da formação social brasileira, que, por isso, toma como referência o período do Império:

Desenha-se, pois, uma luta mortal, com fluxos e refluxos, entre os dois grandes imperialismos: 1822-1891 supremacia da Inglaterra, 1914-1922 supremacia dos Estados Unidos, 1923-1924 rivalidade imperialista anglo-america, pendendo a balança para o lado da Inglaterra. (Brandão, [1926] 2006, p. 94)

Associadas ao imperialismo estadunidense, emergem forças indus-

¹³ Missão econômica inglesa (1923-1924) enviada pelos Rothschild, e dirigida por Lord Montagu, para avaliar as condições financeiras do Brasil e as garantias ao capital estrangeiro, visando concretizar a rolagem da dívida externa.

trialistas. Em outras palavras, uma burguesia industrial de base urbana e politicamente liberal. Até então sufocadas pela hegemonia agrarista, a burguesia urbana se apresentou, em determinado momento, como uma força política apta a disputar os rumos do Estado agrário e a definição da política econômica, pautada exclusivamente pelos cafeicultores. Contudo, para Brandão, a virada da rivalidade imperialista para o lado britânico no plano externo e a resistência das forças agrárias no plano interno, com o governo de Arthur Bernardes, contribuíram para a desorganização política da burguesia industrial.

Outro ator político fundamental é a pequena-burguesia urbana e rural. Segundo Brandão, “Há uma numerosa pequena-burguesia – rural, comercial, industrial, burocrática – procurando sempre conciliar: nos campos, o interesse dos colonos-servos com os fazendeiros; nas cidades os interesses dos operários com o dos grandes burgueses industriais” (Brandão, [1926] 2006, p. 33). Nos campos e nas cidades, a pequena-burguesia demanda a melhoria de sua situação econômica e maior participação política. No primeiro plano, há o processo de proletarianização dessa fração de classe, como resultado das sucessivas desvalorizações cambiais para garantir a renda de exportação dos cafeicultores, o que nos marcos de uma economia agrário-exportadora, com alto coeficiente de importação, provoca uma elevação do custo de vida. Essas condições agravam também problemas como a falta de infraestrutura urbana, saneamento básico e o déficit habitacional¹⁴.

No plano político, há “[a] desilusão da pequena-burguesia, de obter melhorias pelos canais competentes; isto é, pela via legal, jurídica, pacifista, reformista” (Brandão, [1926] 2006, p. 26), apontando para baixa permeabilidade do sistema político democrático às demandas dos diversos setores sociais e a impossibilidade de conciliação. Nas palavras do autor: “Desagrega-se a pequena-burguesia. Economicamente rolando para a miséria. Politicamente, hesitando entre o proletariado e a grande burguesia” (Brandão, [1926] 2006, p. 143). Isso levaria à gradual radicalização

¹⁴ Mattos (2009, p. 43) apresenta uma tabela que aponta para um descolamento do índice de salários e de custo de vida após 1917, tomando 1914 por ano base. O índice se desloca de 128, em 1917, para 167, em 1921. O autor conclui: “Trabalhava-se muito, ganhava-se pouco e pagava-se caro para viver mal. As descrições dos locais de moradia dos trabalhadores no início do século conduzem-nos a realidades miseráveis, insalubres e superpovoadas” (Mattos, 2009, p. 43).

política dessa fração, algo atestado pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924, e à deflagração do tenentismo como movimento político nacional.

O incipiente desenvolvimento industrial origina um proletariado urbano numericamente reduzido, que, de acordo com Brandão, procurará se organizar politicamente. A parte final do livro apresenta uma história do proletariado brasileiro, dividida em três partes: “1ª, A história da escravidão dos índios e dos negros. 2ª, A história da servidão do trabalhador rural [na primeira edição: proletário rural]. 3ª, a história do salariado [proletariado].” (Brandão, [1926] 2006, p. 113).

A tarefa dos intelectuais revolucionários nesse campo seria tratar da segunda e da terceira etapas, à medida que os historiadores burgueses “tem-se ocupado da primeira parte, embora atenuando as cores”¹⁵ (Brandão, [1926] 2006, p. 113). A luta do trabalhador rural e de sua servidão seria ainda uma página obscura à espera de um historiador. Já a história do proletariado industrial, abordada por Brandão, tem seu início nas greves ocorridas após 1889, com a chegada dos imigrantes europeus, trazendo a semente anarquista.

Esse processo organizativo atinge seu ápice com as greves operárias de 1917-1919, marco do esgotamento do movimento anarquista e da primeira fundação do PCB. Nos anos seguintes teria lugar uma disputa ideológica entre comunistas e anarquistas, permitindo compreender que: “Eram necessários uma nova ideia e um novo método. Assim, em 7 de novembro de 1921, quarto aniversário da revolução russa, doze camaradas lançaram as bases do Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922” (Brandão, [1926] 2006, p. 116).

Ao longo dos anos 1920, juntamente ao processo de organização política do proletariado, ocorreria o fortalecimento do PCB no movimento sindical, soldando um vínculo entre o partido e a classe trabalhadora. O autor narra essa evolução ao longo de sete ciclos evolutivos que se desenrolam em uma dialética mecânica.

¹⁵ Ainda a esse respeito: “Criemos uma tradição revolucionária, escrevendo a história das lutas proletárias no Brasil, a história dos militantes e mártires, das vitórias e derrotas, das ideias e sentimentos da massa e da vanguarda e, principalmente, extraindo as devidas lições táticas. Estudemos a fundo o Brasil em seus mil aspectos – econômico, político, moral e mental, histórico e etnográfico, físico e social – porque é no Brasil que temos de realizar a obra do leninismo.” (Brandão, [1926] 2006, p. 130).

Em suma, na perspectiva do autor ocorreria um embate fundamental entre, de um lado, as forças agrárias conservadoras, associadas ao imperialismo britânico e, de outro, as forças progressistas, reunidas em um bloco encabeçado pela burguesia industrial, seguida pela pequena-burguesia, pelo proletariado e por trabalhadores rurais, associados ao imperialismo estadunidense. Essa ordem agrária teria como elemento central de sua desagregação o movimento insurrecional tenentista e a radicalização política da pequena-burguesia, diante da desorganização e debilidade econômica e política da burguesia industrial. Apesar das debilidades organizativas, o proletariado deveria tomar partido nas revoltas pequeno-burguesas em curso, tanto na segunda revolta tenentista (nos anos de redação do livro, ainda em aberto), quanto na organização de uma terceira revolta, caso esta porventura viesse a ocorrer.

3.2 A caracterização democrática pequeno-burguesa da revolução brasileira

Como sua “imagem do Brasil” articula o trânsito histórico no país, a análise da formação social feita por Brandão já contém os contornos fundamentais da análise da revolução brasileira: seu conteúdo democrático-burguês antifeudal e anti-imperialista, a caracterização da burguesia industrial como politicamente liberal e a radicalização política da pequena-burguesia como força motriz disruptiva da ordem social agrarista. O proletariado deveria inserir-se nesse processo e pautá-lo sobretudo através da radicalização da pequena-burguesia, a qual tornaria o conteúdo do processo socialista. A revolução democrática pequeno-burguesa aparece não como etapa necessária ao processo revolucionário, previamente enquadrada em um esquema abstrato, mas como sua antessala, demovendo entraves às lutas de classes nos marcos de uma formação econômico social concreta. Desse modo, afasta-se qualquer possibilidade de inclusão de Brandão naquilo que Caio Prado Jr. designou como teoria consagrada, distanciando-se “das teses a respeito da história latino-americana que começavam a ser esboçadas pela internacional” (Bianchi, 2012, p. 139).

Ainda no final de *Agrarismo e industrialismo*, na parte cuja redação foi concluída em 1926, Brandão considera que a possibilidade de uma revolução proletária está hipotecada à realização de um terceiro levante

tenentista. Nos moldes da tríade tese-antítese-síntese o autor atribui à tese o primeiro levante tenentista, ainda local; o segundo levante, já nacional, seria sua antítese; e uma terceira revolta, protagonizada pelo proletariado, seria sua síntese. Dessa análise o autor deduz algumas diretrizes táticas:

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – [...] – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária comunista. (Brandão, [1926] 2006, p. 133)

Além de *Agrarismo e industrialismo*, Brandão aborda o tema para o III Congresso do PCB (1928-1929). Em *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* ([1928] 1985), publicado no número 8 da revista *Autocrítica*, órgão de discussão para o III Congresso do PCB¹⁶, a caracterização da revolução alinhavada em *Agrarismo e industrialismo* é aprofundada. Nesse texto, além de detalhar a caracterização do conteúdo e das tarefas da revolução, reafirma-se a concepção de revolução permanente, através do encadeamento da etapa pequeno-burguesa ao seu desfecho socialista.

Brandão separa inicialmente dois complexos complementares de problemas: “1.º) O problema da revolução democrática pequeno-burguesa desencadeando-se em um país semicolonial na atual fase do capitalismo imperialista; 2.º) o problema da revolução proletária nesse mesmo país” (Brandão, [1928] 1985, p. 121). Uma revolução proletária vitoriosa no Brasil seguiria a via pequeno-burguesa, desencadeada por uma terceira revolta tenentista:

[...] a revolução proletária parece-nos ser a consequência natural de uma revolução democrática pequeno-burguesa, nascida de uma terceira revolta,

¹⁶ A versão de *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* à que faço referência ao longo desta seção encontra-se como apêndice do livro de Michel Zaidan (1985), *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*.

agravada por uma crise cafeeira [...] e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas urbanas e rurais, armadas. (Brandão, [1928] 1985, p. 122)

Para o autor é fundamental a inserção do proletariado nesse processo. O proletariado deveria se preparar desde já para a terceira revolta, conseguindo, assim, atuar de modo politicamente independente ao longo do processo, sem ir a reboque do movimento pequeno-burguês:

Por conseguinte, o problema atual é o da atitude do proletariado e do seu partido diante da revolução democrática pequeno-burguesa, *prelúdio fugaz da revolução proletária*, se o proletariado e o seu partido se prepararem de fato, orgânica e ideologicamente, com a devida antecedência, isto é, desde já. (Brandão, [1928] 1985, p. 122-123)

Mas, para que o proletariado desfrutasse de potencial de ação autônoma, era preciso elaborar uma política de alianças consequente com tal objetivo estratégico. Lênin é influente nessa formulação, na medida em que a política de alianças foi fundamental no processo revolucionário russo. De acordo com o autor:

[...] nenhuma dúvida é possível: segundo as próprias palavras de Lênine num de seus livros fundamentais de tática, o proletariado industrial e o seu partido têm de procurar aliados não somente no período posterior a revolução proletária, como igualmente no período anterior (é o nosso caso). Não importa que sejam aliados hesitantes, pouco seguros. Temos de procurá-los: eis um de nossos problemas fundamentais. (Brandão, [1928] 1985, p. 124)

O autor considera então a necessidade de estabelecer alianças com a burguesia industrial liberal e a pequena burguesia radicalizada, com o intuito de formar um bloco antiagrário e, assim, arquitetando a tomada do Estado agrário. A formação de uma frente única composta por forças inimigas do Estado agrário vem acompanhada de uma série de diretrizes táticas que prezam pela ação paralela do proletariado na elaboração de formas independentes de organização e atuação. A tarefa do proletariado seria transformar a revolução pequeno-burguesa em revolução proletária:

[...] o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrática pequeno-burguesa em revolução proletária. [...] Um dos nossos trabalhos fundamentais deve consistir em lutar para que a revolução democrática pequeno-burguesa seja colocada num plano inclinado que a faça rolar no sentido da profundidade da revolução operária. (Brandão, [1928] 1985, p. 131)

Apresentando um fundamento concreto para identificar as especificidades do caso brasileiro, a formulação de Brandão seria rechaçada pela III Internacional Comunista (IC) após a derrota do levante de Xangai e da realização do VI Congresso da organização. Com a intervenção do Secretariado Sul-Americano (SSA), após a I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, a IC, pela primeira vez, impunha suas rígidas diretrizes de interpretação histórica ao PCB. Rompia-se a negligência salutar da IC com o partido, o que permitiu o desenvolvimento de uma interpretação evidentemente limitada, mas que tinha como seus maiores méritos a criatividade, a originalidade e a familiaridade com as especificidades nacionais. Em seu lugar foi posta uma teoria tão ou mais limitada, e completamente alheia às especificidades histórico-concretas do país¹⁷ (Antunes, 1995, p. 30-31; Zaidan, 1985, p. 50).

Através da intervenção do SSA no Brasil, Brandão e outros integrantes da Comissão Central Executiva (CCE), como Astrojildo Pereira, foram afastados e acusados de menchevismo após o III Congresso do PCB em 1928/1929. Com o afastamento, Brandão seria apagado da memória do partido. A obliteração dessas formulações sobre a particularidade do país, promoveram o divórcio dos comunistas com a realidade brasileira. Exilado na União Soviética em 1930, Brandão permaneceria isolado mesmo após retornar ao Brasil, vivendo como um exilado dentro do seu próprio país. O autor se afasta definitivamente do PCB em 1957. Falecendo em 1980, tais anos marcariam a retomada do estudo da obra de Brandão e o início de sua reabilitação intelectual¹⁸.

¹⁷ Lobo ([1931] 2015, p. 76) declara que: “Condenado o ‘*Agrarismo e industrialismo*’ como desvio menchevista, nem por isso se tratou de fazer coisa melhor. Apenas um outro documento, reeditando velhos erros oportunistas, tem surgido para tornar ainda mais confusa a situação, para obscurecer ainda mais o espírito da classe operária e da massa do partido”.

¹⁸ Nos anos 1980, com a emergência da classe trabalhadora como um ator político relevante no processo de redemocratização, coloca-se como questão a história da

Considerações finais

A crítica à teoria consagrada de Caio Prado Jr. atinge Octavio Brandão? Como procurei argumentar ao longo do texto, a crítica de Caio Prado Jr. atinge, apenas parcialmente a reflexão de Octavio Brandão. Isso porque, embora Brandão tente enquadrar o desenvolvimento histórico brasileiro em um esquema previamente estabelecido, sua análise possui um profundo enraizamento na realidade nacional, atingindo sua especificidade através de sua teoria da revolução democrática pequeno-burguesa. Além disso, essas formulações de Brandão não eram apenas resultado de uma negligência, é verdade que salutar, por parte da III Internacional Comunista em relação ao PCB. Era, ao mesmo tempo, um esforço para suprir as carências teóricas da organização, em grande parte decorrentes da ausência de uma tradição marxista previamente estabelecida ou de auxílio da IC. Isso é corroborado, inclusive por depoimentos de militantes trotskistas contemporâneos a Brandão, que, a despeito de serem antípodas na disputa pelos rumos do movimento operário ao final dos anos 1920, concordam com a superioridade do argumento de Brandão¹⁹.

Exatamente porque Brandão procura apreender a especificidade da revolução brasileira, pode ser considerado um pioneiro nesse debate. Embora seu pensamento apresente algum esquematismo, sobretudo nos níveis de abstração mais elevados, não pode de modo algum ser caracterizado como uma teoria importada, contribuindo de fato para a formação de uma tradição marxista autóctone. Brandão realiza um esforço hercúleo no sentido do estabelecimento de uma teoria da revolução enraizada na realidade brasileira; isso, através de uma caracterização de elementos como a economia colonial, sua transição para o capitalismo, as classes sociais, o

classe trabalhadora brasileira e seu papel político na história do país. No bojo desse processo surgem diversos estudos sobre o movimento operário da Primeira República e sobre a classe trabalhadora brasileira. Sobre isso, ver Costa (2014, p. 135-138) e Moraes (2006, p.17-18), especificamente para a avaliação da obra de Brandão nesses marcos.

¹⁹ A disputa entre os integrantes do PCB e os militantes trotskistas no final dos anos 1920, não só marca a ocorrência do primeiro debate interno na esquerda brasileira, como também origina a primeira controvérsia em torno das interpretações marxistas sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, cabe ressaltar que tal debate corrobora a tese sobre a fundação de uma reflexão marxista sobre a realidade nacional ainda nos anos 1920. Sobre esse tema, ver Pinheiro (2018).

Estado e a política. Sua riqueza teórica foi suficiente para suscitar debates internos e externos ao PCB. Internamente, a teoria consagrada passaria a vigorar no PCB em resposta às formulações de Brandão sobre a revolução brasileira, perdurando até a tentativa de Nelson Werneck Sodré de retomá-la sobre bases nacionais. Externamente, a contribuição de Brandão suscita o posterior debate entre o PCB e as organizações trotskistas à época recém-fundadas.

Com todas as deficiências e excentricidades teóricas, é um fato incontornável, com o enorme respeito devido à contribuição pradiana, que Octavio Brandão é o primeiro marxista brasileiro; isso a contragosto daqueles que defendem que Caio Prado Jr. é o grande fundador de uma tradição marxista brasileira. A polêmica proposta serve para destacar que o critério para fundar uma tradição de pensamento revolucionário nacional inspirada em Marx não é uma leitura teoricamente sofisticada da realidade brasileira, embora isso certamente auxilie a orientação da prática política. O que funda uma tradição de pensamento marxista autóctone é sim a intenção de captar a peculiaridade do desenvolvimento da realidade brasileira para transformá-la a partir da ação política da classe trabalhadora. Portanto, ao responder essa pergunta, evidencia-se a necessidade de se repensar os parâmetros adotados para a construção da história do marxismo no Brasil, aparando as arestas para uma reapreciação do legado teórico de Octavio Brandão.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). *Cadernos do AEL*, Campinas, n. 2, p. 12-34, 1995.
- ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo* – volume VIII: o marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 409-460, 1987.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BATALHA, Carlos Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 2 – Os influxos teóricos. Campinas: Editora Unicamp, p. 9-42, 2014.

- BIANCHI, A. Octavio Brandão e o Confisco da Memória: nota à margem da história do comunismo brasileiro. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 34, p. 133-149, 2012.
- BRANDÃO, Octavio. *Rússia proletária*. Rio de Janeiro: Voz Cosmopolita, 1923.
- BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. Memórias. 1º volume. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BRANDÃO, Octavio. O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa. In: ZAIDAN, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, p. 121-132, 1985. (Original publicado em 1928)
- BRANDÃO, Octavio. *Canais e lagoas*. Maceió: EDUFAL, 2001. (Original publicado em 1919)
- BRANDÃO, Octavio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006. (Original publicado em 1926)
- COSTA, Emília Viotti da. A nova face do movimento operário na Primeira República. In: COSTA, Emília Viotti da. *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, p. 135-156, 2014.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, p. 141-194, 2011a.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Jr. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, p. 201-220, 2011b.
- DEL ROIO, Marcos. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. *Crítica marxista*, São Paulo, v.1, n.18, p.115-132, 2004.
- DULLES, John Watson Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Original publicado em 1963)
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o início dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- LACERDA, Felipe Castilho. A transição de Octávio Brandão ao Marxismo: os livros *Canais e Lagoas* e *Rússia Proletária*. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2015, Florianópolis, 2015. *Anais...* Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427837065_ARQUIVO_snh-2015_felipe-lacerda.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- LOBO, Aristides. A situação brasileira e o trabalho para o seu esclarecimento. In: ABRAMO, Fulvio; KAREPOVS, Dainis (Org.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro (1930-1940)*. São Paulo: Sundermann, p. 75-82, 2015. (Original publicado em 1930)
- LÖWY, Michael. *El marxismo en América Latina*. Santiago: LOME diciones, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MAZZEO, Antônio Carlos. O Partido Comunista na raiz da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, João Quartim. Um livro fundador. In: BRANDÃO, O. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2ª edição. São Paulo: Anita Garibaldi, p. 11-18, 2006.
- MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: MORAES, João Quartim; REIS, Daniel Arão (Org.). *História do marxismo no Brasil – Vol. 1. O impacto das revoluções*. Campinas: Ed. Unicamp, p. 47-88, 2007.
- MORAES, João Quartim. Octávio Brandão. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, p. 13-28, 2014.
- NEGRO, Hélio; LEUENROTH, Edgard. *O que é o maximismo ou bolchevismo*. Programa comunista. São Paulo: Entremares, 2017. (Original publicado em 1919)
- OITICICA, José. Princípios e fins do programa anarquista-comunista. *Spartacus*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1919.
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB – 1922-1926*. 3ª edição. São Paulo: Anitta Garibaldi, 2012. (Original publicado em 1962)
- PINHEIRO, Filipe Leite. As origens da controvérsia da revolução brasileira: um debate entre Octavio Brandão, Mario Pedrosa e Lívio Xavier. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 51, p. 98-120, 2018.
- PINHEIRO, Filipe Leite; CURTY, Carla; MALTA, Maria de Mello. Interpretações marxistas do Brasil: o modo de produção e a revolução no Brasil. ENCUESTRO DE LA SOCIEDAD LATINOAMERICANA DE ECONOMÍA POLÍTICA Y PENSAMIENTO CRÍTICO (SEPLA), México DF, 2015.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Original publicado em 1942)
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Original publicado em 1933)
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Original publicado em 1966)
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2013. (Original publicado em 1934)
- REBELLO, Edgardo de Castro. *Mauá e outros estudos*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.
- RESENDE, Leônidas de. *A formação do capital e seu desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal – Conselho Editorial, 2011. (Original publicado em 1932)

- RODRIGUES, Lidiane Soares. Amar um autor: os marxistas nas universidades brasileiras e os “intérpretes do Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 500-529, 2019.
- SCHMIDT, Afonso. *Bom tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- SILVA, Ângelo José. Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 8, p. 43-55, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1964. (Original publicado em 1962)
- Z Aidan, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

resenha bibliográfica*

book review

Luiz Fernando Saraiva**

Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

CALDEIRA, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017. p. 546.

A revolução copernicana de Jorge Caldeira, o cálculo diferencial ao contrário e o trabalho das formiguinhas

Muito em evidência nestes últimos tempos, a divulgação do conhecimento científico é, desde sempre, uma área importante, mas bastante controversa para as “ciências” em geral. As disputas entre cientistas, instituições e, muitas vezes, veleidades acadêmicas e pessoais interferem de várias maneiras na produção desse conhecimento. Os fatores que levam uma determinada teoria – e conseqüentemente o(s) seu(s) formulador(es) – a se tornar hegemônica e adquirir ares de “verdade”, nem sempre se relacionam ao conhecimento científico em si – relações pessoais, interesses econômicos, propaganda e boa divulgação, diversas vezes aparecem como determinantes nesse processo, como vemos em vários relatos na obra *O Golem – o que você deveria saber sobre ciência*, de Harry Collins e Trevor Pinch, jornalistas especializados, justamente, em divulgação científica.

Particularmente nas ciências sociais, os textos que divulgam para o público não especialista o “estado da arte” de campos do conhecimento

* Submissão: 15/05/2020; aprovação: 26/06/2020.

** Professor de História Econômica e História do Brasil Império da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: saraivalf@uol.com.br.

como História, Geografia, Sociologia e Economia, têm um sentido (e um uso) político muito destacado. São defesas de determinadas interpretações nada neutras e, não raro, comprometidas com determinados interesses e visões de sociedade. Foi assim com os “manuais” de economia e as compilações dos grandes feitos como batalhas históricas e historiográficas.

Como se vê, a divulgação científica tem origem antiga e, particularmente no campo da História *do e no* Brasil, há diversas obras que, por muitas décadas, formaram legiões de leitores ávidos por mais conhecimento histórico. Ficaram famosos livros como *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman (1959), *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (1971) e *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenato (1979). Tais livros portavam uma visão de mundo claramente classificada como de “esquerda”, pois tinham o sentido manifesto de interferir na compreensão do passado para uma mudança revolucionária do presente.

Recentemente, acompanhando o “giro” intelectual das posições políticas mundiais, surgiram obras de divulgação – também com grande sucesso editorial – que têm usos e sentidos políticos distintos dos referidos livros supracitados. Pensamos particularmente no trabalho de Eduardo Bueno sobre a epopeia das “Grandes Navegações” e aventuras da colonização lusitana, ou ainda naqueles marcados por efemérides significativas, como os de Laurentino Gomes (*1808, 1822 e 1889*). Em um sentido explicitamente mais à direita, temos livros claramente conservadores como o *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*, de Leonardo Narloch.

Qual a relação guardada entre os livros citados e a última publicação de Jorge Caldeira, *História da riqueza no Brasil* (2018), obra em análise nesta resenha? A resposta é contraditória, pois, se por um lado Jorge Caldeira é conhecido pelo grande público por obras de síntese e divulgação científica, como *Mauá, empresário do Império* (1995) ou *Viagem pela história do Brasil* (1997), também é autor de estudos mais verticais, como *A nação mercantilista* (1999) e *O banqueiro do sertão* (2 volumes, 2006).

Longe de ser “somente” um jornalista (na verdade sua formação original é em Ciências Sociais), Jorge Caldeira tem sólida formação dentro dos “cânones” da academia, é mestre em Sociologia e doutor em Ciência Política. Como poucos, Caldeira realiza pesquisas científicas “de

ponta” ou com grande verticalidade, ao mesmo tempo em que atinge um público mais amplo, respaldado em forte sucesso comercial – em um mercado muito restritivo como é o campo editorial brasileiro.

Dito isso, é de louvar o esforço de síntese para o público não especializado de uma obra que conjuga muitas pesquisas e interpretações do passado brasileiro, atualizando os conhecimentos e levando-os para o alcance de leitores não especializados. Entretanto – e sempre há um entretanto – cabe perguntar que história Jorge Caldeira quer exatamente contar no livro em tela. Ou melhor, qual a visão de mundo que o autor quer passar para o público em geral? Ou ainda, mais especificamente, que projeto político Jorge Caldeira está defendendo com sua nova obra?

Tais perguntas, cujas respostas não são exatamente óbvias, tornam a análise das “qualidades” e “defeitos” da obra ainda mais significativa. O livro é tratado na apresentação, e pelo próprio autor, como uma revolução copernicana, o que significa dizer que manifestadamente tem a intenção de jogar por terra e questionar – quando não substituir – as interpretações consagradas pela historiografia econômica brasileira. O autor aponta claramente para a obra *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado pela primeira vez em 1959 e que teve, até os dias de hoje, 51 edições. A importância e a repercussão do livro de Furtado o alçaram à rara condição de, conquanto acadêmico, ombrear sucessos literários como as obras de Guimarães Rosa, somente para ficarmos em um autor mais contemporâneo a Furtado¹.

O livro contra o qual Jorge Caldeira se levanta é, sem espaço para dúvida, uma das mais poderosas obras de síntese de nossa História Econômica. A importância é tal que seu título virou matéria obrigatória em todos os cursos de economia do Brasil, cujo “livro-texto”, ainda em muitos cursos de graduação é, não por acaso, a obra de Furtado. Escrito baseado na sua tese de doutorado, defendida em 1948, o volume

¹ As informações sobre o número de edições de FEB foram passadas gentilmente por Glauber Carvalho, coordenador executivo do Centro Internacional Celso Furtado e conta como 35ª a edição comemorativa publicada em 2009 pela Cia das Letras, a partir de então, não existem mais “edições” e sim “reimpressões”, que em 2019 estaria na 16ª. Para termos de comparação, *Grande Sertão Veredas*, principal romance de Guimarães Rosa, publicado em 1956, tem 14 edições, Cf. <<http://www.usp.br/bibliografia/obra.php?cod=45&s=grosa>>, acessado em 14 de maio de 2020.

compilou algumas obras anteriores e contribuiu para explicar o processo de industrialização que o país observava desde os anos 1930.²

Essa pretensão iconoclasta e um tanto “megalomaníaca” é explicitada pela apresentação da professora Mary Del Priori, que o define como um novo “clássico”, bem como pelo próprio autor nas inúmeras entrevistas que concedeu a veículos de comunicação desde o lançamento do livro. Isso significa que Jorge Caldeira não está dialogando apenas com os dados contidos na obra ou os “especialistas” da área. Ele intencionalmente quer questionar os rumos da política econômica adotada pelo Estado brasileiro até os anos 1980, quando da grande crise do chamado desenvolvimentismo e dos próprios resultados da experiência militar pela qual o país ainda se recuperava.

Os dados aportados por Caldeira constroem milimetricamente essa nova interpretação de nosso passado, configurando uma defesa explícita de um novo projeto nacional. Se os dados apresentados são, de fato, muito importantes, a distribuição dos temas, dos capítulos, dos “erros” e dos “acertos” é mais significativa ainda. Somente pela divisão dos 71 capítulos do livro já se percebe algumas diferenças em relação às interpretações clássicas de nossa economia, e que, vistas em conjunto, têm um sentido especial e explícito.

Na primeira parte, referente ao período colonial brasileiro (1500–1808), são 21 capítulos. Ou seja, Jorge Caldeira dedica um volume muito importante de sua obra ao período colonial – cerca de 27% do livro, ou 14 anos por capítulo. Claro que essa é uma média sem a menor relação com a divisão cronológica proposta pelo autor se levado em consideração que a colonização no século XVI é muito limitada, para não dizer inexistente, até a sua primeira metade.

A segunda parte (referente ao período imperial brasileiro, de 1808 até 1889) tem 14 capítulos ou 20% do total da obra, o que daria cinco anos para cada capítulo. A parte reservada para a Primeira República, também chamada de “República Velha” (1889–1930), é a maior de todas, com 26 capítulos, ou quase 37% do total; isso para o menor período

² Outro autor contra o qual Caldeira investe fortemente suas críticas é Caio Prado Jr. Entretanto, a crítica não é tão explícita no livro em questão quanto o é em outros textos, como no artigo publicado no *Jornal Folha de S. Paulo*, em 12 de outubro de 2019, quando atribui ao autor de *Formação do Brasil Contemporâneo* a sentença “Caio Prado Jr. é quase terraplanismo”.

analisado, pois os 41 anos do período têm praticamente um 1,5 ano por seção.

Em contraposição, a última parte que vai de 1930 até 2017, tem apenas 7 capítulos, 10% da obra ou 12 anos por cada capítulo – média pouco maior que a do período colonial –, apesar das dimensões do país e de sua economia serem indubitavelmente maiores.

Essa maior valorização quantitativa dos períodos Colonial e da Primeira República corresponde a avaliações qualitativamente positivas em relação a esses dois “momentos”. Jorge Caldeira compila dados de muitos historiadores econômicos – chamados por ele e por Del Priore de “econometristas” –, reputando ao período colonial brasileiro um crescimento muito maior do que o tradicionalmente atribuído pela historiografia. Tal crescimento apresentaria duas características: teria sido consideravelmente superior do que o observado na metrópole, sobretudo ao longo do século XVIII; além de que teria se alicerçado fortemente em atividades de mercado interno, e não na agroexportação. Essa seria a primeira grande ruptura com Celso Furtado e a sua “escola”, pois mostra que o famoso “exclusivo metropolitano” ou “pacto colonial” não teria sido tão deletério assim para o “Brasil”, bem como a maior importância que as atividades de abastecimento (ou de mercado interno) possuíam para o conjunto da nossa economia.

Já a maior ênfase de todo o livro no período da “República Velha” marca uma diferença mais significativa ainda com as interpretações comuns de nossa História Econômica. Tanto Celso Furtado quanto Caio Prado Júnior e a geração de intelectuais que construíram nossas grandes interpretações foram “filhos”, mesmo que indiretos, da “Revolução de 1930”.

Foram intelectuais que, em maior ou menor grau, aderiram ao projeto de ruptura com a primeira experiência genuinamente republicana do país – na qual o pejorativo, e *a posteriori*, termo “Velha” – demonstrava exatamente o que se queria combater e superar. A política dos governadores (na época chamados de presidentes de estados) e do “café com leite”, o voto de cabresto e o coronelismo eram expressões políticas desse atraso; a política de valorização do café a partir do convênio de Taubaté (1906) era a principal face econômica de um Estado controlado majoritariamente pelos cafeicultores da região Sudeste do país.

Para Caldeira, a Primeira República foi, ao contrário, o período do

triumfo do Estado Liberal, que libertou as potencialidades de uma economia agrária forte e pujante, somada à entrada maciça de capital e de pessoas estrangeiras (os imigrantes) que “fertilizaram” nossa economia em um processo de desenvolvimento que foi ímpar na História.

Em sentido exatamente oposto, Caldeira reputa ao Império do Brasil (1808-1889) e ao período que atravessa os últimos 90 anos de nossa História (1930-2017) visões francamente negativas. O crescimento econômico do Império do Brasil teria sido pífio e o país teria perdido a oportunidade de se manter no rol das nações ricas do mundo (como foi o caso dos EUA). Tudo isto apesar da simpatia que devota a “personagens” como D. Pedro II ou Irineu Evangelista de Souza (o Visconde de Mauá, seu primeiro sucesso editorial de público e de crítica).

Já o período de 1930 a 2017 é “rápido” e fundamentalmente aponta para um processo de urbanização e industrialização equivocado por ser comandado *pelo* Estado. A opção pelo Nacional-Desenvolvimentismo e pelos grandes projetos nacionais de modernização da nossa economia estariam fortemente marcados pela burocratização constante e pelos resultados novamente pífijs se comparados a outros países.

Reescrever a História do país baseados em novas interpretações e estudos é algo louvável e bem-vindo nos ambientes acadêmicos; isso o autor faz com mestria. A questão central não é revisitar temas partindo de novos estudos e evidências que apontam para direções contrárias às interpretações canonizadas de nossa História. O que de fato causa espécie no decorrer do livro de Caldeira é a quantidade de pequenos “erros” ou incongruências de um autor tão metucioso e atento aos novos estudos que, de alguma maneira, sugere certa intencionalidade para, de maneira sofismável, chegar a conclusões não exatamente corretas.

O cálculo diferencial e integral foi uma das grandes revoluções no campo das ciências em geral, e da matemática em particular, atribuído tanto a Sir Isaac Newton quanto a Gottfried Wilhelm Leibniz, duas das mais brilhantes mentes do século XVII. Trata-se de procedimento acadêmico que formalizou o conceito fundamental de derivada de uma função a partir da definição de limites: se o limite existe, chega-se tão próximo dele quanto se desejar, mas para isso é preciso que as variáveis em questão se aproximem de um valor pré-fixado tanto quanto for necessário. Por meio de sucessivas aproximações (ou pequenos erros, que vão tornando-se cada vez menores) chega-se ao resultado muito próximo

da “verdade”. Jorge Caldeira subverte esse raciocínio e, ao longo de todo o livro, comete pequenos erros (ou aproximações) cujo resultado final é completamente equivocado.

É como se Caldeira levasse em consideração que o limite – uma determinada tese – existe sem se preocupar em quantificar os erros, que devem ser cada vez menores para que aquela conclusão faça sentido. Ou seja, como se a diferença entre o que ocorreu de fato e as informações levadas ao texto como premissas pudesse ser arbitrária. Ora, se isto ocorre, comete-se uma falácia e, portanto, o argumento é inválido e a tese não está demonstrada³.

Ao longo da leitura da obra vamos nos apercebendo de pequenos e constantes erros ou aproximações que, por si só, incomodariam muito pouco. Mas quando esses pequenos erros são somados, sustentam interpretações nem sempre defensáveis.

No período colonial, o autor dedica os dez primeiros capítulos a análises de fatos ligados a uma história eminentemente política marcada por forte viés antropológico das diferenças dos governos europeus que por aqui atuaram (português, francês, espanhol e holandês) e/ou do contato com as populações nativas. No primeiro capítulo que trata especificamente de História Econômica (ou de História da Riqueza no Brasil, tema do livro) já encontramos “pequenos grandes erros” do autor ao afirmar corretamente, *em tese*, que o mercado interno – subestimado por Celso Furtado e Caio Prado Júnior – teve um papel muito mais importante que a produção voltada para a exportação. Caldeira avança ainda mais no argumento e diz:

Essa acumulação [de riquezas] derivava sobretudo de várias atividades da produção interna – pecuária, agricultura alimentar (farinhas, feijão etc.), indústrias manufatureiras como tecelagem de algodão ou metalurgia do ferro, transportes etc. Mesmo na área exportadora, algumas das maiores fortunas monetárias foram obtidas por criadores de gado e comerciantes da produção local (p. 118).

³ Agradeço ao professor Seme Gebara Neto da UFMG por formalizar em termos matemáticos uma intuição acerca da importância do cálculo diferencial. Os resultados desse “exercício” obviamente não são de responsabilidade dele.

Seguindo em frente afirma que “Os estudos quantitativos revelam que todas as atividades, internas ou externas, geravam riquezas; que os mais ricos, em todas as localidades, eram os comerciantes” (p. 119) e, por fim, completa o raciocínio de maneira emblemática dizendo que um “único dado” é o suficiente para mostrar a decadência e o declínio da produção açucareira no Brasil (mas na verdade mostrando dois dados distintos). Diz Caldeira que em 1624 a produção de açúcar no Brasil teria sido de 960 mil arrobas e que o país só voltaria a superar essa marca em 1737 quando a colônia produziu 937 mil arrobas, embora o preço tivesse caído de 1,7 mil réis em 1637 para 778 réis em 1689 (p. 119).

Nesses poucos exemplos vemos um amplo repertório de “erros” ou aproximações “grosseiras”. Em primeiro lugar, a importância do mercado interno já é fortemente demonstrada pela historiografia econômica, ao menos desde os estudos pioneiros de Mafalda Zemella (1951), Myriam Ellis (1969), José Amaral Lapa (1973), não se transformando propriamente em uma novidade das últimas pesquisas, porém, nenhum historiador econômico é capaz de afirmar cabalmente que a produção voltada para a exportação não atraía capitais vultuosos e não seria a justificativa até mesmo para as invasões e ocupação Holandesa na década de 1620 até 1654 no Nordeste do país. Outra afirmação – a de que os mais ricos de todas as localidades eram os comerciantes – carece de alguma comprovação já que os estudos em inventários *post-mortem* (a principal forma de se auferir a riqueza de pessoas e instituições nos períodos colonial e imperial) são relativamente raros para o período e as circunstâncias das “fortunas” são variadas – cidades litorâneas concentravam maiores riquezas mercantis; ordens religiosas muitas vezes possuíam propriedades rurais imensas; determinados produtos tinham grande variação de preço a depender das conjunturas.

Esse ponto (o das conjunturas) nos leva também a um outro item muito controverso no raciocínio de Caldeira, entre as décadas de 1620 e 1680 a economia portuguesa como um todo sofre uma grande crise, bem como a das suas colônias na América. A união Ibérica, as invasões holandesas, os ataques e atos de pirataria franceses e ingleses, os custos de uma grande guerra de restauração, a expulsão dos holandeses e a concorrência crescente do açúcar antilhano (produzido em escalas cada vez maiores por França, Inglaterra, Espanha e Holanda) provocaram sucessivas crises nos vários espaços lusos. O raciocínio fundamental de que o

açúcar não era a principal atividade (ou riqueza da colônia) se apoia nesse período muito complexo e é amplamente questionável, para dizer o mínimo.

O autor ainda “nega” ao leitor a informação de que em 1688 o governo português aumentou em 20% o valor nominal da moeda e consequentemente os lucros provenientes da venda do açúcar e de outros produtos de exportação voltaram a crescer, também “esquece” de avisar que a guerra entre a França e a Inglaterra (1689-97) aumentou o preço de todos os produtos coloniais (em especial o açúcar). Afora tantos outros equívocos, um exemplo para justificar as “incongruências” poderia ser retirado das próprias fontes que Caldeira utiliza muito ao longo dos seus estudos: o jesuíta italiano Giovanni Antonio Andreoni estava no Brasil justamente nesse “terrível” período (1681-1716) para os “pobres” senhores de engenho quando anotou que essa indústria tão falimentar no raciocínio de Caldeira era uma das “principais invenções do engenho humano” e continua relacionando o “engenho” ao dom divino que concedia ao homem inteligência e prosperidade⁴.

Por fim, e o pior de tudo, é que nesse capítulo encontramos referências ao “novo tratamento de dados documentais” (p. 118), aos “estudos quantitativos” (p. 119), aos “novos conhecimentos” (p. 120), aos “estudos sociológicos” (p. 121) e é, justamente este, um dos capítulos que não possui nenhuma nota ou bibliografia que referende os raciocínios propostos. Deve-se aceitar então, em nome da erudição de Caldeira (que de fato é muito grande), as afirmações feitas baseadas no argumento de autoridade que não se apoia em nenhuma autoridade!

“Aproximações” similares se espraiam por quase todos os capítulos subsequentes e seria exaustivo (e impossível dado ao escopo dessa reseña) fazer uma descrição de todos. Escolhemos, portanto, alguns pontos emblemáticos em capítulos “chave” que reafirmam que as incoerências apontadas por Caldeira constroem uma interpretação, no mínimo, muito específica de nossa realidade e de nossa “riqueza”.

Já nos fins do século XVIII e início do século XIX, na passagem da Colônia para o Império, o autor escreve, no capítulo 19 (*Riqueza e Em-*

⁴ A informação sobre a reforma monetária vem de Godinho (1953, p. 77). O impacto positivo no preço do açúcar a partir da guerra entre França e Inglaterra pode ser visto em Magalhães (1998, p. 26). Por fim, a citação é de Antonil (1837, p. 9).

preendedores), – mais uma vez querendo reafirmar o caráter revolucionário de sua pesquisa – “Em poucas palavras, os números revelam o oposto do que pressupunham as interpretações anteriores: a economia brasileira tinha dinamismo próprio e a economia da metrópole dependia disso” (p. 192). A interpretação de decadência para o período de 1780 até 1830 (mais ou menos) vem novamente de Celso Furtado, que dizia que entre o declínio da mineração do ouro e até o café se tornar o principal produto de exportação do país, o Brasil viveu um período de crise. Tal análise já é contestada por numerosos autores, incluindo aí o estudo *anterior* de Caio Prado Júnior de 1943, que nomeava esse período de “Renascimento Agrícola” pelo grande dinamismo e crescimento de atividades de exportação e ainda do mercado interno. O próprio estudo de José Jobson de Andrade Arruda, citado por Caldeira, vem de sua tese de doutorado de 1971 e trazia a hipótese da diversificação da colônia que aumentava, em muito, o número (e a quantidade) de gêneros exportados pelo Brasil.

A questão aqui é que no raciocínio subsequente, Caldeira coloca que a Economia Brasileira no período tinha 85% de sua riqueza gerada pelo mercado interno e, em uma nota incompreensível (nota 4), ele atribui tal informação a Nathaniel Leff sem referendar qual obra e muito menos qual parte do texto.

A obra de Nathaniel Hyman Leff é relativamente pouco conhecida no Brasil, apesar do brilhantismo desse autor. A questão é que no raciocínio central, no seu livro mais conhecido, *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil* (1982), o autor afirma que a brutal e indecente concentração de renda, pessoas escravizadas e terras no país desde o período colonial, criaram aqui uma sociedade tão estratificada e desigual que uma imensa maioria da população somente sobrevivia do que produzia internamente, quase não tendo acesso a bens e produtos de um mercado externo e mesmo “nacional” praticamente inexistente.

Portanto, na interpretação de Leff, dizer que uma parcela importante da população vivia voltada diretamente para o mercado interno é bem diferente de dizer que esse mercado é a verdadeira Riqueza do Brasil, como quer Caldeira.

Ainda nesse capítulo, Caldeira se utiliza dos dados de um censo de 1819 (apesar de ser um capítulo *ainda* sobre o período colonial), que dizia que o país teria 3,128 milhões de habitantes, dos quais 800 mil

seriam índios aldeados na sua grande maioria (18,2% da população); 2,48 milhões de “livres” (ou 56,6%) e 1,1 milhão de escravos (ou 25,3%). A conclusão a seguir é que, mesmo com os dados subestimados das populações autóctones, cerca de 74,8% de nossa população era livre (p. 193). No afã de fortalecer a imagem de uma economia com grande dinâmica interna e com uma menor “vocalização” agroexportadora, Caldeira sequer considera o fato de que $\frac{1}{4}$ da população do país era escravizada e deduz que a situação dos indígenas não era análoga à escravidão ou aos desmandos dos aldeamentos, apesar de extensa bibliografia destacar a violência sobre estes grupos.

Já no período imperial (cuja seção tem o significativo subtítulo de *Coroas e estagnação durante o desenvolvimento do Ocidente*) várias outras questões causam estranheza. Entre elas vemos que no capítulo 25 (*A constituição de 1824*) o autor aponta dados populacionais e um valor irreal no preço dos escravos que o Brasil possuiria em 1823 – equívoco onde os dados foram retirados de outra obra sua *A nação mercantilista*.

Jorge Caldeira afirma que a população livre nesse momento seria de 2,8 milhões de pessoas (números inferiores à população livre de 1819 que seria de 3,128 milhões como visto acima). Os escravos existentes no Brasil nesse ano equivaleriam a 68,8 milhões de libras esterlinas ou 293 milhões de dólares, o que daria uma média de 104,46 dólares por escravo. Trata-se de dado não verificado por nenhum historiador, economista ou mesmo “econometrista”, sobretudo porque as “contas não batem”. Se tomarmos o valor “médio” que um escravo possuía nesse ano (entre 100\$000 a 200\$000, adotando uma média de 150\$000) e fizermos a conversão de réis para libras, veremos que o valor proposto pelo autor levaria o número de cativos no país à incrível quantidade de 2,174 milhões de escravizados, população irreal se cotejada mesmo com as estimativas mais generosas da população brasileira no período.⁵

⁵ Tomamos como base do preço dos escravos o estudo de Noguero (2005, p. 11, gráfico I e p. 12) e para os valores das libras o estudo de Moura Filho (2011, anexo – séries cambiais (1) 1795 – 1824), sendo que para o ano de 1823 tomamos como o valor corrente 4\$740 (quatro mil setecentos e quarenta réis) por libra. Assim $68,800,000 \text{ £} \times 4\$740 = 326.112:000\$000$ (trezentos e vinte e sei mil e cento e doze contos de réis) que divididos pelo valor médio dos escravos (150\$000) equivaleria a 2.174.080 cativos.

Esse “pequeno grande erro” se reveste de um significado ainda maior quando se percebe que nesse e no capítulo anterior se compara a trajetória, pensamento e atuação política de José Bonifácio de Andrada ao jovem monarca D. Pedro I. Em ambos os capítulos vemos Caldeira contrapor um Bonifácio mais progressista que a maioria dos iluministas de sua época a um D. Pedro I ultraconservador ou simplesmente absolutista. Como expediente de retórica, a oposição de personagens para marcar o feixe de opções e pensamentos existentes em uma sociedade não é recurso desprezível; requer, entretanto, cuidados no seu manejo – sob a pena de cometer erros involuntários, ou conscientemente induzir a determinadas conclusões.⁶

Dizer, por exemplo, que José Bonifácio de Andrada publicou no ano de 1823 o livro *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura* para os deputados de nossa primeira Assembleia Nacional Constituinte condenando a escravidão é irreal e errôneo, para dizer o mínimo (p.258). As contas que atribuíam um valor (e um número) absurdo aos escravizados no país fortaleceria a coragem e desprendimento deste que, teria sido um dos principais líderes da nossa independência e que teria se levantado contra a instituição escravidão no momento de nossa primeira constituinte.

Desde a década de 1970 Emília Viotti da Costa já argumentava que Bonifácio escreveu, de fato, tal opúsculo, porém, o mesmo somente foi publicado em 1825, quando Bonifácio se encontrava exilado. Essa visão de que Bonifácio lutou contra a escravidão e o tráfico já a partir de 1822 é uma “lenda” comprada pelos intelectuais, que até a década de 1920 o defendiam como o “patriarca da independência”. O detalhe crucial aqui é que Jorge Caldeira é um dos maiores especialistas neste personagem, responsável pela publicação no ano de 2002 (dentro da coleção *Formadores do Brasil*) do volume *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Ele, mais que ninguém, não cometeu um “deslize”, um “esquecimento” ou uma “simplificação” em nome da leitura e fluidez do texto; intencionalmente ele omite essa informação que mostraria muito dos limites de nossa elite e do pacto silencioso feito em relação à escravidão.

⁶ Esse mesmo recurso foi utilizado no seu livro sobre Mauá, o contraponto no caso foi entre o empresário e o imperador.

Outro erro infinitesimal, de grandíssimo alcance, é reputar ao Império brasileiro um crescimento econômico irrelevante. No último capítulo desta seção (36 – Balanço do Império) o autor faz, como o próprio nome do capítulo indica, um balanço melancólico onde, apesar da atuação de “benfeitores” como Bonifácio, Pedro II e Mauá, a renda per capita teria crescido apenas 4% entre 1820 e 1890 (p. 361). A única referência apresentada é um estudo da OCDE bastante criticado e que contradiz grande parte dos estudos sobre economia brasileira no Oitocentos⁷.

Somente em termos de exportações a economia brasileira cresceu entre 1820 até 1890 cerca de 583,7% pois, em 1820 o total das exportações brasileiras foi de 20,67 milhões de dólares e em 1890, 116,74 milhões, ou um crescimento de pouco mais de 8% ao ano. O orçamento do Império saltou de 3.802:434\$204 em 1823 para 145.896:141\$105 em 1888, ou um crescimento de mais de 3.800%. O Império do Brasil assistiu ainda um intenso processo de crescimento de indústrias, expansão de estradas, ferrovias, meios de comunicação (como telégrafos e correios) entre tantos outros empreendimentos⁸.

Não se discute em momento nenhum a péssima concentração de renda de uma economia de base escravista como a nossa, e muito menos uma transição do trabalho escravo para o livre como foi conduzida no país. A questão é que nem Caldeira discute isso e nem o Império foi esse “deserto” de desenvolvimento como o autor nos quer mostrar.

Essa leitura, aliás, se baseia fortemente na comparação com os Estados Unidos da América e no espetacular crescimento que esse país teve ao longo do século XIX, como frisado pelo autor. No caso, esse crescimento destoa da maioria dos países do mundo, não podendo servir de comparação que o Brasil (ou qualquer outro país) não tenha crescido

⁷ O estudo citado não apresenta as fontes de onde se retirou os dados de renda per capita. De outra forma, o estudo sequer cita como, metodologicamente, realizou o corte entre as pessoas escravizadas e as livres, nunca é demais lembrar que um escravo era um ser humano que pertencia a outro ser humano e, como propriedade, (uma das mais valiosas de nossa história) interferia diretamente na renda dessa sociedade.

⁸ Os dados sobre as exportações brasileiras foram retirados de Federico e Tena (2018) já os dados sobre os orçamentos do Império foram tirados de Carreira (1889, p. 97 e 571), mesmo descontando a inflação do período, o crescimento da arrecadação foi muito expressivo.

porque os seus níveis de incremento de renda e população se assemelham ao EUA.

A seção referente à Primeira República é, sem dúvida, a melhor do livro, onde a análise de Caldeira mais assume profundidade e traz dados e análises dignas de reflexão pelos Historiadores Econômicos. Ele partilha da visão que o primeiro período republicano do país não foi marcado somente pelo atraso ou pela agroexportação, ao contrário:

Os números assinalam a combinação de duas tendências dinâmicas. Uma era a do comércio internacional, perceptível no desempenho positivo do principal produto de exportação. Outra, e em ritmo ainda mais forte, era a do crescimento do mercado interno, sobretudo nos setores da indústria e de serviços como os transportes. Ou seja, as oportunidades oferecidas pelo crescimento do comércio internacional foram aproveitadas e desencadearam um surto de crescimento do mercado interno (p. 634)

Reforçando os argumentos centrais do seu livro, chega à conclusão de que a desregulamentação que o Estado assumiu desde o início do período republicano, com a expansão das exportações capitaneadas pelo café e o mercado interno, permitiram um verdadeiro *boom* de serviços, empresas e indústrias, como nunca antes na história do país. Apoiando-se nos dados dos censos industriais e agrícolas (1907, 1913 e 1920) aponta corretamente para a existência de mais de 13 mil fábricas no país na década de 1920, além de inúmeros outros empreendimentos.

O Mercado Interno foi o principal responsável pelo crescimento extraordinário que o país teve, ressaltando a figura emblemática do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato e que segundo citação de Caldeira “pesa nos destinos econômicos do país com o polvilho azedo de que é fabricante, tendo amealhado mais de 200 mil-réis em prata no fundo da arca” (p. 638).

Aqui, é importante reconhecer a habilidade de Caldeira em analisar os dados e provocar interpretações agudas. Se não há “erros” ou “aproximações” como nas outras seções do livro, convém apenas problematizar algumas das conclusões apresentadas pelo autor.

Se não é consenso que o período imperial tenha sido de estagnação como quer o autor, automaticamente se impõe que muito do processo de modernização e diversificação de nossa economia tenha se iniciado

ainda no período imperial. A relação virtuosa entre a agroexportação e o desenvolvimento de atividades voltadas para o mercado interno, incluindo aí o desenvolvimento de sistemas modernos de transportes, fábricas variadas, sistemas financeiros (compreendendo bancos e casas comerciais), urbanização (com iluminação elétrica, bondes, etc.) e a produção de alimentos já foi anotada por numerosos historiadores econômicos. Entre eles cumpre destacar o recém-falecido professor Wilson Cano e sua noção de complexo agroexportador (1977); ou ainda Wilson Suzigan e seu estudo sobre as origens das indústrias no Brasil (1986). Aliás, os dois, bem como a maioria dos historiadores econômicos que se debruçam sobre as origens da industrialização no país, tendem a reconhecer que estas origens estão no século XIX (e não na ação isolada de Mauá) e que guardam muitas continuidades entre Império e Primeira República.

A outra questão de importância a pontuar é que o elogio ao mercado interno personificado na figura do Jeca Tatu poderia muito bem ser questionado em termos de acesso a bens materiais e imateriais se pensássemos em tudo o que foi negado a essa parcela expressiva, produtiva, mas miserável do Brasil. Analfabetismo, doenças endêmicas, ignorância, violência policial e política não impediram esses grupos de terem uma extraordinária capacidade de produzir. O que não aparece no raciocínio de Caldeira é o quanto o país teria ganhado mais em termos econômicos – e obviamente social – caso a nossa sociedade fosse menos desigual.

A última parte do livro, como já dito, tem uma visão contraditória acerca do crescimento do nosso país pós-1930, talvez o melhor resumo do que Caldeira quer dizer esteja no título e no texto explicativo que abre a seção:

1930-2017 A era do muro: uma centralização, dois resultados

O emprego do governo central como dique nas transformações externas permite um crescimento maior que a média internacional em tempos de economia fechada – mas sua manutenção leva a resultados pífios na era global (p. 645).

A interpretação que permite ao autor considerar um período de 87 anos em que o país foi atravessado por uma ditadura de caráter fascista;

a maior guerra que o mundo já viu; um período inédito de bipolaridade política permeada pelo despertar de movimentos sociais com graus de organização e reivindicações singulares até então em nossa história; uma ditadura civil-militar e uma redemocratização cambaleante com dois processos de impedimentos de presidentes da república é uma análise do sucesso e do fracasso do nosso crescimento econômico *via* Estado brasileiro.

Nesse “rápido” passar de olhos sobre os últimos 80 anos de nossa História, Caldeira faz, de fato, uma interpretação sobre a centralidade (e o desastre) que foi a atuação dos sucessivos governos como os principais responsáveis pelo nosso crescimento, à custa, porém, do sufocamento da iniciativa privada e da ação dos empresários liberais – origem última de todo o desenvolvimento econômico de um país na visão do autor. Um dos poucos governos “elogiáveis” porque antiestatista, foi o de Fernando Henrique Cardoso e que, coincidentemente, assina a orelha da edição do livro.

Ao fim e ao cabo, o livro de Jorge Caldeira passa uma mensagem para o público em geral de que menos governo seria mais economia e que nossa pujança agrária (ou em outros termos nossa vocação agrícola) seria o suficiente para fecundar e desdobrar as demais atividades (industriais, comerciais e de serviços) de que tanto necessitamos. Concordando com o *slogan* exaustivamente adotado por meios de comunicação de que “o agro é tudo”, o livro contribui para a viragem no modelo de desenvolvimento adotado no país e que nos trouxe até aqui.

Aliás, como o próprio Caldeira havia dito em determinada passagem do livro, a *História da Riqueza no Brasil* é mais um estudo sobre “o papel dos governos nesses resultados econômicos” (p. 635) do que sobre a riqueza em si. A despeito de toda a inegável modernização que o país atravessou entre 1930 até 2017, a atuação estatal sugaria as verdadeiras potencialidades e o crescimento “natural” aos quais o país estaria destinado. As aproximações “tendenciosas” adotadas pelo autor se revestem mais pelas ausências. Um autor tão meticuloso no “uso” dos dados quantitativos praticamente os abandona quando eles passam a existir de maneira institucionalizada com a criação de inúmeras entidades públicas e privadas criadas (como o IBGE, as Federações Industriais/Comerciais, Sindicatos e as próprias Faculdades de Economia, Universidades e Institutos de Pesquisa que surgem nesse período).

É como se Caldeira necessitasse de dados quantitativos quando eles são de difícil acesso e, quando abundantes, se tornam desnecessários, porque a interpretação já está pronta, ou o confronto com os “especialistas” seria mais intenso. Creio mesmo que a maioria dos historiadores econômicos (que vêm de formações distintas como historiadores, economistas, cientistas sociais e outros) e que são genericamente chamados de “economistas especializados em econometria” – a começar pelos professores Wilson Suzigan e Carlos Pelaez (p. 319) – não aceitariam de bom grado essa denominação. Os historiadores econômicos fizeram e fazem um trabalho árduo de formiguinhas, construindo interpretações novas em cima de novas fontes e um esforço que envolve por vezes, mas não só, a econometria.

Entendo que o termo formiguinha se aplique mais e melhor na descrição do que sobre o que estes profissionais fazem, e que aceitariam de melhor grado essa definição, até por carregar grande dose de humildade que, mesmo não tão abundante, é valor estimado no meio acadêmico.

Nesse sentido, é importante falar que os historiadores econômicos têm posições, partidos e lados distintos como todos os demais “mortais”. As críticas e revisões acadêmicas são mais que bem-vindas e necessárias em nosso meio, porque também importam em fazer ciência e fazer política. Críticas extremamente válidas ao nosso modelo de desenvolvimento econômico têm sido feitas nas últimas décadas; da mesma forma, as interpretações de Celso Furtado têm sido fortemente relativizadas, mas sempre com intensivo cuidado, e ainda, com ampla apresentação de argumentos e fontes. Para ficarmos em dois exemplos, recentemente o professor Roberto Borges Martins ofereceu fortes evidências sobre a interpretação equivocada tomada por Celso Furtado acerca do profundo quadro de depressão econômica das Minas Gerais após o declínio da mineração na segunda metade do século XVIII (Martins, 2018). Também Elias Sampaio em livro recém lançado “enfrenta” como esse economista negligenciou a questão racial no desenvolvimento de nossa economia e as consequências que isso provocou (e provoca) até os dias de hoje (Sampaio, 2019).

Por fim, ao final da obra (posfácio) e ainda em matérias recentes que Caldeira tem escrito na grande imprensa, nota-se um tom melancólico com o futuro em que existe a possibilidade de “uma mudança no modo

de pensar a atividade humana que abandone os ideais iluministas” em uma expressão muito adequada da nossa situação (p. 740). Genericamente ele está se referindo às posturas ultraliberais de desmanche de todo e quaisquer direitos aos trabalhadores, de um nacionalismo econômico exacerbado e antiglobalista e da valorização do lucro e do empreendedorismo acima de tudo e de todos.

Talvez Caldeira esteja se apercebendo que o crescimento do obscurantismo, do negacionismo e do conservadorismo tenha ido longe demais, talvez não tenha assumido, ou reconhecido, sua parcela de culpa nesse processo. Mas com certeza fica a incômoda sensação de que sua obra contribuiu para isso, mesmo que ele tenha querido dizer “outra coisa”.

Referências

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas : com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da’ ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J.Villeneuve e Ca, 1837.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CALDEIRA, Jorge. *O banqueiro do sertão: Padre Guilherme Pompeu de Almeida*. São Paulo: Mameluco, 2006.
- CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela história do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentaria do Império do Brazil desde a sua Fundação – precedida de alguns apontamentos acerca de sua Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COLLINS, Harry; PINCH, Trevor; DE OLIVEIRA, Laura Cardellini Barbosa. *O golem: o que você deveria saber sobre ciência*. São Paulo: Edunesp, 2003.
- DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Edunesp, 1998.
- ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.
- FEDERICO, Giovanni; TENA Junguito, Antonio. *Federico-Tena World Trade Historical Database*. Madrid: Universidade Carlos III, 2018.

- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, v. 7, n. 15, 1953.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Nova Iorque: Monthly Review Press, 1959.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *O antigo sistema colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1991.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A construção do espaço brasileiro”. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da expansão portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.
- MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). *Cadernos de História*, v. 11, p. 9-34, 2011.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2009.
- NOGEROL, Luiz Paulo. Preços de bois, cavalos e escravos em Porto Alegre e em Sarará, no século XIX. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, número especial, p. 7-36, 2005.
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAMPAIO, Elias de Oliveira. *Dialogando com Celso Furtado – Ensaio sobre a questão da mão de obra o subdesenvolvimento e as desigualdades raciais na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2019.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*. Paris: Typographia de Firmin Didot, 1825.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e Desenvolvimento*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicap, 2000.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1990.

Diretrizes para autores

Normas para submissão

1. *História Econômica & História de Empresas* publica somente trabalhos originais redigidos em português, inglês ou espanhol.
2. Configurações do arquivo: formato Microsoft Word, papel A4, margens 2,5 (superior e inferior) e 3,0 (direita e esquerda), fonte Times New Roman 12, espaçamento 1,5 e máximo de 30 páginas, incluindo as referências.
3. Os artigos devem apresentar: título (*title*), resumo (*abstract*) com até 10 linhas e 5 palavras-chave (*keywords*).
4. **Gráficos e planilhas** devem ser enviados separadamente em arquivo Microsoft Excel. **Figuras, gravuras, ilustrações e desenhos em geral** também devem ser enviados separadamente, com resolução mínima de 600 dpi reais (não interpolados), em tamanho natural e salvas em formato JPEG e em cores RGB. **Cromos ou slides** devem ter resolução mínima de 2.500 dpi reais (não interpolados). Materiais provenientes de câmeras digitais devem ter resolução mínima de 3 megapixels sem compressão (módulo *high definition*). Todos os elementos citados devem ser numerados, acompanhados de legenda e indicação de fonte.
5. Aceitam-se artigos com, no máximo, 3 (três) autores, dos quais se exige cadastro no ORCID. Uma vez tomada a primeira decisão editorial, fica impedida a inclusão de novos coautores.

Citações e referências

1. As citações devem conter autor, ano e página de acordo com a norma NBR-10520 da ABNT.
2. As notas devem ser restritas ao mínimo indispensável, inseridas como notas de rodapé.
3. As referências, restritas apenas às efetivamente citadas no corpo do trabalho, deverão ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética e em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT. Se houver mais de uma referência/publicação do mesmo autor, deve-se apresentá-las em ordem de data da publicação, da mais antiga para a mais recente. Deve-se repetir sobrenome e nome do autor, sendo vedado o uso de ‘fio’ (_____).

Exemplos

Livro

Nas referências: FURTADO, Celso M. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

Em chamada à referência no texto: Furtado (1982)

Em citação direta: (Furtado, 1982, p. x-y)

Livro com até três autores

Nas referências: LAGO, Luiz Antônio C. do; ALMEIDA, Fernando L. de; LIMA, Beatriz M. F. de. *A indústria brasileira de bens de capital*. Origens, situação recente, perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Documentação, 1979.

Em chamada à referência no texto: Lago, Almeida e Lima (1979)

Em citação direta: (Lago; Almeida; Lima, 1979, p. x-y)

Livro com mais de três autores

Nas referências: TESSARI, Cláudia *et al.* *Braços para colheita*. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915). São Paulo: Alameda, 2012.

Em chamada à referência no texto: Tessari *et al.* (2012)

Em citação direta: (Tessari *et al.*, 2012, p. x-y)

Capítulo de livro

Nas referências: ABREU, Marcelo de P. “*Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945*”. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

Em chamada à referência no texto: Abreu (2014)

Em citação direta: (Abreu, 2014, p. x-y)

Artigo em periódico

Nas referências: LEVY, Maria-Bárbara; SAES, Flávio A. M. de. Dívida externa brasileira, 1850-1913: empréstimos públicos e privados. *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 48-91, 2001.

Em chamada à referência no texto: Levy e Saes (2001)

Em citação direta: (Levy; Saes, 2001, p. x-y)

Dissertação de mestrado e tese de doutorado

Nas referências: BENTIVOGLIO, Julio C. O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica imperial (1840-1860). 2002. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Em chamada à referência no texto: Bentivoglio (2002)

Em citação direta: (Bentivoglio, 2002, p. x)

Autor: associação ou empresa

Nas referências: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL (CCBB). *Antes: histórias da pré-história*. Rio de Janeiro: Centro Cultural do Banco do Brasil, 2004.

Em chamada à referência no texto: CCBB (2004)

Em citação direta: (CCBB, 2004, p. x)

Autor: órgão público

Nas referências: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Aids no Brasil: um esforço conjunto governo sociedade*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

Em chamada à referência no texto: Brasil (1998)

Em citação direta: (Brasil, 1998, p. x)

Jornais (ou revistas) sem autor

Nas referências: O Estado de São Paulo (OESP). Editorial. 12 de setembro de 2010, caderno A, p. x.

Em chamada à referência no texto: OESP (2010)

Em citação direta: (OESP, 2010, p. x)

Trabalho completo ou resumo apresentado em congresso

Nas referências: SZMRECSÁNYI, Tamás József M. K. História econômica do período colonial. CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 1, 2002, São Paulo. Resumo: *Coletânea de textos apresentados*. São Paulo: EDUSP-Hucitec, 2002.

Em chamada à referência no texto: Szmrecsányi (2002)

Em citação direta: (Szmrecsányi, 2002, p. x)

Instituição: autor e editor da obra

Nas referências: INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD). Amazônia: Bibliografia, 1614-1962. Rio de Janeiro, 1963-1972.

Em chamada à referência no texto: IBBID (1972)

Em citação direta: (IBBD, 1972, p. x)

Material disponível na internet

Nas referências: ALVES, Maria Bernardete M.; ARRUDA, Susana Margareth. *Como fazer referências bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos*. São Carlos, 2007. Disponível em <http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html>. Acesso em 20 fevereiro 2014.

Em chamada à referência no texto: Alves e Arruda (2007)

Em citação direta: (Alves; Arruda, 2007, p. x)

